

JOSÉ
RICART
TORRENS

O QUE O
CONCÍLIO
NÃO DISSE

HORA PRESENTE

O QUE O CONCÍLIO NÃO DISSE

JOSÉ RICART TORRENS

O QUE O CONCÍLIO NÃO DISSE

Têxto aumentado e essencialmente revisto pelo Autor para a
edição brasileira

Apresentação pelo

DR. MARCELINO OLAECHEA

Presidente da Comissão Episcopal de Seminários

Tradução e prefácio de

GERARDO DANTAS BARRETTO

HORA PRESENTE

SÃO PAULO

1969

Título do original:

LO QUE NO HA DICHO EL CONCILIO

Publicaciones Cristiandad, Barcelona, 1968

ÍNDICE

Prefácio da Edição Brasileira	7
Ao Leitor	11
Prólogo	15
CAP.	
I — O Concílio	19
II — Critérios de Paulo VI sobre o Concílio	31
III — Hierarquia e disciplina eclesiástica	45
IV — Moral cristã	61
V — A Encíclica "Humanae Vitae"	80
VI — Liturgia e Sacramentos	94
VII — Pregação e apostolado operário	125
VIII — A fé	146
IX — Novíssimos	149
X — Ascética	154
XI — Devoção ao Coração de Jesus	158
XII — Práticas marianas	168
XIII — Exercícios espirituais	184
XIV — Problema vocacional	196
XV — Práticas sacerdotais de piedade	211
XVI — Já não há livros proibidos?	214
XVII — Teilhard de Chardin	224

CAP.	
XVIII	— Pio XII 247
XIX	— Resposta a alguns sofismas 256
XX	— Sacerdotes, apostolado secular e ação temporal. 273
XXI	— No interior da Igreja 288
XXII	— Ecumenismo e liberdade religiosa 306
XXIII	— Métodos do proselitismo comunista 319
XXIV	— Algumas questões históricas 326
XXV	— O único necessário 332

PREFÁCIO DA EDIÇÃO BRASILEIRA

Vive a Igreja a sua maior crise neste século, crise provocada, desta vez, pelos inimigos de dentro, por seus próprios filhos.

De mil maneiras, luciferinamente, tenta-se hoje dessacralizar a Igreja, desvencilhando-a da sua dimensão eterna, divina, para reestruturá-la segundo um projeto puramente secular, profano, temporal, humano, do qual seriam eliminadas a transcendência, a relação do homem a Deus.

Esta é, pois, a hora da grande, da inadiável opção: há que escolher entre ser demolidor ou defensor da Igreja. Mas, se quisermos ser fiéis a Cristo, que, ao entrar no mundo, nos trouxe algo que não era dêste mundo, não podemos demolir a Igreja de ontem para, sobre suas ruínas, edificarmos, construirmos, hoje, uma nova Igreja. Consoante tantas vezes nos tem advertido o Papa, não se pode esquecer e combater o que, com autoridade, a Igreja até aqui ensinou. Não se pode, diz-nos êle, das opiniões correntes, movediças e profanas de nosso tempo tomar o critério do pensamento e da ação da comunidade eclesial (já me não lembra que autor, em seu desvario, chegou a escrever que talvez Camus possa dizer-nos, a nós e às gerações vindouras, bastante mais do que a teologia). É isso o que muitos entendem por "aggiornamento", isto é, a negação do mistério divino, do caráter redentor do Cristianismo, numa palavra: a recusa da Fé, que (como ainda há pouco reiterava a nova Enciclopédia da Fé) é, essencialmente, aceitação da mensagem da ação salvífica que Deus realizou uma vez por tôdas em Cristo, e submissão à via de salvação fixada por Deus.

Quem, ainda que superficialmente informado da atualidade católica no mundo, poderia negar os perigos que ameaçam a Fé, particularmente depois das recentes e violentas contestações do Magistério e da sua função imprescindível, insubstituível?

Como já assinalou o próprio Paulo VI, alguns chegam mesmo a pensar que “o Concílio está ultrapassado, dêle só guardando o ímpeto renovador, e, sem darem atenção ao que estabeleceram as solenes assembléias da Igreja, quereriam ir mais longe, projetando não sòmente reformas como também revoluções, que êles acreditam poder autorizar-se por si próprios, e que estimam tanto mais atraentes quanto menos fiéis e coerentes com a Tradição; tanto mais inspiradas quanto menos conformes com a autoridade e a disciplina da Igreja; e, também, tanto mais plausíveis quanto menos diferentes da mentalidade e dos costumes do século”.

O ano passado, no Congresso de Teologia realizado em Toronto (Canadá) sôbre a renovação da Igreja, o insuspeito Henri de Lubac chamava-nos a atenção para a “crise grave” que a Igreja enfrenta hoje. Sob o nome de Igreja nova, de Igreja pós-conciliar — declarou então o ilustre jesuíta — “é uma outra Igreja, diferente da de Jesus Cristo, que às vêzes se procura instaurar: uma sociedade antropocêntrica ameaçada de apostasia imanente, e que se deixa arrastar num movimento de demissão geral, a pretexto de rejuvenescimento, de ecumenismo e de adaptação”.

Por sua vez, numa recente conferência para teólogos pronunciada em Paris, Yves Congar — cujas posições igualmente lhe conferem insuspeição para falar dêsse assunto — assinalava que o perigo que se oculta por trás disso a que hoje se chama horizontalismo é “uma certa maneira de sentir e de traduzir o cristianismo, na qual a densidade maior, o acento, e, em certo sentido, a evidência, são postos não no momento transcendente e vertical do fato sobrenatural positivo, porém no que isto significa para o nosso comportamento de homens no mundo dos homens... De uma intenção profundamente verdadeira, a saber, que o cristianismo seja vivido numa relação verdadeira ao mundo e aos homens, corre-se o risco de passar à afirmação: êle É isto, senão mesmo a estouta afirmação: êle é SÓ isto”. Aos olhos do controvertido teólogo dominicano, tão aberrante posição não encontra justificativa no afã apostólico de ir ao encontro dos homens, numa situação na qual Deus está morto para êles, nem, tampouco, poderia apresentar-se como uma descoberta, “em si feliz e necessária, das coisas e dos apelos dos homens”. E continua o P. Congar: “Poder-se-iam indicar traços de horizontalismo na pregação atual, na imprensa católica, na prática do culto li-

túrgico. Pregar-se-á, por exemplo, sobre este tema: Páscoa é a primavera. Quando ela é, sobretudo, o acontecimento sobrenatural da ressurreição de Jesus Cristo Senhor Nosso. Ou então dir-se-á: Natal é receber em sua mesa familiar um Norte-Africano, ou simplesmente um Africano. Quando Natal é, primeiramente, Jesus Cristo”.

Na mesma direção ainda poderíamos aqui citar textos igualmente expressivos de outros eminentes teólogos, que estão muito longe de poderem ser considerados “integristas”. Ao lado de De Lubac e de Congar figurariam, certamente, Hans Urs Von Balthasar, Jean Danielou, Karl Rahner, L. Bouyer, Charles Journet, R. Vancourt, o Cardeal Garrone, e até mesmo Edward Schillebeeckx. Todos estes autores — muitos deles com sérias responsabilidades anteriores no desdobramento do atual processo de crise da teologia e da fé — tentam com indisfarçável aflição, ler nos atuais e terríveis acontecimentos o perfil da verdadeira ameaça que se abate sobre a Igreja de Cristo.

Só por virem eles de onde vêm, a impressionante e aflitiva convergência desses diagnósticos já daria que pensar; eis senão quando, para um grupo de mestres e de alunos do Seminário Pontifício Lombardo, de Milão, Paulo VI, cheio de amargura, acaba de emitir o seu mais dramático e comovedor pronunciamento. Num dos primeiros dias de dezembro de 1968, discorrendo sobre a crise da Igreja motivada pelas dissidências e dissensões no seio do Catolicismo, — e apresentando-se ele próprio, na sua condição papal, como um sinal de contradição e de controvérsia —, entre outras graves e sérias afirmações, declarou em tom patético: “A Igreja está caminhando para a sua auto-destruição. A Igreja já chegou bem perto do ponto do naufrágio”. Dias depois, falando a um grupo de sacerdotes, numa das habituais audiências de quarta-feira, Paulo VI deplorou amargamente a atitude dos padres que se mundanizam, exclamando: “Para que serviria um sacerdote que se deixou assimilar pelo mundo que deve converter?” Criticou em seguida a tendência a organizar uma “Cristandade em religião, movimentando-se apenas em linha horizontal, humana e sociológica, e quase esquecendo a teologia e o sobrenatural”.

Sob o impacto desses dolorosos gritos do Santo Padre, que, como nenhuma outra exposição, tão cruelmente nos revelam o “désarroi” a que chegou a Espósa de Cristo nas mãos dos ho-

mens pecadores, nós de Hora Presente julgamos oportuno e salutar oferecer ao leitor brasileiro, através do utilissimo livro de José Ricart Torrens "O que o Concílio não disse", na sua autenticidade os pontos mais desfigurados e contestados do Catolicismo — professado e vivido por apóstolos, mártires e santos ao longo de 20 séculos — confirmados e revigorados pelo Vaticano II, ao qual, neste grave momento, prestamos nosso público testemunho de fidelidade.

GERARDO DANTAS BARRETO

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1968

AO LEITOR

É ocioso redigir outro *Prólogo*, ou mudar o que já tem “O QUE O CONCÍLIO NÃO DISSE”, porque o que lhe pôs o autor, meu bom amigo o padre José Ricart Torrens, é insusceptível de melhora: claro, simples e sóbrio.

Ociosas já não são, porém, algumas palavras de apresentação, e honro-me de as escrever.

Pela paternal bondade de João XXIII, fui membro da Comissão de Seminários e Educação Cristã — uma das comissões preparatórias do Concílio Vaticano II —, e para ela fui eleito depois, pelo voto dos Padres Conciliares.

Concedeu-me o Senhor a graça de poder tomar parte em tôdas as Congregações Gerais, e mesmo de, após o Concílio e por igual bondade paternal de Paulo VI, ser membro da Comissão temporária de Educação Cristã.

Por estar a par do que se difunde sôbre o Concílio, mal veio a lume “O QUE O CONCÍLIO NÃO DISSE” li-o.

O aplauso que em minha alma tributei ao autor manifesto-lhe hoje através destas linhas, pela *caridade* com que escreveu as suas, com “o mais sentido desejo sacerdotal de edificar, e sem ânimo de ferir nenhum irmão”, e pela *clareza* com que exprime o seu pensamento.

Tu, leitor, presta particular atenção ao leres, no capítulo segundo, os “Critérios de Paulo VI sôbre o Concílio”, único intérprete autêntico que êle é do mesmo; pois são *esses* critérios que, com tôda fidelidade, o autor segue.

Se, em os lendo, te assistir a graça de Deus, abandonar-te-ão ignorâncias e confusões.

Sobre tantas perguntas, filhas da ignorância, ou, quiçá — como diz êle — da confusão, derrama o autor respostas de “viva luz que se difunde agradavelmente”.

Lê-as, lê-as, e fazê que as leiam quantos buscam a verdade com alma aberta.

MARCELINO, *Arcebispo de Valência e Presidente da
Comissão Episcopal de Seminários.*

25 de março de 1968

O QUE O CONCÍLIO NÃO DISSE

PRÓLOGO

Não quer êste livro ser um comentário dos decretos e declarações do Concílio Vaticano II. Não pretende mais do que responder a certas perguntas que emanam de personalidades católicas desorientadas por causa do que ouvem dizer e vêem praticar à sombra do que alguns falsamente interpretam como “linha do Concílio”.

É certo que muitas das perguntas que se fazem podem, à primeira vista, demonstrar pelo menos ignorância ou pouco conhecimento de determinados pontos da doutrina católica, por certo nem sempre dogmáticos. Mas em quase todos os casos não foi a ignorância que motivou a pergunta, senão a desorientação suscitada por alguma leitura, pregação, conferência, conversação. O católico que viveu durante anos sua vida cristã admira-se não das mudanças provenientes de determinações hierárquicas, mas de doutrinas e opiniões contrárias aos ensinamentos que a Igreja sempre sustentou. É natural então que pense com seus botões: Será que o Concílio mudou tudo?

A simples pergunta já é um caminho para sairmos de dúvidas. O grave é que muitos não perguntam mais. Fizeram para si consciência falsa. “Tomaram consciência de si mesmos”, diz-se. Julgam por si, à margem do Magistério.

Nossas afirmações respondem às preocupações reiteradamente manifestadas por Paulo VI. Na alocução de 30 de novembro de 1966, dizia êle solenemente: “No nosso tempo, também a fé é alvo de muitas negações (*a fé não é de todos*), diz São Paulo (2 Tessalonicenses, 3-2) e é campo de muitas controvérsias, inclusive entre os crentes. Talvez também vos tenham chegado aos ouvidos os ecos de opiniões errôneas que pretendem sustentar interpretações arbitrárias e ofensivas de sacrosantas verdades da fé católica; por exemplo, temos ouvido vozes poucas e

verdade, porém espalhadas pelo mundo, que tentam deformar doutrinas fundamentais, claramente professadas pela Igreja de Deus — por exemplo, a ressurreição de Cristo, a realidade da sua verdadeira presença na Eucaristia, e também a virgindade de Maria, e, conseqüentemente, o mistério augusto da Encarnação, etc. —. O que espanta não é somente a gravidade destas falsas afirmações; é também a audácia irreverente e temerária com que elas são pronunciadas, permitindo entrever que aqui e ali se insinua o critério de julgar à vontade as verdades da fé, segundo a capacidade do entendimento de cada um e o gôsto pessoal de diálogo no campo teológico ou religioso”.

Abundando nesta preocupação pontifícia escrevem-se estas páginas. Quem quiser conhecer o que verdadeiramente ensina o Concílio Vaticano II deve ler-lhe os documentos, interpretados pela Hierarquia e à luz do magistério perene da Igreja. O bom-senso do leitor entenderá de sobejo o alcance específico de cada pergunta. Algumas apresentam verdadeiros sofismas, outras procuram esclarecimentos, sem faltarem as que recordam os ensinamentos conciliares. Sabemos que não esgotamos a matéria, e que muitas perguntas ficam sem resposta. E tudo isso escrevemo-lo com o mais sentido desejo sacerdotal de edificar, e sem ânimo de ferir nenhum irmão. É Paulo VI quem nos incita a êste apostolado. No discurso comemorativo do martírio dos apóstolos Pedro e Paulo, reitera-nos êle esta advertência: “Enquanto decai o sentido religioso dos homens do nosso tempo, privando a fé do seu fundamento natural, opiniões exegéticas, tiradas, muitas vêzes, de filosofias profanas as mais audaciosas, porém cegas, insinuam-se aqui e acolá no campo da doutrina católica, pondo em dúvida ou deformando o sentido objetivo de verdades autorizadamente ensinadas pela Igreja; e, sob o pretexto de adaptar as idéias religiosas à mentalidade do mundo moderno, prescinde-se da orientação do magistério eclesiástico, dá-se à especulação teológica uma direção radicalmente historicista, tem-se a ousadia de despojar o testemunho da Sagrada Escritura do seu caráter histórico e sagrado, e tenta-se introduzir no seio do povo de Deus uma mentalidade a que êles chamam *pós-conciliar*, que do Concílio deixa de lado a firme coerência dos seus amplos e magníficos desenvolvimentos doutrinários e legislativos, com o tesouro de idéias e normas práticas da Igreja, para despojá-las do seu espírito de fidelidade tradicional, e para

difundir a ilusão de dar do cristianismo uma nova interpretação, arbitrária e estéril. Que restaria do conteúdo da nossa fé e das virtudes teologais que nelas se professam, se, longe da aprovação do magistério eclesiástico, tais intentos houvessem de prevalecer?"

Em mãos de Maria, nossa Mãe, por meio de São Luiz Maria de Montfort e de Santo Antônio Maria Claret, deixamos o nosso trabalho.

I — O CONCÍLIO

1 — Que é um Concílio?

— É simplesmente uma reunião de Bispos que, com determinadas formalidades jurídicas, estudam assuntos de interesse comum em suas dioceses. Se os Bispos pertencem somente a uma determinada província eclesiástica, o Concílio chama-se *Provincial*; se são de muitas províncias eclesiásticas, recebe êle o nome de *Plenário*. Para o Concílio Plenário requer-se a permissão do Papa, o qual nomeará um Legado Pontifício que o presida (Cân.s 281 e 283).

.Sem dúvida, aqui o interrogante se refere ao *Concílio Ecumênico*. O Cân. 222 diz: “*Não pode haver Concílio Eumênico que não seja convocado pelo Romano Pontífice*”. Portanto, o Concílio Ecumênico é aquêlê que o Papa convoca, e ao qual dá o título de Ecumênico, visto poder o Papa convocar Concílios particulares mesmo sob sua presidência. Nestes casos, geralmente êle se chama *Sínodo*; embora por esta palavra, mormente em latim, seja designado também o Concílio, visto etimològicamente significarem ambas as palavras a mesma coisa.

2 — É válida a reunião de muitos Bispos sem a aprovação do Papa?

— Afóra as reuniões episcopais para os Concílios Provinciais, podem ocorrer reuniões de Bispos que, em número, somem tantos membros como num Concílio Plenário; mas, se se realizarem sem licença especial do Papa, não poderão formar um Concílio. Existem, com efeito, as Reuniões ou *Conferências Episcopais*, que foram objeto de uma recente legislação, e que se celebram com certa freqüência, mesmo repetidas vêzes, num mesmo ano.

Se muitos, ou muitíssimos, Bispos se reunissem com o fim de formar um Concílio Ecumênico à margem do Papa, não se obteria tal Concílio. A isso se chamou na história — existiram alguns casos — *Conciliábulo*. Com este nome, ou com o nome de Latrocínio de Éfeso, cita-se a reunião de Bispos que, com Nestório, quis opor-se ao Concílio de Éfeso. Houve também, ao longo da primeira metade do século IV, uma série de Conciliábulos de Bispos arianos. Outro caso ocorreu em Basiléia, onde se começou um Concílio Ecumênico convocado pelo Papa Eugénio IV, sendo êle suspenso depois. Alguns Cardeais e Bispos não se submeteram e continuaram num Concílio *acéfalo* — sem cabeça — ou conciliábulo. Suas decisões, embora muito boas, não foram aceitas. São autênticos os decretos anteriores à suspensão.

3 — A finalidade dos Concílios é ou não é dogmatizar?

— De nôvo o Cân. 222: “*Ao próprio Pontífice Romano cabem, por si ou por outros, presidir o Concílio Ecumênico, constituir e designar as matérias e a ordem que deverá seguir-se...*”. Não é dito, portanto, que o fim do Concílio seja decretar dogmas de fé.

4 — Por que em Concílios anteriores definiram-se dogmas, e no Vaticano II não? Será que atualmente não existem erros e aberrações?

— Basta ler os próprios decretos do Concílio Vaticano II para se convencer de que atualmente existem erros e aberrações dentro da Igreja. O Papa Paulo VI está continuamente referindo-se a êles e procurando extirpá-los

Mas não incumbe necessariamente ao Concílio a extirpação das heresias, e nem todos os Concílios Ecumênicos se reuniram com semelhante fim. É certo que a maioria dos Concílios tiveram como ocasião, e mesmo como motivo, a divulgação perigosa de alguma doutrina herética. O Concílio Tridentino pôs em claro a doutrina católica face aos erros protestantes, anatematizando-os diretamente.

O Concílio Vaticano II *não estava obrigado* a anatematizar os hereges de hoje, nem a condená-los. Êle quis seguir um caminho diferente e propôs-se um fim diverso. Diríamos que seu fim visou o aspecto *positivo*. Ademais, o Papa João XXIII, que foi quem convocou o Concílio, e que era a quem competia "*determinar e constituir as matérias*" do mesmo, expressamente designou como fim do nôvo Concílio "*pôr a Igreja em dia, e fomentar a união das Igrejas*", ao mesmo tempo que queria fazer um reajustamento do Direito Canônico vigente. Esta terceira parte não foi possível abordá-la diretamente, embora não poucas das decisões conciliares venham a entrar na nova legislação. Os dois pontos principais foram demandados à medida que o permitiram as circunstâncias.

5 — Pode um Concílio contradizer outro?

— Entendamo-nos bem. Tudo depende da matéria que ocasiona o Concílio.

a) Se se trata de *definições dogmáticas*, *não pode haver contradição*. Assim, havendo o Concílio Tridentino definido a transubstanciação, outro Concílio não pode afirmar seja ela falsa.

b) Se se trata de *questões disciplinares*, um Concílio pode derrogar o que outro anterior legislou. Por exemplo: o Tridentino proibiu a comunhão sob as duas espécies aos leigos, e o Vaticano II permitiu-a em certos casos.

c) Mesmo em questões dogmáticas, a doutrina da Igreja pode progredir ou avançar. Assim, podem aparecer novos matices que *não contradizem*, antes enriquecem ou esclarecem aquilo que Concílios anteriores haviam definido. Desta maneira, o Concílio Vaticano II decretou a *Colegialidade dos Bispos*, a qual põe em relêvo um aspecto do Episcopado, e da própria Hierarquia da Igreja, que não fôra atendido anteriormente.

6 — Que valor têm as decisões ou os decretos do Vaticano II?

— Antes de tudo, cumpre notar:

a) Não se quis impor nenhum decreto como doutrina de fé. Sem embargo, há nêles muitos pontos que certamente são dogmas de fé conhecidos, e que não deixam de o ser agora.

b) Nem todos os documentos têm o mesmo valor; e, por isto, o próprio Concílio empregou, para designá-los, terminologia vária, cuja importância segue uma gradação descendente: *Constituição dogmática* — desenvolvendo-se no plano doutrinal teológico — é o tipo de documento mais solene do Concílio. Todavia, a sua doutrina não quer ser estabelecida como de fé. *Decreto*: expõe os princípios canônicos que devem reger a conduta social eclesial, e, depois, enformar o novo Código de Direito Canônico. *Declaração*: expõe um “*sentir prático*” do Concílio. Não abrange plenamente o plano doutrinal, nem quer fazê-lo; tampouco estabelece as normas de comportamento que devem reger como decisão conciliar. Exprime simplesmente uma “*linha*” de conduta pela qual, em plano geral, o Concílio opta. Há outro documento, que é designado pelo apelativo de *Constituição Pastoral*, porque junta pontos doutrinários fixos e irrevogáveis a matérias circunstanciais do mundo de hoje, as quais necessariamente hão-de mudar com o tempo.

Suposta esta diversidade de documentos e a sua estabilidade, cumpre notar: a) O Concílio em si — suposta sempre a união com o Papa e a aprovação dos documentos pelo próprio Papa — é infalível. *Não quer, porém, esta infalibilidade dizer que necessariamente tudo quanto ele dita se impõe como doutrina de fé.* Isto depende da intenção que tenha o Concílio. b) No Vaticano II, expressamente se declarou (Congr. Geral 123, dia 16 de nov. de 1964) que a Constituição Dogmática sobre a Igreja — a mais solene do Concílio — não era precisamente um dogma de fé. E, em geral, das decisões conciliares dizia-se: “*Tendo em conta a maneira de agir deste Concílio e o fim pastoral do mesmo, define este Concílio como de fé somente aquelas doutrinas, concernentes à fé e aos costumes, que como tais ele declare. As demais coisas que o Concílio propõe, devem todos os fiéis recebê-las e abraçá-las segundo a mente do mesmo Concílio, já que são doutrinas do Magistério Supremo da Igreja; a mente do Concílio aparece ou pela matéria em si, ou pelo modo de se exprimir*”.

Portanto: a) Em geral, cumpre admitir e abraçar tudo quanto o Concílio ditou. b) Há que descobrir a mente do Concílio para entender o que foi que ele determinou, e com que grau de vontade o impôs. c) Dever-se-á ter em conta a diver-

sidade de documentos, já que nem todos têm o mesmo valor de imposição segundo a vontade do Concílio. d) Não deveremos reger-nos por nós mesmos na apreciação do valor do Concílio, mas sim aderir àquilo que o Papa estabelece em cada caso, ou que os Bispos em particular imponham em cada diocese. Nosso desejo geral tem de ser a fidelidade à Igreja.

7 — Deve a aceitação dos documentos conciliares ser total, ou cabem reservas?

— Esta pergunta, depois da anterior, parecerá supérflua. Todavia, havemo-la admitido porque ela permite uma variedade. Aceitar um documento conciliar com *reservas* significa que o fiel julga por si mesmo o valor dos documentos, e aceita uns — ou alguns pontos determinados — e rejeita outros, *por não estarem conformes com seu critério particular ou com sua interpretação do Concílio*. Pode isto ocorrer com critérios opostos. Temos, por exemplo, a *Declaração sobre a liberdade religiosa*, na qual o Concílio se esforça por evitar os escolhos ou os extremismos. Não obstante, uns atendem somente às afirmações, suprimindo as atenuantes, e outros insistem nas atenuantes esquecendo as afirmações. Ambas estas posturas estão equivocadas. Estas reservas não são lícitas. Ou se aceita tudo, ou não se aceita nada.

8 — Este Concílio foi inoportuno. Trouxe apenas desorientação e confusão.

— Um católico sério não pode, sem mais nem menos, afirmar semelhante proposição. O Papa João XXIII, que convocou o Concílio, mais de uma vez afirmou tê-lo feito por inspiração do Espírito-Santo; e o próprio Paulo VI falou muitas vezes da providência de Deus na convocação deste Concílio. Não se pode, pois, sem mais nem menos dizer que êle foi inoportuno. Também não é verdade que dêle tenham alguns deduzido apenas confusão e desorientação.

Nem é precisamente Concílio tudo quanto foi dito no Concílio ou na aula conciliar, e muito menos tudo o que a respeito do Concílio escreveu a imprensa e, depois, não poucos, inclusive

sacerdotes, comentaram. É certo que muitíssimos se aproveitaram das circunstâncias no Concílio para divulgar suas particulares opiniões errôneas ou suas maneiras de ver duvidosas. Mas isto não é o Concílio. Os frutos do Concílio ver-se-ão com o correr do tempo. Por ora poderemos comparar os resultados imediatos do Concílio com o estado de consciência de alguém que, despertando de um letargo, por ocasião de Exercícios espirituais sente revolver-se-lhe todo o lodo da alma e se encontra entre o desespero e a esperança. Se êsse seguir fielmente a inspiração de Deus, mui depressa obterá uma calma e uma paz serena. O confucionismo de agora, que não se deve precisamente ao Concílio, exige que estudemos mais a fundo os decretos conciliares e saibamos defender-nos de suas falsas interpretações.

9 — É verdade que o Concílio não quis condenar o comunismo porque êste não é agora como era antes?

— Seguindo as normas que se impôs, o Concílio não quis formular uma condenação expressa contra o comunismo, como alguns ou muitos haviam desejado e pedido; não quer isto, porém, dizer que êle aceite uma mitigação no sistema doutrinário comunista, ou que, de algum modo, lhe aceite os princípios. A Igreja continua condenando o *comunismo* como *um sistema doutrinário* oposto aos princípios católicos, inclusive, a princípios da lei natural. A Igreja quer estender também uma das mãos *aos comunistas*, no sentido de que está disposta a falar com êles e a com êles discutir serenamente os princípios. Mas não está disposta a desistir de nenhum princípio, nem a aceitar mitigações falsas.

10 — Dizem que no Concílio não se faz nenhuma alusão nem ao comunismo nem ao seu conteúdo ideológico.

— Repetimos: o Concílio não nomeou expressamente o comunismo em nenhum dos seus documentos. Porém a Constituição sobre *A Igreja e o mundo de hoje*, depois de falar do ateísmo em geral, dedica um trecho especial ao *ateísmo sistemático*. Afirma que a Igreja *não pode deixar de reprová-lo com dor, mas*

com firmeza, como já de outras vezes o reprovou, e em nota indica a que outros documentos condenatórios se refere.

Trata-se aqui de uma condenação do comunismo? Para responder a esta pergunta, é preciso examinar o texto conciliar e os documentos citados na nota.

A reprovação do ateísmo sistemático está contida no número 20 e no parágrafo 1.º do número 21 da Constituição citada, que diz textualmente, segundo a tradução da revista "Ecclesia":

"O ateísmo moderno muitas vezes apresenta uma aparência de sistema que, afora outras razões, sabe explorar o legítimo desejo de independência do homem, até fazer-lhe sentir dificuldades contra qualquer espécie de dependência para com Deus. Os que tal forma de ateísmo professam sustentam que a liberdade consiste em que o homem seja fim de si mesmo, artífice e demiurgo único de sua própria história, o que eles sustentam não ser compatível com a afirmação de um Senhor, autor e fim de todas as coisas, ou que, ao menos, torna totalmente supérflua esta afirmação. Tal doutrina encontra mais do que refôrço no sentido do poder que o moderno progresso técnico confere ao homem.

Entre as formas do moderno ateísmo não se pode passar por alto aquela que espera a libertação do homem principalmente da sua libertação econômica e social; que sustenta que a esta libertação se opõe, por sua própria natureza, a religião, já que, orientando a esperança humana para uma ilusória vida futura, poderia afastá-lo da edificação da cidade terrestre. Daí que, quando chegam a tomar as rédeas de um Estado, os promotores de tal doutrina atacam violentamente a religião, para isto difundindo o ateísmo, pelo emprêgo, sobretudo na educação dos jovens, desses instrumentos de pressão de que dispõe hoje a autoridade pública.

Fiel a Deus e fiel aos homens, não pode a Igreja deixar de reprovar, com dor mas com firmeza, como já de outras vezes reprovou (16), estas funestas conseqüências e estas táticas, que contradizem a razão e a experiência humana universal, e rebaixam o homem da sua grandeza originária".

Qualquer mediano conhecedor da doutrina comunista não poderá deixar de reconhecer alguns de seus traços mais carac-

terísticos na descrição que o Concílio faz do *ateísmo sistemático*. Nos parágrafos transcritos, o Concílio reprova, pois, uma vez mais, o comunismo. Para o caso de restar alguma dúvida, vamos estudar o conteúdo dos documentos citados na nota.

A nota (16) a que o texto conciliar remete diz literalmente:

“(16) Cf. Pio XI, *Carta Encl.* “*Divini Redemptoris*”, 19 de março de 1937, AAS 29 (1937), págs. 65-106; Pio XII, *Carta Encl.* “*Ad Apostolorum Principis*”, 29 de junho de 1958, AAS 50 (1958), págs. 601-614; João XXIII, *Carta Encl.* “*Mater et Magistra*”, 15 de maio de 1961, AAS 53 (1961), págs. 451-453; Paulo VI, *Carta Encl.* “*Ecclesiam Suam*”, 6 de agosto de 1964, AAS 56 (1964), págs. 651-653”. A sigla AAS designa a publicação periódica “*Acta Apostolicae Sedis* (Atas da Sé Apostólica), espécie de “*Boletim Oficial*” da Santa Sé. O número que segue a sigla indica o número do tomo desta publicação em que se encontram os documentos citados. A data é a do aparecimento de cada um deles nas AAS, e as páginas indicam os parágrafos de ditos documentos que o Concílio faz seus para reprovar o ateísmo sistemático. *Como já de outras vezes o reprovou*. Examinemos brevemente o conteúdo destes textos.

a) *Carta Encíclica “Divini Redemptoris”*. — As páginas assinaladas na nota conciliar compreendem a Encíclica inteira, e ninguém ignora que êsse documento foi publicado com a expressa intenção de condenar, mais uma vez, solenemente, o comunismo, como o próprio Papa o indica no começo da Encíclica.

Na primeira parte do documento, Pio XI refere-se às condenações de Pio IX e Leão XIII, e à necessidade desta nova reprovção. Na segunda, expõe os erros do comunismo quanto à sua doutrina filosófica e às suas concepções da pessoa humana, da família, da sociedade e do Estado, e denuncia os crimes cometidos na perseguição movida pelos comunistas contra a religião na Rússia, no México e na Espanha. Na terceira parte, expõe a verdade católica sobre os mesmos temas, opondo-a, ponto por ponto, à doutrina comunista.

Na quarta parte, qualifica o comunismo de *intrinsecamente perverso*, alerta os fiéis contra as suas insidiosas táticas de pro-

selitismo, e afirma não se poder admitir que com êle colaborem, em terreno algum, os que pretendem salvar a civilização cristã. Expõe amplamente os remédios que os católicos devem opor à ameaçadora revolução que se está preparando: desprendimento, caridade, justiça... Faz um apêlo a todos quantos crêem em Deus e o adoram para que tomem parte nessa luta, travada pelo poder das trevas contra a própria idéia da Divindade. E a Encíclica termina colocando a grande ação da Igreja Católica contra o comunismo mundial sob a égide do poderoso protetor da Igreja, São José, operário pobre e modelo de justiça cristã.

b) *Carta Encíclica "Ad Apostolorum Principis"*. — Como no caso anterior, o Concílio faz sua a Encíclica inteira. Se a "Divini Redemptoris" era uma condenação da doutrina e dos métodos do comunismo russo, a "Ad Apostolorum Principis" é o do comunismo chinês e, em particular, dos processos por êle empregados para destruir a Igreja Católica, criando uma Igreja cismática.

c) *Carta Encíclica "Mater et Magistra"*. — Nas páginas anotadas na nota conciliar, o Papa João XXIII afirma, entre outras coisas, que, nas Comunidades de mais alto nível de vida, desfaz-se a ilusão do sonhado paraíso na terra, meta, como é sabido, de todos os esforços dos comunistas. E, referindo-se às diversas ideologias que hão pretendido organizar mais perfeitamente a convivência humana, indica que algumas estão declinando, por não terem levado em conta as exigências mais profundas da pessoa humana. E afirma textualmente: "*Com efeito, o erro mais radical na época moderna é o de considerar a exigência religiosa do espírito humano como expressão do sentimento ou da fantasia, ou então como um produto das contingências históricas, que deve ser eliminado como anacrônico ou como obstáculo ao progresso humano...*".

A alusão à alienação religiosa e à religião, ópio do povo, pontos característicos da doutrina comunista, é tão evidente como no próprio texto conciliar. Considera-os o Papa radicalmente errôneos, e o Concílio faz sua esta apreciação.

d) *Carta Encíclica "Ecclesiam Suam"*. — Contra a afirmação de alguns, de que esta Encíclica foi superada pelo Concílio no que se refere à atitude da Igreja ante o comunismo,

está o fato evidente de a nota conciliar remeter à parte da Encíclica na qual o Papa Paulo VI reprova a concepção comunista do mundo e da sociedade como *fundamentalmente equivocada*, contrária às exigências inderrogáveis do pensamento, e às bases autênticas da ordem social, e sufocadora da *luz do Deus vivo*, acrescentando:

“Estas são as razões que nos obrigam, como obrigaram os nossos Predecessores — e, com eles, quantos estimam os valores religiosos — a condenar os sistemas ideológicos que negam a Deus e oprimem a Igreja, sistemas freqüentemente identificados com regimes econômicos, sociais e políticos, e, entre eles, o comunismo ateu. Pode dizer-se que sua condenação não nasce da nossa parte; é o próprio sistema, e são os regimes que o personificam, que criam contra nós uma radical oposição de idéias e opressão de fatos. Nossa reprovação é, na realidade, um lamentamento de vítimas mais do que uma condenação de juízes”.

Depois afirma que o diálogo com os comunistas é atualmente impossível, *pela falta de suficiente liberdade de juízo e de ação, e pelo abuso dialético da palavra*, e acrescenta: *“É esta a razão por que o diálogo emudece. A Igreja do Silêncio, por exemplo, emudece, falando unicamente com seu sofrimento, ao qual acompanha o sofrimento de uma sociedade oprimida e envilecida, onde os direitos do espírito são conculcados pelos daquele que dispõe da sorte dela”.*

CONCLUSÃO. — Ao reprovar, no Concílio Vaticano II, o ateísmo sistemático, *como de outras vêzes o reprovou*, a Igreja reitera e confirma as condenações da doutrina, e de métodos anti-religiosos e anti-humanos do comunismo, formuladas pelos Papas Pio IX, Leão XIII, Pio XI, Pio XII, João XXIII e Paulo VI. Em nada variou, portanto, a atitude da Hierarquia ante essa doutrina e êsses métodos, e nem pode, portanto, variar a dos fiéis católicos, que devem abster-se de toda colaboração e diálogo com os comunistas enquanto *aquêles que o Espírito Santo colocou para regerem a Igreja de Deus não o autorizarem expressamente.*

11 — Uma pessoa entusiasta do Cardeal Montini e da “linha progressista do Concílio” queixa-se: “Este Papa está sofrendo o Concílio!”

— Paulo VI é o mesmo Cardeal Montini, com a diferença, mui substancial, de que agora êle é Cabeça da Igreja, e tem uma *responsabilidade universal*, e olha *por tôda a Igreja*. Isto não quer dizer que êle se contradiga ou se retrate. Como homem, sua grande estatura e personalidade permitiram-lhe, na diocese de Milão, fazer experiências e determinar certos avanços, que êle pessoalmente dirigia e limitava. Como Pastor Supremo da Igreja, não pode êle reger cada uma das dioceses pessoalmente. Tem de dar as normas *universais*, que depois cada Pastor aplicará em sua diocese segundo a estatura de sua personalidade. Amiúde poderá ocorrer que alguém se exceda, e não tenha aquela capacidade de governo para manter o justo meio-térmo. Há-de o Papa vigiar os desvios e frear os ímpetos imoderados.

Contudo, *não se pode afirmar que o Papa freie o Concílio*. O que o Papa faz é frear os que se precipitam ou os que interpretam mal o Concílio. No mais, já ao promulgar os documentos conciliares, o próprio Papa concedeu a chamada “*vacatio legis*”, em virtude da qual êles não entravam em vigor enquanto êle o não determinasse. Com isto êle queria — como tem vindo fazendo — concretizar mais o sentido dos documentos, a fim de evitar tergiversações.

12 — O Concílio marca uma era nova na Igreja. Portanto, já mudou tudo.

— Começar uma era nova não é a mesma coisa que mudar tudo. Alguma coisa muda, mas somente aquilo que expressamente se diz que muda. Continua a mesma legislação da Igreja, continuam Dogmas, Moral, Sacramentos, etc. As mudanças também não afetam nada de substancial ou de imutável na Igreja, mas só o accidental e acomodatório, que depende dos costumes e das ideologias do tempo.

13 — Estamos na época pós-conciliar, e, portanto, temos de dizer a verdade em tudo e pregar com crueza as verdades, ainda que dóam.

— Este princípio, quanto a não se poder negar a verdade, não é pós-conciliar, é evangélico. Mas com isto vai unida a prudência, a boa educação e, sobretudo, a *caridade*. Os que assim falam costuma ser os que dizem seguir a "*linha do Concílio*". Sorte têm eles de que os que não pensam como eles não lhes seguem princípios e métodos! Quando se assenta um princípio, cumpre olhar às conseqüências. Cuidado, pois, com a liberdade de expressão, se não vem acompanhada da prudência e da caridade!

II — CRITÉRIOS DE PAULO VI SÔBRE O CONCÍLIO

1 — Qual a autoridade das constituições e decretos conciliares?

— Repetindo o que já diversas vêzes se dissera sôbre esta questão, na audiência geral de 12 de janeiro de 1966 Paulo VI afirmava:

“Há quem se pergunte qual é a autoridade, a qualificação teológica, que o Concílio quis atribuir aos seus ensinamentos, sabendo-se que êle evitou dar definições dogmáticas solenes com o pêso da infalibilidade do magistério eclesiástico. Sabida é a resposta para quem se lembre da declaração conciliar de 6 de março de 1964, repetida a 16 de novembro de 1964; dado o caráter pastoral do Concílio, êste evitou pronunciar de forma extraordinária dogmas dotados com a nota da infalibilidade; mas, não obstante isto, fortaleceu seus ensinamentos com a autoridade do supremo magistério ordinário; magistério ordinário e plenamente autêntico, que dócil e sinceramente deve ser aceito, de acôrdo com o desejo do Concílio sôbre a natureza e os fins de cada documento”.

2 — O Concílio abre novos horizontes. Cumpre repelir o imobilismo, o mimetismo e a simples repetição do que afirmaram os teólogos passados. Na realidade, do Concílio saiu uma Igreja nova, que quase nada tem de comum com o anterior...

— Sôbre êste aspecto mui concretamente nos respondeu Paulo VI na mesma audiência geral de 12 de janeiro de 1966. Meditem-se estas palavras:

“Não estaria na verdade quem pensasse que o Concílio representa uma ruptura ou, como alguém terá chegado a pensar, uma libertação do ensino tradicional da Igreja, ou que êle autorize e promova um fácil conformismo com a mentalidade do nosso tempo, no que ela tem de efêmero e de negativo, mais do que de seguro e de científico, ou que êle permita, a quem o deseje, dar às verdades da fé o valor e a expressão que oportuno lhe pareça. Abre o Concílio muitos horizontes novos aos estudos bíblicos, teológicos e humanísticos; convida a investigar e a aprofundar as ciências religiosas, mas não destitui o pensamento cristão do seu rigor especulativo, e nem consente que, na escola filosófica, teológica e escriturística da Igreja penetre a arbitrariedade, a incerteza, o servilismo, a desolação, que caracterizam muitas formas do pensamento religioso moderno quando privado da assistência do magistério eclesiástico”.

3 — Não se pode negar que só se devem julgar os aspectos doutrinais da Igreja e do mundo de hoje à luz do que pelo Concílio foi dito, já que os ensinamentos antigos em teologia, magistério e apostolado perderam a sua razão de ser, e são totalmente inadaptáveis.

— Na mesma alocução — 12 de janeiro de 1966 — Paulo VI nos doutrina como devemos integrar e coordenar os presentes ensinamentos conciliares com todo o patrimônio doutrinal da Igreja. Assim nos fala êle:

“...Faz-se mister uma advertência: os ensinamentos do Concílio não constituem um sistema orgânico e completo da doutrina católica; esta é muito mais ampla, como sabeis, e não foi posta em dúvida pelo Concílio, nem substancialmente modificada; ainda mais: o Concílio confirma-a, ilustra-a, defende-a e desenvolve-a com autorizada apologia, cheia de sabedoria, de vigor e de fidelidade. Este aspecto doutrinal do Concílio cumpre notá-lo em primeiro lugar, para honra da Palavra de Deus, que permanece unívoca e perene, como luz que se não apaga, e para consôlo de nossas almas, que, na voz franca e solene do Concílio experimentam o providencial ofício que Cristo confiou ao magistério vivo da Igreja, de guardar, defender e interpretar o depó-

sito da fé (cfr. *"Humani Generis"*, AAS 1950, pág. 567). Não devemos separar os ensinamentos do Concílio do patrimônio doutrinal da Igreja; antes, devemos procurar ver como eles se inserem nele, pois são testemunho, explicação, incremento e aplicação dêle. Por isto, quando as novidades doutrinárias ou normativas do Concílio aparecem em suas justas proporções, não criam objeções quanto à fidelidade da Igreja à sua função didascálica, e recebem aquêle verdadeiro significado que as faz brilhar de luz superior".

- 4 — Muitas vêzes li que o Concílio tem de mudar a nossa psicologia, e que havemos de centralizar a vida cristã especialmente no homem, prescindindo de práticas de piedade com preferência sôbre a pessoa humana, que deve converter-se em centro de todo o culto.

— Êste critério é totalmente alheio à Igreja, ao Evangelho e, portanto, às orientações conciliares. Com grande amargura Paulo VI falou desta aberração tão grave. Suas palavras são muito eloqüentes e dignas de ser repetidas, tais quais êle as pronunciou em julho de 1965:

"A santidade não é coisa de alguns privilegiados, nem dos cristãos de tempos antigos; está sempre em moda; queremos dizer que ela é sempre um programa atual e exigente para todo aquêle que queira dizer-se seguidor de Cristo.

Exprimirémos aqui as razões que nos sugerem a lembrança da exortação apostólica: Sede santos. E, omitindo as razões intrínsecas, indicaremos rapidamente algumas extrínsecas, isto é, sugeridas por certas condições espirituais próprias do nosso tempo.

São claras tais razões. Sabem todos que nós vivemos num período de profundas transformações de pensamentos e de costumes; assim, é explicável que se faça questão até mesmo de certas normas tradicionais que tornavam boa, ordenada e santa a conduta de quem as praticava. É explicável, mas não é louvável, não é plausível, a não ser com grande estudo e cautela, e sempre

segundo a direção de quem tem ciência e autoridade para promulgar as leis da vida cristã.

Hoje, infelizmente, assiste-se a um relaxamento na observância dos preceitos que a Igreja até agora propusera para a santificação e para a dignidade moral de seus filhos. Um espírito de crítica, e até de indocilidade e de rebeldia, põe em dúvida normas sacrossantas da vida cristã, do comportamento eclesástico, da perfeição religiosas. Fala-se de “libertação”, faz-se do homem o centro de todo o culto, contemporiza-se com critérios naturalistas, priva-se a consciência da luz dos preceitos morais, altera-se a noção do pecado, impugna-se a obediência e disputa-se-lhe a sua função constituinte da ordem da comunidade eclesial, aceitam-se formas e gostos de ação, de pensamento, de diversão, que fazem do cristão, não o forte e austero discípulo de Jesus-Cristo, mas sim o gregário da mentalidade e da moda corrente, o amigo do mundo, dêsse mundo que, em vez de ser chamado à concepção cristã da vida, tende a submeter o cristão à fascinação e ao gozo do seu exigente e volúvel pensamento. Certamente, não é assim que devemos conceber o “aggiornamento” a que o Concílio nos convida; não deve êle ser concebido como se por êle se quebrantasse a têmpera moral do católico moderno, mas sim como ordenado a que êste cresça em suas energias e se faça mais consciente e mais ativo nas tarefas que uma concepção genuína da vida cristã, e corroborada pelo magistério da Igreja, propõe de nôvo ao seu espírito”.

5 — Não obstante isto, nós os seculares somos adultos. Há que trocar o velho conceito de obediência por um diálogo que obrigue a autoridade a dar as razões dos seus propósitos e decisões. É preciso revisar o conceito de autoridade na Igreja.

— Estaria muito bem tal “teoria” se existisse o livre exame. Porém ela é totalmente inadmissível na vida católica. A autoridade divina da Igreja é indiscutível e inabalável. Afirmava-o Paulo VI em julho de 1965, lamentando as más interpretações em uso. Vejam-se as suas exatas expressões:

“Hoje, o estado de ânimo hostil ao princípio da autoridade muito se há estendido, não só na sociedade temporal, como também manifestando-se em diferentes setores da própria vida católica. A obediência, isto é, o reconhecimento cordial e prático da autoridade, é continuamente posta em tela de juízo, como contrária ao desenvolvimento da pessoa humana; como indigna de seres livres, maduros e adultos; como metódicamente falsa; como se formasse espíritos fracos e passivos, e perpetuasse nos tempos modernos critérios, já superados, de relações sociais. Há quem pense que vale a pena afrontar o risco de desobediência libertadora, e é um recurso louvável o pôr a autoridade frente ao fato consumado. E não faltam pessoas de talento que, talvez sem o confessarem abertamente, iludem-se supondo que se pode ser muito bom católico ou, ao menos, bom católico reivindicando para si uma autonomia absoluta de pensamento e de ação, subtraindo-se a qualquer relação positiva, não só de subordinação, mas também de união com quem, na Igreja, assume funções de responsabilidade e direção.

Infelizmente, quão extenso seria hoje o campo de semelhantes observações! Mas não queremos proferir agora palavras amargas e polémicas, como também não queremos fazer a apologia da autoridade. Aliás vós bem conheceis os títulos evangélicos dos quais ela procede; e sabeis que ela quer ser serviço de caridade e salvação, e não outra coisa.

Para nos circunscrevermos à análise da impressão anteriormente indicada, de que estamos no reino da autoridade, responderemos em síntese a algumas perguntas que parece surgirem desta impressão. Vejamos. É exata tal impressão? Sim, é. Aqui a autoridade da Igreja tem a sua mais plena e autêntica expressão. Lembrai-vos, porém, de que é difícil fazer uma idéia exata da autoridade, especialmente da eclesíastica. A experiência e a história apresentam-nos visões dela nem sempre fiéis ou felizes. Faz-se mister aprofundar a idéia da autoridade da Igreja, purificá-la de certas formas que não são essenciais — inclusive se, em determinadas circunstâncias, estas já foram legítimas, como o poder temporal, por exemplo —, e orientá-la de novo para o seu critério originário e cristão”.

6 — Atualmente estamos vivendo uma primavera, um ar renovador tão fecundo, que não há ter medo de heresias, nem nos aterrorizarmos com possíveis equívocos. Por isto o Concílio não lançou anátemas...

— Tão risonho optimismo não o compartilha grande parte do povo cristão e muitos Prelados; e o próprio Paulo VI tem-se lamentado com frases para as quais é difícil encontrar comparação em anteriores pontificados, dada a força de suas dramáticas expressões em agosto de 1965:

“Está certo? Com efeito, até Nós chegam vozes confusas e estranhas que nos fazem refletir muito, e que costumam, também, surpreender-nos e entristecer-nos, porque são vozes que provêm não só das multidões dos que têm a felicidade de possuir a nossa fé — e já esta onda de clamores opostos nos é motivo de íntima aflição e de estímulo para um amor insone —, senão que também costumam provir dos melhores setores do povo de Deus, sempre fiéis e unidos a Nós, e nos quais ordinariamente a doutrina da Igreja se alimenta de fervidos estudos, cultiva-se com firmes pensamentos, honra-se com fecunda vida cristãs; vêm elas fazer-se eco de erros antigos e modernos já retificados e condenados pela Igreja, e excluídos do patrimônio de suas verdades; ou vêm também por hipóteses súbitamente convertidas em afirmações, que quereriam dizer-se científicas, e que põem em tela de juízo princípios, leis, tradições a que a Igreja está firmemente ligada, e dos quais é inconcebível possa ela jamais afastar-se; ou a insinuar críticas revulsivas sobre a história e estrutura da Igreja, e a propor revisões radicais de toda a sua ação apostólica e da sua presente no mundo, de sorte que, longe de tirar daí as virtudes e formas novas a que tende o “aggiornamento” conciliar, a Igreja terminaria por assemelhar-se a esse mundo, que, ao contrário, espera dela o raio de “luz” e o vigor do seu “sal”, e não a complacente aquiescência às suas discutíveis teorias e aos seus costumes profanos”.

7 — Quais são as atitudes rejeitáveis para viver em verdade o espírito do Concílio Vaticano II?

— Segundo Paulo VI, concretizam-se elas nestes contraditórios extremismos:

“Não diríamos que sintonize perfeitamente com a espiritualidade do Concílio a atitude daqueles que, dos problemas que êle suscita e das discussões que provoca, tiram pretexto para despertar em si mesmos e nos outros um espírito de inquietação e de reformismo radical, tanto no campo doutrinário como no disciplinar, como se o Concílio fôsse a ocasião propícia para pôr em questão dogmas e leis que a Igreja inscreveu nas tábuas da sua fidelidade a Cristo Senhor, e como se isso autorizasse todo juízo particular a destituir o patrimônio da Igreja de tôdas as aquisições que sua longa história e comprovada experiência lhe proporcionaram no decurso dos séculos. Quereriam, êsses, por acaso, que a Igreja virasse criança, esquecendo-se êles de que Jesus comparou o reino dos céus a uma minúscula semente que deve crescer e converter-se em árvore frondosa (Mt. 13, 31), e cujo desenvolvimento êle predisse se verificaria por obra do Paráclito, mercê da doutrina por Êle ensinada (Io., 14, 26 e 16, 13)? Quereriam que, para ser autêntica, a verdadeira Igreja se contentasse com o que êles denominam essencial, isto é, que ela se reduzisse a um puro esqueleto e renunciasse a ser corpo vivo, crescente e operante, não hipotético e idealizado, senão real e humano na experiência vivida da história.

Por outra parte, também não diremos que são bons intérpretes da ortodoxia os que desconfiam das deliberações conciliares e se reservam o direito de aceitar sòmente as que êles julgam válidas, como se lícito fôra duvidar da autoridade do Concílio; e que o obséquio à palavra dêste possa parar naquilo que não exija nenhuma adaptação da mentalidade própria e se limite a confirmar a estabilidade desta.

Não se pensa suficientemente que, quando a Igreja Mostra ensina, necessário é que todos sejam discípulos” (28-VII-1965).

- 8 — A verdadeira atitude do católico da Igreja do Concílio não será uma revisão total, uma desconfiança absoluta para com tudo o que é antigo, e a inaugurar um nôvo tipo de vida cristã?

— Paulo VI respondeu claramente sôbre esta matéria na audiência de 15 de dezembro de 1965. Suas palavras orientam e centralizam o problema:

“Referimo-nos, principalmente, ao estado de ânimo dos que queriam submeter a uma discussão permanente verdades e leis já claras e estabelecidas, continuar o processo dialético do Concílio, atribuindo-se competência e autoridade para introduzir critérios inovadores próprios ou subversivos na análise dos dogmas, dos estatutos, dos ritos, da espiritualidade da Igreja Católica, para uniformizar o pensamento e a vida desta com o espírito dos tempos. Lícito será sempre, e elogiável, que os pastores e doutores não permitam ao Povo de Deus uma adesão passiva à doutrina e aos costumes da Igreja, e que procurem, antes de tudo, animá-lo de convicções vivas, mediante novos estudos e expressões originais; mas tudo isto supõe a segura fidelidade à realidade religiosa e moral já garantida pelo magistério da Igreja Católica. A não fazê-lo assim, desmentir-se-ia a sua natureza e a sua missão.”

Quer isto dizer que a posição boa, aquela que devem observar hoje os fiéis da Igreja com respeito ao Concílio, não é a de submeter à discussão, a de pôr em dúvida ou em questão, as coisas que nos foram ensinadas, e sim a de pô-las em prática; estudá-las, compreendê-las, aplicá-las dentro do contexto efetivo da vida cristã”.

- 9 — A autoridade dogmática não é um freio à livre iniciativa da vida religiosa e da consciência individual? Parece convir-nos um personalismo que nos liberte de todo gregarismo, embora nos leve a uma pluralidade de conceitos e de interpretação da palavra. Portanto, cumpre abdicar dos dogmatismos.

— O subjetivismo que o que acaba de afirmar-se pressupõe é inteiramente inadmissível, e encerra uma total desinteligência

do que é a Igreja, depositária autêntica e legítima da Revelação e de toda a verdade salvadora. Dizia-nos Paulo VI em agosto de 1965:

“Atitude dogmática, portanto, que quer dizer fundada não na ciência própria, mas na Palavra de Deus, inteligível mediante o Espírito-Santo, e transmitida por meio de um magistério que tira sua autoridade do fato de ser discípulo do Senhor Jesus-Cristo, Único Mestre. Estupenda afirmação de Santo Agostinho: Deus in cathedra unitatis doctrinam posuit veritatis, Deus pôs a doutrina da verdade na cátedra da unidade (Ep. 105 — PL, 33, 403). Atitude que não consente a ambigüidade, a interpretação subjetivas, a confusão, a decadência, a contradição na mensagem da salvação, e que garante a todos e a cada um, no povo de Deus, a mesma verdade, a mesma segurança, a mesma linguagem, a de ontem, de hoje e de amanhã. Atitude que não adormenta os espíritos, que lhes não tolhe o passo a nenhuma verdadeira investigação científica, muito antes impele as mentes a pensar, a progredir e a orar. Atitude que não nos ensoberbece, como se se tratara de detentores afortunados e exclusivos da verdade, senão que, ao contrário, nos faz fortes e animosos e desejosos de difundi-las. Uma vez mais recorda-no-lo Santo Agostinho: Sine superbia de veritate praesumite, orgulhai-vos da verdade sem orgulho” (Contra Litteras Petiliani, 1, 29, 31 — PL, 43, 259).

10 — Poderia, de algum modo, resumir-me os perigos apontados por Paulo VI nesta época pós-conciliar?

— É muito amplo e complexo o magistério dêle, porém nesta breve antologia pode-se compreender qual é o pensamento e o alarme de Paulo VI:

1. EXTREMISMOS ANTI-CONCILIARES. — Há quem “obstaoulize esta renovação (conciliar) como se ela fôra uma ofensa à estabilidade da ordem eclesiástica, e como se a fidelidade à tradição significasse imobilismo e inércia, e como se a Igreja, no tempo, houvesse conseguido sua definitiva e completa expressão”. “Mas, por outro lado, é preciso não cair na tentação de crer que

as novidades derivadas das doutrinas e decretos conciliares possam autorizar qualquer mudança arbitrária e justificar iniciativas livres e irresponsáveis, incoerentes com o desenho da construção que cumpre realizar" (16-11-66).

2. FALSAS INTERPRETAÇÕES DO CONCÍLIO. — *"Para não faltarmos ao nosso dever doutrinal e pastoral, muitas vezes temos tido que retificar em nossos discursos tendências encaminhadas a interpretações inexatas e arbitrárias dos ensinamentos conciliares... perigo de certas opiniões difundidas, que insinuam uma avaliação arbitrária do Concílio... temos alertado o povo de Deus contra visões inadequadas e capciosas do Concílio, e ainda o fazemos e faremos..."* (24-6-67).

3. FALSA "MENTALIDADE PÓS-CONCILIAR": RUPTURA COM O PRÉ-CONCILIAR. — *"Pretende-se descobrir no povo de Deus uma mentalidade a que chamam pós-conciliar, a qual, do Concílio, deixa de lado a firme coerência dos seus amplos e magníficos desenvolvimentos doutriniais e legislativos, com o tesouro de idéias e de normas práticas da Igreja, para despojá-las do seu espírito de fidelidade tradicional, e para difundir a ilusão de dar êle uma interpretação arbitrária e estéril do cristianismo. Que restaria do conteúdo da nossa fé e das virtudes teológicas que nela se professam, se, longe da aprovação do magistério eclesiástico, houvessem tais intentos de prevalecer?"* (22-2-67).

4. "CONCILIARISMO": DISCUSSÃO E INOVAÇÃO PERMANENTES. — *A atitude que o Papa designa por êste nome é "a daquele que quisesse um Concílio permanente" e "submeter a uma discussão permanente verdades e leis já claras e estabelecidas, continuar o processo dialético do Concílio, atribuindo-se competência e autoridade para introduzir critérios inovadores ou subversivos na análise dos dogmas, dos estatutos, dos ritos, da espiritualidade da Igreja Católica, para uniformizar o pensamento e a vida desta com o espírito dos tempos"* (15-12-65).

5. REJEIÇÃO DO MAGISTÉRIO. — *"Sabe-se, por desgraça, que hoje algumas correntes de pensamento, que continua dizendo-se católico, procuram atribuir uma prioridade, na formulação normativa das verdades da fé, à comunidade dos fiéis, sobre a função*

docente do Episcopado e do Pontificado Romano, contrariamente aos ensinamentos escriturísticos e à doutrina da Igreja, abertamente confirmada no recente Concílio, e com grave perigo para a genuína concepção da mesma Igreja, para sua segurança interior, e para sua missão evangelizadora no mundo (22-2-67).

7. **HISTORICISMO E RELATIVISMO.** — *Tentação de realizar “adaptações historicistas” da doutrina e disciplina da Igreja, como se “as coisas humanas fôsem geradas pelo tempo e por êle inexoravelmente devoradas, e como se no catolicismo não existisse um carisma de verdade permanente e de estabilidade invencível”* (16-11-66, Jesuítas).

8. **PROBLEMATISMO, DÚVIDAS E INCERTEZAS.** — *“Ninguém ignora que uma dúvida de incerteza e de inquietude abateu-se sobre o ânimo de muitos dos nossos sacerdotes, dando, com frequência, origem a uma problemática mui variada, complexa e desordenada...”* (9-9-66).

9. **NEGAÇÕES DA DOCTRINA CATÓLICA.** — *“Altera-se o sentido da fé única e genuína; admitem-se agressões as mais radicais a verdades sacrossantas da nossa doutrina... e pretende-se conservar o nome de cristão chegando a negações extremas de todo o conteúdo religioso”* (7-4-67).

10. **CONFORMISMO COM O MUNDO PROFANO.** — *“E, infelizmente, é fácil encontrar pessoas dotas e sempre ciosas de se professarem católicas, as quais, tendo em pouca conta a função indispensável do magistério da Igreja, inoportunamente procuram adaptar as doutrinas da fé à mentalidade do mundo moderno, não só com o esforço louvável de fazer aceitar e, de certo modo, compreender essas doutrinas, como também com a reticência, com a alteração, e ainda com a negação dessas mesmas doutrinas, conforme as teorias ou os gostos das opiniões hoje correntes”* (1-6-67).

11. **NATURALISMO — TEMPORALISMO — “DESSACRALIZAÇÃO” — “DESMITIFICAÇÃO”.** — *“Orientação do pensamento para as realidades temporais e para um mortificante conformismo com o mundo profano”* (9-9-66). *“Naturalismo que já não compreende a loucura e o escândalo da cruz”* (17-4-66). *“Errônea convicção de*

que no laicismo radical se verifica verdadeiro prestígio humano e verdadeira sabedoria" (7-4-66).

12. IRENISMO E FALSO ECUMENISMO. — "*Há uma atitude que excele em entusiasmo e simplismo, como se o contato com os irmãos separados fôsse fácil e sem perigo, e como se fôsse suficiente não dar importância aos problemas doutrinários e disciplinares, para estabelecer imediatamente a concórdia e a colaboração*" (19-1-66).

13. ERROS NA SAGRADA ESCRITURA. — "*Grandes discussões, grandes dificuldades, grandes lucubrações de estudos e de interpretações, que tentam diminuir o valor histórico dos próprios Evangelhos...*" (28-12-66). "*Partidários de doutrinas negadoras do magistério eclesiástico quereriam reconhecer nesses fiéis capacidade para interpretar livremente a Sagrada Escritura, que facilmente se pretende inspirada*" (12-1-67). "*Opiniões exegéticas... tiradas, as mais das vezes, das mais audaciosas, porém cegas, filosofias profanas, insinuam-se aqui e acolá no campo da doutrina católica...*" (22-2-67).

14. ERROS EM MATÉRIA DOGMÁTICA E CONEXAS. — "*Opiniões errôneas, que pretendem sustentar interpretações arbitrárias e ofensivas de verdades sacrossantas da fé católica...; por exemplo, sobre a ressurreição de Jesus-Cristo, sobre a realidade da sua verdadeira presença na Eucaristia; e também sobre a virgindade de Maria e, consequentemente, sobre o mistério augusta da Encarnação, etc.*" (30-11-66). Sobre o pecado original, poligenismo, evolucionismo (15-7-66). Sobre o sacerdócio (9-9-66).

15. ANTI-JURISDICISMO. — "*Há os que quereriam opor a Igreja jurídica à Igreja da caridade, pensando que é possível, e não pensando que é contrário à economia da salvação, o isolar de outro aspecto um aspecto constitutivo da Igreja...*" (25-5-66). "*Em muitas partes olha-se com antipatia a atividade legislativa da Igreja, como se esta se opusesse à liberdade dos filhos de Deus e freasse o desenvolvimento histórico do organismo eclesiástico...*" (17-8-66).

16. ANTI-TRIUNFALISMO. — "*As manifestações públicas celebradas no campo católico, que merecem lembradas e celebradas*

como sintomas positivos da vitalidade eclesiástica, às vezes são acusadas de “triumfalismo” por uma crítica mordaz e injusta (também ao Senhor fizeram esta acusação, Luc. 19, 40)” (24-8-66).

17. ANTI-CONSTANTINIANISMO. — “Tornou-se habitual falar da “Igreja dos pobres” como da Igreja ideal, e também atribuir à “Igreja constantiniana” reprováveis contaminações temporais, embora a expressão seja um tanto imprópria e pareça desconhecer o grande acontecimento histórico da liberdade inicial da Igreja” (30-3-66).

18. CRISE DE OBEDIÊNCIA. — “Certa susceptibilidade, certo espírito de independência e de emancipação, que por toda parte aflora em diversos grupos do povo de Deus, até agora exemplares na observância da obediência... Há quem tenha querido descobrir... uma mudança radical da relação entre autoridade e obediência, como se ela se houvera transformado num diálogo comprometedor para a autoridade e liberatório da obediência” (5-10-66).

19. RELAXAMENTO MORAL. — “...Impressionante aumento das causas de nulidade de casamento... sinal característico do enfraquecimento do sentido da lei na qual está fundada a família cristã...” (25-1-66). “Ânsia dos que aspiram a introduzir o divórcio na legislação e na vida das nações que têm a sorte de estar imunes dele...” (23-1-67). As normas sobre o controle da natalidade ensinadas pela Igreja “não podem considerar-se não obrigatórias, como se o magistério da Igreja estivesse agora duvidando delas...” (29-10-66). “Sabemos quão difícil é falar hoje em defesa da moralidade; nem se quer ouvir falar desta” (7-4-67).

20. ANTI-ASCETISMO. — Há “quem creia que a verdadeira santidade... não se refere nem obriga a todos os cristãos”, e “falsamente distinguem a perfeição cristã da perfeição evangélica...” Há também “os que crêem artificiosa, tediosa e inútil a vida interior...” (20-7-66). Também não faltam os que consideram dever a vida religiosa ser “desmitizada”, libertando-a de formas ascéticas e disciplinares que hoje parecem peso inútil

(12-7-66). *“Objecções, de várias formas, têm-se formulado ou se formulam contra o celibato sagrado”* (24-6-67, Sacr. Celib.).

21. ANTI-PROSELITISMO. — *“Conceito moderno que às vezes põe em dúvida a conveniência da atividade missionária. Com demasiada freqüência, chega êste conceito a invadir o ânimo dos melhores. Esta problemática compromete, de forma particular, os novos apóstolos, os quais devem partir para seus países de missão ricos em dons divinos, conscientemente regozijados porque sua eleição não é errônea nem temerária”* (18-8-66).

22. IMOBILISMO E ARBITRARIEDADES LITÚRGICAS. — *Alguns “pretendem defender a causa da língua latina na liturgia” de forma violenta e inaceitável. Por outro lado, existem “episódios de indisciplina, que se difundem, em diversas regiões, nas manifestações de culto comunitário, e que com freqüência se revestem, a sabendas, de formas arbitrárias, às vezes totalmente díspares das normas vigentes na Igreja, com grande perturbação para os bons fiéis, e com inadmissíveis motivações, perigosas para a paz e para a ordem da própria Igreja, e pelos desconcertantes exemplos que elas difundem”* (19-4-67).

23. EXTREMISMOS SOCIAIS. — *“Alguns pensam que a fidelidade ao depósito que ela recebeu impõe à Igreja uma atitude de reserva, inclusive de condenação do mundo moderno... Inversamente, outros quereriam que a Igreja não só olhasse com bons olhos o mundo moderno, como também se compromettesse a fundo no temporal — social, político, econômico —, e não hesitasse em, se necessário, sustentar quantos querem fazer reinar a justiça na sociedade, reformando-a por meio da violência... Não pode a Igreja fazer sua nenhuma destas posições extremas”* (6-1-67).

III — HIERARQUIA E DISCIPLINA ECLESIAÍSTICA

a) O PAPA

- 1 — O Papa não tem de se imiscuir em assuntos pertinentes a dioceses particulares, porque não pode compreender os assuntos de todos os países.

— O Papa tem jurisdição universal, suprema, plena, imediata e ordinária sobre toda a Igreja, e sobre todas e cada uma das dioceses, e sobre todos e cada um dos pastores e dos fiéis. Portanto, *se quiser, pode imiscuir-se em cada uma delas*. Mas, ordinariamente, o Papa não se mete a governar as igrejas particulares. Se, em algum caso particular, o fizer, ter-se-á assessorado antes, e, ademais, tratar-se-á de algum assunto muito importante para o bem da Igreja, mesmo local. Precisamente, o atual Sumo Pontífice determinou e legislou sobre as Conferências Episcopais, para que o aliviem de um regime demasiado direto das igrejas locais.

- 2 — O Papa não é um Bispo como os outros? Não é cabeça do Colégio de Bispos? Ao Colégio não corresponde, portanto, o Governo Supremo universal da Igreja, e ao Papa somente uma representação ou superioridade subordinada ou condicionada ao Colégio?

— Esta pergunta toca a fundo a questão do Papado e da Colegialidade dos Bispos. Distingamos, pois, brevemente as questões:

- 1) Quanto ao *Poder de Ordem* — o poder que emana da ordenação sacerdotal e da sagração episcopal —, o Papa é um Bispo como os outros. Não tem maiores nem menores poderes.

Mas, quanto ao *Poder de Jurisdição e de Magistério*, está êle acima de todos os Bispos, mesmo coletivamente considerados. Êle, e só êle, é Chefe Supremo da Igreja — inclusive do Colégio dos Bispos. — Êle, e só êle, é pessoalmente infalível; êle, e só êle, tem poder sôbre a Igreja Universal. Portanto, quando determina alguma coisa, o Papa pode prescindir do parecer dos Bispos em governando a Igreja. Em virtude da sua infalibilidade pessoal, pode êle, sem consultar ninguém, definir qualquer dogma de fé. Mas o Papa não age impulsivamente; e por isto, êle tem a Cúria Romana — uma espécie de Ministérios —, e assessora-se de peritos e de congregações, ou comissões, antes de decretar assuntos de importância.

2) O Papa não está subordinado ao Colégio dos Bispos, visto êste Colégio não existir se não tem a Cabeça que, por instituição de Cristo, o precida e dirija. Por esta razão, o Colégio, como tal, não tem direito de se imiscuir nos assuntos da Igreja Universal, nem de exigir do Papa que não governe sem êle. *“O Colégio ou Corpo Episcopal não tem autoridade se não se considera unido ao Romano Pontífice... A ordem dos Bispos... juntamente com seu Chefe, o Pontífice Romano, e nunca sem êste Chefe, é também sujeito do supremo e pleno poder sôbre a Igreja Universal, poder que não pode exercer-se senão com o consentimento do Romano Pontífice”* (L.G. 3).

3) Em virtude do supremo poder de jurisdição que possui, pode o Papa limitar os poderes e a jurisdição dos Bispos, designar-lhes territórios particulares, destituí-los, etc.

3 — Se o Papa só é infalível quando fala “ex cathedra” e nas questões que afetam a fé e os costumes, por que então se lhe deve obedecer em tudo?

— Não se confunda a *infalibilidade* com a *autoridade suprema*. Por ser infalível, deve êle ser *crido* — com assentimento de fé — nas matérias indicadas e quando impõe uma doutrina ou verdade. Por ser *autoridade suprema*, deve ser obedecido. *“Quem a vós ouve a Mim me ouve; quem vos despreza a Mim me despreza”*, disse Cristo (Lc. 10, 16).

Quanto ao assentimento aos seus ensinamentos que êle não nos impõe como dogmas de fé, Pio XII disse: *“Nem se deve crer que os ensinamentos das Encíclicas não exijam, por si, o assentimento, em razão de os Pontífices Romanos não exercerem nelas o supremo poder do seu Magistério. Trata-se de ensinamentos do Magistério ordinário; e, na maioria das vezes, o que se inculca e se propõe nas encíclicas pertence ao patrimônio da doutrina católica”* (Humani Generis”).

4 — Por que é o Papa quem nomeia os Bispos, e não o povo, como na Igreja primitiva?

— O poder de nomear Bispos cabe a quem tem a jurisdição suprema sôbre a Igreja. Portanto, ao Papa. Pode êle, sem embargo, delegá-lo pela forma que queira, ou estabelecer normas sôbre os casos particulares. Recentemente êle determinou que as Conferências Episcopais é que apresentem as listas dos que elas julguem aptos para o cargo, reservando-se êle a eleição e nomeação. Querer limitar esta autoridade do Papa é atentar contra o seu poder supremo.

b) OS BISPOS

5 — São infalíveis os Bispos?

— Individualmente, não. Coletivamente, *juntamente* com o Sumo Pontífice, sim. São infalíveis quando, por exemplo, no Concílio Ecumênico — tendo o Papa como cabeça e a êle estando submetidos —, por unanimidade, mesmo que não absoluta, determinem alguma coisa em matéria de fé ou de costumes. Mas, como estão subordinados ao Papa, e como só em união com êste têm êles esta infalibilidade, os próprios decretos conciliares são submetidos ao Papa, que pode rejeitar ou não querer aprovar o que todos êles hajam determinado; visto como necessariamente a determinação desses decretos inclui esta condição: *“se também ao Papa assim parece”*.

6 — Sendo o Bispo um representante da Diocese, não é necessário que o elejam suas ovelhas e que êle seja da própria diocese?

— Admitindo a metáfora do rebanho, das ovelhas e do pastor, creio ser claro que *o pastor não é um representante das ovelhas*, e sim aquêles que as governa e as conduz a bons pastos. O Bispo é o representante do Papa na diocese e o pastor próprio dela. Não é, pois, um mero representante, e muito menos de suas ovelhas. Visto depender êle do Papa, já dissemos que ao Papa compete a sua eleição. Não são os diocesanos que hão-de escolher seu Bispo, é o Papa que lhes deve dar aquêles que êle julgue mais apto para o cargo.

Poderá ser *conveniente* que o Bispo pertença à própria região, mas isto nunca será *necessário*, em virtude da instituição divina do Episcopado ou do regime da Igreja. Muitos fatores entram em jôgo quando se trata de eleger uma pessoa para o govêrno, sendo o principal a idoneidade para resolver os problemas da diocese.

Nem na primitiva Igreja se agia de outra maneira. Santo Irineu, Bispo de Lião, era oriental; Santo Ambrósio não era milanês (conquanto se achasse em Milão quando o elegeram), etc.

7 — Não é verdade que os Bispos devem retirar-se quando chegam a certa idade?

— A nova disposição da Igreja diz que *“encarecidamente se lhes recomenda não prolongarem o exercício de seu cargo além dos 75 anos”*. Mas não se lhes manda. Êles contraíram um compromisso com a diocese, e, se nela quiserem manter-se até o fim de seus dias, têm direito de fazê-lo. Se razões superiores exigissem que êles se retirassem e êles não o notassem, o Papa teria faculdade para lhes ordenar essa retirada ou para providenciar de outra maneira.

c) OS PRESBÍTEROS

8 — Os sacerdotes são todos iguais entre si. Pode-se afirmar que como o último grau da Hierarquia existe o pároco?

Não é melhor que cada sacerdote trabalhe em equipe, mas sem necessidade de obediência a diretrizes impostas?

— É certo que todos os sacerdotes — seculares e regulares, isto é, religiosos — *são iguais, em virtude da ordenação sacerdotal*, mas não o são *no exercício ou poder de jurisdição*. Ao Bispo, quando é sagrado, costuma-se designar uma diocese, *para que a governe*. Por isto mesmo, tem êle jurisdição sôbre ela. Mas o sacerdote é ordenado não para governar uma diocese ou uma paróquia, e sim *para ajudar o Bispo*. Ao sacerdote, em virtude da ordenação sacerdotal, não se dá nenhuma jurisdição. Assim, não pode êle nem sequer absolver válidamente se um Bispo (ou o Papa) não lhe conferir jurisdição sôbre o penitente. Esta a causa por que o Pároco se coloca no grau último da Hierarquia, isto é, porque tem *um poder de jurisdição* que lhe cabe em razão do cargo que lhe foi designado. A isto se chama jurisdição *ordinária*. Porém ela não é *própria* (como a do Bispo), se não *vicária*, isto é, subordinada em tudo ao Bispo. (Os Vigários nas Paróquias têm jurisdição *delegada*, não própria, como também os religiosos não párocos que têm faculdades para confessar, etc.).

É muito bom o *trabalho em equipe*, mas, sendo o sacerdote um auxiliar do Bispo, é evidente que deve trabalhar sob a direção dêste. O mesmo sucede com os Religiosos isentos, naqueles trabalhos que se relacionam com as obras diocesanas ou com elas interferem.

O Concílio Vaticano II recomendou muito o espírito de universalidade e de auxílio mútuo, não só inter-paroquial, como também inter-diocesano. Mas sempre se faz mister conjugar os trabalhos com subordinação à autoridade, que é o Bispo.

9 — Não acha que, para se aproximarem mais do povo, devem os sacerdotes dessacralizar-se, e, portanto, podem andar com bernal a tiracolo, dizer palavrões, brincar com as moças, freqüentar os espetáculos públicos, etc.?

— Creio que não. O padre deve procurar os meios convenientes para se aproximar do povo, mas deve *aparecer como sacerdote*. Portanto, não deve *dessacralizar-se*, o que seria *dessacerdotizar-se*. Para isto, mais valeria ser um bom secular. **Não**

há inconveniente em que vista-se à paisana ou ande de bicicleta, em que use tal ou qual indumentária... contanto que não rebaixe a *dignidade sacerdotal*. Por êste motivo, desdiz do sacerdote o emprêgo de certos palavreões, atitudes, espetáculos, pilhérias, diversões, excursões, etc., que não aproximam do povo, senão que rebaixam o sacerdote e o colocam em sério perigo espiritual. Repetimos: quem não quiser ser um bom padre não se faça padre. Pode ser um leigo muito zeloso e fazer um apostolado magnífico. Mas êsses tais seculares não freqüentam os espetáculos imorais, nem empregam êsses meios de apostolado.

10 — É obrigatório usar a tonsura clerical? Tirou-a o Concílio?

— O Cânone 136 prescreve: *“Todos os clérigos usem um hábito eclesiástico decente, conforme as prescrições do Ordinário do lugar (o Bispo), e os legítimos costumes dos lugares; usem também a tonsura ou corôa clerical, a não ser que os costumes admitidos dos povos façam outra coisa; e tenham um cuidado simples do cabelo”*. E o cânone 2.379 impõe a pena de suspensão se, depois de haverem sido gravemente avisados por não usarem o hábito clerical e a tonsura, durante um mês eles não se emendarem.

Está, pois, prescrita a tonsura com estas ressalvas dos costumes locais. Se não a usarem (e também o traje eclesiástico), devem ser sèriamente advertidos pelo Bispo. Sôbre êste ponto o Concílio nada disse.

11 — Os padres devem tirar a batina, porque é uma veste que os afasta do povo; e os que a usam, como também as freiras com seus hábitos, fazem de palhaço.

— Releia-se o que acabo de dizer sôbre o cânone 136: prescreve-se o *hábito eclesiástico*. Na atualidade, muitos Bispos têm permitido, em suas dioceses, o uso do chamado “clergyman”; não o impuseram. É preciso ater-se ao que cada Bispo prescreva em sua diocese. Onde fôr permitido não usar batina, não há censurar os que não a usam, mas também não há censurar aos que a usam. Uns e outros estão no seu direito.

O que todos os Bispos prescrevem é que se use um *traje eclesiástico*, isto é, que haja um distintivo pelo qual se note que aquela pessoa é sacerdote; e, assim, proibem o uso de gravata ou de traje simplesmente à paisana, salvo permissão particular, que será dada por escrito.

Às freiras, como aos religiosos que usam hábito, não é lícito mudar de indumentária sem as correspondentes licenças de seus superiores maiores, consoante os estatutos próprios.

Que o hábito eclesiástico de batina afaste dos homens, isto não é certo no sentido de que o "clergyman" aproxime ou não aproxime. Os anti-clericais sentem-se incomodados diante do padre, e não do hábito. Pelo contrário, a batina livra de muitos perigos e evita muitas quedas tristes. Nenhum sacerdote se atreverá a entrar em certos lugares estando de batina.

12 — O padre não deve entreter-se em construir templos, visto serem estes mais propriamente um inconveniente para o apostolado, por causa da sua ostentação provocadora para as classes economicamente fracas.

— a) Se se insiste tanto na *comunidade eclesial*, onde se reunirá esta comunidade? Nos teatros, bares, cinemas, salões de baile?

b) O centro da vida cristã é o Santo Sacrifício da Missa. Ali vem encontrar-se *todos* os fiéis; e, se puderem estar juntos, melhor. O padre é o chefe desta comunidade e o ministro do Sacrifício eucarístico. A êle, pois, compete, e é *dever seu*, procurar que a comunidade tenha um lugar *apto e digno* para a sua vida cristã comunitária. E este lugar é o templo.

c) A construção de um templo não é nenhuma provocação para as classes economicamente fracas. Pelo contrário: se o padre souber fazer-lhes ver que o templo é *a sua casa*, e se, junto ao templo — quando levanta a casa paroquial — construir as dependências necessárias de diversão, de beneficência, e escolas, fará um trabalho magnífico.

d) Na construção dos templos evite-se a ostentação ou um luxo excessivo, mas não a dignidade que a Casa de Deus requer. Não permitamos que Cristo viva num barraco, quando queremos que todos tenham uma mansão.

13 — O padre deve dar testemunho de Cristo, e, por isto, dedicar-se ao trabalho ordinário e viver como os operários. Esta é a linha do Concílio.

— O Concílio diz: *“O caráter secular é próprio e peculiar dos leigos. Os que receberam a ordem sacra, ainda que algumas vezes possam tratar de assuntos seculares, inclusive exercendo uma profissão secular, estão ordenados principal e diretamente ao sagrado ministério, em razão da sua vocação particular”* (L.G.). E prossegue: *“Aos leigos incumbe, por vocação própria, procurar o reino de Deus, tratando e ordenando segundo Deus os assuntos temporais”*. Portanto:

a) Ao sacerdote, enquanto tal, não compete o dedicar-se ao trabalho, senão por via de excepção. O próprio Concílio baixou normas sobre este particular; e aos Bispos cabe permitir que alguns de seus padres possam fazer-se o que hoje se chama *“padres-operários”*.

b) Dar *testemunho* compete a todo cristão. Há-de, porém, cada um dar testemunho segundo sua própria vocação. *“Os Presbíteros, como cooperadores dos Bispos, têm como ofício primário — como dever principal — anunciar a todos o Evangelho, para constituir e aumentar o povo de Deus, cumprindo o mandato do Senhor: Ide pelo mundo todo, e pregai o Evangelho a toda criatura”* (P.O.).

c) *Deve viver do suor de seu rosto*. Mas isto não quer dizer que deva trabalhar como um mouro. Também ganha o pão com o suor de seu rosto o engenheiro, o arquiteto, o médico..., que não derramam gotas de suor no exercício de sua profissão.

14 — O padre deveria casar-se, porque o celibato é contrário à natureza, é um impedimento para o apostolado; e o padre casado tem uma experiência da vida familiar que muito útil e necessária lhe é para a eficácia dos seus ministérios.

— a) Será que o celibato é contra a natureza? Não pode sê-lo uma lei há tantos séculos imposta pela Igreja. Cristo, alguns apóstolos, São Paulo... foram célibes. Jesus-Cristo recomenda o celibato, como também São Paulo. É fazer séria

injúria a Cristo e à Igreja afirmar que o celibato é contra a natureza.

b) Impedimento para o apostolado? São Paulo diz: *“O solteiro anda solícito pelas coisas do Senhor, por saber como agradará ao Senhor. Mas o casado anda solícito pelas coisas do mundo, por saber como há-de agradar à sua mulher. E anda dividido”*. (1 Cor. 7, 32-33). O apostolado exige despreocupa-ção das coisas da terra. Não há coisa que mais preocupe do que o cuidado da família, mulher e filhos.

c) Deve ter experiência familiar? Se, em tudo, assim hou-véssemos de julgar, teríamos de exigir do médico que passasse por tôdas as doenças que êle deverá tratar; do juiz, que fôsse ladrão e soubesse de cárceres e de crimes por experiência; do psiquiatra, que houvesse passado uma temporada internado numa clínica mental como doente, etc., etc. Muitíssimos padres são de famílias operárias, e sabem muito bem de experiências fami-liares sem terem vivido a vida matrimonial. E todos êles sabem dos cuidados e aflições matrimoniais através da atuação do seu ministério. Justamente o não se ver implicado nas misérias de uma triste vida familiar — ou, pelo contrário, não viver num estado de matrimônio paradisíaco — torna-o mais imparcial para medir cada um segundo sua situação particular e não querer julgar todos pelo modelo de sua própria experiência. Se fôr ca-sado, acreditará mais fâcilmente ou que todos os casamentos são infelizes como o seu, ou que todos são felicíssimos se o seu o fôr.

d) É certo que o celibato é uma lei eclesiástica, mas é lei. E quem entra para um Seminário já sabe a que se há-de ater se quiser ser sacerdote. Isto se verifica em todos os officios: existe um regulamento, existem leis, imposições. E cumpre aca-tá-las ou renunciar ao officio, à carreira, etc. Faz parte da vo-cação sacerdotal o guardar castidade; como da vocação de mé-dico faz parte o estudar a carreira.

15 — Mas o padre não é um homem como os outros? Se êle não se casa, falta-lhe um ideal humano que o estimule para o trabalho do seu ministério.

— O padre é um homem como os outros, mas foi escolhido de entre os homens e constituído em pró dos homens, quanto às

coisas que visam a Deus (Hebr. 5,1). Por conseguinte, êle já não se acha misturado com os outros homens, mas selecionado. *Estais no mundo, mas não sois do mundo*, dizia Jesus a seus discípulos. Durante muitos séculos os sacerdotes — mesmo sendo homens — têm vivido contentes com a lei do celibato, *precisamente* por haverem nela encontrado o aliciente para o trabalho, já que *o seu ideal não era humano, mas divino*. E a graça — o divino — não destrói a natureza, senão que a aperfeiçoa. O ideal divino é mais forte e mais confortador do que o ideal humano. Se o sacerdote se contenta com um ideal humano, jamais será bom sacerdote, ministro de Deus, e jamais dará *testemunho* dêle.

16 — Numa revista espanhola li o caso Weintlauff, ou seja o do sacerdote que, com licença do Papa, se casou.

— Conheço a revista e a forma escandalosa e sensacionalista como “*Garbo*” (número 612) informou os seus leitores. O Papa não dispensou dito sacerdote para que êle se casasse. Infiel às exigências de sua ordenação sacerdotal, êle se uniu com uma mulher, sob o amparo de umas leis humanas, que não reconhecem as divinas. Dito sacerdote ficou reduzido ao estado leigo. Depois recorreu ao Papa, pedindo uma solução. E o Papa, usando do seu poder augusto de “*atar e desatar*”, dispensou Weintlauff do seu solene voto de castidade. Ficou êle equiparado a um simples fiel. Tudo devia ter ficado no maior segredo, mas organizou-se um escândalo para ainda mais atacar o celibato eclesiástico. E ao gesto bondoso da Igreja correspondeu-se com uma campanha contra o celibato. A coisa é muito simples: trata-se de um naufrágio moral, e de uma reconciliação que em momento algum significa que a Igreja pretenda mudar a disciplina do celibato eclesiástico. Em seu discurso de 26 de janeiro de 1960, João XXIII disse taxativamente: “*Sobretudo nos aflige que, para salvar qualquer resto da sua dignidade perdida, possa alguém delirar sobre a possibilidade ou conveniência, para a Igreja Católica, de renunciar a isso que, durante séculos, tem sido e continua sendo uma das glórias mais nobres e mais puras do seu sacerdócio. A lei do celibato eclesiástico e o cuidado de fazer que ela prevaleça é sempre uma evocação das*

lutas dos tempos heróicos, quando a Igreja teve de lutar e venceu com o êxito do seu trinômio glorioso, que é sempre um emblema de vitória: a Igreja de Cristo, livre, casta e católica”.

17 — Indubitavelmente, com a mudança de mentalidade conciliar, a Igreja e o “aggiornamento” pedem e exigem a supressão ou mitigação do celibato.

— Sobre o celibato eclesiástico, a mente dos Papas é claríssima. João XXIII e Paulo VI foram extraordinariamente explícitos. A 11 de outubro de 1965, na Sessão Conciliar, foi lida a carta de Paulo VI ao Cardeal Tisserant referente ao tema do celibato. *“De forma alguma — afirma o Santo Padre — é oportuno um debate público sobre este tema, que exige suma prudência e é de máxima importância. É nosso propósito não só conservar com tôdas as nossas fôrças esta antiga, providencial e sagrada lei, como também reforçar-lhe a observância, fazendo um apêlo aos sacerdotes da Igreja Latina para que tomem consciência das causas e razões que tornam hoje, precisamente hoje de maneira especial, aptíssima esta lei, graças à qual podem os sacerdotes consagrar todo o seu amor somente a Cristo, e dedicar-se total e generosamente ao serviço da Igreja e das almas”.*

No Decreto *“Optatam totius Ecclesiae”*, do Concílio Vaticano II, sobre a formação sacerdotal, lê-se: *“Os alunos que, segundo as leis santas do seu próprio rito, seguem a venerável tradição do celibato sacerdotal, devem ser cuidadosamente educados para este estado, no qual, renunciando à sociedade conjugal pelo reino dos céus (cf. Mt. 19, 12), unem-se ao Senhor com amor indiviso... deverão os alunos conhecer devidamente as obrigações e a dignidade do matrimônio cristão, o qual simboliza o amor entre Cristo e a Igreja (cf. Ef. 5, 32, 5); convençam-se, todavia, da maior excelência da virgindade consagrada a Cristo”.*

— A 24 de junho de 1967, Paulo VI publicou sua encíclica sobre o celibato eclesiástico. Comentário muito autorizado — supondo uma leitura do aludido documento pontifício repousada, e feita na presença de Deus, eis o que escreveu o Cardeal Felici em *“L'Osservatore Romano”* de 8-VII-67:

“A encíclica “Sacerdotalis caelibatus” por muitos era esperada, por motivos bem diversos, senão contrários. Por quê? Não havia Paulo VI, na congregação geral 146, de outubro, comunicado aos Padres do Concílio ser seu firmissimo propósito manter intacta a lei do celibato sacerdotal? E não havia o Concílio referendado também, sem ambiguidade e com razões claras e persuasivas, a lei já sancionada no Concílio de Elvira?”

Devemos reconhecer que, quando alguma vez a autoridade suprema permite a livre expressão do pensamento sobre algum problema com o fim de levar a cabo um exame mais profundo, a primeira coisa que se pensa é que deve mudar-se algo da mesma, e não se reflete em que o exame profundo muitas vezes leva a confirmar e a reforçar com razões mais válidas o que até então se creu e se observou.

Assim sucedeu com o celibato eclesiástico. Apesar de haverem o Papa e o Concílio falado claro, foi bastante Paulo VI convidar os Padres do Concílio a exprimirem com liberdade seu pensamento em matéria tão delicada, para que alguns forjassem ilusões de uma mudança na disciplina vigente na Igreja, e certa imprensa se lançasse a demonstrar, com entrevistas e confissões de sacerdotes verdadeiras ou falsas, que a lei do celibato devia hoje em dia considerar-se anacrônica e opressiva da personalidade humana do sacerdote, enfim contrária ao bom exercício da missão sacerdotal.

Eis aí o porquê da espera da encíclica paulina. Mas, na realidade, esta nada mais é do que uma ampliação mais completa, uma irradiação luminosa da doutrina ensinada pelo Concílio e já enunciada no Sínodo Romano por entre o aplauso dos assistentes, do primeiro autor do Vaticano II, João XXIII, a cujas palavras vou referir-me literalmente, e que são como que o prelúdio de uma grande sinfonia, na encíclica de Paulo VI.

A propósito do Papa João, lembro-me de que, no decorrer de uma audiência privada, na qual se falava de padres em dificuldade por causa do celibato, ele manifestou para com eles sentimentos de compaixão, e, como se andasse buscando alguma coisa que em concreto pudesse fazer-se para que eles voltassem ou, pelo menos, pudessem viver na graça de Deus, em tom firme o Papa exclamou espantado: Deus me livre e guarde de fazer

alguma coisa que possa ofender, ainda que indiretamente, a sagrada lei do celibato sacerdotal!

E na lembrança de todos está a atitude adotada pelo mesmo Pontífice contra uma proposição, por êle qualificada de "extra-vagante", que previa para a Igreja latina, junto ao tradicional clero celibatário, um clero mitigado, com o fim de facilitar a união com os irmãos separados. O apontamento autógrafo do Papa em que é enfrentado êste problema traz por título geral: INGENUIDADE E IMPRUDÊNCIA! É de 4 de novembro de 1960".

d) DISCIPLINA ECLESIASTICA

18 — O Concílio suprimiu todos os preceitos, não é verdade?

Leiam-se bem todos os documentos do Concílio, e nem um só lugar se encontrará em que se insinue semelhante proposição. Recomenda o Concílio que hoje em dia o católico tome consciência de si mesmo e procure persuadir-se da necessidade da religião, etc.; mas isto não significa que fiquem abolidos todos os preceitos.

19 — Pôr-se em dia exime da obediência?

— De maneira nenhuma. Pôr-se em dia é obedecer hoje. Porque a obediência se dirige a Deus em seus representantes (que vão mudando com o tempo), e a tudo o que vige da legislação e das normas dos Papas e Bispos anteriores.

20 — Mas agora a obediência deve ser racional e, portanto, só devo obedecer naquilo que vejo ser bem mandado.

— E que critério seguirá você? A sua razão? E por que não se guia pelo critério daquele que lhe manda? Também êle tem a sua razão, e mais ampla do que a sua. Aquêles que manda sabe muita coisa que você não sabe e que êle não pode dizer-lhe.

Mas não é obediência o fazer somente o que é conforme à razão. O valor da obediência consiste em renunciar ao que é

seu — vontade, entendimento — para se unir a Deus. E, por isto, a obediência é a maior das virtudes morais, de sorte que, sem ela, não haverá caridade nem amor de Deus. Por conseguinte, quem só faz o que lhe mandam quando vê que isso está em conformidade com seu critério próprio, *êsse não é obediente*.

21 — Os seculares não devem obedecer aos padres, já que êstes não mais obedecem a seus Bispos.

— Esta proposição é demasiado universal e, portanto, falsa, mesmo quando houvesse algum padre desobediente. Mas isto não justifica a conclusão de que já não se deve obedecer. Jesus-Cristo disse dos escribas e fariseus: *“Fazei o que êles dizem, mas não obreis segundo os seus exemplos”*.

Isto se entende também dos que dão bons conselhos, mas pessoalmente não os cumprem. Porque, se êles pregam algo contrário ao que o Papa e o Bispo manda, certamente não devem ser escutados; já que o padre não tem autoridade própria, mas sim delegada, e participada do Bispo.

22 — É certo que se pode cumprir o preceito da Missa indo à missa em qualquer dia da semana?

— Continua de pé a obrigação da Missa dominical. Em muitas dioceses permite-se a Missa ao sábado pela tarde. Mas, em cada lugar, cumpre ater-se às condições que o Bispo daquele lugar haja impôsto.

23 — Há preceitos que, é certo, desaparecerão com o tempo; portanto, já não é preciso observá-los.

— Isto é falso. a) Nós não sabemos se certamente êsses preceitos desaparecerão; talvez não desapareçam. b) Mesmo quando houvessem de desaparecer, *enquanto não desaparecerem obrigam*. Ainda mais: quando se promulga uma lei que só começa a vigorar em determinado dia, a anterior só fica derogada a partir daquele dia determinado, e, até lá, não cumpri-la é delito. Se se diz que desde o dia “x” a tarifa dos táxis aumen-

tará, você não há-de permitir que o motorista lha aumente desde hoje. Até lá ele está obrigado pela lei da tarifa atual.

24 — Os paroquianos devem eleger seu Pároco, como os sacerdotes seu Bispo.

— Já dissemos que a nomeação dos Bispos compete ao Papa. A experiência ensinou à Igreja o quanto convinha centralizar a designação dos Pastores. Pobres Paróquias e pobres Bispados se se deixasse o seu Pastor à eleição dos particulares! Seria simplesmente dividir os fiéis. O certo é que nem os fiéis têm *direito* de eleger seu Pároco, nem os sacerdotes seu Bispo.

25 — Os paroquianos devem administrar os bens da paróquia; e os padres devem ter uma mesma remuneração digna, sem terem de se preocupar com seu sustento.

— Certo que, quanto mais livre o padre se vir de cuidados temporais, tanto melhor cumprirá os seus ministérios. Se se conseguir uma boa administração por parte dos paroquianos, a isto ninguém se oporá. Sòmente, requer-se prudência ao inovar os sistemas. A experiência falará.

Quanto à remuneração do padre, o caso é o mesmo. Note-se, porém, que isto vai contra aquilo de “ganhar o pão com o suor de seu rosto” trabalhando numa fábrica. O difficil está na maneira de assegurar ao padre êsse sustento digno.

26 — O preceito de não trabalhar em domingo foi introduzido por Constantino, e, portanto, não é a Igreja quem o manda.

— Êste modo de argumentar emprega-se não poucas vèzes, como veremos em outros casos. Não se compreende como seja possível semelhante aberração. Dentro de uma sociedade civil com autoridade competente sòbre as coisas materiais, lógico é que haja combinação entre o poder civil e o poder eclesiástico. Foi preceito *divino* o descanso sabático, que os judeus guardavam fielmente. A Igreja quis passá-lo para o domingo, mas

não podia impor preceitos de ordem pública sem o consentimento da autoridade civil, já que isso implicaria à ordem pública uma grave dificuldade. Com um preceito civil público, Constantino facilitou à Igreja o lançar um *preceito eclesiástico*. Já há muitos séculos que *a Igreja vem ordenando o repouso dominical*.

27 — Que disse o Concílio a respeito das mulheres-sacerdotes?

— Nada, absolutamente. Êle não iria perder tempo com discutir uma coisa indiscutível, visto ser *doutrina de fé católica* que a mulher não pode receber o Presbiterato nem o Episcopado; e é *doutrina certa* que ela também não pode receber o Diaconato. As antigas diaconisas não recebiam *ordem sacra*, mas apenas uma *bênção*, ou, se se quizer, uma consagração, como a recebem atualmente as Abadessas. Quando, em escritos antigos, lemos que uma mulher (por exemplo, Teodora) era chamada papisa, bispa, presbítera, queria-se designar a mãe ou a espôsa do Papa (Pascoal II, filho de Teodora), do Bispo, do Presbítero. Em algumas regiões (como na África), chamava-se *Presbiterisa* à Superiora das mulheres (freiras) que cuidavam do *Presbitério* (mansão onde moravam juntos os Presbíteros, geralmente com o Bispo).

28 — Que há sôbre os Diáconos?

— Antigamente existia como permanente a ordem do Diaconato, isto é, de pessoas que não passavam do diaconato (São Lourenço, Santo Efrém, São Francisco de Assis). O officio de diácono era ser auxiliar do Bispo nos assuntos materiais ou econômicos, e também, conforme suas qualidades e estudos, em alguns ministérios espirituais de pregar, catequizar, levar a comunhão aos enfêrmos e aos prêsos, etc.. Praticamente, êle podia exercer tôdas as funções sacerdotais, menos confessar, dizer Missa e aquelas que requerem o poder de ordem sacerdotal. Mais tarde suprimiu-se na Igreja êste grau *estável*, embora todo presbítero, antes de ser tal, fôsse e ainda seja ordenado diácono. Agora o Concílio permitiu a restauração do Diaconato como estado fixo, sem direito a passar ao Presbiterato. Mas deixou à discrição dos Bispos, com consulta prévia à Santa Sé, o proverem suas dioceses de tais diáconos.

IV — MORAL CRISTÃ

1 — Deus mandou aos primeiros homens: “Crescei e multiplicai-vos”. Portanto a vida religiosa e o sacerdócio (com o celibato) são contrários ao mandato de Deus.

— Respondemos: Se êste preceito fôsse universal, o primeiro a quebrá-lo teria sido Cristo, e São Paulo e tantíssimos outros. E Cristo recomendou a virgindade, e São Paulo desejou que ela continuasse. Temos, então, que o espírito de Cristo e o Nôvo Testamento se oporiam ao preceito de Deus no paraíso... Será necessário perder tempo com refutar semelhante objeção?

2 — O Matrimônio é muito melhor do que o estado de virgindade, porque tem muitíssimo mais dificuldades e trabalhos, e uma responsabilidade maior.

— Antes de tudo, ouçamos o Concílio de Trento: *“Se alguém disser que o estado matrimonial deve antepor-se ao estado de virgindade ou do celibato, ou que não é melhor e mais feliz permanecer na virgindade ou no celibato do que unir-se em matrimônio, seja anátema”*. (Cânone 10 do Matrimônio). Trata-se, pois, de uma doutrina de fé, e não de uma mera opinião discutível.

A razão das dificuldades não é válida. Por que então não se fazem todos religiosos ou célibes, se é tão fácil assim? Por que então os homens são tão tolos que, sem mais nem menos, escolhem o mais difícil? Não creio que haja alguém sensato que acredite em semelhantes dificuldades voluntariamente escolhidas no matrimônio por amor de Deus. Quão poucas são as pessoas que escolhem o matrimônio verdadeiramente *por vocação*! Algumas mulheres têm horror a ficar “solteironas”, e esta fobia

faz-lhes desprezar a virgindade quando, por outra parte, elas não se sentem chamadas à vida religiosa. Dos homens não falamos, pois pouquíssimos são os que desejam a autêntica paternidade como fim do seu casamento. E, se assim é, por que então fogem depois a ter filhos? Se é tão meritório o matrimônio *pela responsabilidade e pelas dificuldades*, por que então os homens não querem ter filhos, e querem separar-se da mulher que lhes não agrada? Sejam sinceros!

3 — A vida moderna é incompatível com o estado religioso.

— Se por *“vida moderna”* entendemos a *“vida do mundo”*, isto é, o espírito do mundo moderno, certamente que ela é incompatível com a vida religiosa, como sempre o foi. E, por isto mesmo, o religioso se afasta do mundo. O mal está em buscar um casamento da religião com o mundo. Êste é um matrimônio contra tôdas as leis humanas e divinas. É um absurdo. E o mal de muitos religiosos de hoje, como de todos os tempos — e, por isto, sempre foi necessária a reforma das instituições religiosas —, está em quererem êles fazer-se mundanos, com a desculpa de quererem fazer bem aos homens do mundo. É êste o mal maior do nosso tempo: querer, a pretexto de zêlo e de apostolado, justificar aquilo que Cristo já reprovou. Cristo veio lutar com o mundo, e venceu-o. Nós queremos que os religiosos — que são os que mais de perto professam seguir a Cristo — se casem com o mundo sem deixarem de ser de Cristo. Cristo dirá: *“Não se pode servir a dois senhores”*.

4 — Os padres e os religiosos, sobretudo os jovens, são pessoas como as outras, e precisam de descanso, de distração... que inconveniente há, pois, em que vão a cinemas, piscinas, banhos de mar, etc.? Não é verdade que assim êles dariam um bom exemplo aos demais jovens, ensinando-os a comportar-se honestamente?

— Todos nós precisamos de descanso e de relaxamento muscular. Ninguém, pois, deve escandalizar-se de ver que os religiosos e as religiosas, de que os seminaristas etc. tenham campos

de futebol, de bola-ao-cesto, etc., nem, tampouco, de saber que eles vão banhar-se em praias particulares... Porém a lei do celibato e o voto de castidade põem um limite às diversões e esparecimentos: tudo o que é perigoso para um jovem ou uma jovem secular é perigoso para o sacerdote e para o religioso. E este tem dupla obrigação de se precator: por lei natural e por voto, que ele *livremente* fez. Ademais, a castidade livremente escolhida como estado obriga não só a não pecar, como também a *cultivar a virtude da pureza*. E isto exige o sacrifício das diversões e entretenimentos que agradam à carne, mesmo quando não sejam pecaminosas.

Por outra parte, o estado sacerdotal ou religioso exige perfeição. Não é próprio de um estado perfeito — que necessariamente requer sacrifício e mortificação dos sentidos — frequentar os cinemas e demais diversões mundanas. Quem não se sentir com forças para praticar o ascetismo sacerdotal e religioso não abraça o estado religioso. Não queira perverter o que na Igreja está estabelecido há séculos. O exemplo, dá-lo-ão não se metendo em lugares que não condizem com seu estado.

5 — Sendo o pecado uma transgressão voluntária da lei de Deus, sempre que eu não quiser ir contra Deus não pecarei. E eu nunca quero ir contra Deus.

— Com isto você quer dizer que nunca peca, não é verdade? E a Escritura diz (Prov. 24, 16) que “*sete vezes ao dia peca o justo*”. Pelo visto, você é mais do que justo; já é um santo mais do que canonizável. Note, porém, a sua basófia. Você mesmo não definiu o pecado como *uma vontade de ir contra Deus*, ou seja como *uma transgressão voluntária da lei de Deus*? Quando lhe roubam a carteira, o ladrão voluntariamente não quer fazer nada contra você. Quer só o seu dinheiro. Deixe-o, pois, em paz e não se queixe: ele não lhe quis nenhum mal. Já vê você, portanto, que não se trata de uma vontade expressa *contra Deus*, senão que basta *não obedecer a Deus*. Por isto São Paulo diz que, se não houvesse lei, não haveria delito. Existe a lei. Logo, é preciso cumpri-la. Do contrário, há pecado. Examine-se agora, e veja se você peca ou não.

6 — Faz mal, portanto, a Igreja em estabelecer preceitos — como ir à Missa —, porque provoca a pecar.

— Cuidado! Com isto você acusa Deus, que foi quem estabeleceu os mandamentos. A Igreja não faz mais do que especificar aquilo que Cristo impôs. A religião, isto é, o culto externo, é de lei natural e de preceito divino. A Igreja determina o modo como se deve cumprir essa lei divino-natural. E nisto ela não faz mais do que cumprir a missão que Cristo lhe confiou na terra. Portanto, a Igreja cumpre a sua missão em estabelecendo preceitos.

Além disto, o preceito não é impôsto *para provocar pecado*. Supõe-se que o homem é bom, e dá-se-lhe a oportunidade de conseguir o *mérito da obediência*. Ame a Deus, e não lhe pesarão os preceitos. Quando você ama, deseja saber de que é que gosta a pessoa amada. Pois bem: quando Cristo — por meio da Igreja — lhe manda alguma coisa, você já sabe claramente o que Ele quer de você. "*Quem me ama guarda meus mandamentos*". Quando quiser examinar-se sobre o amor que você tem a Deus ou a Cristo, examine com que espírito você cumpre ou não os mandamentos e preceitos. Já vê, assim, se é útil que se estabeleçam preceitos. Êles são o clichê para tirar a sua fotografia.

7 — O prazer sexual privado não é pecado, porque Deus o estabeleceu para que gozemos; tal como não é pecado o prazer na comida.

— É uma falsidade crer que o pecado sexual só consiste no concubinato ou num mau uso do casamento. É certo que Deus pôs na natureza o prazer sexual, mas foi para um fim determinado: a procriação. Não é pecado comer *com* gôsto, e sim comer apenas *por* gôsto. E isto porque então se perverte a finalidade; faz-se de um meio o fim. Assim, o prazer sexual tem um fim que está encaminhado ao casamento — quer se considere o amor, quer a procriação —. Por conseguinte, fora do casamento será ilícito todo prazer sexual, que então se converterá num fim, e não num meio.

8 — É conveniente que, antes de se casar, o homem experimente a sexualidade.

— Esta falsa máxima que corre entre os jovens, e que é mesmo tolamente aceita por muitas noivas, é uma aberração absoluta. E por que então os noivos não consentem que suas noivas experimentem a mesma coisa? Não o necessita mais a mulher, que é quem tem o que perder no casamento? Parece incompreensível possa alguém afirmar com seriedade semelhante disparate.

9 — Tendo em conta o espírito e a linha do Concílio, não é anacrônico preocupar-se com a moralidade da roupa, das praias, com a separação dos sexos e demais exageros, que denotam uma mentalidade anquilosada e oposta à abertura pós-conciliar?

— Muito pelo contrário. O Concílio recomenda encarecidamente o espírito de moritificação. E o Papa insiste no mesmo, ao impor a abstinência de carnes em tôdas as sextas-feiras do ano. A abertura pós-conciliar deve ser adequadamente entendida, no sentido de um avanço, e não de um retrocesso à barbárie e à nudez dos homens primitivos e incultos. A roupa não é um mero adorno do corpo, nem apenas um abrigo contra o frio. Na Bíblia — tão do gosto dos da *“linha do Concílio”* — é dito que os primeiros pais da humanidade estavam nus enquanto viviam em estado paradisíaco. Tão logo, porém, cometeram o pecado, sentiram a necessidade de se cobrirem da nudez que antes não notavam. O próprio Deus aparece dando-lhes uma veste de peles. A doutrina aí contida é: a veste tem como objeto principal defender a fraqueza humana contra os botes da concupiscência.

10 — A união sexual entre solteiros não pode ser ilícita quando é a culminação de um verdadeiro amor.

— O verdadeiro amor não leva à entrega dos corpos, e sim das almas. O amor que leva à união dos corpos é o amor ma-

trimonial, que, por lei natural e divina, entre cristãos só é lícito mediante o sacramento. Entre os cristãos, por lei natural, também não há liberdade absoluta acêrca do casamento, senão que é preciso seguir as leis do contrato, e da unicidade e perpetuidade.

11 — O Episcopado alemão permitiu o uso das pílulas contraceptivas.

— Esta afirmação é injuriosa para o Episcopado alemão. Não há tal. Os que assim se exprimem universalizam e entendem mal normas que o Cardeal Doepfner revisou — embora não as haja subscrito — para sua Arquidiocese. Não as assinando, êle não quis fazê-las suas, e muito menos prescrevê-las. Ali se falava do amor conjugal, das dificuldades sociais e domésticas de muitas famílias, e da boa-vontade de muitos casais. Daqui se chegava a certas conclusões que, com muito bom juízo, o Cardeal não quis subscrever, e que seguramente teria feito melhor se tivesse proibido fôsse divulgadas. Para logo elas se prestavam a ser mal interpretadas, como o fizeram muitos; e, por causa disto, mereceram a reprovação de moralistas e teólogos muito afamados, e nada antiquados. Aliás, a licitude ou ilicitude das pílulas contraceptivas não está em mãos dos padres ou dos moralistas individuais, por mais autorizados que sejam, já que o Papa expressamente proibiu determinar sôbre êsse caso qualquer coisa diferente da doutrina tradicional, e à sua Autoridade docente reservou qualquer interpretação que pretenda ampliá-la.

12 — Pelo menos a espôsa não tem que se opor ao marido que não queira fazer um bom uso do casamento.

— É inadmissível esta afirmação. A espôsa não é uma estátua de mármore passiva; é uma companheira ativa, de carne e osso. É companheira e cooperadora num ato que se efetua entre dois. Como o problema pode apresentar matizes mui variados, deve a espôsa consultar sôbre seu caso o confessor; porém nunca pode, sem mais nem menos, aplicar a si o princípio:

“Eu não quero nada; éle que se arrume”. Ficará ela tranqüila e tão descuidadamente passiva se souber que o marido tem tratos com outra mulher? Por que não aplica o mesmo princípio?

13 — O Concílio recomendou, porventura, a educação sexual dos meninos? Por que não se faz esta educação?

— Com suma sobriedade o Concílio disse: *Cumpre iniciá-los (os meninos), conforme se adiantem em idade, numa positiva e prudente educação sexual*”. É só isto o que o Concílio diz. A própria sobriedade empregada torna manifesto como a Igreja deseja que os educadores formem a juventude com delicadeza, e assim a iniciem devidamente, mas com espírito autenticamente cristão, de maneira que a formação ou educação não seja uma provocação ou uma perversão.

14 — Onde consta que o Matrimônio é um Sacramento?

— O Matrimônio sempre foi considerado como algo sagrado. A Sagrada Escritura compara a união do homem com a mulher no matrimônio como a união de Cristo com sua Igreja. Assim o definiu a Igreja no Concílio de Trento (Sessão 2.^a, Cânone 1.^o): *“Se alguém disser que o matrimônio dos cristãos não é, verdadeira e propriamente, um dos sete Sacramentos instituídos por Cristo Nosso Senhor, seja anátema”*, isto é, condenado como herege e excomungado.

15 — Pode dizer-me a doutrina da Igreja sôbre a regulação da natalidade e a permissão das pímulas?

— Quanto ao controle da natalidade, a Igreja sempre o condenou até os nossos dias. Lembre-se do discurso de Paulo VI à ONU, a 6 de outubro de 1965: *“... A vida do homem é sagrada; ninguém pode ousar atentar contra ela... vossa tarefa é fazer que o pão seja suficientemente abundante na mesa da humanidade, e não favorecer um controle artificial de nascimentos, que seria irracional, além de diminuir o número de convidados ao banquete da vida”*.

Quanto às famosas pílulas, nem o Concílio nem o Papa se pronunciaram a favor. Todavia, o juízo sobre a licitude delas o Sumo Pontífice reservou-o a si pessoalmente, claramente manifestando que não encontra razões válidas para se afastar dos ensinamentos tradicionais da Igreja, e que os esposos católicos devem cumprir em consciência os seus deveres matrimoniais. Quer dizer que estão vigentes e não perderam valor as normas dadas por Pio XII e pelos anteriores Pontífices. Eis aqui as palavras de Paulo VI: "... Por ora não temos motivo suficiente para julgá-las superadas, e portanto não válidas, ao menos enquanto em consciência não nos sentirmos obrigado a modificá-las. Em tema de tamanha gravidade, é conveniente que os católicos sigam uma lei proposta com autoridade pela Igreja; e convém, portanto, que, por ora, ninguém se atribua o direito de pronunciar-se em termos opostos à norma vigente". (Discurso ao Sacro Colégio, 23-VI-1964).

Para terminar, parece que a "ciência", adiantando-se ao próprio Papa, está-se pronunciando *contra* as famosas pílulas. O doutor Sherif S. Shafey, Professor adjunto de Neurologia na Faculdade de Medicina da Universidade de Miami (EE.UU.), apresentou um informe ao último Congresso da "*American Heart Association*", o qual levanta a voz contra a pílula, por produzir o aparecimento de vários síndromas neurológicos graves, a saber: quadros de oclusão de artérias cerebral, de trombose das veias do córtex cerebral e dos sinos venosos, cefaléias migranóides ou vasculares, e, inclusive, casos de pseudo-tumores cerebrais ("A. B.C.", dezembro de 1965). Por outra parte, se as pastilhas não fôsem nocivas, não seria isto indício nenhum positivo em que pudesse fundar-se a licitude moral do seu uso, a qual é uma questão formalmente distinta da medicina.

16 — Qual é a última palavra sobre a questão das pílulas?

— Precisamente no passado outubro de 1966 Paulo VI, no LII Congresso Nacional da Sociedade Italiana de Obstetrícia e Ginecologia, dizia: "*Recordaremos aqui somente o que expusemos em nosso discurso de 23 de junho de 1964; quer dizer, o pensamento e a norma da Igreja não mudaram; são os que vigem no ensino tradicional da Igreja. O Concílio Ecumênico há pouco*

celebrado aduziu alguns elementos de juízo muito úteis para integrar a doutrina da Igreja neste tema tão importante, mas não suficientes para lhe mudar os termos substanciais, antes apropriados para ilustrá-la, e demonstrar com argumentos autorizados, o sumo interesse que a Igreja emprega nos problemas concernentes ao amor, ao matrimônio, à natalidade e à família... Entretanto, como dizíamos no citado discurso, as normas ensinadas pela Igreja, integradas pelas sábias instruções do Concílio, exigem uma fiel e generosa observância; não podem considerar-se não obrigatórias, como se o magistério da Igreja estivesse agora vacilando sobre elas, enquanto dura o estudo e a reflexão sobre tudo o que se observou e merece atenta consideração”.

17 — Em concreto, quando é que poderia ser lícito ou ilícito o uso da pílula?

— Deus Criador ligou à finalidade das leis naturais o advento da espécie humana, cuja dignidade a própria exaltação do ato conjugal representa; de modo que ao homem racional cumpre acatar quer a sabedoria dessas leis, quer a prodigalidade do amor — que, concebido no consorte, tem seu termo natural no filho —, quer também a especialíssima dignidade do ato pelo qual o homem se torna colaborador de um ser no qual Deus infunde a alma imortal. Por isto é ilícito atentar, sequer no campo biológico, contra a lei que a tão altos destinos preside.

Será completamente ilícito empregar a pílula para impedir a fecundação em si mesma. O mesmo sucede quando com isso, se queira primordialmente impedir a prole num momento dado, como quando se queira proporcionar à mulher o estado livre de gravidezes, ainda que com isto se lhe queiram evitar graves transtornos. Quanto a este último ponto, a sã intenção não pode admitir, a pretexto de uma finalidade lícita em si mesma, o emprêgo de meios reprováveis. Como reza o aforismo, “*o fim não justifica os meios*”.

Outra coisa seria pretender apenas o descanso do órgão ovulatório, coisa que a progesterona parece conseguir, e por isto alguns médicos têm-na indicado para regular ciclos menstruais. A juízo deles deixamos, pois não tange à moral, o ditar a con-

veniência do emprêgo dela no caso suposto. De fato, êles muito pouco a usam para tal fim. Fixemos, porém, que, neste caso, por nós considerado moralmente lícito por haver nêle causa proporcionada, o que se pretende não é usar da esterilidade, mesmo com fins médicos, senão que diretamente, o que se busca é o mero descanso do ovário, sendo então a esterilidade temporária não um fim, nem um meio de cura, mas sim uma simples consequência, meramente tolerada, nunca pretendida, do repouso ovulatório. Assim, vemos que as donzelas, que, virgens como são, não tinham por que pensar em gravidezes, algumas vêzes tem-se receitado a progesterona, com a única finalidade de, mediante a inibição temporária do ovário, proporcionar-lhes uma menstruação regular.

Se a paciente quer saber, num caso concreto, se é lícito usar o medicamento, pergunte-se: — Ao tomar a pastilha, que é que eu pretendo? Faço-o para evitar as consequências do meu ato sexual, de modo que não possa vir-me um filho que me perturbe a tranqüilidade ou a saúde? Então *não é lícito* eu tomar a pastilha. Faço-o sòmente para normalizar o meu ciclo, *sem que o consiga mediante a esterilidade*, que neste caso não é um meio, senão uma *mera consequência* do descanso do ovário? Então será lícito tomar o medicamento.

Veja cada qual a sinceridade da sua resposta; pode alguém enganar a si mesmo, porém *jamais engana a Deus*.

Note-se que não há paridade entre o mero descanso do ovário e a inibição, procurada com artifício, do resto das funções que presidem a uma gravidez. A *ovulação* produz-se normalmente, mesmo na ausência do ato sexual. Não assim a *fecundação*, que dá origem a um nôvo ciclo biológico de índole totalmente determinante. Pretender usar da anovulação, com o fim expresso de furtar à fecundação o seu natural e indispensável antecedente, é atentar contra o ciclo, não da ovulação, mas da fecundação em si mesma. Vemos, pois, que, neste caso, o ato se define pela intenção.

Lemos no "ABC" de 19 de agôsto de 1966;

Madrid. — Em razão de haver sido publicada num semanário de Barcelona uma reportagem favorável ao uso das pílulas "anti-baby", o Bureau de Imprensa do Bispado de Girona tornou

pública uma nota sôbre a posição moral da Igreja ante este problema, para evitar o *confusionismo* que êsses artigos possam criar nas consciências dos casais católicos. “Esta nota — adverte dito Bureau — foi elaborada contando com os devidos assessoramentos médico-teológicos”. E diz assim:

“No aspecto moral:

1.º — Segundo a doutrina do Concílio, e enquanto o Papa não disser coisa diversa, continuam vigorando as normas dadas por anteriores pontífices, e que podem resumir-se nas seguintes de Pio XII:

a) “Se a mulher toma este medicamento não com vistas a impedir a concepção, mas unicamente por indicação médica como um remédio necessário, por causa de uma doença do útero ou de outro órgão, ela provoca uma esterilização indireta, que fica sendo permitida”.

b) “Mas provoca-se uma esterilização direta, e, em consequência, ilícita, quando se impede a ovulação a fim de preservar o útero e o organismo das consequências de uma gravidez que êle não é capaz de suportar” (Discurso aos participantes do Congresso Internacional de Hematologia, 12 de novembro de 1958).

2.º — Por outra parte, não se deve confundir a opinião pessoal de alguns teólogos moralistas, inclusive, ainda que gozem de justa fama, com a doutrina do magistério pontifício, o qual, em último termo, é que deve emitir as normas definitivas em matéria tão delicada.

No aspecto médico:

a) A necessidade de tomar as pílulas como remédio delinea-se unicamente em casos muito excepcionais, dos quais só o médico pode ajuizar, já que, afora o fato certo de então se impedir a gestação, também são certas as lesões que êle pode produzir mesmo em organismos sadios, e ainda mais naqueles que, precisamente por estarem doentes, necessitam de medicação.

b) As consequências prejudiciais derivadas da medicação mediante as pílulas podem compreender desde lesões orgânicas leves, reversíveis, até doenças mortais; podem elas afetar o psiquismo, perturbando a relação matrimonial entre os esposos, e podem provocar consequências nos filhos.

c) *Mesmo nos casos em que, segundo as normas morais anteriormente indicadas, haja necessidade de tomar as pílulas de maneira seguida, há que recorrer com freqüência ao contróle médico, por existir o perigo de lesões que se não traduzem em alterações facilmente visíveis*”.

A êste respeito — e como complemento desta nota do Bispo de Girona podemos acrescentar que, em vários boletins episcopais do mês de outubro último, inclui-se um “Aviso aos sacerdotes” — publicado em latim — no qual são êles convidados à prudência em tema tão delicado, e a não tomarem por sua conta posições precipitadas enquanto o Papa não fizer saber a sua decisão sôbre o problema.

18 — Em certa reunião de casais disseram-nos que grandes teólogos admitiam a licitude da famosa pílula. Eu mesmo li, no diário “Pueblo”, de Madrid, que o célebre teólogo Leo Alting Von Geusau, numa entrevista com um religioso, fazia afirmações mui diferentes do que se diz nas respostas anteriores. Além disto, também particularmente me afirmaram haver Prelados que assim pensam.

— Não desconheço tais informações, mas, sôbre estas matérias controvertidas e sôbre a aplicação de alguns princípios a problemas novos, cumpre lembrar o que, a êste propósito, o Cardeal Ottaviani declarou:

“De maneira geral, a Santa Sé não gosta de que tal ou qual autoridade local exprima idéias doutrinárias sôbre questões controvertidas que, de preferência requerem diretrizes provenientes da autoridade central... O magistério supremo é que deve intervir em questões tão graves e controversas, as quais não devem ser deixadas à mercê da opinião de um só, ainda quando fôra êle Bispo ou Cardeal...”

...A Igreja falou claramente, e em tempos recentes, através das Encíclicas dos Pontífices romanos. As diretrizes já as temos, pois.

Querer mudar a situação simplesmente porque a população aumenta, ou por causa dos problemas económicos que se apresen-

tam, não tem valor ante os grandes princípios doutrinários baseados, em grande parte, no direito natural.

Muitos mostram-se cépticos quando falamos da nossa confiança na Providência, quando dizemos que Deus rege e governa o mundo. Porém nós... nós temos fé, e não pomos em dúvida o que a Igreja ensina sobre o governo do mundo por Deus Todo-poderoso".

19 — Recentemente, no III Congresso Mundial do Apostolado Secular, foi aprovada uma resolução que dá a entender a licitude da "pílula"...

— O número II da resolução IV das aprovadas pelos chefes de delegações do III Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos, ao se ocupar do *angustiado problema da expansão demográfica, lembrava literalmente, no seu inciso d), o sentimento muito agudo que têm os leigos cristãos da necessidade de uma tomada de posição clara das autoridades decentes da Igreja, a qual se concentre nos valores fundamentais, morais e espirituais, deixando aos pais a escolha dos meios científicos e técnicos para realizarem uma paternidade responsável, atuando aqueles conforme a sua fé cristã e à base de consulta médica e científica.*

Escusado é dizer que a resolução citada visava a urgir a pronta resposta do Papa à já famosa questão da "pílula", submetida pelo próprio Pontífice ao estudo de uma comissão pelo mesmo designada, a qual já terminou seu trabalho e colocou em mãos do Pontífice as suas conclusões, imprudente e extemporaneamente tornadas públicas por alguém que teve acesso ao segredo da documentação.

Sem embargo, a fórmula adotada, em sua resolução, pelo Congresso dos Leigos não foi tão precisa e acertada como fôra de desejar, precisando de matizações que impedissem uma interpretação do problema um tanto simplista e incompleta, e quiçá até dissonante da doutrina conciliar sobre o tema, interpretação recolhida na constituição "Gaudium et Spes" (50).

Dáí que o diário vaticano "L'Osservatore Romano", em sua edição de 20 de outubro último — três dias após a aprovação, pelo Congresso, daquela resolução sentira-se na necessidade de

tornar público um esclarecimento sôbre o tema, de autoria do presidente da comissão eclesiástica do próprio Congresso, Cardeal Roy, arcebispo de Quebec, no sentido de que *a paternidade responsável de que ali se fala deve interpretar-se no sentido tão claramente indicado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, ou seja: que os pais devem agir conformemente à sua fé cristã, porém GUIADA PELO MAGISTÉRIO ECLESIASTICO.*

Esclarecimento ou precisão essa que encerra, por parte do presidente eclesiástico do Congresso, Cardeal Roy, um duplo aspecto: que não basta qualquer critério subjetivo dos pais no exercício da sua paternidade responsável, e que tal critério deve estar sempre concorde com a fé cristã dos mesmos, não de qualquer modo, senão tal como a entende e interpreta o Magistério da Igreja, único intérprete autorizado da lei à luz do Evangelho.

Só assim poderiam os pais chegar a um juízo reto, e não caprichoso ou contrário ao juízo autêntico da Igreja. A êste propósito convirá recordar o que o Concílio Vaticano II estabeleceu solenemente sôbre êste tema:

“No dever de transmitir a vida humana — diz a Constituição “Gaudium et Spes” no número 50 — e de educá-la..., os cônjuges sabem que são cooperadores do amor de Deus Criador e como que seus intérpretes. Por isso, com responsabilidade humana e cristã cumprirão êles a sua missão, e com dócil reverência para com Deus esforçar-se-ão ambos, de comum acôrdo e em comum esforço, por formarem um juízo reto, atendendo tanto ao seu próprio bem pessoal como ao bem dos filhos, já nascidos ou ainda por virem, discernindo as circunstâncias dos tempos e do estado de vida, tanto materiais como espirituais, e, finalmente, levando em conta o bem da comunidade familiar, da sociedade temporal e da própria Igreja. Este juízo, devem os esposos, em último termo, formá-lo perante Deus pessoalmente. No seu modo de agir, estejam os esposos cristãos conscientes de que não podem proceder a seu talante, mas sim devem sempre reger-se pela consciência, a qual deve ajustar-se à própria lei divina, dóceis ao magistério da Igreja, que autênticamente interpreta essa lei à luz do Evangelho”.

O texto conciliar não deixa lugar a dúvidas sôbre o caminho a seguir. Como também não as deixam as posteriores e reiteradas

declarações de Sua Santidade Paulo VI em relação com êste tema, a saber: que, enquanto a Igreja, como intérprete suprema da lei à luz do Evangelho, não disser sua palavra definitiva, nada deve ser inovado, permanecendo vigente nesse ínterim, e com todo o seu valor, a doutrina em seus dias exposta por Pio XII.

Em conclusão, pois, a resolução que nos ocupa, do Congresso Mundial do Apostolado Secular, é tanto mais exata e aceitável quanto mais se subentenda que os pais agem responsávelmente conforme a sua fé cristã, quando esta sua fé está submetida ao Magistério e é por êle guiada. O contrário encerraria o gravíssimo perigo de cada casal erigir-se em intérprete dessa fé e da lei, incidindo na velha heresia do livre exame ou da supressão do magistério que Cristo previu e quis para sua Igreja.

20 — Por ora publicou-se o informe “secreto” em que a “maioria” da comissão, encarregada pela Santa Sé de se pronunciar sobre o problema da pílula, pronuncia-se em favor desta. Isto já é uma espécie de aprovação implícita para que se propague o uso da pílula.

— Dita publicação foi uma violenta transgressão dos deveres de ética que o segredo profissional impõe àqueles a quem se confia tal missão. Responder-lhe-emos com o artigo publicado no “Correo de Génova” e em “La Liberté” de Friburgo, a 2-3 de setembro de 1967. O P. Henri de Riedmatten, O.P., secretário da Comissão Pontifícia para o estudo dos problemas sobre a população, a família e a natalidade, escreveu-o a título estritamente pessoal:

“A recente publicação, pelas “Edições du Seuil”, do livro intitulado “Contrôle des naissances et théologie” constitui um fato profundamente doloroso. Não podemos deixar de admirar-nos ao vermos como se põem à venda no comércio textos sobre os quais nem o editor, nem o tradutor, nem o autor da indiscrição têm qualquer direito de propriedade.

Mas, sobretudo, a publicação constitui uma grave injustiça para com os homens que trabalharam sob a garantia do segredo, destinado êste não somente a proteger um delicado caminho da Igreja, como também a proteger a eles mesmos contra a indali-

cadeza e as pressões da publicidade, com propósito unidos num trabalho cordial que reclama uma atmosfera de total confiança para a consulta da autoridade suprema.

Os comentários de J-M. Pupert acêrca do documento chamado "d'A minoria" provam, por si sós, quão justificadas eram essas precauções. Um documento de trabalho, redigido não como resposta a outro documento, senão simultâneamente, a fim de obter, num estádio adiantado do debate, mas não na sua conclusão, uma visão sintética provisória como resumo da tese estudada, converte-se em base de apreciações e em insinuações pèrfidas, que põem em dúvida até mesmo a honorabilidade teológica e humana dos autores.

Mas, por outra parte, com uma atuação dêsse estilo, J-M. Paupert causa prejuízo à "maioria", visto contribuir para acreditar a tese já divulgada, de que a indiscrição vem dêsse lado. Sôbre a origem da indiscrição, num segrêdo obrigatório dos trabalhos que duraram mais de três anos, não quero saber mais. Causou êle um grave dano à Igreja e à reputação de homens que haviam trabalhado com empenho, humildade e caridade. E o dano produzido pela indiscrição agrava-se pesadamente com a publicação do livro.

Sôbre êste último ponto — a publicação do livro —, eu poderia aditar uma multidão de coisas: por exemplo, tornar patente a amplitude da indiscrição, que não se limita à publicação dos documentos revelados pela Imprensa na passada primavera.

E, apesar do suplemento de informação, a apresentação de J-M. Paupert formula inexactidões sôbre a natureza do trabalho confiado à comissão sôbre as diversas circunstâncias do trabalho a que alude, e sôbre o próprio sentido dos documentos publicados "in extenso". Será preciso determo-nos naquilo que parece o mais grave: a falta de respeito à autoridade que fêz empreender os trabalhos em condições mui precisas, principalmente de discrição? Dizem que êste argumento já não tem força para alguns filhos da Igreja. Minha resposta seria simplesmente que recusar à Igreja o direito de agir como melhor lhe pareça numa "enquête" séria e audaciosa ao mesmo tempo, destinada a permitir ao Magistério sopesar os elementos de um problema capital cuja resolução só a ela caiba, e que lhe está reservado de modo exclusivo,

não é servi-la. Confesso que sou tentado de dizer coisas muito mais sérias. Isto, porém, desvirtuaria esta proposta que tenho o direito e o dever de fazer, visto haver conhecido como ninguém as condições e os desenvolvimentos dos trabalhos da Comissão.

Causou-se dano aos homens, à Igreja (a todo o povo de Deus, e não somente à Hierarquia). Conculcaram-se as regras mais elementares do respeito à pessoa, à autoridade e à verdade: Deve isto ser dito com toda a firmeza”.

21 — Porém a Hierarquia não desautorizou os que publicaram tal informe...

— Não é assim. O Arcebispo de Madrid-Alcalá difundiu a seguinte nota, publicada na imprensa a 19 de janeiro do corrente ano de 1968:

“As freqüentes campanhas em favor de certos métodos para a regulação da natalidade, e, em particular, em favor da chamada pílula anticonceptiva, aguçaram-se nestes dias, pela inesperada publicação, feita fora da Espanha e sem consentimento da Santa Sé, de uns estudos confidenciais encomendados pelo Papa a uma comissão internacional de peritos. Quatro autores espanhóis acabam de traduzi-los também e de divulgá-los em língua castelhana, sem autorização da Hierarquia eclesiástica competente.

A fim de que a consciência de nossos fiéis não sofra desorientação alguma por causa dessas campanhas, este arcebispado vê-se na necessidade de lembrar, uma vez mais, que, consciente das gravíssimas conseqüências de ordem pessoal e social que o uso dos referidos métodos encerra, o Pontífice Romano reservou para si o juízo definitivo sobre a moralidade dêsse uso. Não poupou Sua Santidade esforços para escutar todos os que, por sua sabedoria e experiência, podiam aconselhá-lo em tão difícil matéria, antes de pronunciar o seu ditame. Mas, enquanto este não se produzir e se tornar público, todos os filhos da Igreja continuam obrigados a prescindir de ditos métodos, em conformidade com as normas vigentes, dadas por Sua Santidade Pio XII”.

22 — É verdade que agora, à luz do Concílio, não são admissíveis as famílias numerosas?

— Isto é o que alguns têm feito crer muito equivocadamente, muito contra o sentir da Igreja e muito contra a tradição dos séculos cristãos. Comprazemo-nos em repetir as palavras de um dos mais belos discursos de Pio XII, a 20 de janeiro de 1958, no qual maravilhosamente dizia o Pastor Angélico: *“As famílias numerosas são as mais abençoadas por Deus, prediletas e estimadas da Igreja como preciosísimos tesouros, pois delas recebe esta um tríplice testemunho que, ao mesmo tempo que confirma aos olhos do mundo a verdade da sua doutrina e a retidão da sua prática, por força do exemplo redundando em grande proveito para todas as outras famílias e para a própria sociedade civil. Porque, onde se encontram, as famílias numerosas atestam a santidade física e moral do povo cristão, a fé viva em Deus e a confiança em sua Providência, a santidade fecunda e alegre do matrimônio católico”*.

23 — Qual será então o meio normal para regular a fecundidade do matrimônio?

— Uma palavra que se tem medo de pronunciar: a continência. Compreensível somente para os que vivem vida de graça santificada, de frequência dos sacramentos, de fuga das ocasiões e de devoção à Puríssima Mãe de Deus. O Cardeal Montini, na Pastoral da Quaresma de 1960, quando Arcebispo de Milão, assim disse: *“Se uma disciplina na fecundidade é necessária — como é de supor se requeira de todo matrimônio em determinadas circunstâncias —, a continência deveria ser o meio normal para praticá-la. Esta virtude não é contrária à felicidade dos esposos, nem tampouco à vitalidade do seu amor e da sua convivência. Ela exige uma educação, exige um auxílio da oração e da graça. Mas é parte importante do programa da vida cristã. Felizes os que sabem impor-se o seu virtuoso exercício. Com ele, experimentarão ocultas compensações espirituais”*.

24 — Muitas vêzes tenho ouvido dizer que é preciso prescindir da moral do “não”... e que só valem, unicamente, as orientações morais afirmativas, positivas...

— A moral, cumpre aceitá-la tal como ela emana da ordem divina, que integra preceitos positivos e negativos, e onde se unem maravilhosamente o “sim” e o “não”, canalizando a liberdade humana. É puro evangelho aceitar os preceitos que alguns, desdenhosamente, chamam de negativos. Paulo VI assim nos ensina: *“Cristo fundou a vida moral de seus seguidores sobre uma base a que poderíamos chamar NEGATIVA: a renúncia, a abnegação, o sacrifício da cruz... Quem pretendesse renovar a vida da Igreja suprimindo as mortificações e os incômodos, grandes ou pequenos, que lhes são próprios por exigência moral ou por uma ascética reconhecida, não interpretaria retamente a lei fundamental do espírito evangélico...”* (Discurso a 31 de agosto de 1966).

V — A ENCÍCLICA “HUMANAE VITAE”

1 — Poderia analisar-me os princípios da “*Humanae vitae*” sobre o amor conjugal?

— Assim os resumimos:

PRIMEIRO PRINCÍPIO. — O amor conjugal é um amor plenamente humano, total, fiel, exclusivo e fecundo. Não se esgota na comunhão entre os esposos, senão que está destinado a se prolongar, suscitando novas vidas.

“9 — ... É, antes de tudo, um amor plenamente humano, isto é, sensível e espiritual ao mesmo tempo. Não é, portanto, uma simples efusão do instinto e do sentimento, é também, e principalmente, um ato da vontade livre, destinado a se manter e a crescer mediante as alegrias e as dores da vida quotidiana, de forma que os esposos se convertam em um só coração e em uma só alma, e juntos alcancem a sua perfeição humana.

É um amor total, isto é, uma forma singular de amizade pessoal, com a qual os esposos compartilham generosamente tudo, sem reservas indevidas ou cálculos egoístas. Quem ama de verdade seu próprio consorte não o ama somente pelo que dêle recebe, ama-o por êle mesmo, satisfeito de poder enriquecê-lo com o dom de si.

É um amor fiel e exclusivo até à morte. Assim o concebem o espôso e a espôsa no dia em que, livremente e com plena consciência, assumem o compromisso do vínculo matrimonial. Fidelidade que, às vezes, pode tornar-se difícil, mas que sempre é possível, nobre e meritória; ninguém pode negá-lo. O exemplo de numerosos esposos através dos séculos demonstra que a fidelidade é não somente conatural ao matrimônio, como é também um manancial de felicidade profunda e duradoura.

É, por fim, um amor fecundo, que se não esgota na comunhão entre os esposos, mas que está destinado a se prolongar, suscitando novas vidas. "O matrimônio e o amor conjugal, por sua própria natureza, estão ordenados à procriação e educação da prole".

E este amor precisamente, e não outra coisa, exige dos esposos uma consciência da sua missão de paternidade responsável. Daqui um

SEGUNDO PRINCÍPIO. — O amor conjugal exige dos esposos uma consciência da sua missão de paternidade responsável, que se pratica quer com a deliberação ponderada e generosa de ter uma família numerosa, quer com a decisão, tomada por graves motivos e dentro do respeito à lei moral, de evitar um novo nascimento.

A encíclica examina esta paternidade responsável sob diferentes aspectos, em relação com os processos biológicos, com as tendências do instinto e das paixões, com as condições físicas, econômicas, sociológicas e sociais, e, finalmente, em sua relação com Deus, isto é, com o conhecimento da Sua vontade.

"10 — ... A paternidade responsável comporta, sobretudo, uma vinculação mais profunda com a ordem moral objetiva, estabelecida por Deus, cujo fiel intérprete é a reta consciência. O exercício responsável da paternidade exige, portanto, que os cônjuges reconheçam plenamente seus próprios deveres para com Deus, para consigo mesmo, para com a família e para com a sociedade, numa justa hierarquia de valores.

Na missão de transmitir a vida, os esposos não ficam, portanto, livres para procederem arbitrariamente, como se pudessem determinar de maneira completamente autônoma os caminhos lícitos a seguir, mas devem, sim, conformar sua conduta à intenção criadora de Deus, manifestada na própria natureza do matrimônio e de seus atos, constantemente ensinada pela Igreja".

TERCEIRO PRINCÍPIO. — Esta vontade de Deus culmina no amor. Os atos em que os esposos se unem em casta intimidade são honestos e dignos; porém qualquer ato matrimonial deve ficar aberto à transmissão da vida.

"11 — ... Deus dispôs com sabedoria leis e ritmos naturais de fecundidade que por si mesmos distanciam os nascimentos.

Sem embargo, ao exigir que os homens observem as normas da lei natural interpretada pela sua constante doutrina, a Igreja ensina que qualquer ato matrimonial ("quilibet matrimonii usus") deve ficar aberto à transmissão da vida".

Será, porém, que os cônjuges podem separar os dois aspectos complementares do ato conjugal: a união e a procriação, o amor e os filhos (eventuais)?

QUARTO PRINCÍPIO. — Esta doutrina se funda sobre a inseparável conexão que existe entre os dois significados do ato conjugal: o unitivo e o procriador.

"12 — ...Efetivamente, por sua íntima estrutura, o ato conjugal, enquanto une profundamente os esposos, torna-os aptos para a geração de novas vidas, consoante as leis inscritas no próprio ser do homem e da mulher. Salvaguardando ambos os aspectos essenciais, o unitivo e o procriador, o ato conjugal conserva íntegro o sentido do amor mútuo e verdadeiro, e sua ordenação à altíssima vocação do homem para a paternidade. Nós pensamos que os homens, e em particular os do nosso tempo, se acham no caso de compreender o caráter profundamente razoável e humano deste princípio fundamental".

Dir-se-á então: Como se ser fiel aos desejos de Deus? Com o cumprindo do

QUINTO PRINCÍPIO. — O da dupla fidelidade: ao amor e ao plano de Deus. Usar deste dom divino destruindo-lhe o significado e a finalidade é contradizer a natureza do homem e o plano de Deus.

Primeiro dizemos fidelidade ao amor:

"13 — ...Um ato conjugal imposto ao cônjuge sem considerar a sua condição atual e os seus legítimos desejos não é um verdadeiro ato de amor, e portanto prescinde de uma exigência da reta moral nas relações entre os esposos".

Confessemos-lo sinceramente: a encíclica pôs o dedo numa das chagas do amor conjugal: a falta de atenção de um dos cônjuges para com o outro. Dito de outro modo: o egoísmo.

Em segundo lugar, fidelidade à lei que o Criador agregou ao ato conjugal: não prejudicar a disponibilidade de transmitir a vida. Talvez que, em geral, seja isto, para muitos, a coisa

mais difícil de compreender, porque esta lei perturba ou impossibilita bastantes hábitos adquiridos. Seu reconhecimento exige um esforço conjunto da inteligência e da vontade. Por isto a encíclica acrescenta:

“Assim, quem retamente refletir deverá também reconhecer que um ato de amor recíproco que prejudique a disponibilidade para transmitir a vida que, segundo leis particulares, Deus Criador nêle colocou, está em contradição com o designio constitutivo do matrimônio e com a vontade do Autor da Vida. Usar êste dom divino destruindo-lhe o significado e a finalidade, ainda que só parcialmente, é contradizer a natureza do homem e da mulher, e suas mais íntimas relações, e, pela mesma razão, é contradizer também o plano de Deus e sua vontade. Em compensação, usufruir o dom do amor conjugal respeitando as leis do processo gerador significa reconhecerem-se, não árbitros das fontes da vida humana, senão, antes, administradores do plano estabelecido pelo Criador”.

Só assim compreenderemos que o desejo de Deus está em contradição com o uso de anovulatórios, e que é preciso respeitar as leis do processo gerador. Nós não somos donos das fontes da vida humana, senão, antes, os servidores do desejo de Deus. Esta palavra “donos” centraliza a questão, no nosso entender.

SEXTO PRINCÍPIO. — Há que excluir o aborto, a esterilização e todo ato que se proponha impossibilitar a procriação.

“14 — ... Também não se podem invocar como razões válidas, para justificar os atos conjugais intencionalmente infecundos, o mal menor, ou seja o fato de que tais atos constituiriam um todo com os atos fecundos anteriores ou que se seguiriam depois, e que, portanto, compartilhariam a única e idêntica bondade moral... Erro é, por conseguinte, pensar que um ato conjugal tornado voluntariamente infecundo, e, por isto, intrinsecamente desonesto, possa ser coonestado pelo conjunto de uma vida conjugal fecunda”.

SÉTIMO PRINCÍPIO. — A Igreja não considera ilícito o uso dos meios terapêuticos para curar doenças, mesmo quando indretamente impeçam a procriação.

OITAVO PRINCÍPIO. — É igualmente lícito usar do matrimônio só nos períodos infecundos, e, assim, regular a natalidade.

“16 — ... A Igreja é coerente consigo mesmo quando julga lícito o recurso aos períodos infecundos, ao passo que condena sempre, como ilícito, o uso dos meios diretamente contrários à fecundação, ainda que a eles se recorra com fundamento em razões aparentemente honestas e sérias. Na realidade, entre os dois casos existe uma diferença essencial: no primeiro, os cônjuges servem-se legitimamente de uma disposição natural; no segundo, impedem o desenvolvimento dos processos naturais. Verdade é que, tanto num como noutro caso, os cônjuges estão de acôrdo na vontade positiva de evitar a prole por motivos plausíveis, buscando a segurança de que ela não se seguirá; igualmente verdade é, porém, que só no primeiro caso eles renunciam conscientemente ao uso do matrimônio nos períodos fecundos, quando, por justos motivos, a procriação não é desejável, e dêle fazem uso depois, nos períodos agenésicos, para manifestarem seu afeto recíproco e para salvaguardarem a sua mútua fidelidade. Assim agindo, eles dão prova de amor verdadeiro e integralmente honesto”.

NONO PRINCÍPIO. — Não se pode deixar à mercê da intervenção das autoridades públicas o setor mais pessoal e mais reservado da intimidade conjugal.

São tão graves as conseqüências dos métodos de contrôle ou regulação artificial da natalidade, que é quase seguro haja pesado muito no ânimo do Santo Padre esta ingerência possível ou real dos poderes públicos, bem como o perigo a que estarão expostos os jovens se os meios anticonceptivos ficarem à disposição de qualquer um.

DÉCIMO PRINCÍPIO. — A Igreja, garantia dos autênticos valores humanos, é, à semelhança do seu divino Fundador, “sinal de contradição”.

“18 — ... Mas nem por isso deixa de proclamar, com humilde firmeza, tôda a lei moral, natural e evangélica. A Igreja não foi a autora destas leis, nem pode, conseqüentemente, ser árbitro delas, senão sòmente sua depositária e intérprete, sem poder jamais declarar lícito aquilo que, por sua íntima e imutável oposição ao verdadeiro bem do homem, não o é”.

Rigorosamente fiel ao Magistério da Igreja, a encíclica "Humanae vitae" constitui, efetivamente, o último marco deste processo doutrinal de que, anteriormente, foram portadores quatro Sumos Pontífices e um Concílio Ecumênico, como, com mais minúcia, veremos na próxima e última glosa comentada: III. Diretrizes pastorais.

2 — Indique-me as diretrizes pastorais para que os casais católicos dêem testemunho no mundo e exerçam o apostolado matrimonial.

— Basta reproduzirmos as próprias palavras da "Humanae vitae", lembrando as suas belíssimas exortações aos esposos cristãos. Ei-las:

"25 — Nossa palavra dirige-se agora mais diretamente a nossos filhos, e em particular aos chamados por Deus a servi-lo no casamento. Ao mesmo tempo que ensina as exigências imprescindíveis da lei divina, a Igreja anuncia a salvação e abre, com os sacramentos, os caminhos da graça, a qual faz do homem uma nova criatura, capaz de, no amor e na verdadeira liberdade, corresponder ao desígnio de seu Criador e Salvador, e de achar suave o jugo de Cristo.

Portanto, dóceis à sua voz, devem os esposos cristãos lembrar-se de que a sua vocação cristã, iniciada no batismo, ulteriormente especificou-se e fortaleceu-se com o sacramento do matrimônio. Pelo mesmo sacramento os cônjuges são corroborados e como que consagrados para cumprirem fielmente seus próprios deveres, para realizarem sua vocação até à perfeição, e para darem um testemunho, próprio deles, perante o mundo. A eles confiou o Senhor a missão de tornarem visível ante os homens a santidade e a suavidade da lei que une o amor mútuo dos esposos com a sua cooperação ao amor de Deus, autor da vida humana.

Não é intenção nossa ocultar as dificuldades, às vezes graves, inerentes à vida dos cônjuges cristãos; para eles, como para todos, "a porta é estreita, e apertada a senda que leva à vida". A esperança desta vida deve iluminar-lhes o caminho, enquanto eles animosamente se esforçam por viverem com prudência, jus-

tiça e piedade no tempo presente, cônscios de que a figura dêste mundo é passageira.

Envidem, pois, os esposos os necessários esforços, apoiados pela fé e pela esperança, que “não enganam, porque o amor de Deus foi difundido em nossos corações juntamente com o Espírito-Santo que nos foi dado”; invoquem com oração perseverante o auxílio divino; recorram, sobretudo, à fonte de graça e de caridade na Eucaristia. E, se o pecado ainda os surpreender, não desanimem, mas recorram com humilde perseverança à misericórdia de Deus, que é concedida no Sacramento da Penitência. Assim poderão realizar a plenitude da vida conjugal, descrita pelo Apóstolos: “Maridos, amai vossas mulheres como Cristo amou a sua Igreja (...). Devem os maridos amar suas espôsas como a seu próprio corpo. Acaso amar a espôsa não é amar-se a si mesmo? Ninguém odiou jamais a sua própria carne, senão que a nutre e dela cuida, como Cristo o faz à sua Igreja (...). É grande êste mistério, mas entendido de Cristo e da Igreja. Pelo que a vós se refere, cada um em particular ame sua espôsa como a si mesmo, e a mulher respeite seu próprio marido”.

Sem, tampouco, esquecer o apostolado entre os lares:

“26 — Entre os frutos obtidos com um generoso esforço de fidelidade à lei divina, um dos mais preciosos é o de não raras vezes sentirem os cônjuges o desejo de comunicar aos demais a sua experiência. Uma nova e importantíssima forma de apostolado entre semelhantes insere-se, destarte, no amplo quadro da vocação dos leigos: os próprios esposos convertem-se em guia de outros esposos. Esta é, sem dúvida, entre as numerosas formas de apostolado, uma das que, hoje, mais oportunas se inculcam”.

É palavra do Vigário de Cristo na terra.

3 — Que me diz dos comentários de teólogos, escritores católicos e, inclusive de alguns Bispos e Episcopados, discordando ou opondo restrições à “*Humanae vitae*”?

— Limitamo-nos a lembrar o comunicado oficial do “Bureau” de Informação do Episcopado Espanhol, que assim diz:

*“Em determinados ambientes e publicações da nossa Pátria não circulado, durante os últimos meses, algumas opiniões que estão em claro desacôrdo com os ensinamentos fundamentais expostos por Sua Santidade o Papa Paulo VI na sua encíclica “*Humanae vitae*”.*

A Comissão para a Doutrina da Fé, da Conferência Episcopal Espanhola, julga uma grave obrigação sua manifestar públicamente a profunda dor que lhe vem causando um fato como êste, que tanto contrasta com a atitude da totalidade do Episcopado, assim como da imensa maioria da imprensa e dos católicos espanhóis.

Esta Comissão não só desaprova tão desorientadoras opiniões, como também se julga no dever de afirmar solenemente que qualquer doutrina, mesmo no caso de proceder de teólogos de nota, ou de personalidades eclesiásticas, se se acha em oposição como os ensinamentos explícitos e formais do magistério do Sumo Pontífice, carece totalmente de autoridade, e não pode ser tomada como norma segura de atuação para a consciência privada.

Ao publicar a presente nota, que previamente foi dada a conhecer à Comissão Permanente do Episcopado Espanhol e lhe mereceu a aprovação unânime, exortamos todos os católicos a que leiam e meditem com espírito de fé o luminoso documento pontifício, atendam às orientações que o Episcopado irá dando oportunamente, evitem cuidadosamente doutrinas e publicações perigosas, e continuem mantendo firmemente a linha de docilidade à cátedra de Pedro como fiéis filhos da Igreja, alegre e conscientemente submissos ao seu sagrado magistério”.

4 — A “*Humanae vitae*” contém verdades infalíveis e dogmáticas?

— Não faltam, na “*Humanae vitae*”, sentenças verdadeiramente *infalíveis e dogmáticas*.

Reproduzem-se nela, como no caso da “*Profissão de fé* de Paulo VI, verdades definidas e dogmas proclamados pelo Magistério tradicional da Igreja, “ainda que não devam chamar-se (tais reproduções autênticas) verdadeiras e próprias definições dogmáticas”, senão, mais propriamente, *confirmação de defini-*

ções dogmáticas. Quer se queira quer não se queira chamar, com verdadeira propriedade, definições dogmáticas a tais reproduções autênticas, o que está fora de qualquer dúvida é que não pode haver falha alguma na confirmação e guarda dos dogmas e definições infalíveis por parte de quem é *infalível*: o Romano Pontífice.

Com efeito, afirma Paulo VI em sua *"Humanae vitae"*:

"...Devemos mais uma vez declarar que cumpre excluir absolutamente, como via lícita para a regulação dos nascimentos, a interrupção do processo gerador já iniciado, e, sobretudo, o aborto diretamente querido e procurado, ainda que seja por motivos terapêuticos.

Cumpre excluir igualmente, conforme muitas vezes tem declarado o Magistério da Igreja, a esterilização direta, perpétua ou temporária, tanto do homem como da mulher".

Não precisa andarmos com citações para se ver como estas verdades dogmáticas têm sido constantemente proclamadas pelo Magistério tradicional da Igreja, especialmente na *"Casti connubii"*. Nessas afirmações, pois, Paulo VI, tal como os seus Predecessores, é *infalível*.

Vejamos o que Paulo VI adita na mesma passagem de sua Encíclica:

"Além disto, fica excluída toda ação que, ou em previsão do ato conjugal, ou em sua realização, ou no desenrolar de suas conseqüências naturais, se proponha, como fim ou como meio, impossibilitar a procriação".

Eis aqui uma afirmação que, em grande parte dela, reproduz uma verdade dogmática, uma definição *"ex cathedra"*, pronunciada pelo Magistério ordinário de Pio XI na sua Encíclica *"Casti connubii"*:

"Havendo-se, pois, alguns manifestamente separado da doutrina cristã, ensinada desde o princípio e transmitida em todos os tempos sem interrupção, e havendo publicamente pretendido proclamar outra doutrina, a Igreja Católica, a quem o próprio Deus confiou o ensino e a defesa da integridade e honestidade dos costumes, colocada no meio desta ruína moral para conser-

car imune de tão ignominiosa mancha a castidade da união nupcial, em sinal da sua divina legação eleva altamente sua voz por Nossos lábios, e uma vez mais promulga: que qualquer uso do matrimônio exercido de modo tal que o ato seja deliberadamente frustrado em sua virtude natural de gerar a vida INFRINGE A LEI DE DEUS E DA NATUREZA, e os que tal ato cometem ficam manchados com a culpa do pecado mortal”.

E Pio XI continua invocando a suprema autoridade do seu Magistério:

“Por conseguinte, conforme pede a Nossa suprema autoridade e o cuidado da salvação de tôdas as almas, encarregamos os confessores e todos os que têm cura de almas de não consentirem, nos fiéis encomendados ao seu cuidado, êrro algum acêrca desta gravíssima lei de Deus, e, muito mais, que êles mesmos se conservem imunes dessas falsas opiniões. E, se algum confessor ou pastor de almas, o que Deus não permita, induzir a êstes erros os fiéis que lhe foram confiados, ou, ao menos, neles os confirmar com sua aprovação ou doloso silêncio, tenha presente que há-de dar estrita conta ao Juiz Supremo por haver faltado ao seu dever, e aplique a si aquelas palavras de Cristo: “São cegos que guiam outros cegos; e, se um cego guia outro cego, ambos caem na fossa” (Mat., 15, 14).

Linhas antes, na mesma Encíclica, Pio XI afirmava:

“Nenhum motivo, todavia, mesmo quando gravíssimo, pode converter aquilo que é intrinsecamente contra a natureza em honesto e conforme à mesma natureza; e, estando o ato conjugal, por sua própria e natural virtude, destinado à geração dos filhos, os que, no exercício dêle, propositadamente o destituem da sua virtude e essência natural, otram contra a natureza e cometem uma ação torpe e intrinsecamente desonesta”.

O mesmo dogma de moral natural e divina foi confirmado infalivelmente por Pio XII, ao se referir à Encíclica “*Casti connubii*” em seu discurso ao Congresso da “União Católica Italiana de Parteiras” (29 de outubro de 1951):

“Todo atentado dos cônjuges, no exercício do ato conjugal ou no desenrolar de suas conseqüências naturais, atentado que

tenha como finalidade privá-lo da força a êle inerente e impedir a procriação de uma nova vida, é imoral; e nenhuma indicação ou necessidade pode transformar uma ação intrinsecamente imoral em um ato moral e lícito. Esta prescrição continua em pleno vigor da mesma sorte hoje que ontem, e tal será amanhã e sempre, por não ser ela um simples preceito de direito humano, e sim
A EXPRESSÃO DE UMA LEI QUE É NATURAL E DIVINA”.

Não obstante, Paulo VI acrescenta algo, não substancialmente nôvo, mas totalmente coerente com o resto dogmático do contexto pontifício: “...ou em previsão do ato conjugal...”.

5— Pode esclarecer-me ainda mais êstes pontos?

....— “E, se, em seus atos, os Sumos Pontífices, de propósito pronunciam uma sentença em matéria até aqui discutida, de todo evidente é que, segundo a mente e vontade dos mesmos Pontífices, já não pode essa questão ter-se como de livre discussão entre os teólogos”, diz Pio XII na “*Humani generis*”.

Tratava-se, na realidade, de matéria discutida? Discutida sim, efetivamente. Não faltaram teólogos, e mesmo pessoas de condição eclesiástica, que pública e notòriamente manifestassem suas opiniões contrárias.

Ora, pode-se dizer que se tratava de matéria *discutível* ou *opinável*? Redondamente julgamos que não.

Por uma parte, os que sempre se distinguiram por sua *ortodoxia* ou fidelidade ao Magistério da Igreja jamais discreparam da sentença que depois Paulo VI emitiu. Os discrepantes foram justamente aquêles que, em não poucas ocasiões, não fizeram caso de se mostrarem *heterodoxos* ou rebeldes ao Sagrado Magistério.

Por outra parte, o católico verdadeiramente fiel à integridade da sua fé, disposto, a qualquer momento, a repelir todo perigo que pudesse manchá-la, faz profissão de tóda a doutrina católica, de todo o ensino do Magistério da Igreja. E, ademais, êle não pára aqui, senão que a sua fidelidade à verdade cristã indu-lo a estender a sua profissão de fé inclusive a tódas as *conseqüências lógicas* dessa doutrina e desse ensinamento.

E era por isto que êle não vacilava em defender, com firmeza e valentia, sem mêdo de se equivocar, a mesma atitude proposta, depois, *autênticamente* por Paulo VI na sua "*Humanae vitae*", que é a atitude tradicional, implícita nos dogmas de moral natural acêrca da vida de matrimônio, constantemente lembrados pelo Magistério eclesiástico.

Cremos oportuno transmitir aqui algumas palavras mui luminosas do Bispo de Campos (Brasil), Dom Antônio de Castro Mayer:

"A fé é uma virtude, e na Santa Igreja as virtudes são accessíveis a todos os fiéis, ignorantes ou doutos, ricos ou pobres, mestres ou discípulos. Prova-o a hagiografia cristã.

"Santa Joana d'Arc, pastorinha ignorante de Domremy, confundia seus juizes pela sagacidade com que respondia às argúcias teológicas que êles utilizavam para a induzirem a proposições errôneas e, assim, justificarem a condenação dela à morte.

"São Clemente Maria Hofbauer, no século XIX, humilde trabalhador manual, que por gôsto assistia às aulas de teologia da ilustre Universidade de Viena, distinguia em um de seus mestres o fermento do jansenismo, que escapava à percepção de todos os seus discípulos e de outros professôres.

"*Graças vos dou, Pai Senhor do Céu e da terra, porque occultastes estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelastes aos pequeninos*" (Lc. 10, 21).

"Para termos um povo firme e conseqüente na sua fé, não é necessário que façamos dêle um povo de teólogos. Basta que cada um ame entranhadamente a Igreja, se instrua nas verdades reveladas, proporcionalmente ao seu nível de cultura geral, e possua as virtudes de pureza e humildade necessárias para verdadeiramente crer, entender e saborear as coisas de Deus. Do mesmo modo, para ter um povo verdadeiramente puro, não é necessário fazer de cada fiel um moralista...

"O que acabamos de dizer da perseverança de uma pessoa aplica-se igualmente à perseverança dos povos. Quando a população de uma Diocese possui a integridade do espírito católico, está em condições de, auxiliada pela graça de Deus, enfrentar

as tormentas da impiedade. Mas, se não as possui, e, nem mesmo as pessoas habitualmente tidas como piedosas procuram e apreciam essa integridade, que se pode esperar de tal população?

“Lemos a História, não se compreende como certos povos, dotados de hierarquia numerosa e culta, de clero douto e influente, de instituições de ensino e de caridade ilustres e ricas, como na Suécia, Noruega, Dinamarca do século XVI, puderam, de um momento para outro, resvalar da profissão plena e tranqüila da fé católica, para a heresia aberta e formal, e isto quase sem resistência e quase imperceptivelmente. Qual a razão de tamanho desastre?... Foi o que, com lucidez angélica, compreendeu S. Pio X em sua luta vigorosa contra o *Modernismo*. Pastor clementíssimo, êle iluminou a Igreja de seu Deus com o brilho suave da sua celestial mansidão. Não tremeu ao denunciar os autores do êrro modernista dentro da Igreja e ao apontá-los à execração dos bons com estas veementes palavras: “*Não se afastará da verdade quem os tenha (aos modernistas) como os mais perigosos inimigos da Igreja*” (Enc. *Pascendi*) (Carta Pastoral de Dom Mayer sôbre problemas do Apostolado moderno, 6 de janeiro de 1953).

A segurança das verdades dogmáticas da ética matrimonial já estava rôta nos propagadores da nova posição.

O próprio Paulo VI não vacila em manifestar, na sua Encíclica, que “*no seio da Comissão haviam aflorado alguns critérios de soluções que se separavam da doutrina moral sôbre o casamento proposta pelo Magistério da Igreja com constante firmeza*” (Enc. “*Humanae vitae*”).

Não podia o Papa dar outra solução a não ser a que deu: a única coerente com a Encíclica “*Casti connubii*” e com tôda a doutrina tradicional da Igreja:

“*Em conformidade com esta missão, a Igreja deu sempre, e com mais amplitude nos tempos recentes, uma doutrina coerente tanto sôbre a natureza do matrimônio como sôbre o reto uso dos direitos conjugais e sôbre as obrigações dos esposos*” (Enc. “*Humanae vitae*”).

A ousadia dos impugnadores da doutrina tradicional chegou a extremos inconcebíveis, como seja a sua afirmação gratuita de

que a Constituição conciliar "*Gaudium et spes*" retifica e anula a tradicionalíssima sentença, redondamente proclamada pelos Romanos Pontífices e especialmente por Pio XI e Pio XII, de que "o fim primário do matrimônio é a procriação e educação da prole, e seu fim secundário o amor conjugal, por estar êste ordenado ao fim primário".

A divina Providência não abandona sua Igreja, e inevitável era que calúnia tão sacrílega ficasse em posição a mais ridícula. Amparando-se na doutrina conciliar da "*Gaudium et spes*", Paulo VI confirma a mesma sentença tradicional: "*Por sua própria índole, o amor conjugal está ordenado à procriação e educação da prole*".

À parte o valor infalível da "*Humanæ vitæ*" em suas confirmações dogmáticas da "*Casti connubii*", a maior explicação dada por Paulo VI tem valor de DOUTRINA FORMALMENTE CATÓLICA E AUTÊNTICAMENTE CERTA, que EXIGE O NOSSO ASSENTIMENTO (Pio XII) de RELIGIOSA SUBMISSÃO (Vaticano II), e EXIGE SER SUSTENTADA COM JUÍZO ESTÁVEL (Leão XIII), E NEM PODE SER TIDA COMO DE LIVRE DISCUSSÃO ENTRE OS TEÓLOGOS (Pio XII).

VI — LITURGIA E SACRAMENTOS

I — Qual a importância da Liturgia segundo o Concílio?

— A importância da Liturgia deduz-se da sua própria essência, consoante a definição dada por Pio XII — encíclica *Mediator Dei*: — “*É o culto público — ou oficial — que, como Cabeça da Igreja, nosso Redentor tributa ao Pai, e o — culto público — que a sociedade dos fiéis tributa ao seu Fundador e, por meio d’Ele, ao Eterno Pai*”. Ao desdobrar essa definição, o Concílio tornou manifestos novos elementos que dizem da Liturgia:

- É o meio pelo qual se exerce a obra da nossa Redenção;
- É o exercício do sacerdócio de Cristo;
- É o cume de toda a atividade da Igreja e a fonte de onde emana toda a sua força;
- É um antegozo da liturgia celeste; e particularmente:
- Cristo, que está sempre presente em sua Igreja, está presente sobretudo na ação litúrgica; pelo que:
- Toda ação litúrgica é obra de Cristo e da Igreja;
- A Liturgia contribui em sumo grau para que os fiéis exprimam em sua vida e manifestem aos outros o Mistério de Cristo e a autêntica natureza da Igreja;
- Pela sua própria natureza está ela muito acima dos exercícios piedosos, e
- É ação sagrada cuja eficácia nenhuma outra ação da Igreja iguala.

- 2 — Parece, pois, depreender-se que, segundo o Concílio, com a Liturgia já temos o bastante, e não há por que perder tempo com os antigos exercícios piedosos.

— O próprio Concílio diz (Art. 12) que *“a participação na Sagrada Liturgia não abrange tôda a vida espiritual”*, pelo que *“encarecidamente recomenda os exercícios piedosos do povo cristão”* (13), *“contanto que sejam conformes às normas da Igreja, se acomodem aos tempos litúrgicos, tenham alguma derivação (ou relação) na Liturgia, e a ela levem”*.

- 3 — Porém êsses exercícios piedosos parece serem mais própria-mente uma piedade meramente subjetiva.

— A êste propósito, já Pio XII disse na *“Mediator Dei”*: *“Concluem alguns que tôda a piedade cristã deve concentrar-se no mistério do Corpo Místico de Cristo, sem nenhuma consideração com o elemento “pessoal ou subjetivo”, e por iso crêem que se devem deixar de lado as outras práticas religiosas não estritamente litúrgicas, ou realizadas fora do culto público. Porém qualquer um pode notar que estas conclusões sôbre as duas espécies de piedade — objetiva e subjetiva —, por magníficos que sejam os princípios supramencionados, resultam completamente “falsas, insidiosas e danosíssimas”*.

- 4 — De modo que não se devem suprimir a meditação, os exames de consciência, os Exercícios espirituais e Missões populares, a pregação em Tríduos e Novenas, etc.?

— A meditação, os exames de consciência, os Exercícios Espirituais, etc. diz claramente Pio XII que são necessários, inclusive para melhor participarmos da Liturgia. A respeito da pregação, o Concilium, ou Comissão para aplicação da Constituição sôbre a Liturgia, disse, em sua Instrução de 1964 (n.º 7), que *“deve haver íntima união entre a Liturgia e a catequese e pregação”*, não ficando portanto estas últimas substituídas pela homilia, que necessariamente deve ser breve.

5 — E a devoção ao Sagrado Coração de Jesus não parece que já ficou superada por uma piedade mais viril — como a litúrgica —, tanto mais quanto dela não fala o Concílio?

— Na verdade, o Concílio não menciona explicitamente — como tampouco muitas outras coisas — a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Porém está ela implicitamente incluída na recomendação dos exercícios piedosos. Por outra parte, a prática desta devoção, bem entendida, é a *“síntese de toda a religião e a norma de vida mais perfeita”* (Pio XI); não é *“uma forma qualquer de piedade que se possa livremente escolher em vez de outra ou estimar em menos, e sim um obséquio religioso sumamente apto para conseguir a perfeição cristã”* (Pio XII); como *“apoiado solidamente nos Evangelhos e abertamente favorecido pela Tradição, pela sagrada liturgia e pelos Romanos Pontífices”* (id.), e é louvada pelo Papa João XXIII, e recomendada — durante os próprios tempos do Concílio — por Paulo VI. Em relação com a liturgia, a devoção ao Coração de Jesus, cujo objeto próprio é o amor de Cristo e de Deus simbolizado no Coração, não só tem um esplendoroso caráter de “sinal” ou símbolo, como também nos apresenta o motivo ou razão impulsora de todo o Mistério de Cristo, tantas vezes mencionado na Constituição conciliar sobre a liturgia.

6 — E que é esse Mistério de Cristo?

— Da parte de Deus, é o plano ou *“desígnio eterno que (Deus) se propusera”* (Ef. 3, 11) para a salvação dos homens. Da parte de Cristo, é a realização desse plano, através dos seguintes fatos principalmente: a Encarnação, a Morte dolorosa, a Ressurreição e a Ascensão ao céu. De nossa parte, é a incorporação a Cristo — ao seu Corpo Místico — principalmente pela fé e pelo Batismo e pela imitação de Cristo; de maneira que, mortos para o pecado e feitos, como Ele, obedientes a Deus até à morte, já não vivamos para nós, e sim para Aquêles que por nós morreu e ressuscitou (cfr. 2 Cor., 5, 15, e Instrução do *Consilium* n.º 6). Este Mistério chama-se “pascoal” ou “de passagem” ou “de trânsito”, porque o modo como ele se realiza é “passando” pela Morte e pela Ressurreição, ou “passando”, da morte causada pelo pecado, à ressurreição.

7 — Nos parágrafos precedentes cita-se a encíclica “Mediator Dei”. Acaso esta encíclica não foi anulada ou superada pela Constituição do Concílio?

— Entre a encíclica *Mediator Dei*, de Pio XII, e a Constituição sobre a Liturgia, do Concílio, não há nem pode haver oposição, pelo menos no essencial. A Constituição significa mais propriamente um progresso e desenvolvimento daquela. Não há inconveniente nem dificuldade em que, na ordem prática, a Constituição tenha, por exemplo, autorizado de maneira geral aquilo que na encíclica só figura como concessões particulares. Assim no caso da língua vernácula e do canto popular religioso.

8 — E também não ficaram anuladas as rubricas e disposições anteriores ao Concílio?

— Não ficaram anuladas. O Cardeal Lercaro, Presidente do *Consilium*, em carta aos Bispos-presidentes das Comissões nacionais de Liturgia, fez saber que continua em vigor tudo quanto não foi explícita e oficialmente derogado; e que não se podem permitir as iniciativas privadas, que, por outra parte, comprometem o feliz resultado da reforma litúrgica: o sacerdote não está autorizado a inventar e introduzir por si mesmo inovações. A Constituição do Concílio já avisara que “a regulamentação da Liturgia compete à Sé Apostólica e, no que lhes toca, aos Bispos”, e que “ninguém, nem sequer o sacerdote, pode acrescentar ou mudar o que quer que seja por iniciativa própria” (Art. 22).

9 — E as tradições e costumes?

— O artigo 23 da Constituição diz: “Para conservar a *sã* tradição e, contudo, abrir o caminho a um progresso legítimo, sempre deve preceder uma conscienciosa investigação...”. Trata-se, pois, tanto de conservar a tradição como de não ficar imóvel contra a legítima evolução. E, quando o mesmo artigo estabelece de que forma há-de proceder a Igreja na reforma litúrgica,

Ele adverte: *“Não se introduzam inovações se o não exigir uma utilidade verdadeira e certa da Igreja”*. Quanto aos costumes legítimos, várias vezes a Constituição fala da sua conservação, e até de que os bispos introduzam as que estejam justificadas.

10 — O Concílio introduziu as línguas vernáculas na liturgia. Abandonou, portanto, o latim?

— De maneira nenhuma. O artigo 36 da Constituição começa por estas palavras: *“Nos ritos latinos, e salvo direito particular, conserve-se ‘o uso da língua latina’*. Mas, junto a isto, autoriza — não impõe — o uso mais ou menos extenso das línguas vernáculas: *“Como, em não raras ocasiões, o uso da língua vulgar resulta muito útil para o povo, poder-se-á dar-lhe maior cabimento quer na Missa, quer na administração dos Sacramentos, quer em outros campos da Liturgia, sobretudo nas leituras e monições, e em algumas orações e cantos”*. Assim, deve o uso do latim conservar-se; o da língua vernácula permite-se. Mais ainda: o art. 54 e a Instrução do *Consilium* recomendam *“procure-se diligentemente que os fiéis também saibam rezar e cantar em latim o Ordinário da Missa”*. Paulo VI disse: *“O Concílio Vaticano II permitiu em seus Decretos o emprêgo da língua vernácula nos ritos da sagrada Liturgia, pois o exigiam razoáveis motivos de utilidade pastoral... Todavia, sendo latino-romana, nossa Igreja tem como língua sua o latim, mantém o exercício deste e promove o seu progresso”* (16-4-1966). Em igual sentido falou ele ao nôvo Ateneu dirigido pelos Salesianos de Roma (29-10-66), aos Superiores gerais de religiosos obrigados à recitação do Ofício Divino (15-8-66), e aos Abades das diversas Congregações beneditinas (30-9-66).

Não padece dúvida que, por motivos pastorais ou de proveito dos fiéis, o Concílio desejou que, nas Missas — e em outros atos litúrgicos *com assistência do povo*, se empregue a língua do povo; e os bispos espanhóis autorizaram êste uso assinalando como unicamente obrigatória a leitura da Epístola e do Evangelho em língua vernácula. Mas esta nem é obrigatória fora das duas leituras citadas, nem está permitida na totalidade da Missa, nem é lícita, de modo algum, quando não há

assistência de povo. De resto, não está determinado o número de pessoas que — sem contar o acólito — formam “povo”: isto é assunto de senso comum.

11 — Em compensação, não é verdade que é alheio à linha do Concílio o canto gregoriano? Porque é um fato que hoje quase ninguém o canta.

— A “*linha do Concílio*” há que buscá-la naquilo que o próprio Concílio diz na Constituição sobre a Liturgia, e que é isto:

Art. 116. “*A Igreja reconhece o canto gregoriano como o canto próprio da Liturgia romana; em igualdade de circunstâncias, portanto, cumpre dar-lhe o primeiro lugar nas ações litúrgicas*”. Também diz (117) que “*não se deve excluir — onde se pode dignamente executá-la — a Polifonia clássica; e prepare-se uma edição mais crítica das melodias gregorianas, e outra com melodias mais simples*”. De maneira que o Concílio está muito longe de haver abolido o canto gregoriano.

Quem de fato o aboliu são os que, interpretando abusivamente a prescrição de “*fomentar com empenho o canto religioso popular*” (art. 118), não querem pôr no culto senão uma série de cantos a que chamam “populares”, mas que, muitas vezes, não são nem populares, nem verdadeira música, nem artísticos, nem “santos” — como assinalou Pio X —, com os quais pretendem fazer que o povo cante tudo, nem se darem conta de que o Concílio também disse: “*Fomenta-se diligentemente as “Scholae cantorum”, sobretudo — mas não unicamente — nas catedrais*” (114). Quer dizer, o Concílio quer que, em matéria de cantos, “*ressoem as vozes dos fiéis*” (118), de modo que o povo “*possa trazer a participação ativa que lhe corresponde*”; mas a “*linha do Concílio*” não consiste em que o povo cante tudo, nem em que se suprima o canto gregoriano, nem em que a música careça da santidade e bondade de formas que S. Pio X exigiu para a música sacra.

A 7 de abril de 1964, Paulo VI falava à Federação Internacional de “*Pueri cantores*” dizendo: “*Damos também as boas-vindas aos gregorianistas e às gregorianistas da França e dos demais países adscritos a esta já ilustre e benemérita corrente*

do canto sacro, mercê da qual podemos esperar que a voz musical tradicional da Igreja latina reconquiste o duplo mérito da sua perfeita interpretação e da sua ampla execução em numerosas massas corais, e até mesmo em toda a assembléia dos fiéis”.

12 — O Concílio disse que os altares estejam de frente para o povo. A que se deve o fato de muitos, inclusive altares-mores, estarem de costas?

— A Constituição sobre a Liturgia não diz nada acêrca da colocação do altar. A Instrução do *Consilium* diz que, nas igrejas novas ou reconstruídas, o altar esteja separado da parede, de maneira que possa celebrar-se de frente para o povo. Mas não há nenhuma disposição que obrigue a ter o altar ou a celebrar de frente para o povo. Ainda mais: na própria Roma e em outras dioceses, necessita-se de permissão da autoridade competente para mudar a posição do altar.

A celebração de frente para o povo, diz o Cardeal Lercaro na carta mencionada, “*é a mais conveniente sob o aspecto pastoral*”. Mas — acrescenta — “*cumpre-nos frisar que a celebração de toda a Missa de frente para o povo não é absolutamente indispensável para uma ação pastoral eficaz*”.

13 — Há muitas igrejas que têm muitas imagens. Nelas também se conservam relíquias que mais parecem favorecer a superstição e a idolatria, do que outra coisa. O Concílio não disse algo sobre isso? E então por que não se cumpre?

— O que a Constituição sobre a Liturgia diz é isto: “*De acôrdo com a tradição, a Igreja presta culto aos santos e venera-lhes as imagens e as relíquias autênticas*” (Art. 111). E também: “*Mantenha-se firmemente a prática de expor imagens sagradas à veneração dos fiéis; contudo, sejam elas em número moderado, e guardem entre si a devida ordem, a fim de não causarem estranheza ao povo cristão, nem favorecerem uma devoção menos reta*: (Art. 125). Destarte, o Concílio não só não proibiu a colocação e veneração de imagens, senão que manda as haja, pois éle não participa do erro protestante de negar culto aos santos, erro originado pela má inteligência da mediação de Cristo

e dos santos. O que o Concílio quer evitar é o abuso e o excesso que por vêzes se verifica.

Quanto às relíquias, que, como diz o artigo 111, são veneradas pela Igreja, o culto delas está fundado na Sagrada Escritura e na Tradição eclesiástica. No Antigo Testamento, livro quarto dos Reis, um morto ressuscita ao tocar os restos do profeta Eliseu. No Nôvo Testamento, lê-se acêrca de S. Paulo, nos Atos dos Apóstolos (19, 11-12), que, *“em applicando até mesmo os simples lenços e cintos que tinham estado em contacto com o corpo dêle, desapareciam imediatamente as doenças e saíam fora os espíritos malignos”*. Na Igreja primitiva, os cristãos recolhiam os despojos dos mártires, rezavam diante dos seus sepulcros, e lhes erguiam altares. S. Justino (século II) escrevia: *“A veneração dos corpos mortos serve para restituir a saúde aos corpos vivos”*. Em sua sessão XXV, ao falar *“de invocatione sanctorum”*, o Concílio de Trento diz: *“Do mesmo modo, ensinar-se-á aos fiéis que também êles devem venerar os sagrados corpos dos santos Mártires e de outros bem-aventurados que vivem com Jesus-Cristo, que foram membros do próprio Jesus-Cristo e templos do Espírito-Santo, e que pelo próprio Cristo hão-de ressuscitar para a Vida Eterna e ser glorificados; e por cuja intercessão Deus concede aos homens muitos benefícios; de modo que devem ser absolutamente condenados, como há tempo os condenou e também agora os condena a Igreja, os que afirmam que não devem venerar nem honrar as relíquias dos santos, ou que inútilmente se veneram estas e outros monumentos sagrados, ou que em vão se visitam com freqüência os sepulcros dos santos com o fim de lhes implorar o auxílio”*. Por conseguinte, não há nisso superstição nem idolatria. Não são as relíquias que, às vêzes, operam milagres, como se fôsem talismãs, é o Senhor que os opera, Êle a quem é agradável a veneração das relíquias e a oração àqueles a quem elas pertencerem.

14 — Parece que, depois do Concílio, alguns têm em menos a devoção à SS. Virgem. Será que o Concílio pôs freio em matéria que sempre fôra tida como distintivo do catolicismo?

— Se há alguém que agora tenha em menos a devoção à Virgem, certamente êsse não está na *“linha do Concílio”*. Sem

contar numerosas outras menções, a magna assembléia de bispos tratou da Virgem Maria em duas solenes ocasiões: a Constituição dogmática sôbre a Igreja dedica a Nossa Senhora um capítulo inteiro, dos oito que contém, no qual trata *“Da bem-aventurada Virgem Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja”*, e no qual — mesmo advertindo que não pretende apresentar uma doutrina completa — expõe a função da Virgem na economia da salvação e na Igreja. Nos dois números ou parágrafos dedicados ao trato do culto ou devoção a Nossa Senhora, lê-se: *“O sacrossanto Sínodo ensina em particular, e ao mesmo tempo exorta todos os filhos da Igreja, a que cultivem generosamente a devoção, sobretudo a litúrgica, para com a Bem-aventurada Virgem, como também a que estimem em muito as práticas e exercícios de piedade a Ela, recomendados no curso dos séculos pelo Magistério...”*.

A Constituição sôbre a Liturgia dedica igualmente ao assunto um artigo (103): *“Na celebração dêste ciclo anual dos mistérios de Cristo, com especial amor venera a santa Igreja a bem-aventurada Mãe de Deus, a Virgem Maria”*; artigo êsse em que, a seguir, ela expõe breve mas categoricamente, três esplêndidos motivos que justificam esta veneração:

- *“(porque Ela está) unida por laço indissolúvel à obra salvadora de seu Filho;*
- *(porque) n’Ela a Igreja admira e exalta o fruto mais esplêndido da redenção (e)*
- *(porque) a contempla alegremente como um puríssimo exemplo daquilo que ela mesma (a Igreja), todo inteira, anseia e espera ser.*

Deixando de lado, por anteriores ao Concílio, as numerosíssimas encíclicas marianas de Leão XIII e o fato da Consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria (Pio XII) em 1942, 25.º aniversário das Aparições de Fátima), João XXIII quis colocar o Concílio sob o patrocínio da SS. Virgem e inaugurá-lo numa festa da Virgem: a da sua Maternidade divina, a 11 de outubro de 1962; e Paulo VI, por uma parte, acrescentou à série de títulos e invocações marianas o título de *“Mãe da Igreja”*, no discurso de encerramento da III Sessão do Concílio (21 de

novembro de 1964), e, por outra parte, dedicou duas das cinco encíclicas de seus primeiros anos de pontificado a louvar e recomendar os piedosos exercícios do Mês de Maria, e a pedir orações pela paz precisamente com a recitação do Rosário.

Portanto, o Concílio e seus mais altos chefes não só não puseram nenhum freio à devoção a Nossa Senhora, como também, pelo contrário, lhe aditaram novos incentivos.

15 — A Constituição sobre a Liturgia (art. 27) inculca que a celebração comunitária deve ser preferida à individual ou como que privada, e pela Sacra Congregação dos Ritos soubemos, em 1958, que, por sua própria natureza, a Missa exige a participação dos fiéis. É ela, pois, um ato essencialmente comunitário. Assim, não é um contra-senso, e até algo anti-litúrgico, a Missa privada de um padre só, sem povo?

— Certamente, o artigo citado diz que se deve preferir a celebração comunitária. Mas diz, precisamente, isto: que se deve *preferi-la*. Não diz que seja essa a única forma aceitável. E ainda acrescenta: “*enquanto fôr possível*”. Ademais:

a) A Missa é essencialmente um ato comunitário sempre — mesmo quando ninguém a ela assista —, pois é um ato oficial da Igreja — que é uma comunidade, e é-o ainda no caso de ninguém a ela assistir, porque sempre se celebra em nome da comunidade universal e como sacrifício que, por meio do sacerdote, toda a comunidade universal oferece; por isto, a Igreja não quer que se fale de Missas *privadas*, e sim, quando muito, *em privado*. Se fiéis assistem, melhor. Então brilha externamente o caráter, que ela intrinsecamente tem, de ato comunitário.

b) O contra-senso não está em celebrar sem povo, senão em se ter como contra-senso, e até como anti-litúrgico, o que vem sendo prática secular empregada, ainda mais do que pelos simples sacerdotes, pelo Papa e pelos bispos na maior parte dos dias.

c) A Missa não só é sempre uma *ação da Igreja*, como sobretudo é sempre uma *ação de Cristo*, Sacerdote principal e, ao mesmo tempo, Vítima, que opera por meio de seu “ministro”,

o sacerdote celebrante. É sempre um sacrifício latrêutico ou de adoração, eucarístico ou de ação de graças, impetratório ou de petição, e propiciatório ou de sufrágio e de perdão; é sempre oferecido ao Pai, e, sob êstes dois aspectos, quanto mais Missas melhor, quer sejam em público, quer sejam concelebradas, quer em privado.

d) Não seria acertado — e privaria de um grandíssimo bem a Igreja, e êle se privaria de um grandíssimo bem pessoal — que um sacerdote preferisse *ouvir* Missa com o povo, a *celebrá-la* sem povo. (Além de que só o acólito já é povo e, por menos que êle seja, representa todo o povo). A função própria e principal do sacerdote é sacrificar, isto é, celebrar ou realizar o sacrifício. O desempenho dêste officio não depende da assistência de povo, nem a ela está condicionado.

Se assiste povo, melhor. Na essência, o officio é igualmente litúrgico; acidentalmente pode ser mais.

16 — Que posturas corporais são obrigatórias na Missa?

— A respeito dos sacerdotes, as rubricas assinalam concretamente o modo como devem êles proceder em posturas e gestos. Conquanto as disposições posteriores ao Concílio concedam, em alguns pontos, alguma liberdade, esta não é nem absoluta nem completa, e ninguém está autorizado a tomar mais liberdade do que as concedidas.

A respeito dos fiéis, a única coisa prescrita é esta: “*A santa madre Igreja deseja ardentemente que se leve a todos os fiéis a participação plena, consciente e ativa nas celebrações litúrgicas*” (Constituição, n.º 14). E deve essa participação ser “*interior e exterior*”, conforme diz o próprio Concílio (n.º 19). A mais importante é a interior, que consiste em que os fiéis “*ofereçam interiormente o sacrifício juntamente com Jesus-Cristo e por meio d’Ele, e em que também êles se ofereçam com Ele, com suas próprias preocupações, dores, angústias, misérias e necessidades*” (“*Mediator Dei*”). Sem estas disposições interiores ou participação interior, não tem valor a participação exterior — “*letra sem espírito*” —, que consiste em cantos e rezas e em posturas corporais e gestos. Nada há, porém, ordenado sôbre êste ponto. O

Diretório nacional da Santa Missa recomenda umas posturas que êle descreve. É, portanto, recomendável que assim se observem estas, como ainda, em geral, as de lugar ou templo.

17 — Depois do Concílio, é verdade que não mais é obrigatório o conopeu ou véu do Sacrário?

— Também esta idéia é equivocada. A Sacra Congregação dos Ritos, a 29 de janeiro de 1966, respondeu que permanecem em vigor as prescrições de cobrir decorosamente com conopeu ou véu o Sacrário em que se reserva o SS. Sacramento, e exatamente o decreto n.º 3.035 versa sôbre a matéria do conopeu.

18 — Atualmente não se vê, pelo menos em alguns lugares, a pequena vela que anteriormente se acendia quando da Consagração. Será que foi suprimida pelo Concílio?

— O uso — belo, respeitoso e significativo — de acender uma terceira vela desde a Consagração até à Comunhão estava explicitamente prescrito para tôda a Igreja no Missal Romano. Nas igrejas da Espanha — ao menos naquelas cujos reitores e sacristães eram cuidadosos do culto eucarístico e da observância das rubricas — conservou-se fielmente êsse uso, ao passo que em outras partes êle se perdia, por olvido ou negligência ou acaso, ou por excessiva ignorância ou pobreza. Daqui chegarem alguns a pensar que era um privilégio espanhol. O Missal atual — desde 1961 — omitiu a menção dessa vela, porém as “*Rubricas gerais*” que vêm nas primeiras páginas do Missal atual prescrevem expressamente (n.º 530) que se mantenha o uso de acender essa terceira vela onde tal costume se conserve. O Concílio não desceu a êstes pormenores. Mas, destarte, não há nenhuma proibição de que se introduza de nôvo êsse uso onde êle se haja perdido.

19 — Tem-se ouvido dizer que alguma vez se consagrou com pão vulgar, da padaria. É admissível isto?

— Para a *validade* da consagração basta que se use pão de trigo. Se, no caso da pergunta, o pão usado era verdadeiro

pão de trigo — e disto era preciso assegurar-se, pois não se pode usar matéria duvidosa para confeccionar um Sacramento —, a consagração seria válida.

Porém a *licitude* já é outra coisa. Nos ritos latinos há obrigação grave de usar pão “ázimo”, ou seja sem fermento. Pelo que, não pode um sacerdote dêsses ritos lançar mão, licitamente, da padaria, onde o pão é fermentado.

20 — Dado que, conforme se afirma, os Sacramentos são sinais, a Eucaristia será um sinal de Cristo, mas não uma realidade da sua presença física.

— É certo que os Sacramentos são sinais: sinais da graça não puramente de ordem cognoscitiva, mas também práticos ou, melhor, eficazes: produzem a graça que significam. (O Batismo significa — entre outras coisas — lavado da alma, e realmente êle a lava, conferindo a graça, que apaga o pecado).

A Eucaristia não deixa de ser sinal tanto quanto qualquer outro Sacramento. Mas, assim como em todos os Sacramentos, além de serem sinais cognoscitivos, adita-se a qualidade de serem sinais eficazes, na Eucaristia, além do sinal e da sua eficácia há uma terceira realidade — a mais nobre de tôdas — que é o próprio Jesus-Cristo física e realmente presente. A Eucaristia é sinal da graça, sinal de alimento, sinal da Morte de Cristo, e até da sua Ressurreição, e, além disto, é presença de Cristo. Assim o ensina a fé católica, e é uma verdade contida na Sagrada Escritura, na Tradição, e definida pelo Magistério.

21 — A transubstanciação de que nos fala a Igreja ao tratar da Eucaristia, ou seja a conversão de tôda a substância do pão no Corpo de Cristo, supõe uma noção ou conceito de substância que os antigos tinham, mas que hoje é, pelo menos, discutida pelos cientistas. Como se pode, pois, falar de transubstanciação e crer nela?

— A Igreja não se mete em discussões científicas, mas também não fala contra o senso comum, e sim de acôrdo com êle.

O senso comum ensina-nos que “ôvo frito” e “omelette”, apesar do nome diferente e da aparência diferente, são algo que no fundo é a mesma coisa: ôvo. O senso comum ensina-nos que “pão de trigo” e “pão de arroz” ou “pão de figos” são coisas distintas, por mais que se lhes chame “pão”. O senso comum ensina-nos que tanto é “pão” o pão branco como o moreno, mole ou duro, comprido ou redondo, etc., e que, igualmente, tanto é “vinho” o vinho doce como o sêco, clarete ou tinto, etc. O senso comum ensina-nos que branco ou moreno, mole ou duro, comprido ou redondo, doce ou sêco, claro ou tinto são qualidades, acidentes, espécies ou aparências *do* pão ou *do* vinho, mas não são nem o pão nem o vinho: o pão e o vinho, nós lhes chamamos “substância”, e àquilo que é *do* pão ou *do* vinho chamamos “acidente”.

Ademais, a experiência nos ensina que, a trôco de comer erva, um boi ganha carnes, engorda. No lombo ou nas patas ou no peito do boi não encontraremos ervas, e sim carne; e, todavia, esta carne formou-se e cresceu à base de ervas: as ervas converteram-se em carne, que, para o modo de falar e de pensar de toda gente, são coisas distintas.

Com perdão da comparação, pão e Corpo (carne) de Cristo são coisas distintas. Assim como as ervas que o boi come já não são ervas quando, digeridas, fazem que o boi engorde — e isto toda gente entende, seja qual fôr a sua noção e conceito de substância —, análogamente o pão que se consagrou já não é pão — embora conserve seus acidentes, espécies ou aparências — quando sobre êle o padre pronunciou as palavras da Consagração. É isto o que a Igreja quer dizer com a palavra “*transubstanciação*”, prescindindo de discussões científicas”, “*visto que essas fórmulas (ou expressões), como as demais de que a Igreja se serve para propor os dogmas da fé, exprimem conceitos que não estão ligados a determinada forma de cultura nem a determinada fase de progresso científico, mas sim... os exprimem com adequadas e determinadas palavras tiradas da linguagem popular ou da linguagem culta*” (Paulo VI, encíclica *Mysterium fidei*”).

- 22 — A propósito da encíclica que acaba de citar-se, parece haver uma revista anunciando que o texto dela provavelmente seria modificado quando fôsse promulgado no boletim oficial da Igreja.

— Efetivamente, a revista “Informations Catholiques Internationales” assim disse em seu número de 1.º de dezembro de 1965. Mas não acertou no prognóstico, pois o texto publicado na “Acta Apostolicae Sedis” — que é a publicação oficial — em data de 30 de outubro, é exatamente o mesmo que officiosamente apareceu em “L'Osservatore Romano” a 11 de setembro. Ainda mais: quando “Informations” anunciou a provável modificação, já estava publicado o texto oficial sem essas anunciadas modificações.

- 23 — Dado que a comunhão é participação no sacrifício eucarístico, não é verdade que fica mal comungar fora da Missa?

— É verdade que a comunhão é participação no sacrifício eucarístico, como se vê no art. 55 da Constituição sobre a Liturgia: *“Muito se recomenda a “participação” mais perfeita na Missa, a qual consiste em que, depois da Comunhão do sacerdote, os fiéis recebam “do mesmo sacrifício o Corpo do Senhor”.* Destas palavras do Concílio deduz-se convir que todo sacerdote esteja disposto a consagrar as hóstias necessárias para os que, ouvindo sua Missa, nela queiram comungar. Mas, sobre comungar ou não comungar fora da Missa, o Concílio não diz nada.

Disso falou a “*Mediator Dei*”: *“São de louvar os que, estando presentes ao Sacrifício, recebem as hóstias nêle consagradas... Contudo, às vezes não faltam razões, nem são raras, para se distribuir o pão eucarístico antes ou depois do Sacrifício... Também nestes casos o povo “participa realmente do Sacrifício”.*

Portanto, é melhor e mais aconselhável comungar dentro da Missa, mas é contrário ao ensinado pelo Magistério eclesiástico negar-se a *“distribuir o pão eucarístico”* fora da Missa ou a tomá-lo fora dela, se houver motivo justo. O que exige — não

precisamente o Concílio, e sim o “Código de Rubricas” de 1960 (n.º 502) — é que haja “*causa razoável*” para comungar fora da Missa.

24 — Quando uma pessoa ajuda ou ouve duas Missas, por que é que não pode comungar em ambas, visto que o sacerdote que celebra duas Missas comunga nas duas?

— O Direito Canônico, canône 857, proíbe — e é proibição grave — comungar mais de uma vez no mesmo dia, afora o caso de recebê-la novamente como Viático, ou para evitar profanação da Eucaristia, ou, atualmente, numa Missa do dia de Páscoa ou de Natal, ainda que se haja comungado na missa de meia-noite.

Esta proibição obriga igualmente os sacerdotes. Mas, quando se trata não da Comunhão do Sacerdote, e sim da celebração, então intervém outra lei diferente, não mais eclesiástica, senão divina, que lhe impõe comungar quantas vêzes celebra, porque a Comunhão, ao menos do sacerdote, faz parte integrante da Missa. Por isto também, se, depois da Consagração, um sacerdote sofresse um acidente que o impedisse de continuar a Missa, outro sacerdote — mesmo que já houvesse celebrado ou tomado alimento — deveria continuar a Missa interrompida e comungar nela.

25 — Há fiéis que vão comungar nas Primeiras Sextas-feiras do mês, e não vão comungar no domingo. Isto não é uma superstição, tão reprovável como qualquer outra?

— Se alguém fôsse comungar nas Primeiras Sextas-feiras do mês só pela razão de serem sextas-feiras e serem o primeiro do mês, atribuindo a esta prática uma eficácia especial só por essas razões, certamente incorreria uma superstição semelhante à dos que não querem embarcar nem nas têrças nem nas sextas-feiras. Mas, se o não faz só por estas razões, não há superstição, pois não existe preceito da Comunhão nem nos domingos nem fora das sextas-feiras.

Se esse comunga nas Primeiras Sextas-feiras por assim havê-lo aconselhado o próprio Senhor, segundo umas aparições apro-

vadas pela Igreja, e porque esta recomenda encarecidamente esta prática eucarística, então não há superstição.

Melhor seria que, além de nas Primeiras Sextas-feiras, essa pessoa comungasse também todos os domingos, e, ainda melhor, todo dia. Mas, como não há obrigação disto, a pessoa é livre de comungar sempre que — com as disposições devidas — lhe pareça conveniente. E quem pretendesse impedir-lho ou estorvar-lho não só obraria muito mal, como também todo sacerdote e todo bom católico deve alegrar-se de que sejam muitos os que comunhem nas Primeiras Sextas-feiras ou nos Primeiros Sábados ou nos primeiros domingos, e tôdas as sextas-feiras e sábados e domingos, e todos os dias, quantos mais melhor, em que cada um tenha devoção para se aproximar da mesa eucarística.

26 — Deve-se comungar de pé ou de joelhos? Qual é o mandado?

— Prescindindo de razões que, em matéria litúrgica, à autoridade é que compete sopesar, a postura de joelhos para comungar está claramente expressa no Ritual Romano e na “Ordo” da Semana Santa. (As disposições posteriores marcam receber de pé a Comunhão unicamente quando se comunga com ambas as espécies). O *Consilium* respondeu a esta mesma pergunta dizendo: “*Observe-se o costume*”. Ora bem: o costume — que também tem força de lei — é, desde séculos, comungar de joelhos. Na Espanha, o Episcopado — que não ignora as razões pró e contra — “*de acôrdo com uma indicação do “Concilium” e com o Diretório Pastoral espanhol da Santa Missa, decidiu que, como norma geral, conserve-se o costume de ajoelhar-se*”; o que claramente significa ser esta a postura habitual — e certamente mais reverente —, porém que, excepcionalmente, tem cabimento fazê-lo de outro modo por causa que o justifique — impossibilidade ou notável dificuldade física ou moral —. E, como “*a regulamentação da Liturgia é da exclusiva competência do Papa e dos bispos*” (Const. 22), e “*ninguém, nem mesmo o sacerdote, acrescente, tire ou mude, por iniciativa própria, coisa alguma na liturgia*” (id.), ainda que possam existir razões contra, devemos comungar de joelhos, com a mesma obediência com que deveríamos comungar de pé, mesmo que pudesse haver razões

contra, se algum dia a autoridade competente assim o determinasse. Entrementes, colocar reclinatórios ou genuflexórios — no caso de não haver grade — ajudar-nos-á a cumprir o pre-crito.

27 — Mas, depois da Instrução “Eucharisticum Mysterium”, em que se diz que se pode comungar de joelhos ou de pé, já é indiferente uma forma ou outra.

— Na mesma Instrução se diz que se deve escolher um ou outro modo *segundo as normas estabelecidas pela Conferência Episcopal*. A Instrução aludida é de data de 25 de maio de 1967. A 28 de agosto o arcebispo de Madrid fez publicar uma nota em que se se localizam êsses extremos: “1.º. *Que os fiéis devem receber a comunhão de joelhos, conforme a tradição imemorial e segundo acôrdo e decreto da Conferência Episcopal Espanhola*. 2.º. *Que a coleta “Et famulos”, sem omissão e sem adição nenhuma, deve ser recitada por todos os sacerdotes, uma vez pelo menos, em tôdas as missas, excepto nas de “requiem”*. 3.º. *Que, na celebração da santa missa, na administração dos sacramentos e em todos os atos do culto, ainda que não seja estritamente litúrgico, devem os sacerdotes e os clérigos usar o “traje talar”, e não o chamado “clergyman”*. A nota termina dizendo que, com estas normas, procura-se acalmar a surpresa justificada dos fiéis.

28 — O Concílio eliminou a devoção aos santos. Deve-se prescindir dêles totalmente.

— É insustentável e indocumentada esta afirmação. No capítulo sétimo da Constituição conciliar sobre a Igreja lê-se:

“Convém, pois, em sumo grau, que amemos êstes amigos e co-herdeiros de Cristo, irmãos também nossos e exímios benfeitores; rendamos a Deus as devidas graças por êles, invoquemo-los humildemente, e, para impetrarmos de Deus benefícios por meio de seu Filho Jesus-Cristo, único Redentor e Salvador nosso, recorramos às orações, ajuda e auxílios dêles”. Palavras tão belas como sinceras disseram os Padres Conciliares: *“Com profundo*

reconhecimento aceitamos a fé de nossos maiores em nossos irmãos que gozam da glória do céu..." E toda a força desta fé, repetidamente assinalada pelo Concílio, é que: *"Deus manifesta aos homens em forma viva a sua presença e o seu semblante na vida daqueles, homens como nós, que com maior perfeição se transformam na imagem de Cristo. Nêles Ele mesmo nos fala e nos oferece um sinal dêsse seu reino para o qual somos poderosamente atraídos, com tão grande nuvem de testemunhas que nos cobre, e com tamanho testemunho da verdade do Evangelho"*.

Na própria missa ensina-se-nos unirmo-nos intimamente aos santos. A missa é o melhor modo de honrá-los, e são as palavras do Cânon que a apoiam esta afirmação: *"Unidos pela comunhão dos santos, fazemos memória da sempre Virgem Maria, Mãe de Nosso Senhor Jesus-Cristo, de seu bem-aventurado espôso José, dos santos Apóstolos e Mártires, e de todos os santos, por cujos méritos e orações vos suplicamos vosso auxílio e proteção"*.

Digamos que a Igreja pós-conciliar — de modo algum envergonhada da devoção aos santos — pretende que tudo isto seja por nós bem entendido. A santidade de Cristo, nosso Salvador, vem a conhecer-se melhor através de seus santos, que por sua vez são nossos amigos e irmãos, os quais chegámos a amar, e com os quais guardamos a esperança de uma eternidade feliz.

29 — Isso de as mulheres cobrirem a cabeça na igreja, e os escrúpulos sôbre decência no vestir e sôbre saias e calças, já não terão passado à história, com a nova mentalidade e com a linha conciliar?

— O cânone 1262 prescreve: *"... na igreja, ou enquanto se assiste aos sagrados ritos..., as mulheres estejam com a cabeça coberta e vestidas modestamente, sobretudo quando se aproximam da sagrada Mesa"*. Este cânone não foi abolido pelo Concílio nem, até agora, pela Santa Sé. Será essa, se se quiser, uma prescrição de menor importância que outras, e poderá admitir a inobservância no caso de alguém esquecer, involuntariamente, o véu ou lenço, mas não admite a inobservância por desprezo ou leviandade: o bom católico *"sente com a Igreja"* também nestas coisas.

Quanto à decência no vestir, certamente que os verdadeiros e autênticos “escrúpulos” devem ser tirados, e para isto não é necessário um Concílio. Em compensação, se se tratar disso a que alguns chamam “escrúpulos”, mas que não são tais, veja-se o que diz a circular do bispo de Lourdes, Mons. Pedro M. Théas:

“Bem ponderado tudo, pareceu, não obstante, necessário manter o regulamento: “Para entrar no território da Gruta, as senhoras e senhorinhas devem ter a cabeça coberta, usar veste feminina (vestido modesto que cubra o peito, as costas e os braços, ao menos parcialmente). Fica, portanto, proibido o uso de calças femininas, assim como de “short”.

Visto terem os peregrinos e turistas direito a receber esclarecimentos, respeitosamente lhes apresentamos as razões desta medida.

PRIMEIRA RAZÃO: *Necessidade de uma reação: Nossa época caracteriza-se por uma decadência moral que vai generalizando-se. Por toda parte buscam-se hoje a felicidade e o prazer. O mundo chafurda-se no materialismo e na impureza. Assistimos a uma indisciplina de costumes verdadeiramente inquietante; vai-se de abandono em abandono, de decadência em decadência. É o des-caso em todos os terrenos. Não se aceitam nem sujeição, nem disciplina, nem incômodo. A liberdade chega a ser licença. Circunstância esta, em certo sentido agravante, porque de nenhum lado se vê o mal, porém o mal se vê e se estende.*

Lourdes tem uma finalidade a cumprir neste mundo de decadência moral. Lourdes deve reagir e lembrar, a uma sociedade que o esqueceu, que a modéstia, a reserva, a moderação são valores humanos e cristãos: convém pô-los em honra novamente. Lourdes deve esforçar-se, em particular, para realizar, a respeito do atavio feminino, e inclusive masculino, uma obra de saneamento. É esta uma boa ocasião para lembrar a todos esta verdade de fé, demasiadamente esquecida: pelo Batismo nossos corpos se convertem em templos do Espírito Santo. Não se tem o direito de profaná-los. Não se pode aceitar sem controle a tirania, às vezes degradante, da moda.

SEGUNDA RAZÃO: *O respeito da mulher. Muito se fala da dignidade da pessoa humana. Na realidade, esta dignidade não vai retrocedendo, sobretudo quando se trata da mulher?*

Quando ela adota um traje masculino, coisa lícita em casos excepcionais, por exemplo para o esquí ou para as excursões na montanha; quando essa veste masculina, em vez de lhe esconder o corpo, ostenta-lhe a forma e as linhas; quando, pela sua cor e pelo corte, ela provoca uma curiosidade suspeitosa; será que inspira sentimentos de respeito? Não corre então a mulher o perigo, apesar da sua boa-fé e das suas ilusões, de ficar algo envilecida ante seus próprios olhos e ante os olhos alheios? Uma mulher solícita da sua dignidade vigia sua maneira de vestir. Pode esta ser muito simples e mesmo muito pobre; mas deve ser sempre feminina e modesta.

Em Lourdes, a Virgem Imaculada convida as mulheres a, com seu comportamento, merecerem estima, consideração e respeito.

TERCEIRA RAZÃO: O respeito a Nossa Senhora. Mesmo no mundo atual, uma mulher não visita, de calças, uma pessoa respeitável. Poder-se-ia permitir com Nossa Senhora toda negligência e toda licença?

Lourdes, com efeito, é a terra da Imaculada, o santuário d'Aquela de quem Pio IX dizia que é mais bela do que a beleza. Quando ela é visitada na Gruta, onde sua veste é toda branca e azul, para se assemelhar à virginal Mãe de Deus não convém apresentar-se diante d'Ela decentemente?

A elementar correção não exige, para uma mulher, que sua veste seja feminina e modesta?

QUARTA RAZÃO: O respeito ao povo cristão. Todavia, na França e na Europa há uma parte importante e sã da população, a qual sofre com a indecência da indumentária, e reclama sobretudo que, nos Santuários de Lourdes, a correção no vestir seja uma homenagem à Virgem Imaculada. Os cristãos vindos da África, da Ásia e, particularmente, da Índia sentem-se profundamente feridos, em chegando à Europa, de verem o abandono das velhas nações cristãs. Eles ficariam escandalizados se, num Santuário como o de Lourdes, se tolerasse uma indumentária que o seu senso moral e religioso julga intolerável. Devemos levar em conta as exigências cristãs dos nossos irmãos negros e amarelos”.

30 — Sendo a Missa — e sobretudo a comunhão — uma ação de graças (Eucaristia), não é ridículo que, depois da Missa ou da comunhão, se fique a dar graças?

— Na Missa é preciso distinguir duas ações: a de Cristo e a nossa. A Missa é um sacrifício que se oferece e se realiza no decurso de umas orações de ação de graças, mas não é uma ação de graças somente, é também um sacrifício de adoração, de petição e de sufrágio. A comunhão não é uma ação de graças nem é um sacrifício, é uma participação dêste que nos é dada. Por esta participação e pela recepção de Cristo devem-se dar graças. O contrário é ser mal-agradecido e mal educado. Diz o grande teólogo *P. Garrigou-Lagrange*: *“A negligência, tão freqüente, na ação de graças depois da comunhão provém de não conhecermos bastante o dom de Deus. Peça-mos humildemente a Nosso Senhor, mas com fervor, a graça de um grande espírito de fé, que nos permita “compreender”, cada dia melhor, “o valor da Eucaristia”. Roguemos-lhe a graça da contemplação sobrenatural dêste mistério de fé, isto é, o conhecimento vivido que procede dos dons de inteligência e sabedoria, o qual é o princípio de uma ação de graças fervorosa, na medida em que mais consciência se tem da grandeza do dom recebido”.*

31 — Apesar de tudo, muitos continuam insistindo em que não é preciso dar graças depois da comunhão, já que bastam as orações da comunhão e da pós-comunhão da missa.

— Essas orações litúrgicas têm um altíssimo valor. Mui justo e salutar será, porém, que aquêle que comunga passe a sós com o Senhor certo tempo, adorando-o, agradecendo-lhe, renovando a dor de seus pecados e suplicando-lhe os favores de que necessita. Quem poderá subestimar os frutos espirituais que as almas têm tirado, tiram e hão de tirar dos colóquios íntimos com Cristo Sacramentado, depois da Santa Missa ou da sagrada comunhão? Terminado o ato comungatório, cada indivíduo pode alcançar muitas graças nas comunicações íntimas com o Senhor. Por isto, na instrução *“Eucharisticum mysterium”*, da Sacra Congregação de Ritos e do *“Consilium”*, para a reforma litúrgica

de 25 de maio de 1967, é dito: *“Para que mais facilmente possam perseverar nesta ação de graças que de modo eminente se rende a Deus na Missa, aos que foram alimentados pela sagrada comunhão recomenda-se permanecerem algum tempo em oração”* (Número 38). Ao pé dêste parágrafo indica-se que essa frase foi tirada da *“Mediator Dei”*, de Pio XII, onde se lê: *A ação sagrada, que está regulada por peculiares normas litúrgicas, uma vez concluída não exime da ação de graças aquêle que provou do celestial manjar; antes, pelo contrário, mui razoável é que, depois de receber o alimento eucarístico, e terminados os ritos públicos, êle se recolha dentro de si e, intimamente unido com o Divino Mestre, com Êle converse doce e proveitosamente. Do reto caminho da verdade afastam-se, depois, os que, atendo-se às palavras mais do que ao sentido, afirmam e ensinam que, acabada já a missa, não se deve continuar a ação de graças, não só porque o próprio sacrifício do altar é, de per si, uma ação de graças, como também porque isso pertence à piedade privada e particular de cada um, e não ao bem da comunidade. Antes pelo contrário, reclama-o a própria natureza do sacramento, para que a percepção dêste produza nos cristãos frutos abundantes de santidade. Certamente teve fim a reunião pública da comunidade; mas convém que, unido a Cristo, cada um não interrompa o seu cântico de louvor, dando graças sempre, por tudo, a Deus-Pai em nome de Nosso Senhor Jesus-Cristo”*.

32 — O Concílio falou da Missa, mas não do SS. Sacramento. E, por outro lado, o importante é o Sacrifício e o altar. Por que dar importância ao Sacrário?

— O Concílio falou (cap. 2 da Constituição sobre a Liturgia) d’*“o sacrossanto mistério da Eucaristia”*. E a Eucaristia é Sacrifício e Sacramento. No art. 47, ela menciona não só o *“sacramento de piedade”*, como menciona também o *“banquete pascoal”*, quer dizer, a comunhão, que é *Sacramento* (e não *Sacrifício*, mas sim participação dêle). Ademais, se o Sacrifício da Missa é *reprodução* (sacramental) da Morte do Senhor, o Sacramento eucarístico é, em todos os momentos, conforme ensina a Igreja, *“memorial da sua Paixão”* e da sua Morte, inclusive nas horas em que não há Missa.

O sacrário tem por objeto conservar dignamente a Eucaristia para, entre outros fins, poder-se ministrar o Corpo do Senhor fora da Missa, pelo menos como Viático. Tratando-se do Corpo do Senhor, não se há-de guardá-lo nem num armário nem numa gaveta, como outra coisa qualquer.

Conquanto o Concílio não tenha falado do sacrário — como também de tantas outras coisas não falou —, dêle tratou, sim, a instrução do *Consilium*, quando dizia (n.º 95): “*A sagrada Eucaristia reservar-se-á num “sacrário” sólido e inviolável, colocado no meio do altar-mor ou (em outro caso) de um altar lateral eminente, ou ainda, conforme costumes legítimos e em casos particulares que devem ser aprovados pelo Ordinário do lugar, em outro local da Igreja que seja verdadeiramente mui nobre e esteja devidamente adornado. Pode-se celebrar de frente para o povo, mesmo que por cima do altar-mor esteja o sacrário, que, neste caso, será pequeno, mas apropriado*”. E, na carta anteriormente citada, que como Presidente do *Consilium* dirigiu aos Presidentes das Comissões Episcopais de Liturgia, o Cardeal Lercaro acrescenta: “*Quando o Ordinário do lugar reconhecer a oportunidade de se colocar o sacrário fora do altar, seja êle posto num lugar da Igreja verdadeiramente digno e eminente, facilmente visível, e que não fique coberto nem sequer pelo padre durante a celebração da Missa. Numa palavra, que seja possível entender-se imediatamente o sinal e o sentido da presença física, sacramental, do Senhor no meio de seu povo*”. E continua apontando como solução não satisfatória a que coloca a sede do celebrante na frente ou imediatamente debaixo do sacrário.

33 — Porém as Visitas ao Santíssimo e as Associações eucarísticas não perderam sua oportunidade, mesmo que a tivessem em épocas já hoje superadas?

— O Sr. Arcebispo de Barcelona, Dr. D. Marcelo González Martín, escrevia, em sua pastoral “O porvir espiritual de uma diocese”, a 23 de maio de 1953: “*Com a maior veemência vos encareço fomenteis nas paróquias a vida eucarística. O sacrário deve ser o centro real e efetivo da comunidade paroquial. Não bastam, não, — talvez que algumas véses até não convenham —*

as chamadas festas sacramentais e atos semelhantes. Deve-se aspirar a constituir “associações eucarísticas” permanentes de homens, mulheres e crianças, tais como a Adoração real, perpétua e universal, a Cruzada Eucarística, etc., que façam turnos de guarda ao Santíssimo, que “visitem o Senhor durante o dia, que no silêncio e com fervor adorem e apresentem as suas preces ao Divino Hóspede do Tabernáculo”.

É um teólogo tão celebrado e progressista como o P. Rahner tem escritos recentes em que propugna, e teològicamente fundamenta, a Visita ao Santíssimo.

34 — Dado que a contrição perfeita apaga os pecados mortais, para poder comungar não basta fazer o ato de contrição, e deixar para depois a confissão? Parece que, depois do Concílio, alguns assim opinam.

— O cânone 856 estabelece: “*Não se aproxime da sagrada Comunhão sem se haver antes confessado sacramentalmente quem quer que tenha consciência de haver cometido pecado mortal, por mais dor de contrição que acredite ter...*” O que concorda com o cânone 2 da Sessão XIII do Concílio Tridentino: “... estabelece este mesmo Concílio que os que se sentirem gravados com consciência de pecado mortal, por mais contritos que se considerem devem necessariamente, tendo confessor, fazer prévia confissão sacramental. E se alguém ensinar o contrário, seja anátema”.

A Igreja e o Concílio não anularam nenhuma destas duas disposições, que obrigam gravemente, como pelo seu texto se vê.

35 — Por que é preciso confessar distintamente todos os pecados, se no Evangelho nada se diz sobre isto?

— Como toda a Sagrada Escritura, o Evangelho tem um intérprete autêntico e infalível, que é a Igreja, a qual diz que é necessário confessar distintamente todos os pecados mortais. Aliás, isto facilmente se entende, visto que a confissão é um juízo, ou ato judicial, em que o poder sobre os pecados e sobre o pecador é não só positivo, mas também negativo: *perdoar* ou

reter (Jo. 20, 23). Não pode o confessor julgar segundo justiça, nem acertadamente perdoar ou reter, nem tampouco impor a justa penitência, se não tiver conhecimento de todos os pecados do penitente.

Por outra parte, a obrigação de confessar todos os pecados mortais é doutrina definida, que não pode ser negada sem pecado de heresia. Diz o Concílio Tridentino (cânone 7 da Sessão XIV): *“Se alguém disser que no Sacramento da penitência não é necessário, “de direito divino”, para a remissão, confessar “todos e cada um” dos pecados mortais, até mesmo os ocultos (ou interiores) de que, após devido e diligente exame, se tenha memória, “assim como as circunstâncias” que mudam a espécie, seja anátema”*. (Denz. 917).

36 — Mas, a respeito dos pecados veniais, não será um abuso do Sacramento confessar-se cada semana?

— Sobre este ponto disse Pio XII na encíclica *“Mystici Corporis”*: *“... Falsas opiniões (são as) dos que asseguram que não se deve fazer tanto caso da confissão freqüente de pecados veniais, pois já temos a “confissão geral” (o “Confiteor” ou “Eu pecador”) mais perfeita, confissão que, com seus filhos a Ela unidos no Senhor, a Espôsa de Cristo faz cada dia por meio dos sacerdotes, antes de êstes se aproximarem do altar de Deus. Certo que, como bem sabeis, êsses pecados veniais podem expiar-se de muitas e muitas louváveis maneiras; mas, para progredir cada dia com maior fervor no caminho da virtude, “queremos recomendar com muito encarecimento a piedosa prática da confissão freqüente”, introduzida pela Igreja “não sem inspiração do Espírito-Santo”. E, a seguir, adita os frutos desta prática: “Aumenta ela o justo conhecimento de si mesmo, a humildade cristã cresce, erradicam-se os maus costumes, faz-se frente à tibieza e à indolência espiritual, purifica-se a consciência, e aumenta-se a graça em virtude do Sacramento”. E o parágrafo termina com esta séria admoestação: “Notem, pois, os que rebaixam o apreço da confissão freqüente entre os jovens clérigos, que “promovem uma empresa estranha ao espírito de Cristo e funestíssima para o Corpo Místico de nosso Salvador”*.

- 37 — Não deveriam suprimir-se as procissões, como uma manifestação “triumfalista” que exaspera e afasta os incrédulos e os que pouco praticam?**

— Suprimir as “procissões” já o pretendiam os escribas e fariseus quando Cristo Nosso Senhor entrou de maneira “triumfalista” em Jerusalém. E o Senhor replicou-lhes que, se as crianças se calassem, as pedras falariam. Teve menos de “triumfalismo”, e foi, no entanto uma autêntica procissão, a que se desenrolou do Pretório de Pilatos, até ao Calvário. Como também são “triumfalistas” — e, apesar de o não serem, sempre se celebram — várias procissões de penitência e de orações contidas no Ritual Romano. E acaso as outras, como, por exemplo, a de “Corpus-Christi”, são mais triumphalistas — perdoe-se a comparação — do que as recepções e os acompanhamentos que se fazem às estrelas de cinema e às equipas de futebol “triumfantes”? Não fica bem — por mero “anti-triumfalismo” — negar a Nosso Senhor aquilo que se dá a umas criaturas não raro bem infelizes. E nem os incrédulos e os menos praticantes vão melhorar pelo fato de se suprirem as procissões...

- 38 — Pergunta-se — e textualmente perguntou-o o P. Gélineau — se temos o direito de “impor” visivelmente a nossa religião na rua, com monumentos consideráveis, com edifícios custosos, com campanários altos.**

— Deixando de lado quem o haja dito, e dentro de que contexto, e em que sentido, e estando nós de acôrdo em que a pura ostentação e o luxo não são evangélicos, a frase, tal qual é proposta, não é acertada. Ninguém se escandaliza — e não faltaria motivo para isto — de que se construam espaçosas salas de espetáculos, magníficas por dentro e por fora, com grandes cartazes de propaganda, ou de que se levantem amplos estádios desportivos. Então estará “proibido” unicamente o levantar igrejas e campanários? O “derrotismo” de ficarem os católicos reduzidos a pequenos grupos ocultos e inadvertidos no meio de ingentes massas descristianizadas não tem fundamento no Evangelho, nem corresponde ao espírito da Igreja. Veja-se o que

dizia João XXIII a 15 de agosto de 1962, dois meses antes de inaugurar o Concílio: *"O templo é, de fato, o tabernáculo de Deus no meio de vossas casas. Ir à Igreja deve significar, para vós, elevar-se, purificar-se, dilatar o horizonte da vida individual às preocupações de toda a catolicidade, é pulsar em uníssono com o coração dos irmãos na fé, e de todos os demais, que são igualmente irmãos, pois todos foram remidos pelo sangue de Cristo".* E, a seguir, continua precisamente falando dos sinos... que se colocam nos campanários: *"Clamai vosso fervor religioso, filhos queridos. Como desejaríamos que vossos sinos espalhassem seus tinidos durante longos momentos, com valor e harmonia! Porque é esta uma voz que penetra nas famílias e nos corações, desperta, anima, exorta, entenece, é uma voz que convida aos santos propósitos, a pensar no céu, a orar".*

39 — É verdade que o Concílio suprimiu o tomar se água benta à entrada e à saída da Igreja?

— Completamente falso: o Concílio também não desceu a estas minúcias. O uso da água benta é antiquíssimo na Igreja. Já no século III ela era utilizada. Ela é um sacramental da Igreja. Apaga o pecado venial, e é defesa contra o demônio, como dizia a grande Santa Teresa de Jesus — de requintado espírito litúrgico — em sua vida, cap: 31, falando da água benta: *"De muitas vezes tenho experiência de não haver coisa de que mais fujam os demônios para não tornarem. Da cruz eles também fogem, porém depois voltam: grande deve ser a virtude da água benta: para mim ela é uma particular e mui conhecida consolação, que minha alma sente quando eu a uso..."*

40 — Que norma concreta poderíamos seguir para vivermos a liturgia segundo o verdadeiro espírito do Concílio?

— Sigamos o que nos diz o Cardeal Siri: *"A Igreja publicou uma Constituição litúrgica, que se caracteriza pela introdução da língua vulgar em parte da liturgia. A reforma evidenciou que o primeiro meio de apostolado eclesialístico é, precisamente, a Liturgia. Os retoques feitos nos sagrados Ritos não podem tachar-se de vistosos e de berrantes.*

A reforma litúrgica deixou uma margem livre quanto à introdução da língua vulgar e quanto ao uso, maior ou menor, de alguns elementos rituais (concelebração e comunhão sob as duas espécies). Em sua maior parte, está essa margem em mãos das Conferências Nacionais dos Bispos e, em sua menor parte, em mãos de cada Bispo. Tal disposição foi ditada pela prudência, pois responde a um critério de adaptabilidade a circunstâncias as mais diversas.

Porém nessa margem deve atuar exclusivamente a hierarquia, para que se sigam resultados altamente benéficos e positivos.

Sobre este ponto pairam dois perigos: que alguns hajam a seu talante, e que essa margem seja arbitrariamente rebaixada. No primeiro caso ter-se-á um ato de indisciplina; no segundo, pode-se desfigurar toda a liturgia, inclusive o dogma que a enforma. Já ocorreram casos a propósito dos Sacrários, da doutrina integral sobre a Presença real, da duração dessa Presença real, do culto à Virgem e aos santos.

Sem um dogma integérrimo e sem uma disciplina na liturgia, surgiria o perigo de heresia, e chegar-se-ia à abolição prática da mesma, e ao limite extremo da anarquia de costumes.

A juvenilidade da Igreja, no terreno da liturgia, está em saber adaptar-se ao idioma dos fiéis e em dar à própria Liturgia a preeminência que lhe corresponde. Mas todas as decadências, das quais brevemente falámos, nada têm que ver com a juvenilidade. São terríveis erosões, que lhe marcam no rosto as rugas da velhice.

Bem assente deve ficar, porém, que a juvenilidade da Igreja se nutre principalmente do Sacrifício e dos Sacramentos, administrados pela sagrada liturgia, e não só desta, senão de todo o conjunto com que a Igreja responde ao "tipo" que dela desenhou Cristo.

Grande erro seria separar a liturgia do dogma, da moral e de toda a disciplina eclesiástica.

Em grande parte da imprensa acreditou-se ver o rejuvenescimento da Igreja em algumas reformas particulares, muito elogiadas por se considerarem revolucionárias. O que se pretendia era a revolução, e não a juvenilidade, e as duas coisas são essen-

cialmente distintas. Algumas atitudes de satisfação e de polémica entusiasta tinham a mesma origem.

A juvenildade é o resultado de tódas as linhas traçadas por Cristo, e não só de alguma”.

41 — Como foi recebida e levada à prática a reforma litúrgica decretada pelo Concílio?

— Em geral foi recebida com agrado, sem prejuízo de existirem algumas almas, excessivamente simples, às quais parece que *“lhes estão mudando a religião”*, ou que não querem mudar porque *“mo haviam ensinado de outro modo”*.

Os sacerdotes viram com gôsto algumas simplificações que eram de desejar; mas, provisoriamente, topam com o incômodo de terem de manusear três e quatro livros, fascículos e pequenas fôlhas nem sempre bem legíveis, nem tão completos como o missal tradicional.

O que importa, todavia, não é como foi recebida a reforma, e sim que frutos hão-de com ela conseguir-se. Grande vantagem foi que hoje o povo entenda os textos que antes não entendia, e participe mais ativa e plenamente dos atos litúrgicos. Resta, porém, a enorme massa inerte, que não se pode dizer que acorra à Igreja mais do que antes. Por outra parte, o fruto que se deve esperar da reforma litúrgica é que os fiéis apreciem melhor *em sua vida o Mistério de Cristo e a genuína natureza da Igreja*” (cfr. Instrução do Concílio). Se não se chegar a conseguir isto, de pouco servirá a reforma litúrgica. E muito pior se, como em muitos lugares e com muitas pessoas tem sucedido, fôr ela utilizada para combater e destruir — sem compaixão — práticas piedosas não só tradicionais, como mesmo recomendadas também pelos Papas João XXIII e Paulo VI.

A respeito de como tem sido levada à prática a reforma, em geral tem-no sido bastante bem. Notam-se, porém, duas tendências: uma remançona e outra avassaladora; a dos que não acabam de ingressar na corrente renovadora, e a dos que *“renovam”* (?) por sua conta e risco. Não sem razão o Papa perguntou, na audiência geral de 5 de outubro de 1965: *“Que mais necessita agora a Igreja? A Igreja necessita obediência”*.

Existe esta necessidade, disse êle, *“por causa de certo espírito de indisciplina e de emancipação que por tôda parte aflora”*. E ainda se pergunta a mesma coisa: mas *“com o Concílio, nada mudou na obediência? Oh, não! Nós cremos que o espírito, que as formas da obediência, se regeneraram com o Concílio”*.

Como mostra dêsse espírito de indisciplina poderíamos mencionar, de uma parte, as resistências de uns poucos à reforma; de outra parte, as não escassas “invenções” de outros, e dois fatos infelizmente muito sintomáticos: o Cardeal Lercaro, Presidente do “Consilium”, e o pleno Episcopado belga manifestaram-se públicamente contra alguns artigos aparecidos numa revista litúrgica; e, na Espanha, não faltou alguma revista, igualmente litúrgica, que se “esqueceu” — supomos tenha sido mero esquecimento — de, ao cabo de mais de um ano, informar da carta do citado Cardeal às Comissões nacionais da liturgia.

É de esperar que, passados os primeiros entusiasmos — e queira Deus não se convertam êles em desmazêlo — retorne o senso do valor que, para viver o Mistério de Cristo (cfr. a citada alocação de Paulo VI), a prática da obediência tem.

VII — PREGAÇÃO E APOSTOLADO OPERÁRIO

1 — É verdade que agora o Concílio mandou que, com a pregação da homilia, se suprimam as outras pregações?

— De forma alguma. A própria Constituição sobre a Sagrada Liturgia proclama explicitamente: *“A sagrada liturgia não esgota toda a atividade da Igreja, porque, para que os homens possam chegar à liturgia, é necessário que antes sejam chamados à fé e à conversão: “Como hão-de eles invocar Aquêle em quem não creram? Ou como hão-de crer n’Ele sem nada terem ouvido sobre Ele? E como hão-de ouvi-lo se ninguém lhes pregar? E como hão-de outros pregar-lhes se não forem enviados?”* (Rom., 10, 14-15). Por isto, aos crentes a Igreja proclama a mensagem de salvação, para que todos os homens conheçam o único Deus verdadeiro e seu enviado Jesus-Cristo, e se convertam de seus caminhos fazendo penitência (24). E aos crentes deve pregar continuamente a fé e a penitência, e, além disto deve prepará-los para os Sacramentos, ensiná-los a cumprir tudo quanto Cristo mandou (25), e estimulá-los a toda sorte de obras de caridade, piedade e apostolado, para que manifesto se torne que, sem serem dêste mundo, os fiéis são a luz do mundo e dão glória ao Pai diante dos homens (C. da S. L. 9).

2 — Mas também Paulo VI nos aconselha a pregação?

— Simplesmente como de primeira necessidade. Lembre-se do que Ele nos diz na *“Ecclesiam suam”*: *“Apostolado e pregação são em certo sentido, equivalentes. A pregação é o primeiro apostolado. O nosso, Veneráveis Irmãos, é, antes de qualquer outra coisa, ministério da palavra”*.

3 — Bem: admitamos que é preciso pregar; mas deve ser uma pregação sem verdades eternas, otimista e adogmática, para a construção de um mundo com plena convivência humana.

— Assim não opinam grandes pregadores e teólogos. Ademais, é preciso transmitir o Evangelho inteiro. No Congresso de Salerno, em 1963, o P. Lombardi afirmava redondamente: *“Não digais que as pessoas não se interessariam pela demonstração de que nossa alma é imortal. Como? Morreu, há pouco, tua mãe, perdeste um filho, perdeste o amigo mais caro, sofres, e eu te demonstro — não desprezemos a filosofia, queremos filosofia e fé —, satisfazendo a tua razão, faço-te vislumbrar tanta coisa maravilhosa de ordem superior, faço-te sentir que nós temos alma. E será que isto não te interessa? Há pessoas que mudaram de vida depois de uma pregação... Devemos insistir no sentido da eternidade, da alma, de Deus... Temos encontrado um plano muito extenso no qual se atraiçoa a suma verdade, que é Deus, por uma profunda imoralidade, que é prender-se às pequenas coisas do mundo como sendo suprema finalidade”*. Karl Rahner, teólogo do Vaticano II, disse: *“Quem, entre nós, ainda prega sobre o inferno? Quem conjura seu próximo a que salve sua alma? Quem sente temor ante a morte e ante o tribunal divino? Quem se lamenta de que algum amigo seu morra sem sacramentos? Quem tem a santa audácia de forçar a porta daqueles que não querem ouvi-lo, e de lhes fazer pressão para que se convertam e se amem reciprocamente? Muitos não preferem pronunciar sermões anódinos e de extraordinária inatualidade? Já não está fazendo falta acender uma lanterna para procurar, inclusive nas nações neo-latinas, pregadores valentes que falem das verdades eternas?”*

4 — Porém pessoas muito bem informadas me disseram que nas Constituições do Concílio nem sequer se faz menção do inferno.

— Pouco terá lido os documentos conciliares quem tal coisa afirma. Na Constituição dogmática sobre a Igreja (cap. 7) lê-se:

“E, como não sabemos nem o dia, nem a hora, devemos velar constantemente, conforme nos avisa o Senhor, para que, terminado o curso único de nossa vida terrena (cf. Hebr., 9, 27), se com Ele quisermos entrar nas bôdas mereçamos ser computados entre os escolhidos (cf. Mt. 25, 31-46); para que não suceda que, como aquêles servos maus e preguiçosos (cf. Mt. 25, 26), sejamos lançados ao fogo eterno (cf. Mt. 25, 41), às trevas exteriores, onde “haverá chôro e ranger de dentes” (Mt. 22, 13 e 25, 30)”. Assim fala o Concílio.

5 — Afirma-se que se deve prescindir totalmente dos argumentos da apologética, já que a fé é “mistério”, e não pode reduzir-se a nenhuma categoria conceptual.

— Houve tempo em que talvez se tenha abusado da apologética. Mas é indubitável que atualmente o que se tem verificado é um grande abandono extremista da apologética, desprezando-se-lhe a utilidade e a função que realmente deve ela desempenhar.

Já sabemos que, na ordem sobrenatural, a graça e a vida divina são o termo e essência e perfeição; que o dogma e a moral e a liturgia são insubstituíveis.

Certo é, porém, que a razão deve compartilhar e preparar as disposições para aceitar a legitimidade e a obrigação da crença. Santo Tomás diz: *“A razão nunca se inclinaria a crer se a tal claramente não se visse forçada”*. E Santo Agostinho: *“Deus não quer que a submissão de nós exigida a respeito de tudo quanto faz parte da fé nos impeça de procurarmos e de inquirirmos a razão daquilo que cremos, visto como, se não fôramos dotados de razão, nem sequer poderíamos crer”* (Ep. 120, n.º 3). E o grande Bourdaloue: *“A fé cristão não é um puro assentimento, nem uma simples submissão do espírito, senão um assentimento e uma submissão razoáveis; se assim não fôra, nem mereceria o nome de virtude. Mas, como poderá êsse assentimento ser razoável se nêle não tomar parte a razão? Quais são as provas que me tornam evidentemente crível a religião que eu professo, e que, por conseguinte, me asseguram de todos os mistérios que essa mesma religião ensina? É isto que eu devo examinar e procurar entender, isto é: aquilo que eu estou obrigado*

a inquirir, nisto devo exercitar minha razão, de maneira que de forma alguma possa dizer: não raciocino nem discorro; porque, sem este prévio exame e rigorosa discussão, eu não poderia ter senão uma fé incerta e vacilante, uma fé vaga, sem princípio nem consistência”.

Assim aliás no-lo ensina a Sagrada Escritura: *“Uma credulidade demasiadamente precipitada é sinal de espírito leviano”* (Eclesiástico, XIX, 4). E São João: *“Não acrediteis em qualquer espírito, mas ponde à prova os espíritos, para ver se vêm de Deus; porque aí pelo mundo andam muitos pseudo-profetas”* (I Epist. IV, 1). E São Paulo: *“Não queirais desprezar as profecias, porém provai-as, e conservai o que seja bom”* (I Ef., V, 20).

6 — Que diz a doutrina da Igreja sobre as relações entre a razão e a fé?

— Pio IX nos diz na *“Qui pluribus”*: *“A razão e a fé não têm nada que temer uma da outra, visto tanto uma como outra derivarem da mesma fonte de verdade única e imutável, que é Deus... Para se não deixar enganar em assunto de tanta transcendência, deve a razão humana diligentemente examinar o fato da revelação divina, a fim de se assegurar de que foi Deus quem falou, e para que sua rendição à palavra divina seja razoável, consoante com tão grande sabedoria ensina o Apóstolo”.*

Em seu capítulo IV, o Concílio Vaticano I define: *“Conquanto a fé seja superior à razão, nunca pode, entretanto, haver oposição entre uma e outra, porquanto o mesmo Deus que revela os mistérios e que infunde a fé deu à alma humana a luz da razão, e Deus não pode negar-se a si mesmo, nem uma verdade pode contradizer outra verdade... Não só a razão e a fé não podem jamais dissentir entre si, como até se auxiliam uma à outra. Por um lado, a reta razão demonstra os fundamentos da fé, e ilustrada por esta, cultiva a ciência das coisas divinas; e, por outro lado, a fé livra e preserva de erros a razão, e enriquece-a com diversos conhecimentos”.*

A razão não produz a fé. A fé é um dom sobrenatural. Mas a razão prepara a alma para a fé, oferecendo-lhe motivos

de credibilidade. Não basta uma adesão humana às verdades reveladas. Não basta a fé humana. Faz-se de mister a fé divina, ou seja crer as verdades reveladas por causa da autoridade infalível de Deus, e isto movido pela graça.

Porém a razão estabelece com certeza os fundamentos da fé, demonstrando-nos que esta é racional, legítima a necessária. Segundo o Concílio Vaticano I, à razão compete dar esta demonstração, e, sob pena de se errar na fé, já não é lícito se lhe dispute este direito e atribuição. Deve a razão defender a fé. Diz Leão XIII: *“Título altamente honorífico para a filosofia é ser um baluarte e como que um ante-mural da fé”*.

Ou seja, que, apoiando-se na Revelação, a dogmática e a moral, nos ofereçam a verdade absoluta e objetiva. E incumbência da apologética é demonstrar a legitimidade desta ordem divina. É este o caminho racional para a doutrina da fé.

7 — Que poderíamos dizer aos que anulam a apologética em tôda a sua pregação e nas exposições das verdades religiosas fundamentais?

— À tendência para menosprêzo da apologética lembramos o que ensina o Concílio Vaticano I: *“A fim de que a homenagem da nossa fé andasse de acôrdo com a razão, Deus quis juntar aos auxílios interiores do Espírito-Santo as provas exteriores da sua revelação, a saber: os fatos divinos, e sobretudo os milagres e as profecias; os quais, do mesmo modo que mostram evidentemente o poder e a ciência infinita de Deus, dão-nos, a respeito da divina revelação, sinais os mais certos e mais apropriados à inteligência de todos”* (Constitutio de fide catholica, cap. III).

E, na fórmula do juramento anti-modernista prescrita por São Pio X, acrescenta-se: *“Os argumentos externos da revelação, ou sejam os fatos divinos, e em primeiro lugar os milagres e as profecias, admito-os e aceito-os como sinais certíssimos da religião cristã, e pela mesma razão estou seguro de estarem eles acomodados especialmente à inteligência de todos os tempos e de todos*

os homens, mesmo para os desta época". Portanto, o principal argumento que prova a verdade da religião católica não é o testemunho, são os milagres e as profecias. Certamente o testemunho tem seu valor; mas não é suficiente para levar à convicção da verdade da religião católica.

8 — Assim, pois, como é que se poderia apresentar a atualidade da apologética na pregação?

— Hermann Lais escreve: *"A fé na revelação sobrenatural pressupõe a crença num Deus transcendente e pessoal. Quem nega a existência de Deus também nega, implicitamente, a sua revelação. Assim, a apologética geral não só ocupa, de pleno direito, um lugar dentro da teologia fundamental, como também, numa época entenebrecida pelo ateísmo, tem a seu cargo uma missão indispensável"*.

A prática da vida sacerdotal ensina-nos a eficácia da apologética. Não a super-valorizamos. Mas também não admitimos o desprezo das definições da Igreja, aludindo-se às circunstâncias históricas e polémicas das diferentes épocas que as originaram. Na *"Humani Generis"*, Pio XII nos diz: *"Alguns, mais audaciosos, afirmam que isto pode e deve fazer-se também pela razão seguinte: porque, segundo eles, os mistérios da fé nunca podem ser significados por conceitos completamente verdadeiros, mas só por conceitos aproximativos e que continuamente mudam, por meio dos quais a verdade é, sim, de certa maneira, indicada, mas também necessariamente é desfigurada. Acrescentam eles que a história dos dogmas consiste em expor as várias formas que a verdade revelada foi assumindo, segundo as várias doutrinas e opiniões que através dos séculos foram aparecendo. Pelo dito, evidente é que esses esforços não só levam ao "relativismo dogmático", como também, de fato, já o contêm; pois o desprezo da doutrina tradicional e da sua terminologia favorece esse relativismo e fomenta-o... O desprezo dos termos e noções que os teólogos escolásticos costumam empregar leva, naturalmente, a enervar a teologia especulativa, a qual, por se fundar em razões teológicas, eles julgam carecer de verdadeira certeza"*.

9 — Muitas vezes me têm dito que se deve apresentar a fé como “mistério”, e só recorrer às fontes da Revelação não havendo outra espécie de argumentos.

— Não podemos aceitar o exagêro nisso a que se chama sentido do mistério. Conviria se relese a fundo a encíclica “*Pas-cendi*”, de Pio X, quando êle fala do modernismo como “*crença*”. Assim culmina o juízo do Santo Padre acêrca da tática modernista sob êste aspecto: “*Topamos, nos livros dêles, coisas que os católicos aprovam completamente, ao passo que, na página seguinte, há outras que se diriam ditadas por um racionalista. Daqui que, quando êles escrevem sôbre história, não fazem menção da divindade de Cristo; mas, pregando nos templos, confessam-na firmíssimamente. Do mesmo modo, nas explicações da história, êles não falam de Concílios nem de Padres da Igreja; mas, se ensinam o Catecismo, citam honrosamente uns e outros. Daí distinguirem também a exegese teológica e pastoral da científica e histórica. Igualmente, estribando-se no princípio de que de nenhum modo a ciência depende da fé, ao dissertarem sôbre a filosofia, a história e a crítica, de mil maneiras mostram desprezo pelos preceitos católicos, pelos Santos Padres, pelos Concílios Ecumênicos e pelo magistério eclesiástico, não se horrorizando de seguirem as pegadas de Lutero; e, se tal se lhes repreende, queixam-se êles de que se lhes tira a liberdade. Confessando, enfim, que a fé deve subordinar-se à ciência, amiúde e abertamente censuram a Igreja por obstinadamente se negar a submeter e acomodar seus dogmas às opiniões filosóficas; porquanto, desterrada, com êste fim, a teologia antiga, pretendem êles introduzir outra, nova, que obedeça aos delírios dos filósofos*”.

Certamente, há que tornar incessantemente às fontes da Revelação: a Sagrada Escritura e a Tradição. E valor imponderável tem o bom exemplo, hoje chamado testemunho. Mas isto não elide o dever de utilizar a apologética tradicional como meio natural para a mais profunda inteligência da doutrina da fé. Segundo a concepção católica, a fé não é um instinto cego, é, como diz o Vaticano I, um “*obséquio racional*”. A fé supõe a certeza de que as verdades cristãs são fidedignas. É preciso

saber que Deus existe, e que nos revelou a sua palavra. E o conhecimento da existência de Deus adquire-se, em princípio, mediante raciocínios “filosóficos” ou apoloéticos. E, a respeito dos fatos históricos da vida de Jesus, o conhecimento dêles é-nos proporcionado por documentos cuja investigação e cujas credenciais também são objeto da ciência histórica. Aqui a apologética estabelece a possibilidade do conhecimento de fatos sobrenaturais, como milagres e revelações divinas.

10 — Tem conseqüências práticas êsse esquecimento da apologética na pregação e formação religiosa?

— Temos comprovado alguns casos de crise de fé em antigos militantes de organizações apostólicas. Eles sabiam muitas “coisas” de dogma, de liturgia... Mas a sua fé era bamba-leante... Faltavam-lhes escandalosamente os motivos de credibilidade. Tinham muita ilustração sobre “coisas” da Igreja. Mas careciam da força de convicções sólidas, porque não tinham os elementos da sã razão humana que são supostos da fé. Idéias muito equivocadas sobre a obediência à Igreja, moralidade, doutrina social... Certo irenismo perigoso para com um ecumenismo torcido... Desconheciam as provas por Deus diretamente subministradas para estabelecer o fato da Revelação, isto é, os milagres e as profecias. E, como diz o Cardeal Pie — autor predileto de João XXIII —, *“de modo algum nos é permitido repelir, enfraquecer ou relegar a segundo plano, na ordem das provas, aquilo que, na economia e na história do estabelecimento da Igreja, ocupa o primeiro lugar”*.

A apologética tem a sua importância claramente definida. E para hoje. Diz-no-lo um autor, tão discutível sob certos aspectos, como o P. Lubac: *“Nenhuma disciplina teológica necessita tanto, para conservar a vida, de uma contínua infusão de sangue novo, como a apologética”*.

Isto faz que se não possa prescindir da apologética em seu domínio específico, apoiada em razões invulneráveis, e da sua atualização frente às hostilidades teóricas e práticas que contra a Igreja apresentam as mentalidades secularizadas de nosso tempo. A isto referia-se a pastoral coletiva do Episcopado Italiano, de

abril de 1960, na qual se dizia que “*praticamente se nega ou se põe de lado o fato histórico da Revelação*”, e se falava da preferência de “*uma vaga literatura teológica à teologia sistemática*”.

Por isto, firmemente cremos que o desprezo da apologética produz danos irreparáveis. Causa desorientações, iluminismos e neo-protestantismos. Porque, à falta de base séria, a muitos se lhes esboroam os fundamentos da fé. Porquanto — ensina Santo Agostinho — pensar e racionar vêm primeiro do que crer. Pois ninguém pode crer alguma coisa que primeiramente não pensasse dever ser crido. E esta é precisamente a incumbência da apologética.

11 — Como consequência do Concílio, não se produziu um abandono na pregação, para concentrá-la sòmente na homilia dominical, como se o Concílio desviasse ou subestimasse a outra pregação mais ampla?

— Da leitura dos textos conciliares deduz-se quão infundada é esta dificuldade. Na ordem doutrinal, não resiste ela à menor análise ao se estudarem os ensinamentos do Concílio; mas não podemos negar que, na prática, abandona-se muito a pregação integral que o Concílio nos pede. São extra-ecclesiásticas as razões dêsse abandono.

12 — Qual seria a explicação disso?

— Paulo VI, na “*Ecclesiam suam*”, fala-nos do ressurgimento do modernismo. E, em sua variadíssima e cambiante formulação atual, tem êste produzido um impacto tão grande em tantas e tantas mentes católicas, que, ao pensarem estas de uma maneira autônoma; uma vez perdida a noção teológica, o sentido da fé e a adesão autêntica ao magistério eclesiástico, ao abordarem os textos eclesiásticos ou conciliares não podem elas despir-se da sua concepção modernista, que desvirtua tóda conclusão, até mesmo a obtida com a maior aparência de lógica. Por isto, atribuindo-se falsamente a linha do Concílio, deduzem elas conclusões as mais contrárias à própria letra e ao próprio espírito conciliar.

13 — Em concreto, como é que se pode definir o modernismo?

— A melhor definição consistirá em recordar palavras definitivas e inconfundíveis de S. Pio X, um dos Papas maiores de tódá a história da Igreja: *“Este afã inovador estende-se a tódas as coisas que há absolutamente entre os católicos. Querem que se inove a filosofia, mormente nos seminários, de sorte que, relegada a escolástica... para entre os demais sistemas envelhecidos, só se ensine aos adolescentes a filosofia moderna, que é a verdadeira e corresponde à nossa época. Para inovar a teologia... pedem que ela se funde sobretudo na história dos dogmas. Decretam que os dogmas e sua evolução conciliam-se com a ciência e com a história. Pelo que se refere à cataquese, exigem se consignam sòmente os dogmas inovados e que estejam ao alcance do vulgo. Acêrca do culto, dizem que devem ser diminuídas as devoções exteriores... O regime da Igreja, gritam eles que deve ser reformado em todos os aspectos, sobretudo no aspecto disciplinar e no dogmático; e que, portanto, deve êle, por dentro e por fora, conciliar-se com a consciência moderna, que tende para a democracia; cumpre, pois, dar ao clero inferior e aos próprios leigos a sua parte no regime, e distribuir uma autoridade que está demasiadamente recolhida e centralizada. Finalmente, há quem, dando com muito gôsto ouvidos aos mestres protestantes, desejam se suprima no sacerdócio católico o próprio celibato sagrado. Assim, que é que êsses tais deixam intacto, na Igreja, que não deva ser por êles reformado, e de acôrdo com seus proclamas?”*

14 — Dizem que a psicologia moderna não se compadece com a pregação das missões populares.

— Quando se afirma êste êrro, dá-se nova canalização às idéias que o Sínodo de Pistóia pôs em circulação, sínodo condenado por Pio VI. Isso mesmo diziam, em suas proposições, os que se haviam reunido naquele falso sínodo com a intenção de conciliar a Igreja com o mundo moderno e com suas falsas doutrinas. No que diz respeito à pregação — *“o estrépito irregular das novas instituições a que se tem chamado exercícios ou missões... talvez nunca, ou pelo menos rara vez, chega a operar a*

conversão absoluta, e aquêles atos exteriores de comoção que apareceram não foram outra coisa senão relâmpagos passageiros da sacudidela natural". Não é verdade que nestas palavras, pronunciadas já em fins do século XVIII, estão em germe os modernos engodos contra isso a que se veio a chamar triunfalismos, porque, no dizer dêsses, não chegam a uma evangelização profunda?

15 — O homem atual necessita de outra linguagem e de outras expressões verbais, mais acordes com as categorias filosóficas correntes. . .

— Este tópico já é bastante velho. Também os jansenistas haviam ensinado que *"para a maioria dos cristãos, a pregação das verdades veio a ser como que um idioma desconhecido . . . e não se nota bastante que é êste um dos defeitos que mais manifestam a senectude da Igreja e a ira de Deus sôbre seus filhos"*. Expressões típicas, estas, dentro da hipocrisia jansenista e de um ambiente de fingida piedade, as quais, numa linguagem de três séculos de antecipação, nos dizem as queixas, hoje ouvidas em alguns lábios, por causa da inadaptação da pregação e dos ensinamentos da Igreja; do seu fixismo e fossilização; da decrepitude da Igreja e da luta contra tudo o que êles chamam de antiquado, pelo afã de modernização, da necessidade de novos ensaios e do abandono da tradição. Natural é que uma mentalidade assim estruturada, com sucessivos aportes de estratos jansenistas, liberais, modernistas, raciocine e pense de maneira completamente oposta ao reto sentir da Igreja; e que, inclusive quando se abeire dos textos mais claros, faça-o com uma óptica e uma côr de luz tão diferente, que, sob a análise destas, êles fiquem por completo deformados.

16 — Com as celebrações litúrgicas, já se tem bastante. Esta é a melhor pregação. Ou, melhor dizendo, a única pregação de que precisamos. Aliás, a pregação tem de se limitar a uma glosa dos textos litúrgicos.

— Funestíssimo equívoco. A liturgia é o manancial e o centro da vida cristã, mas cumpre conhecer o caminho para ir

ao manancial, e, antes de se chegar ao centro, há que fazer caminho. Numa carta ao Bispo de Berlim, Mons. Konrad von Preysing (30-IV-43), diz-lhe explicitamente Pio XII: *"Sabeis que a Santa Sé tem considerado como suficientemente importantes para as ter em conta as questões litúrgicas que se hão estabelecido entre vós. Não obstante, reconhecemos que atribuímos mais importância a que as consciências cristãs sejam protegidas contra todos êsse venenos que as ameaçam. De que serviria tornar mais bela a liturgia da Igreja se, fora do templo, o pensamento e os atos dos fiéis se tornam, na vida dêstes, estranhos à lei e ao amor de Cristo?"*.

17 — Não lhe parece que resulta intolerável se pregue nas empresas?

— Surpreende esta opinião, tão contrária ao espírito e à atuação do ontem Cardeal Montini e hoje Paulo VI. Em 1951 celebrou-se em Milão uma missão que foi muito comentada. O Arcebispo Montini pregou em 170 fábricas. *"Há milhares de homens que só têm ocasião de pisar o asfalto e o solo de sua fábrica. Levam uma existência dura, triste, exaustiva, sem esperanças. A eles é preciso levar a palavra de Deus, a palavra do coração e a esperança"*, disse êle aos seus mais íntimos colaboradores. Atualmente, em Roma, o Papa várias vêzes tem visitado trabalhadores em seus próprios ambientes: os operários em construção, onde, a 9 de fevereiro de 1966 justificou plenamente a sua presença falando diretamente da eternidade, e do direito dos sacerdotes a pregar nas empresas. Leiam-se bem estas palavras: *"Não é, porventura, minha missão, meu ministério, vir procurar-vos? ... Infelizmente é verdade que alguns não vos reconhecem êste direito e dizem, por exemplo, que é suficiente receberdes o salário. Não, meus filhos, o salário não basta, tendes de receber algo mais. Da mesma maneira como tendes direito à escola, à farmácia, às diversões, também tendes direito à religião. Não sois homens? Não sois cristãos? Tendes uma alma: quem há-de pensar nela? Quem vos dará as palavras que vivifiquem o vosso espírito?"*. Exatamente isso êle repetiu em sua visita aos garis de Roma, a 15 de fevereiro de 1966.

18 — Parece que o mais próprio nessas pregações seria apresentar unicamente a doutrina social da Igreja.

— Recordem-se as normas postas em relêvo pelo Núncio de Sua Santidade na Assembléia do Apostolado Social, celebrada em Madrid em 1965: *“A Igreja não é só doutrina social, movimentos especializados de operários e patrões, ou de Conselheiros de obras sociais. A Igreja é isto e muito mais... Ousaríamos dizer que causam dano à Igreja os que, ao lhes ser apresentado o programa de ação apostólica no mundo do trabalho dentro dêste horizonte de mais ampla perspectiva, obstinam-se em tachar tal modo de agir de inútil, pouco comprometido e pouco valente, e desconhecedor da realidade social. Assim não é. Pelo contrário, cremos que essa atuação pode ser firme, eficaz, generosa e decidida, sem que em nada obste a obediência à Hierarquia e a justa colaboração com a autoridade legítima. Esta Hierarquia que diga, em cada caso, quando a colaboração se torna impossível”*.

19 — Não obstante, alguns dizem que, antes de mais nada, é preciso pôr a descoberto as injustiças sociais.

— Não esqueçamos que há duas formas de agir contra as injustiças sociais: uma maneira marxista e outra cristã. No encerramento de reunião do Apostolado Social em Madrid, em 1965, dizia-o Monsenhor Riberi com estas palavras: *“É de recear que, mesmo com as melhores intenções, a denúncia das injustiças se converta em ódio, o combate generoso em luta fratricida, a evangelização em humanitarismo sociológico. Não são essas as armas da Igreja. E, ainda quando se demonstrasse que com essas armas se consegue aquilo que a Igreja não logra com as suas, continuaremos dizendo que não são essas as armas da Igreja. Sem dúvida, houve momentos na História — e continuará havendo-os — em que, objetivos que em justiça buscara a classe social operária conseguiu-os por caminhos diferentes dos que a Igreja aponta. O que de dignidade houve nesses caminhos percorridos também é cristão. O que neles houve de violência rejeitável não o é. E, ainda quando tivesse êxito a violência, nem por isto pode a Igreja aprová-la”*.

20 — Não pensa o Sr. que esta pregação é um ataque à liberdade de consciência?

— Que equívoco tremendo! O Cardeal Suenens saiu ao encontro desta falsificação que alguns divulgam. Diz-nos êle: *“O Concílio Vaticano II não é a hora de discutir a missão direta. Não é a hora dos testemunhos mudos. É preciso tirar certos ambientes cristãos da atmosfera de silêncio que os cerca. Há que exorcizar o demônio mudo que possui demasiados cristãos... Semelhante silêncio não seria um verdadeiro silêncio, já que, quando alguém foi alcançado pela Palavra de Deus, seria faltar ao respeito a Deus e ao homem lhe não transmitir aquilo que constitui o próprio fundo da nossa razão de existir”* (“Cristo ao mundo”, 1966, n.º 1, págs. 78-81).

21 — Muito mais eficientes seriam os padres-operários. O trabalho manual deveria ser normal e corrente em todos os padres.

— Todos sabemos como terminou a primeira experiência dos padres-operários, com a memorável intervenção do Papa João XXIII. Atualmente, com certas cautelas, há certo número de padres-operários tentando uma nova experiência. Mas a problemática fica perfeitamente elucidada nas autorizadas palavras ditas por Monsenhor Ancel, bispo-auxiliar de Lião e Superior Geral dos Sacerdotes do Prado, à revista *“Perseverança”*: *“Não penso que o trabalho profissional deva ser uma regra habitual dos sacerdotes. Pelo contrário, vejo no Evangelho que Jesus deixou seu trabalho ao iniciar sua vida pública, e a mesma coisa pediu aos apóstolos. Mas, se a missão dos bispos para com seu povo o exigir, podem êles permitir a alguns sacerdotes o trabalho manual, conforme o exemplo de S. Paulo, que trabalhava, para não ser obstáculo ao Evangelho (2 Tess. 3, 8-12).*

Houve uma dificuldade especial na França por causa do indiferentismo do mundo operário. Um padre-operário não sabia o que fazer sob o ponto de vista sacerdotal, porque ninguém ia à sua missa, ninguém pedia os sacramentos, e ninguém queria ouvir a palavra de Deus. Por isto, necessário se tornava descobrir novos métodos

O maior obstáculo que encontraram os padres-operários franceses foi a dificuldade para se negarem a toda sorte de compromisso temporal. Os operários, especialmente os não crentes, não podem compreender que um homem inteligente e generoso possa negar-se às responsabilidades temporais. Mas há um compromisso espiritual, diferente do compromisso temporal, tendo este último a sua própria eficácia mesmo nas coisas temporais.

Por isso, no novo planejamento que o Episcopado francês fez para o trabalho dos padres, várias condições são impostas com o fim de evitar essa dificuldade: os padres que trabalharem viverão em equipe com outros padres e dentro de uma célula eclesial, unidos aos responsáveis seculares pela Ação Católica Operária, para evitar se desvinculem eles do ambiente de Igreja. Ademais, não podem aceitar nenhum compromisso sindical como representantes de seus companheiros de trabalho.

Terminando a minha resposta, eu quisera acrescentar duas novas coisas. Primeiro, não gosto da expressão padre-operário. Nunca falamos de S. Paulo como de um apóstolo-operário. Ele era apóstolo, e é o bastante; mas, se a sua "missão" o exigir, pode ele trabalhar, como o fazia S. Paulo. — Segundo: em qualquer hipótese, o número de padres que trabalham deve ser muito pequeno. Normalmente, devem eles reservar toda a sua atividade para a sua missão espiritual".

22 — Mas insiste-se na necessidade dos padres-operários. E são cada dia mais os que se entusiasmam por este sistema. Esperamos em toda parte se imponham os padres-operários, não acha?

— *Cremos que um método apostólico é tanto mais apto quanto, "coeteris paribus", mais diretamente resulta espiritual. Pois vai mais pura, direta e rapidamente ao fim último do apostolado.*

Mais universal, porque, aproveitando-se dele, um maior número redundará em maior bem, e em maior glória de Deus.

Mais profundo, porque, além de ser de maior qualidade em seus efeitos, é mais duradouro.

Mais rápido em alcançar seus fins, pois pode estender-se a muito mais.

Menos perigoso para aquêle que o exerce e para aquêle que o recebe.

Dirigido aos mais necessitados, por imperativo de caridade.

Dirigido aos mais influentes, pois reverte em mais universal.

O objeto primário do apostolado é a salvação e perfeição das almas. E não a mudança das estruturas. Isto pode seguir-se daquilo. E, em todo caso, pode ser objeto primário de alguns apostolados muito especializados.

A pregação é o primeiro apostolado (cfr. "Ecclesiam suam" e o exemplo de Jesus, que enviou os apóstolos a pregarem).

Na Escritura, o "dar testemunho" entende-se sobretudo do testemunho da palavra.

O mero testemunho no sentido de exemplaridade não é, "de si", apostolado, senão condição importantíssima — nem sempre absolutamente necessária — do apostolado. Em alguns casos muito excepcionais poderá êle ser o único meio de comunicação da mensagem evangélica, porém de maneira nenhuma pode aceitar-se como meio ordinário de evangelização.

O apostolado de mero testemunho, ou primariamente pelo testemunho — entendido êste como exemplaridade de vida — só é aceitável como vocação excepcional. Fora dos casos de clara vocação especial, tem êle, entre outros, os sérios perigos da ineficácia, da irresponsabilidade e do comodismo oculto.

23 — Não seria conveniente fazer na Espanha esta experiência?

— Deve decidi-lo a Hierarquia, mas, à simples vista, uma série de razões parece desaconselhar um sistema tão discutível.

Falha êle por ser pouco diretamente espiritual, pois, de ordinário, os padres-operários não falam, ou pouco falam, de Deus e das coisas de Deus. Os operários terão que ir descobrindo-o através do testemunho da vida dêles. E êste último aspecto é, ademais, uma coisa:

Bastante utópica, pois é esperar muito que, por si só, se vá descobrindo e refletindo sôbre o sentido do descobrimento...

Algo presunçosa. São Francisco de Assis pôde, certa vez, fazer seu sermão sem palavras, dando uma volta pela cidade e edificando as pessoas com sua pobreza e modéstia. Ainda quando alguém procure portar-se bem, é provável que a ninguém o comportamento faça refletir, nem lhe faça *descobrir* todo o mundo da vida sobrenatural. E o mesmo teria crido São Francisco de Assis, que ordinariamente convertia as pessoas pela pregação. por êle avalizada com sua santidade.

Falha, ainda, por ser pouco universal. De ordinário será muito minguado o grupo de operários que cerca o padre, grupo que unicamente aproveitará o sacrificio dos longos anos que êle levará para *descobrir* o que há por trás daquele *testemunho*. De fato, serão muitos os que se têm convertido, os que se têm aproximado da Igreja, pelas experiências dos padres-operários?

Falha, enfim, por lento em alcançar o seu objetivo. Já nos avisam de antemão que a coisa vai demorar... O que encerra a particularidade de que, se se tarda em ver o êxito, nunca se chega a ver o fracasso, pois, antes, quase sempre se interporá alguma circunstância, mudança etc., que não permita a terminação da experiência.

É um dos apostolados mais perigosos para quem o exerce. Não é preciso dar disto muitos argumentos, pois os perigos procedem de muitas partes. E a experiência nisso é mui dolorosa e excessivamente eloqüente. Perigos para a vida interior, perigos para a castidade, perigos de que alguém chegue a fazer-se tão todo de todos, que chegue a se fazer revolucionário com os revolucionários e *comunista com os comunistas*. Há experiência disto.

Êstes perigos cremos que teriam de ser enfrentados em caso de gravíssima necessidade ou de grande eficácia, confiando nos auxílios celestiais.

24 — Não é necessário o padre-operário na Espanha?

— *Quanto à necessidade,* é questão de ver se não se pode ir ao operário espanhol com a mesma eficácia, ou maior, como vão tais padres, sem necessidade de se pôr a trabalhar com êles.

E, certamente, assim é. O operário espanhol não está em condição tal que não possa ser objeto de um autêntico e eficaz apostolado pelo simples sacerdote. Só se requer a condição de que a êle se vá com lhaneza e sinceridade; de que se lhe fale com clareza e audácia das coisas de Deus.

Os operários, como os demais espanhóis — e de outras nações eu não accitaria facilmente o contrário — querem de nós sacerdotes que sejamos realmente SACERDOTES, muito espirituais, bons, simples, humildes, castos, desinteressados, que os amemos de verdade, que lhes falemos com sinceridade e lhaneza, das coisas de Deus. E nem querem que façamos coisas que a muitos se afigurará comédia para os ganhar, por falta de sinceridade.

Além disto, cremos que, em não poucos dos que pretendem exercer êste apostolado — sem, por outra parte, duvidarmos de que o haja movido a melhor intenção de agradar a Deus —, pode haver algo de *quixotismo*, de espírito de aventura. Porque nem sempre a *vocação* para o apostolado de padre-operário coincide com o exemplo de vida de pobreza, e de querer para si o que é mais pobre, nem com o exemplo de uma vida de obediência simples e total à vontade do representante de Deus, o que, no final das contas, é a verdadeira prova do bom espírito. Pode haver também nisso certo *esnobismo* algo oculto ou bastante patente.

25 — Não obstante, parece que a mente da Igreja é que os seminaristas trabalhem nas fábricas ao menos em tempo de férias...

— Não conhecemos outro documento oficial sôbre esta matéria afora a carta, aos prelados da Espanha, da Sagrada Congregação de Seminários e Universidades. Diz ela precisamente o contrário do que se indica nessa pergunta. Veja-se:

“Roma, 14 de junho de 1958. Aos Exmos. Srs. Cardeais e Arcebispos e Bispos da Espanha.

Não tem êste Sagrado Dicastério deixado de acompanhar com a devida atenção as experiências que se iniciaram desde há alguns anos, em várias dioceses espanholas, em virtude das quais

grupos de jovens seminaristas, em tempo de férias, e por período mais ou menos longo, se empregam em oficinas, fábricas ou em outros ambientes operários.

Queremos precisar que não se põem em dúvida as boas intenções dos que tais experiências promoveram ou autorizaram, nem se pode negar a sincera e efetiva vontade de diminuir os perigos do ambiente, que, desde logo, não está em consonância com o desenvolvimento harmônico da vocação sacerdotal. Ora, enquanto subsistem sérias dúvidas sobre a necessidade da fórmula adotada, para o conseguimento da finalidade que se deseja, um sereno balanço dos resultados obtidos aconselham, antes que a continuação, a cessação do caminho empreendido.

Já na Carta Circular de 22 de agosto de 1957, N. Prot. 288/56, não sem uma clara referência às novas experiências, esta Sagrada Congregação formulava suas reservas, declarando textualmente: "É preciso pôr um cuidado especial em tudo o que se refere aos contatos com o ambiente exterior do Seminário. Certas experiências, feitas sobretudo durante as férias de verão, que vemos se praticarem com entusiasmo demasiado fácil, deveriam dar lugar a uma vigilância mais cautelosa por parte dos superiores responsáveis. Tenha-se presente que a vocação sacerdotal dos jovens requer uma proteção ilimitada: não se pode expô-los a perigos desproporcionados às suas forças, pois se corre o risco de lamentar amargas e desagradáveis surpresas.

Mas hoje, à base de novos elementos e após atento exame dos diferentes aspectos da questão, este Sagrado Dicastério, inspirando-se unicamente no supremo interesse da formação eclesial, vê-se obrigado a convidar os Exmos. Ordinários da Espanha a que proibam a seus clérigos qualquer experiência operária.

Certamente, tal proibição não implica a reprovação das iniciativas úteis e legítimas que possam conduzir à desejada finalidade de abrir e ampliar o horizonte dos jovens seminaristas — especialmente os dos últimos cursos teológicos — sobre o mundo do trabalho e sobre os muitos problemas ao mesmo concernentes, do ponto de vista pastoral. Lícito nos seja aqui insistirmos para que, no terreno teórico — isto é, no ensino da Ética, da Teologia Moral, e sobretudo no curso de Ciências Sociais — procure-se dar aos candidatos ao sacerdócio uma sólida e segura orientação inspirada na doutrina da Igreja e dos Sumos Pontífices.

Pelo que se refere à iniciativa prática, devem êles merecer uma colaboração decisiva dos párocos e dos sacerdotes com cura de almas, aos quais compete integrar, de diferentes maneiras, a ação formativa do seminário. Seguindo as regras de uma iluminada prudência, guiarão êles nos primeiros contatos pastorais aquêles que constituem as jovens esperanças da Igreja, pondo-os gradualmente em contato com a realidade e com as exigências do ministério, fazendo-o com o prestígio e autoridade que a competência e a experiência vivida conferem. Respaldados por êste amoroso auxílio, os jovens clérigos acostumam-se a fundir numa unidade fecunda a tradição e o progresso nos métodos da vida apostólica, sem os desequilíbrios ou, ainda pior, as fraturas, prejudiciais à presença da Igreja na solução dos problemas de nosso tempo.

Queremos, além disto, acrescentar que, se se prestar o maior cuidado à formação espiritual e cultural, tudo o mais derivará automaticamente, como consequência natural e necessária. Os candidatos de hoje ao sacerdócio serão então os hábeis sucessores daquele clero espanhol que tantas páginas brilhantíssimas tem escrito na história da Santa Igreja: o amanhã será digno do passado, entre outras coisas por haver sido preparado sem impaciências e sem intemperanças.

Aproveito a ocasião para reiterar-me dedicadíssimo em Jesus-Cristo. Assinado: Cardeal Pizzardo. Assinado: C. Confalonieri, Secretário".

26 — É opinião de muitos que, no apostolado nos lugares de trabalho, deve-se prescindir totalmente de qualquer alusão a associações pias, à prática da beneficência, ao ensino catequético.

— Estas afirmações contradizem totalmente os ensinamentos de João XXIII, o Papa da *Mater et Magistra*. Quando se dirige aos trabalhadores genoveses, diz-lhes êle:

"Vós representais o esplendor do apostolado católico em suas extremidades as mais altas e em suas aplicações as mais necessárias e imediatas. Três nomes vos caracterizam; três iniciativas, três pontos fundamentais da doutrina e da vida cristã: Aposto-

lado da Oração, Conferências de S. Vicente de Paulo, Catequese nas Fábricas. Achamo-nos então nas próprias fontes do cristianismo, no seu progressivo manifestar-se: do colóquio com Deus mediante a oração, de contactos com os irmãos por meio não só da esmola — que, por outra parte, é uma grande coisa —, como também da caridade; e do cumprimento do preceito do Senhor, que urge a todo bom sacerdote, a todo fiel batizado: Ide e ensinai a tôdas as nações. Levar a termo tudo isto no próprio lugar do trabalho pecado, que às vêzes absorve tôdas as energias do homem, grande mérito é, grandíssimo. O estrondo de mil coisas de outra natureza, ainda quando justas e dignas de recomendação, não deve sufocar êste tríplice empenho vosso, ao qual o Senhor imprimirá o sêlo de sua graça”.

27 — Assim, o apostolado da pregação nas empresas entra numa pastoral dos nossos dias?

— Certo que sim. A pregação consegue frutos de conversões inegáveis, semeia bons princípios, fortalece a fé de muitos, tira preconceitos. Por isto, o Exmo. Cardeal Lercaro, Arcebispo de Bolonha, falando especificamente dêste tema, escreve o seguinte: *“Tenho estudado o plano de trabalho do apostolado de emprêsas, para a propaganda religiosa nas fábricas. Estou verdadeiramente admirado”.*

28 — Em que pontos poder-se-ia sintetizar a doutrina social da Igreja?

— Por motivo dos 75 anos da Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em maio de 1966 Paulo VI resumiu a doutrina católica nos seguintes axiomas, que recordamos sem ambages: 1.º) a questão social, exigência de amor e de justiça; 2.º) o trabalho elevado à categoria de teologia; 3.º) a justiça social promotora do bem comum; 4.º) a promoção política e social do trabalho, garantia do bem de tôda a sociedade; 5.º) a Igreja, defensora da participação na associação sindical; 6.º) “não” ao marxismo, ao ateísmo e à luta de classes; 7.º) a religião, base do progresso social.

VIII — A FÉ

1 — Só tem fé aquele que duvidou e superou a sua dúvida. Só tem esperança aquele que desesperou e superou seu desespero.

— De maneira nenhuma. O ato de fé é um assentimento do nosso espírito à Verdade revelada por Deus; se êste ato fôr praticado com as devidas disposições, será ato sobrenatural de fé. Como também, na alma do batizado há o hábito sobrenatural infuso da fé, da esperança e da caridade.

O fundo de verdade que há na falsa opinião anteriormente exposta é que, às vêzes, o fato de ocorrer uma dúvida pode ser *ocasião* para que alguém a supere e, com isto, arraigue ainda mais a sua fé. Mas não se requer a dúvida para que haja fé, nem basta superá-la para que haja fé sobrenatural, nem é preciso que nela se tenha consentido alguma vez. O mesmo se diga da esperança. Se livremente consentido, o desespero é pecado grave.

2 — Aquele que tem fé toma esta como objeto de conquista, como se sempre tivesse razão e, assim, pudesse olhar os outros com desdém.

— Pelo contrário, quem tem fé deve ser muito humilde, porque a fé é um dom de Deus. D'Ele partiu a iniciativa, e d'Ele vem a graça sobrenatural com a qual se poderá ter fé sobrenatural. Embora, por outro lado, seja verdade que, quando Deus chama à fé um adulto, pede-lhe sua livre cooperação, pois nisso também pode haver pecado contra a luz, contra a fé.

Isto não impede que quem está consciente da sua fé tenha, com ela, uma firmeza e uma posse que não tem quem dela carece.

Neste sentido, é verdade que êsse tem uma superioridade sôbre o infiel ou sôbre o apóstata. Porém o dom desta firmeza não é mau, é bom, como dom de Deus que é.

3 — Não há outra prova da Ressurreição de Jesus-Cristo a não ser o fato de os cristãos ainda crerem nela. É esta a única prova.

— Esta afirmação sabe claramente ao subjetivismo modernista, repellido pela Igreja já em 1907. Existem provas para que qualquer um possa examinar a verdade do fato da Ressurreição. Provas que convencerão quem quer que a elas não vá imbuído de preconceitos filosóficos ou práticos. Preconceitos que nada têm que ver com o que é uma demonstração histórica.

4 — São nefastas as provas da existência de Deus, porque só levariam o ateu a um resultado teórico, que não é levá-lo ao Deus da religião.

— O papel da razão não é *“tudo”*, mas é *“alguma coisa”*. Se, além disto, aquêles que recebem a demonstração da existência de Deus puser de sua parte, a reta vontade para se submeter à Verdade que êle vislumbra, pô-la-á também para sujeitar a essa Verdade a sua própria conduta, para lhe aditar a oração humilde, pedindo mais auxílio de Deus para examinar então os dados históricos da Revelação; então, para êsse, a demonstração racional da existência de Deus será *“alguma coisa”* certamente muito estimável, sem chegar a ser *“tudo”*. Mas é equivocado rejeitar *“alguma coisa de bom”* pelo simples pretexto de não ser *“todo o bem”* que há.

5 — Os ateus não têm culpa do seu ateísmo. Temo-la nós outros, por lhes não havermos apresentado bem o modo de dar ao mundo a esperança, a qual lhes é dada com a condição de se lhes não anunciar uma salvação individual, e sim uma Redenção fraternal e coletiva.

— Assim não fala o Concílio Vaticano II sôbre o ateísmo (Constituição *“Gaudium et Spes”*, parte I, cap. I, n.º 21). As

vêzes, o mau exemplo de vida dos crentes, e outras causas, podem contribuir para que o ateísmo aumente. Mas nas palavras do Concílio nunca se exclui possa também haver no ateu grave responsabilidade moral. Nem se diz que a Igreja tenha de mudar a sua fé para torná-la accessível aos ateus.

6 — A frase: “Fora da Igreja não há salvação” significa sòmente isto: “Fora de uma coletividade, fora de um ambiente social, não há meio de se salvar, isto é, de pertencer à futura sociedade evoluída que se está construindo.

— É falso. Aquêlê que realmente está fora da Igreja e não tem fé não poderá salvar-se. Pode, porém, succeder haja pessoas que, sem pertencerem ao “*corpo*” da Igreja, lhe pertençam à “*alma*” — entre os pagãos, entre os irmãos separados. — Nesses poderá haver fé viva, e também caridade. Com isto, poderão êles salvar-se. Mas, por isto mesmo, êles já pertencerão à Igreja, e terão recebido a graça que lhes vem pela Redenção de Jesus-Cristo.

IX — NOVÍSSIMOS

- 1 — Não se pode dizer que já tenha tido lugar o Juízo final, que êle succedeu à morte de Cristo?

— De maneira nenhuma. Acaso não rezamos no Credo: “*que de nôvo virá a julgar os vivos e os mortos*”? Então seria falso o que dizemos no Credo.

Depois da Ascensão de Jesus ao Céu, os anjos ensinaram expressamente: “*Êle assim virá, tal como o contemplastes ir para o Céu*” (Atos, 1, 11).

- 2 — Mas, por que imaginar que o Juízo final será uma distribuição de prêmios, e não uma salvação coletiva? Seria um individualismo dizer-se: “salvar sua própria alma”.

— É verdade de fé que, quando Jesus vier como Juiz, “*dará a cada um conforme seus atos*” (Mt. 16, 27), “*conforme forem suas obras*” (Apoc. 22, 12). Portanto, a salvação não será coletiva, senão que haverá discriminação: “*Um será tomado e outro será deixado. Duas estarão moendo juntas: uma será tomada e a outra será deixada*” (Luc. 17, 34-35; Mt. 24, 40-41). Não é individualismo olhar, conforme Deus quer, pela própria salvação, que pode ocorrer embora não ocorra a de outro; individualismo seria desinteressar-se da salvação dos outros. Mas isto Deus não quer, e sim o contrário: que nos interessemos e trabalhemos pela salvação de todos.

- 3 — O Juiz não nos perguntará o que houvermos feito a respeito de Deus, e sim o que houvermos feito a respeito do próximo, como está em S. Mateus, 25, 31-46.

— Jesus diz que perguntará o que houvermos feito a respeito dos homens porque é Êle quem nos manda amarmos o próximo.

Mas, além disto, também nos disse: “Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos” (Mt. 19, 17). E igualmente: “Quem crer e fôr batizado será salvo; quem não crer será condenado” (Mc. 16, 16).

4 — Não se poderia dizer que a Ressurreição já se verificou, quando, na morte de Jesus, segundo dizem os evangelistas, mortos ressuscitaram em Jerusalém e apareceram?

— Ensina o Apóstolo S. Paulo: “Desviaram-se da verdade dizendo que a ressurreição já se efetuou, e transtornam a fé de alguns” (II Tim. 2, 18). Quando S. Paulo assim falava, a morte de Jesus já havia passado, e, não obstante, êle diz que se desviaram da verdade e transtornam a fé os que dizem que a ressurreição já se efetuara.

A verdade que a fé da Igreja nos ensina é esta: “Quando o Senhor vier, todos os mortos ressuscitarão com seu corpos”. Se a ressurreição já se houvesse verificado, como haveriam de ressuscitar os que de ora por diante venham a morrer?

5 — Pode-se dizer que não é verdade de Fé haver Juízo particular, mas só o universal?

— Não se pode dizer tal coisa. O Papa Benedito XII, em 1336, definiu como verdade de fé o seguinte: “Ademais, definimos que, segundo a ordenação comum de Deus, as almas dos que morrem em pecado mortal atual descem, logo depois da sua morte, ao inferno, onde são atormentadas com penas infernais; e que, sem embargo, no dia do Juízo, todos os homens comparecerão perante o tribunal de Cristo com seu próprio corpo, para darem conta de seus próprios atos”. Também, poucas linhas antes, definira êle que os que morrem com a graça recebida por ocasião do batismo gozam da visão de Deus, sem terem de, para isto, esperarem o juízo universal. Por conseguinte, êsses já foram julgados.

6 — Se tudo o que Deus criou é bom, e se Ele é bom, como pode haver Inferno?

— Sim, Deus é infinitamente bom, mas é também infinitamente justo. Sem esta segunda parte, a primeira não poderia ser.

Tudo o que Ele criou é bom, mas, por ser finito, pode tudo isto corromper-se, e esta corrupção ou privação é um mal. Ora, Deus, quando cria um ser que é livre, não o força tirando-lhe a liberdade, mas sim quer que ele possa livremente merecer a felicidade a que aspira. Portanto, Deus permite que também livremente possa ele pôr sua felicidade fora d'Ele, contra Ele, no pecado; e, neste caso, o que ele tiver será consequência daquilo que livremente quis separando-se de Deus, quando podia merecê-lo.

7 — Por que não se pode dizer que o inferno consistirá somente em se ser privado da futura sociedade coletiva que construiremos neste mundo?

— Porque foi Jesus-Cristo quem ensinou que o réprobo será para sempre afastado de Deus: *"Afastai-vos de mim, malditos"* (pena de dano) (Mt. 25, 41); e Ele mesmo ensina que, além disto, haverá algo de semelhante ao que aqui na terra denominamos fogo, o *"fogo eterno"* (Mc. 9, 42-48; Lc. 16, 24; Mt. 25, 41; Mt. 10, 28; 13, 40, 90; 5, 29-30; 24, 51) (pena de sentido).

8 — Pelo menos posso pensar que, se o Inferno existe, não há lá ninguém; e a Igreja nunca o definiu.

— É falso dizer isto, porque, antes de tudo, estão no inferno os anjos condenados (Mt. 25, 41; Judas, 6; Apoc. 20, 10).

Pelo que toca aos homens, é verdade que a Igreja nunca definiu, de alguém em particular, que se tenha condenado, mas há muitas verdades que não foram definidas e, no entanto, são verdades e é temerário negá-las. Ora, Jesus-Cristo disse: *"Como é larga a porta e espaçosa a senda que leva à perdição! E muitos*

são os que nela entram! Quão apertada é a porta e estreita a senda que leva à vida! E poucos são os que dão com ela!" (Mt. 7, 14); *"Os filhos do reino serão lançados às trevas exteriores: ali haverá choro e ranger de dentes"* (Mt. 8, 12). Ainda mais, as palavras do juízo dizem: *"Afastai-vos de mim, malditos, ide para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos"* (Mt. 25, 41). Seria um engano esta maneira de falar, se livremente pudéssemos pensar que não haverá ninguém no inferno.

9 — O Céu, havemos de construí-lo nós, os homens, nesta terra: uma sociedade futura em que todos se amarão. Não espereis uma vida futura. Não há vida futura... só há vida eterna, e esta consiste em que os homens conheçam a Deus e Aquele que Ele enviou, Jesus-Cristo (Jo. 17, 3); por isto, se os homens soubessem o que é o Céu, muitos rejeitariam para lá ir: amar-se, ser pobre, ser manso, ser cuidadoso do próximo e feliz com a felicidade dêle, empregar seu céu em fazer o bem na terra, isto é, ter fome e sede de uma justiça total, de uma manifestação plena de Deus!... Será isto o Céu! Que herdareis de Deus? Herdareis o dardes até o que tendes: não há outra felicidade no Céu.

— Este ensinamento é completamente falso; é verdade de fé que o Céu consistirá na visão intuitiva de Deus, a qual cumulará de felicidade quem assim o possua (embora nem todos venham a gozar de Deus em grau igual); e isto Deus tanto o ensinou na Sagrada Escritura (1 Jo. 3, 2-3), como o definiu por meio do magistério de sua Igreja.

10 — Porém estes ensinamentos são opostos às doutrinas modernas da Evolução: pecado seria apenas uma falha na Evolução. Céu seria só o conseguimento do término dela. Inferno seria somente o ser excluído da futura sociedade que se produzirá; etc.

— Com frequência tem sucedido, ao longo da história, que, quando o homem descobre algo com sua ciência, embriagado com sua conquista facilmente a exagera, e então cai no erro. Assim

tem sucedido também, em nossos dias, a alguns, a propósito da teoria da Evolução.

Em primeiro lugar, o que com seu método próprio as ciências experimentais podem afirmar não pode, de maneira alguma, aplicar-se a Deus: Deus não está sujeito à Evolução, porque é infinitamente perfeito. Dizer que "*Deus está imerso na Evolução*" é uma frase enganosa, porque se presta a dois sentidos, um verdadeiro e outro falso. É verdadeiro entender que Deus está presente em todo lugar e que, por conseguinte, também está nos seres que evoluem, aos quais presta o seu concurso para eles agirem. É falso entender que Ele mesmo evolui, pelo fato de estar presente nos seres que evoluem.

Em segundo lugar, também não se pode estender a Evolução a *tudo* o criado, pois não somente esta asserção desborda completamente o método próprio de toda ciência experimental, como também sucede ser doutrina certa que Deus cria a alma de cada homem. Portanto, ele não procede por evolução do preexistente. Assim ensinou, por exemplo, Pio XII na Encíclica "*Humani Generis*" (ano de 1950): "*A fé católica ensina-nos a professar que as almas são criadas imediatamente por Deus*".

Por último, é verdade que, até mesmo dentro do âmbito próprio do método das ciências naturais, ainda cabe uma ampla margem para a Evolução. A isto não se opõe a doutrina católica, porém ainda aqui cumpre distinguir claramente os fatos certos e comprovados, por um lado, e, por outro, algumas consequências remotas ou mais amplas, nem certas nem experimentalmente comprovadas. Separar o que é certo daquilo que é mera explicação verossímil mais ou menos provável; separar aquilo que está claramente demonstrado daquilo que é mera hipótese de trabalho, que o tempo confirmará ou infirmará.

Estender, pois, a Evolução a tudo, tirando daqui consequências para a alma humana, para a Encarnação do Verbo, para o Juízo final, para o inferno e para o céu, isto seria algo que nada tem a ver com o que as ciências sérias demonstram, nem é conclusão da ciência teológica, nem afirmação filosoficamente demonstrada, antes muito pelo contrário. Ainda mais: isso leva a conclusões absurdas, que facilmente se oporiam às verdades da fé, como se vê nas palavras de Pio XII na Encíclica já citada.

X — A S C É T I C A

1 — A mortificação só é agradável a Deus quando resulta proveitosa ao nosso próximo.

— É totalmente falsa esta afirmação. Jesus-Cristo ensinou-nos: *“Se alguém quer vir após mim, renegue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me. Porque quem quiser salvar sua vida perdê-la-á; mas quem perder sua vida por amor de mim salvá-la-á”* (Luc. 9, 23-24).

2 — A ascese consiste apenas numa sábia medida para não se condenar: não tomar descansos que cansam mais, não usar diversões que esgotam, não admitir prazeres que condenam, etc.

— De maneira alguma. Isto pertence à temperança, e não à penitência; e a penitência também pertence à ascese, não só para obter graça de Deus, como também para se dominar a si mesmo e praticar atos de virtudes sobrenaturais.

3 — Tudo consiste em amar; amar a fundo, amar os bens. Eternizaremos aquilo que houvermos amado.

— É falaz este modo de falar, porque joga com um equívoco, e os equívocos, nestas matérias tão graves, devem ser evitados. Do contrário conduzem a graves erros.

Amar os bons dêste mundo, no caso em que amá-los incida no que está *proibido pela lei de Deus*, é ofendê-lo, é pecar. Esta posse não se eternizará; o que se eternizará será o castigo da separação de Deus, se se tratar de matéria grave.

Amar os bons dêste mundo no caso em que amá-los não esteja contra a lei de Deus, senão que êles sejam amados *porque atracm*, já não é mau, mas também não é ato de virtude, e sim uma ação puramente natural, que em nada merece a eternidade.

Porém amar os bens dêste mundo *por amor de Deus*, isto então poderá incidir na virtude sobrenatural, e neste caso, sim, poderão êsses bens eternizar-se na posse de Deus, e como gozo “acidental” da glória, glória que essencialmente consistirá em ver intuitivamente o Bem Infinito, Deus, amá-lo e gozá-lo com felicidade plena.

4 — De todo modo o Concílio falou da espiritualidade dos leigos: por que então se excluem as coisas próprias dos leigos, como se não foram santas?

— Sim, falou, por exemplo, na Constituição “*Lumen gentium*” (cap. V), tornando mais premente o chamado à santidade, e expondo mais extensamente a doutrina que já era conhecida desde século atrás. Falou sôbre a dignidade do casamento e da família na Constituição “*Gaudium et spes*” (2.^a parte, cap. 1).

Mas em lugar nenhum o Concílio derrogou os princípios fundamentais da ascética cristã; antes, muito pelo contrário, instou para que o cumprimento dela se estenda ainda mais a tudo, até aos que vivem no meio do mundo, mostrando que também os seculares são capazes de chegar à santidade (tal como, há séculos, a Igreja já canonizou seculares que, por exemplo, foram reis, como S. Luís, Santa Isabel de Portugal, Santa Isabel de Hungria, S. Fernando, S. Venceslau, etc.).

5 — A pobreza não consiste, como então se acreditava, em renunciar aos próprios bens, e sim em fazer que êles possam propiciar bem-estar a todos; que todos se sintam bem ao participarem do convite para a casa de alguém, etc.

— Cometem-se, hoje em dia muitos abusos com a palavra “pobreza”. Existe a disposição que se encerra na chamada “pobreza *religiosa*”, objeto de voto por parte de muitas pessoas que ingressam em religião, disposição essa que foi ratificada e

mais estruturada no Concílio Vaticano II (Decreto "*Perfectae caritatis*", n.º 13; Constituição "*Lumen gentium*", cap. VI, ns. 43 e 44; cap. V, n.º 42).

Também se pode falar de pobreza como disposição *espiritual*, que nos inclina a não têmos apêgo aos bens da terra por si mesmos, mas só na medida em que Deus o disponha, depois da nossa cooperação ordenada segundo a prudência. Mais ainda, que nos ensina a desejar a privação, à semelhança de Jesus-Cristo, enquanto a sua realização nas circunstâncias particulares de cada um e de cada momento é mais proveitosa.

Finalmente, por pobreza se entende, outras vêzes, o simples fato de *carecer de bens*.

Ora, entender a pobreza neste terceiro sentido, como se a Igreja não pudesse dispor de bens, *ordenando-os para que eles a ajudem a cumprir a sua missão* de levar os homens a Deus, é totalmente equivocado.

Falso seria também dizer que mais pobre é o pagão que não pensa ter sempre razão — porque tem a segurança da fé — do que o católico que, por ter fé, sabe que tem razão ao crer nos dogmas da fé, e que possui firmemente a Verdade.

6 — Os religiosos e as religiosas, pelos votos, renunciam a bens: renunciam à posse, independente, de riquezas, renunciam ao complemento que homem e mulher se dão mutuamente, renunciam também à liberdade. Com isso cometem um empobrecimento da sua personalidade. Mais ainda, ficam como se separados e excluídos do mundo.

— Pois inteiramente o contrário é o que diz o mesmo Concílio Vaticano II: "*Tenham todos por bem entendido que a profissão dos conselhos evangélicos, embora traga consigo a renúncia a bens que indubitavelmente são tidos em muita conta, todavia não é um impedimento para o enriquecimento da pessoa humana, senão que, por sua própria natureza, grandemente o favorece. Porque, aceitos voluntariamente, segundo a vocação pessoal de cada um, os conselhos evangélicos contribuem não pouco para a purificação do coração e para a liberdade do espírito, excitam continuamente o fervor da caridade, e, sobretudo,*

conforme se demonstra com o exemplo de tantos santos fundadores, são capazes de assemelhar mais a vida do homem cristão à vida virginal e pobre que Cristo Nosso Senhor escolheu para si, e que a Virgem sua Mãe abraçou. Nem pense alguém que, por sua consagração, os religiosos se alheiam dos homens ou se tornam inúteis à sociedade terrestre. Pois, embora em alguns casos não se ocupem diretamente dos seus contemporâneos, eles os têm presentes de modo mais profundo nas entranhas de Cristo, e com eles colaboram espiritualmente a fim de que a edificação da cidade terrena se alicerce sempre no Senhor e para Ele se oriente” (Constituição sobre a Igreja, “Lumen gentium”, cap. VI, n.º 46).

7 — Tenho observado que os conceitos emitidos sobre a fé, sobre os novíssimos, sobre a ascética, estão inspirados nas obras do padre belga Louis Evely. Últimamente têm circulado algumas versões sobre esse padre. Pode informar-me alguma coisa a respeito?

— Cingimo-nos a reproduzir literalmente o que, em sua seção religiosa, “Le Figaro”, de Paris, de 15 de outubro de 1968, informa aos seus leitores: “O Reverendo Louis Evely, sacerdote da diocese de Bruxelas, tão conhecido por seus numerosos livros e conferências, acaba de ser reduzido ao Estado leigo, a pedido seu. Há dez anos que ele fôra exonerado de suas funções eclesiais pelas autoridades diocesanas, e ele não estava autorizado a exercer atividade pastoral alguma na Bélgica”.

XI — DEVOÇÃO AO CORAÇÃO DE JESUS

1 — Será necessária, em nossos dias, a devoção ao Coração de Jesus?

— Com toda verdade foi dito que o Coração traspassado de Jesus é o símbolo bíblico central em toda a revelação neo-testamentária. Porque esta devoção é o culto ao Amor divino e humano do Verbo encarnado. Por isto, no ensinamento do magistério eclesiástico, ela é o resumo de todo o cristianismo. Daí haver Paulo VI dito, a 14 de junho de 1966, a respeito da devoção ao Sagrado Coração de Jesus: *“Acreditamos de nosso dever lembrar a atualidade e a urgência desta devoção na Igreja, a necessidade de não a deixar enfraquecer-se na alma dos fiéis”*.

2 — Atualmente essa devoção é fomentada como deve?

— Nem de longe. Por falta de teologia em muitos, e de piedade verdadeira em muitos mais. Justamente porque a devoção ao Coração de Jesus decresce é que se podem explicar a frieza e as irreverências doutrinárias e práticas que se têm para com a Eucaristia. Inclusive, que a própria liturgia muitas vezes se converta em exterioridade. Paulo VI lamenta-se destes males em sua carta de 6 de fevereiro de 1965, e nos diz: *“O culto ao Sagrado Coração, que — com tristeza o dizemos — tem-se enfraquecido em alguns, floresça cada dia mais, e seja por todos considerado e reconhecido como uma forma eminente e digna dessa verdadeira piedade para com Cristo que, no nosso tempo, especialmente por obra do Concílio Vaticano II insistentemente vem sendo pedida”*.

3 — Mas que relação há entre a devoção ao Coração de Jesus e a liturgia?

— A relação de causa e efeito. Assim o ensina Paulo VI em sua carta de 5 de maio de 1965: *“No Coração de Jesus, dizemos, está a origem e o princípio da Sagrada Liturgia, já que éle é o templo santo de Deus, de onde sobe ao Pai Eterno o sacrifício de expiação... Ademais, daí, do Sagrado Coração, tira a Igreja força para buscar instrumentos e meios de ação mediante os quais nossos irmãos separados cheguem a uma unidade plena com a Cátedra de Pedro. Ainda mais: para que aqueles que ainda não têm o nome de cristãos juntamente conosco conheçam o único Deus verdadeiro e Aquêlê que éle enviou, Jesus-Cristo”*.

4 — A estas horas parece-lhe ficar bem que se ergam monumentos ao Coração de Jesus como no Cerro de los Angeles?

— Parece-me muito bem. Os Papas têm abençoado êsses monumentos ao Coração de Jesus, e têm fomentado as consagrações nacionais. Veja o que dizia Pio XII na rádio-mensagem à Espanha, a 18 de novembro de 1945:

“A Espanha apresenta-se hoje perante o Coração Divino, evocando aquela luminosa manhã de 30 de maio de 1919, quando, por bôca do seu soberano, tôda a nação foi consagrada ao Coração daquêlê Senhor que estava exposto no altar de um magnífico Monumento, no próprio centro da Península. Hoje, no lugar santo resta apenas um montão de ruínas. Mas ali sempre resta também algo que não pode ser destruído por nenhum explosivo, e é a força do espírito. A força que salvou a vossa fé ao soar a hora dolorosa; a mesma força que agora vos faz exclamar outra vez, com tôda a sinceridade da vossa alma fidalga e generosa: “Reinai nos corações dos homens, no seio dos lares, na inteligência dos sábios, nas aulas da ciência e das letras, e em nossas leis e instituições pátrias”. Quereriam estas palavras ser, um dia, como que um plano de vida. Hoje deveriam ser a reno-

vação, num momento mais grave, à saída de um conflito mais amplo, mais terrível, mais cheio de conseqüências” (a Guerra Mundial, terminada pouco antes).

5 — Porém os Papas do Concílio, João XXIII e Paulo VI, certamente assim não falam.

— Equivoca-se. Em sua Mensagem de 29 de outubro de 1961, João XXIII nos diz:

“O templo expiatório em Barcelona, o “Cerro de los Angeles” em Madrid, e o Santuário da Grande Promessa em Valladolid são marcos gloriosos que se alçam no solo do querido povo espanhol, exprimindo os seus sentimentos de amor e reparação ao Coração de Jesus. São testemunhas, êsses lugares, dos caudais de misericórdia e de graça que o Senhor derrama, e de quantas pessoas neles encontram um remanso de paz e um refúgio de salvação, respondendo ao doce chamado do “Vinde a Mim todos os que andais fatigados e onerados, e Eu vos aliviarei”. Que êste fluir de almas para o Coração de Jesus, liberal com todos os que o invocam, continue sempre ininterrupto naqueles santuários!”.

Num telegrama enviado ao Exmo. Cardeal Primaz da Espanha por motivo da inauguração do novo monumento no Cerro de los Angeles a 25 de junho de 1964, Paulo VI disse textualmente: *“Eminentíssimo Cardeal Arcebispo de Toledo. Com ânimo profundamente comovido vemos prostrar-se hoje, a Espanha, em espírito de devota reparação, em Cerro de los Angeles, e seus filhos amadíssimos consagrar-se, por bôca Excelentíssimo Chefe Estado, ao Sagrado Coração. Numa fervorosa prece pela querida nobre nação suplicamos Cristo Redentor, por intercessão maternal Maria Imaculada, conceda dias paz crescente prosperidade cristã em fraternal harmonia, colaboração tarefas bem comum e progresso social. Outorgue Ele graças perseverantes em integridade fé católica à fidalga terra pioneira ideais missionários. Reine Ele sempre, no império de seu amor e especial misericórdia, em indivíduos e sociedade. Penhor das graças e testemunho especial benevolência é a bênção apostólica que, nesta data memorável, comprazido concedemos diletíssima Espanha. Paulus, Papa VI”.*

6 — O Apostolado da Oração está completamente desfasado. Agora necessitamos de atividade, testemunho, imersão nas estruturas e no mundo moderno.

— Não sei se é exatamente isto o de que mais necessitamos. O que está de todo errado é o desprezo que é mostrado da oração, do Apostolado da Oração, e que a alma de todo apostolado e a vida missionária partem da oração. Ótimamente o disse Paulo VI a 31 de março de 1965: *“O verdadeiro discípulo de Cristo deve de ser “um homem de oração”. Por meio desta abre-se o Céu, estabelecendo-se um diálogo de amor entre os homens e Deus. Quão melhor seria o mundo se todos os homens soubessem rezar bem! Traduzindo os sentimentos da Igreja, S. João Crisóstomo afirma: “Não há nada mais poderoso do que a oração, nada se lhe pode comparar” (“Contra Anomacos”, P.G., 48; col. 766). Os membros do “Apostolado da Oração”, como se lê em seus Estatutos, “procuram não apenas sua própria salvação, mas também, com a oração e com o sacrifício, trabalham na edificação do Corpo Místico de Cristo, isto é: na propagação de seu Reino na terra” (art. 1). A oração pelo advento do Reino de Deus cria, mantém e faz frutificar o espírito missionário, tão próprio que é do povo lusitano. Auxilia e torna fecundas tôdas as outras obras de apostolado. É este espírito missionário que quiséramos evidenciar num momento em que a Igreja tanto necessita dêle para a evangelização dos povos. Temos a esperança de que o “Apostolado da Oração” em Portugal fará que volte e aumente entre seus filhos aquêlê entusiasmo de outras épocas pela conquista das almas para Cristo Nosso Senhor”.*

7 — Não se deveria falar das promessas do Sagrado Coração que Santa Margarida Maria de Alacoque nos refere.

— É inadmissível esta opinião, já que, com sua autoridade, a Igreja avaliza e aprova a historicidade de muitas revelações privadas. João XXIII, a 18 de fevereiro de 1963, disse: *“Se os Pontífices Romanos foram constituídos guardiães e intérpretes da Revelação divina, contida na Sagrada Escritura e na Tradição, para eles é também um dever recomendar à atenção dos*

fiéis — quando após maduro exame o julguem oportuno para o bem geral — as luzes sobrenaturais que Deus quer livremente dispensar a certas almas privilegiadas, não para preparar novas doutrinas, mas para guiar a nossa conduta”.

O mesmo João XXIII, em sua Carta Apostólica “*Inde a primis*”, de 30 de junho de 1960, diz significativamente: “*Nem os Romanos Pontífices incentivaram com menores benefícios o culto do Sacratíssimo Coração de Jesus, para estabelecer o qual plena e perfeitamente, e para propagá-lo por todo o orbe; tanto contribuíram as revelações feitas por Cristo Senhor Nosso a Santa Margarida Maria Alacoque, ao lhe descobrir o seu sacrosanto Coração. Mas os Romanos Pontífices tributaram tal culto e tão singulares honras com maravilhoso consentimento dos espíritos, de sorte que não só ilustraram sua força e natureza, como também o declararam legítimo e promoveram sua prática, publicando muitos documentos, por certo de público valor de magistério eclesiástico, aos quais puseram como coroa as três preclaras encíclicas compostas sobre esta matéria*” (Refere-se a “*Annum sacrum*”, “*Miserentissimus Redemptor*” e “*Haurietis aquae*”).

8 — Porém as revelações privadas não há razão para as crer...

— Responder-lhe-ei com alguns parágrafos de um escrito de Mons. Théas, Bispo de Tarbes-Lourdes, publicado na “*Revue des Deux Mondes*”, sobre a credibilidade das Aparições de Lourdes:

“O conhecimento religioso situa-se em níveis diversos... É uma aberração exigir-se, a propósito de tudo o que se diz na Igreja, uma adesão idênticamente absoluta, como os maximalistas da fé. Outra aberração igualmente grave é a de não aceitar senão os dogmas rigorosamente definidos, como pretendem os minimalistas da fé.

Em sentido estrito, portanto, por um ato de fé teologal eu não “creio” que Maria tenha aparecido em Lourdes; todavia, com uma certeza particular, nem puramente humana nem também sobrenatural, creio que efetivamente Maria apareceu em Lourdes. Trata-se de uma espécie de refração da fé teologal sobre um fato histórico que não pertence ao depósito revelado. Pôr em dúvida a autenticidade geral dos fatos seria, para um católico, impru-

dência e temeridade, sejam quais forem as suas exigências e a sua cultura intelectual.

A prudência convida-me à aceitação: pessoas qualificadas realizaram uma “enquête” precisa e direta: Mons. Laurence esperou quatro anos para, a 8 de janeiro de 1862, declarar que “a aparição reveste todos os caracteres da verdade, e que os fiéis podem, com razão e fundamento, acreditar-la certa”. À mesma coisa me levam o sentido da Igreja, sua liturgia, as intervenções solenes do Pontificado, os estímulos da Hierarquia, a adesão com que todo o povo fiel, com que a Igreja inteira aceitou o fato de Lourdes. Ainda mais: Lourdes ocupa um lugar tal na vida da Igreja contemporânea, que um crente se vê obrigado a afastar, nas suas origens, a ilusão e o engano, e a admitir em seu desenvolvimento uma evidente intervenção do Espírito-Santo.

Este ponto de vista, que constitui para o católico a certeza mais tranquilizadora e mais exigente a um tempo, só pode ser compreendido por quem olha a Igreja com os olhos da fé. A Igreja não é uma sociedade como as outras. É humana e divina ao mesmo tempo. Do homem lhe vêm os seus fracassos, os seus desvios, os seus pecados; de Deus lhe vem a salvação, a sua verdade, a sua santidade. Inspirada pelo Espírito de verdade, movida pelo seu instinto materno, a Igreja discerne o verdadeiro do falso; ela sabe o que é bom e o que é mau para seus filhos”.

Paralelamente, o mesmo pode dizer-se das revelações de Paray-Le-Monial e de Fátima.

9 — Dizem que estas revelações privadas não têm nenhuma autoridade teológica.

— Assim não opinam os grandes teólogos, nem é este o sentir da Igreja. O P. Dickmann, em seu trabalho *De Ecclesia*, ao discorrer sobre “Como devem ser cridas tais revelações?”, responde: “Trata-se da fé que se exige daquêle que recebe a revelação; naturalmente, esta fé não pode ser fé católica, com a qual cremos unicamente aquelas verdades que Deus revelou, e que o Magistério da Igreja nos propõe como verdades que devem ser cridas; mas é, sim, fé divina e, portanto, é ato de verdadeira fé teológica, visto que o assentimento se funda na autoridade de Deus, que afirma tal verdade; assentimento que deve prestar-se tão logo

como os motivos de credibilidade sejam suficientes e certos. E com fé divina podem abraçar tal revelação, e as verdades nela contidas, todos os que vierem ao conhecimento dela, ainda que lhes não haja Deus feito, a eles imediatamente, tal revelação”.

Se isto ocorre, em algum caso, em toda a história da Igreja, indubitavelmente deve-se concedê-lo às revelações de Santa Margarida, que, como nenhuma outra, desfrutam de uma quantidade de louvores e ponderações nos documentos pontifícios, quais não desfrutam, em todos os séculos, outras revelações privadas. Com todas as garantias da fé humana e da piedade, as revelações privadas são sinais visíveis pelos quais o Espírito-Santo quer demonstrar a sua assistência permanente à Igreja. São novas graças celestiais.

10 — Que há de certo na Grande Promessa das Nove Primeiras Sextas-feiras do mês?

— Historicamente consta ela de documentos fidedignos, reconhecidos e examinados pela Igreja, que, ademais, foram reiterados, na Bula de canonização de Santa Margarida Maria de Alacoque, pelo Papa Bento XV, a 15 de maio de 1920. Liturgicamente, a Igreja concedeu privilégios especiais e indulgências para a Comunhão das Primeiras Sextas-feiras do mês. Teologicamente, é-nos prometida a certeza da salvação eterna. Não se trata de uma certeza absoluta, infalível, indiscutível, a qual só se pode ter mediante revelação particular do Senhor. Trata-se porém, de uma certeza moral, humana, verdadeira garantia de segurança e de paz, com a máxima probabilidade, a que tira toda angústia. Assim como, com magníficas seguranças morais, eu não duvido do meu batismo, assim também, com inefável confiança posso esperar a graça da perseverança final, ainda que só tenha certeza moral praticando bem as Nove Primeiras Sextas-feiras do mês. Ou seja, que, com a previsão de uma infalível eficácia, o Senhor conceda a graça que assegure a salvação eterna.

11 — Nunca se viu que a Igreja instituisse uma festa litúrgica a propósito de revelações privadas.

— É totalmente indocumentada esta afirmação. O próprio Paulo VI, na “*Mysterium fidei*”, lembra algo que contradiz esta

presunida dificuldade: *“Desta única fé nasceu também a festa de ‘Corpus-Christi’, que, especialmente por obra da Serva de Deus Santa Juliana de Mont Cornillon, foi pela primeira vez celebrada na diocese de Liège, e que Nosso predecessor Urbano IV estendeu a toda a Igreja; e nasceram também muitas outras instituições de piedade eucarística que, sob a inspiração da graça divina, têm-se multiplicado cada vez mais, e com as quais, quase à porfia, a Igreja Católica se esforça para render homenagem a Cristo, ou para implorar a sua misericórdia”.*

Em vez dessas afirmações irreverentes, muito melhor é, ao considerar o culto ao Sagrado Coração de Jesus e a extraordinária missão da sua evangelista Santa Margarida Maria Alacoque, repetir e sentir o que sobre ela dizia João XXIII a 17 de outubro de 1962: *“Margarida Maria Alacoque era uma humilde monja, alheia a veleidades e pretensões, de coração sincero, aberto sem reserva alguma às efusões da Graça. O Senhor estimou essas disposições de angelical pureza, encantadora simplesmente e absoluta renúncia a todo cálculo humano... Ela recebeu o favor de extraordinárias revelações em relação com o sublime apostolado que o Mestre ia pedir-lhe: a devoção e glorificação dos mistérios de caridade do Sagrado Coração”.*

12 — Disseram-me que a devoção ao Coração de Jesus não era aconselhável porque tributava honra divina a uma criatura, ao adorar diretamente a humanidade de Cristo e, mais ainda, a alguma de suas partes.

— É esta a repetição exata de uma proposição, condenada, do Sínodo de Pistóia, proposição que repeliu êsse erro que pretende rebaixar o culto à humanidade de Cristo *“como se tal adoração, pela qual se adora a humanidade e a carne vificadora de Cristo, certamente não em razão de si mesma e como mera carne, mas sim como unida à divindade, fôsse honra divina tributada à criatura, e não mais propriamente uma só e mesma adoração com que é adorado o Verbo Encarnado com sua própria carne”.* Além disto, o magistério da Igreja desmentia que o culto ao Coração de Jesus fôsse considerado *“como se os fiéis adorassem*

o Coração de Jesus separando-o ou amputando-o da divindade, quando eles o adoram enquanto é o Coração de Jesus, isto é, o Coração da Pessoa do Verbo” (Enrique Denzinger, “El Magisterio de la Iglesia”, Editorial Herder, números 1.561-1.563).

13 — Há algumas outras definições da Igreja que esclarecem a falsidade desta acusação de “separação” e esquecimento da Pessoa de Jesus-Cristo na devoção ao Coração de Jesus?

— A Encíclica “Haurietis aquas” fala-nos da *“verdade de fé católica definida no Concílio Ecumênico de Éfeso e no II de Constantinopla”*. Pio XII remete-nos a São Cirilo e ao Concílio Ecumênico. Eis aqui os dois textos veneráveis: *“Se alguém ousar dizer que o homem assumido deve ser co-adorado com Deus Verbo e conglorificado... como um no outro... e se êsse não honra, mais propriamente, com uma só adoração, o Emanuel, e lhe tributa uma só glória visto que o Verbo se fez carne, seja anátema. (Denz. 120). “Se alguém disser que Cristo é adorado em duas naturezas, introduzindo assim duas adorações, uma própria de Deus Verbo e outra própria do homem; ou, se, negando a carne ou confundindo a divindade e a humanidade, ou afirmando uma só natureza ou substância..., assim adora Cristo, mas não adora uma só adoração o Deus Verbo encarnado com sua própria carne, conforme desde o princípio o recebeu a Igreja de Deus, êsse tal seja anátema”. (Denz. 221).*

14 — Em que consiste, pois, essencialmente, a devoção ao Coração de Jesus?

— Responder-lhe-ei com palavras de Pio XI na “*Miserentissimus Redemptor*”, na qual êle fala da *própria caridade de Deus que se nos apresentou para ser honrada com particular culto, manifestando esplêndidamente as riquezas de sua bondade por meio da piedade com que é venerado o Sacratíssimo Coração de Jesus*”. Pio XII reiterou êste ensinamento quando nos disse na “*Haurietis aquae*”: *“Jesus-Cristo possuiu um coração físico*

semelhante ao nosso, o qual, unido hipostaticamente à Pessoa Divina do Verbo, palpitou de amor e de outros afetos sensíveis com sentimentos de tal modo concordes e em harmonia com sua vontade humana transbordante da caridade divina, e com o mesmo AMOR INFINITO que o Filho tem em comum com o Pai e o Espírito-Santo, que nunca houve discrepância entre estes três amores”.

XII — PRÁTICAS MARIANAS

1 — Qual deve ser a devoção à Virgem, para não se incidir nisso a que modernamente se chama inflação mariana?

— Isso a que chamam “*inflação mariana*” não saiu de nenhuma alma de Deus, e sim de pessoas que usam uma linguagem muito irreverente. Numa alocução em 1954, Pio XII dizia: *Nunca receeis exaltar demasiadamente aquela que brilha na eternidade como a obra-prima de Deus, a mais maravilhosa das criaturas, espelho o mais esplêndido das perfeições divinas. Para ser a Mãe de Deus ela recebeu de seu divino Filho todos os dons de natureza e de graça. Eis por que o culto da Virgem, ao menos se é bem compreendido, longe de tirar o quer que seja à glória de Deus, eleva-se imediatamente até Ele, autor de todo bem, que assim a quis tão grande e tão pura*”.

2 — Parece que a psicologia moderna não se coaduna bem com a devoção à Virgem, e particularmente a juventude.

— O próprio Pio XII, na “*Mediator Dei*”, refuta estes factais equívocos: “*Sobretudo não permitais que — como ensinam alguns enganados a pretexto de renovação litúrgica, ou levianamente pretendendo que só os ritos da liturgia têm eficácia e dignidade — não permitais que o culto da Mãe de Deus, Virgem, sinal de predestinação, consoante o parecer dos santos, de tal sorte seja deixado de lado, mormente entre a juventude, que paulatinamente se esfrie e defina. Este modo de proceder só dá frutos envenenados, prejudicialíssimos para a vida cristã; rebentos de ramos infectados, mesmo que estejam numa árvore sã; há que cortá-los, para que a seiva vital da árvore só possa alimentar frutos suaves e ótimos*”.

3 — Mas isto era antes do Concílio...

— E no Concílio Vaticano II, quando do encerramento da terceira Sessão, assim falou Paulo VI: *“Declaramos Maria Santíssima Mãe da Igreja, isto é, Mãe de todo o povo cristão, tanto dos fiéis como dos pastores que lhe chamam Mãe amorosa, e queremos que de ora em diante a Mãe de Deus seja honrada e invocada por todo o povo cristão sob este gratíssimo título”*. O capítulo VIII da Constituição Dogmática sobre a Igreja é um resumo profundo e bellissimo sobre a SS. Virgem. Este é o sentir do Concílio.

4 — Eu havia entendido que estas correntes modernas que querem subestimar a devoção à Virgem eram o último grito da teologia.

— Nada disto. São tópicos rançosos e antiquadíssimos, completamente peremptos. São a repetição da doutrina jansenista contra o culto da Virgem. Basta repassar o livro *“Monita salutária”*, publicado na Alemanha em 1953, para se dar conta de que as sombras que alguns querem levantar contra o culto da Virgem foram extraídas daquele livro tão desgraçado. Leia e compare o que diz o autor das *“Monita salutária”* com algumas coisas que se publicam agora: *“Não empregueis mais tempo em me honrar, nem me façais mais orações do que a Deus... Não me honreis como a uma deusa subalterna... Não escandalizeis, nem confirmeis em seus erros os que estão fora da Igreja... Guardai-vos de me concederdes o quer que seja de hipérbole ou de excesso de zelo... Não os deixeis comover pelas hipérboles, pelas frases exageradas e pelas maneiras de falar de alguns santos... não ponhais vossa confiança em minhas imagens e estátuas, como fazem os pagãos, ainda que elas sejam milagrosas. Poder algum lhes está vinculado”*... Observe-se como a mercadoria que se apresenta como moderna é bolorenta e anacrônica.

5 — Li numa revista publicada em Catalunha: “O movimento mariano é, certamente, fecundo, fervoroso, próspero. Mas

não é excessiva a sua riqueza, não é febril a sua intensidade, não é algo patológico o seu desenvolvimento especializado?"

— Quando assim se escreve, parece que o melhor diagnóstico é lembrar o que nos diz São Luís Maria de Montfort sobre os devotos escrupulosos: *"Os devotos escrupulosos são gente que teme desonrar o Filho em honrando a Mãe;... vêem com pena que haja mais gente de joelhos diante de um altar de Maria do que diante do altar do SS. Sacramento. Como se uma coisa se opusesse à outra, ou como se os que rogam a SS. Virgem não rogassem a Jesus-Cristo por meio d'Ela... Dizem eles: Para que servem tantas devoções exteriores à Virgem? Há nisto muita ignorância! Isto é fazer da religião uma pantomima. Falai-me dos devotos de Jesus-Cristo; a Jesus-Cristo é que se deve recorrer;... isto é que é o sólido, e tudo quanto dizem é verdade em certo sentido; mas, atendendo à explicação que eles dão em suas palavras para impedir a devoção à SS. Virgem, isso é muito perigoso, e é uma fina rede que, a pretexto de um bem maior, o demônio lhes estende; porque jamais se honra tanto Jesus-Cristo como quando se honra Maria"*.

6 — Na mesma revista li: "A renovação cristã, em resumo, sabe quem é o Deus em que ela não crê, mas desconhece como é o Deus em que ela diz crer. Daí estar-se prescindindo de Maria... O esforço de autenticidade tem sido algo eficiente, em que pese a sua penúria de resultados positivos. Um vazio é sempre melhor do que um ídolo, e um ídolo sem rosto é preferível a um ídolo com rosto muito bem talhado" .

— O mesmo São Luís Maria de Montfort, em seu "Tratado da verdadeira devoção à Maria", classifica claramente tais opiniões: *"Os devotos críticos são, comumente, uns sábios orgulhosos, altaneiros e cheios de si mesmos, que, no fundo, têm alguma devoção a Maria, mas que criticam todas as práticas de devoção à SS. Virgem com que as pessoas ingênuas, singela e ternamente, honram essa terna Mãe, só porque não se acomodam ao critério deles. Põem em dúvida todos os milagres e histórias*

referidos por autores fidedignos... não saberiam ver sem dó a gente simples e humilde ajoelhada ante um altar ou imagem de Maria,... e até a acusam de idolatria; não gostam destas devoções exteriores; dizem que, nos seus louvores a Maria, os santos Padres falam como... oradores que exageram as coisas... Todos êstes devotos e gente orgulhosa e mundana são muito de temer, e causam grandíssimo dano à devoção para com a SS. Virgem, dela afastando os povos de uma maneira eficaz, a pretexto de destruir tais abusos”.

- 7 — Não se pode negar que há muita devoção supersticiosa à Virgem. Pecadores e gente que não pratica que lhe rezam. Se não se leva vida cristã, é preferível não rezar à Virgem.**

— Critério equivocadíssimo! Respondemos com o ilustre Padre Gallifet, quando, em seu “Tratado de devoção à Santíssima Virgem”, nos diz: “A imitação das virtudes de Maria não pertence à essência da devoção à SS. Virgem. Essa imitação é efeito dessa devoção, e um dos mais belos e proveitosos frutos da mesma. Se a essência da devoção a Nossa Senhora consistisse na imitação de suas virtudes, só poderiam ser devotas de Maria as almas justas e santas; e essa fonte e arca de salvação estariam fechadas para os pobres pecadores. Mas esta doutrina é contrária ao sentir da Igreja, a qual não somente chama a Maria, Esperança e Refúgio dos pecadores, como também a todos êles convida a recorrerem a Ela com ilimitada confiança... Não, por Deus, não mateis nunca a devoção à Virgem nas almas dos pobres pecadores. Que pecador há aí que ignore que não pode salvar-se sem renunciar ao pecado e sem fazer penitência? Mas a devoção à SS. Virgem é meio poderosíssimo para alcançar de Deus tão inefável graça. Isto, isto, isto é o que se deve dizer, o que se deve escrever, o que se deve pregar a todos em toda parte”.

- 8 — Mas as orações à Virgem por quem está em pecado mortal de nada servem.**

— São Luís Maria de Montfort pregava aos pecadores a prática da escravidão mariana “com fruto”. Sóror Maria de

Agreda responde: “Embora seja verdade que tôdas as obras boas feitas em estado de pecado são mortas e como que armas fráquissimas contra o demônio, no entanto sempre têm alguma congruência... Por êste caminho infinitas almas saem do pecado... por isto, os demônios são tão atormentados por seu próprio furor quando conhecem que algum pecador chama por esta grã Senhora ou dela se lembra; porque já sabem a piedade com que ela os admite, e que, tomando Ela a mão, faz sua a causa, e a êles não resta esperança nem alento para lhe resistir, antes logo se dão por vencidos e rendidos”.

9 — O folclore de tantas “Virgens” é algo que põe em conflito a crítica histórica e a devoção mariana.

— Um teólogo de tanta categoria como o Dr. Juan B. Manyá tratou êste problema com grande objetividade. Diz êle: “Convém distinguir entre crítica e hipercrítica. Esta costuma proceder tarada de um racionalismo irreconciliável “a priori” com tôda explicação ou fato sobrenatural. Mas a filosofia está muito longe de haver demonstrado a impossibilidade do milagre. A posição da crítica digna dêste nome não é de credulidade nem de ceticismo; ela aceita os fatos, quer sejam naturais quer sejam sobrenaturais, só e sempre quando garantidos por documentos fidedignos. Qualquer dessas imagens marianas que se veneram por aí nessas ermidas tem um histórico certo, que é várias vêzes secular. Nossos pais, nossos avós, todos os nossos ascendentes, desde vários séculos, acorreram aqui a esta capela e aqui rezaram, diante desta imagem, com uma sinceridade, com um fervor igual ou superior ao nosso... Só com estas considerações, indiscutíveis, de verdade histórica, e à margem de tôda narração mítica ou lendária, a Virgem do nosso torrão natal, p. ex., adquire um matiz patriótico, um sentido de coisa nossa, que nos faz preferir essa imagem, essa invocação mariana, a tôdas as restantes, embora, por outra parte, saibamos que entre elas não há diferença religiosa substancial... Esta devoção mariana popular, mesmo com todos os seus defeitos, é uma esperança sólida de restauração espiritual do nosso povo. No dia em que houver de realizar-se o ideal da ação católica, convém não esquecer isso. A devoção do povo às suas “Virgens” encerra possibilidades con-

soladoras... Concedemos maior importância a esta piedade mariana popular, apesar de suas imperfeições e materialismos, do que a outras devoções seletas e de maior sentido teológico; estas não penetram na alma popular como aquela penetrou; limitam-se ao sector de espíritos seletos. Também não têm aquela força que a tradição e o sentido pátrio dão; por isso, são menos operantes na alma popular. E, no final das contas, se a fórmula teológica essencial é: "Ad Jesum per Mariam", nosso povo já tem feita a metade dêsse caminho de salvação; aquela cuja meta é Maria".

10 — Em pleno tempo pascoal é um contra-senso consagrar o mês de Maio à Virgem. Mais próprio é que se viva o mistério pascoal.

— Quem isto diz cai naquilo que, em outros tempos, se dizia: ser mais papista do que o Papa. A Igreja sabe perfeitamente quais são as exigências e o âmbito da liturgia. Mas, sem oposição ao sentido litúrgico dêste tempo, não obsta, antes, pelo contrário, facilita-o, ao filial obséquio à Virgem durante o mês de maio. Na Encíclica "Mense Maio", diz-nos Paulo VI: "*O mês de maio é o mês em que, nos templos e nas casas particulares, do coração dos cristãos sobe a Maria a mais fervorosa e afetuosa homenagem da sua oração e veneração. E é também o mês em que do seu trono descem até nós os dons mais generosos e abundantes da divina misericórdia. Mui grata e consoladora nos é, portanto esta prática tão honrosa para a Virgem e tão rica de frutos espirituais para o povo cristão. Porque Maria é sempre o caminho que conduz a Cristo*".

11 — Dizem que insistir na devoção a Maria é um obstáculo para a união com os irmãos separados.

— Os últimos Pontífices viram na SS. Virgem a Mãe da unidade. O próprio Concílio, no capítulo oitavo, pede que "*todos os fiéis ofereçam súplicas insistentes à Mãe de Deus e Mãe dos homens para que Ela, que com suas orações assistiu à Igreja nascente... interceda também perante seu Filho para que as famílias de todos os povos... sejam felizmente congregadas, com*

paz e concórdia, num Povo de Deus". É muito conhecido o célebre "Manifesto de Dresde", no qual um grupo de teólogos protestantes da Alemanha Oriental declara eloqüentemente: "O culto da Virgem Maria, que remonta aos primeiros tempos do cristianismo, e que nunca foi abandonado pela Igreja Católica, conheceu um grande auge como consequência das revelações de Lourdes e de Fátima. Em Lourdes, em Fátima, em outros santuários marianos, a crítica imparcial acha-se em presença de fatos sobrenaturais que têm relação íntima com a Virgem Maria, seja por causa das aparições, seja por causa de graças milagrosas pedidas e concedidas por sua intercessão. Esses fatos desafiam toda explicação natural... Qual o sentido último desses milagres operados nos planos de Deus? Parece que, através desses fatos, Deus quer responder de maneira radical à incredulidade humana. Como, antes desses fatos, poderia um incrédulo perseverar de boa-fé em sua incredulidade? E nós outros, cristãos, evangélicos, podemos deixar de lado esses fatos sem fazermos exame de consciência?"

12 — É preferível rezar uma Ave-Maria bem rezada do que um Rosário mal rezado.

— Não vale a comparação. Mais vale comer uma sardinha fresca do que um frango envenenado: Porém, na realidade, é muito melhor um frango são e bem temperado do que uma sardinha que acaba de ser pescada. Mais vale um rosal com muitas rosas do que com uma só. Vale mais um Rosário bem rezado do que uma Ave-Maria bem rezada. Porque a oração alta é parente da oração longa, e, quando se diz tal, esse pretexto serve para justificar o não rezar o Rosário... E quiçá nenhuma oração.

O Dr. Manyá, ao estudar o possível automatismo da repetição das Ave-Marias, diz-nos que, *"ante nossos Rosários rezados freqüentemente com a alma distraída, Maria... profunda conhecedora da psicologia humana, sabe perfeitamente o esforço sobrenatural requerido pela atenção prolongada sobre os distantes objetos da fé, e... compadece-se da miséria da nossa condição, e agradece infinitamente os nossos esforços. E, quando em seus ouvidos soam aquelas Ave-Marias, rezadas automaticamente pela força da repetição, longe de se molestar com isso, sorri plácida*

e benigna; suas entranhas maternais transbordam de satisfação, como a mãe quando ouve a voz do filho que, ainda no estado de inconsciência da febre delirante, repete, repete sem cessar o nome de sua mãe”.

13 — Assim, pois, o Rosário continua sendo uma devoção atual na Igreja.

— Olhe, são atuais, plenamente atuais, as orientações do magistério de Paulo VI. Repare bem: a Encíclica “Ecclesiam suam”, que é uma apologia do Papado, a “Mysterium fidei”, exposição do dogma e do culto que devemos à Eucaristia, a “Mense Maio” e a “Christi Matri Rosarii”, dedicadas à Santíssima Virgem, e concretamente, ao Rosário. Nestas encíclicas pontificias recomendam-se as três devoções dos predestinados: o amor ao Papa, à Virgem e à Eucaristia. Ainda não havia reparado nisto?... E não será “conciliar” o que Paulo VI faz?

Além disto, o Rosário é atualíssimo, porque foi a devoção que a própria SS. Virgem, em Lourdes, em Fátima e em outras aparições, pediu. Quem não reza o Rosário todo dia não comete pecado, mas deixa de fazer uma coisa que a Mãe do Céu pediu. Por isto, não está à altura do seu Coração.

14 — Não acha que, nesta hora de ecumenismo, o Escapulário do Carmo não tem sentido, e inculca-se como um amuleto fetichista?

— De forma alguma. Justamente o contrário. Um documento de Paulo VI convencê-lo-á totalmente. Referimo-nos à Carta Apostólica, datada de 2 de fevereiro de 1965, pela qual Paulo VI constituiu o Cardeal Silva Henriquez, Arcebispo de Santiago do Chile, Legado Pontifício no Congresso Mariológico-Mariano Internacional de São Domingos.

Eis aqui uma passagem desse grande documento papal:

“Como eco de nossa voz, expressarás os nossos votos e exortações a todos os fiéis que ali se concentrarem em peregrinação, e em especial aos da América Latina e da República Dominicana;

escolhemo-los da Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II, de todo acordes com os nossos sentimentos: "Estimem-se as práticas e exercícios de devoção a Ela (a Virgem Maria) que ao longo dos séculos têm sido recomendadas pelo Magistério" (número 67), entre as quais cremos hão-de contar-se o Rosário Mariano e o uso devoto do Escapulário do Carmo. Esse mesmo escapulário costumava adornar o nobre peito dos heróis da América Latina, forma de devoção que, "POR SUA PRÓPRIA SIMPLICIDADE ACOMODADA A TODOS OS ENTENDIMENTOS, ADQUIRIU AMPLA DIFUSÃO ENTRE OS FIEIS, COM GRANDE FRUTO ESPIRITUAL".

15 — Mas esse gesto tem algum valor especial?

— Claro que sim. Para valorizar justamente este supremo testemunho, tenham-se presentes algumas circunstâncias: 1) Trata-se de um documento oficial, para um acontecimento transcendente como é um Congresso de doutrina e culto marianos, pelo qual o Papa se faz como presente na pessoa de seu Legado, a quem Sua Santidade manda que expresse publicamente seu modo de sentir neste particular; 2) O Papa cita um texto do Concílio Vaticano II em apoio e recomendação de *práticas e exercícios de devoção a Maria*, e entre estes inclui expressamente o Rosário Mariano e o Escapulário do Carmo, afirmando que eles estão *de todo acordes com nossos sentimentos*. 3) Tudo isto sucedeu no primeiro Congresso Mariológico-Mariano, no qual, juntamente com os católicos, tomaram parte alguns representantes dos irmãos separados.

16 — Porém os Papas e os historiadores sérios terão admitido as promessas que se atribuem ao Escapulário do Carmo?

— Recordemos a história e respondamos à pergunta. A 16 de julho de 1251, a Virgem Santíssima apareceu a São Simão Stock. Trazendo em suas benditas mãos o Escapulário da Ordem do Carmo, assim lhe disse: *"Este será privilégio para ti e para todos os Carmelitas. Quem com ele morrer não padecerá o fogo eterno, isto é, aquele que com ele morrer salvar-se-á"*. Esta gran-

de promessa recordava-no-la Pio XII em carta de 11 de fevereiro de 1950: *“Em verdade não se trata de um assunto de pouca importância, mas da consecução da vida eterna em virtude da promessa feita, segundo a tradição, pela SS. Virgem... Certamente, o Santo Escapulário é como uma vestidura mariana, penhor e sinal de proteção da Mãe de Deus”*.

Em 1316, a SS. Virgem apareceu ao Papa João XXII, dizendo-lhe que, no sábado seguinte à morte dos confrades do Carmo, ela desceria graciosamente ao Purgatório, se em vida êles cumprissem o seguinte: a guarda da castidade segundo o seu estado, e a recitação do Ofício, ou do Rosário, ou de sete Padre-nossos com Ave-Marias e Glórias.

João XXIII, o Papa da “Pacem in terris” e do Concílio Vaticano II, evocando seu antecessor João XXII, disse: *“A êle atribui a história a feliz idéia de se recitarem um Padre-nosso e uma Ave-Maria ao toque vespertino do sino; A ÊLE TAMBÉM CABE A PATERNIDADE DO PRIVILÉGIO SABATINO, TÃO PRECIOSO E TÃO QUERIDO PARA AQUÊLES QUE USAM O ESCAPULÁRIO DE NOSSA SENHORA DO CARMO”*.

A historicidade do Escapulário do Carmo tem garantias inelutáveis. Um grande crítico e conhecido historiador como o Padre Bartolomé F. M. Xiberta, O. Carm., pôde escrever: *“Creio que, depois da paciente busca e dos exames dos documentos, as teses formuladas contra a historicidade do Escapulário ruíram umas após outras... E mais: ousa afirmar que a visão de São Simão Stock, na qual se funda a devoção ao Santo Escapulário, está autorizada e valizada por documentos históricos tais, que a custo se pode aspirar a mais. Negue quem quiser a historicidade da visão de São Simão Stock; mas trate de não menosprezar coisa alguma com a vã confiança de assim agir movido por documentos históricos”*.

17 — Nestes nossos tempos torna-se um verdadeiro atraso fazer propaganda e distribuir medalhas da Virgem, especialmente a Medalha Milagrosa.

— É uma espécie de blasfêmia esta afirmação. A Igreja aprovou o uso das medalhas; e, particularmente, a Medalha Mi-

lagrosa tem origem celestial. A Virgem disse a Santa Catarina Labouré: *"É minha vontade que se cunhe uma medalha segundo esse modelo"*. É célebre a conversão de Afonso Ratisbona, precisamente por haver usado a Medalha Milagrosa. E este fato está certificado por uma declaração oficial do Vigário Geral do Santo Padre de Roma, e foi a origem da Medalha Milagrosa. São incontáveis os milagres experimentados pelo uso da Medalha, e verdadeiros escrúpulos racionalistas são o rejeitar o uso das medalhas. *"É o poder e autoridade de distribuir os tesouros do céu a quem, quando e pelo modo como mais lhe aprouver"*, diz São Bernardino de Sena. Nós outros repetimos com total confiança as palavras da Virgem a Santa Catarina Labouré: *"Tôdas as pessoas que usarem esta Medalha receberão abundantes graças e uma singular proteção da Mãe de Deus"*. E com tôda fé cremos, com o testemunho da Igreja, dos Pontífices e dos milagres, contra aquilo que a impiedade e as falsas autocríticas tolamente possam dizer-nos.

18 — Não se pode negar que muitas imagens da Virgem, de pobre feitura artística, desprestigiam a Igreja, e são uma vergonha por sua falta de estética.

— É de desejar que as imagens tenham tôda a beleza e arte possíveis. Mas cumpre nos lembrarmos de que as imagens têm uma finalidade principal: excitar a devoção dos fiéis. A finalidade da imagem religiosa não é fazer arte, é mover à piedade. É preciso procurar êstes dois objetivos; mas, no caso de um dos dois elementos ter de prevalecer, o elemento piedoso deve de estar acima do artístico. Seguramente que eram imperfeitas e pouco artísticas as estampas que tanta devoção propiciavam a Santa Teresa de Jesus e a Santo Inácio de Loiola. Sendo tão grandes, êstes santos eram almas simples que entendiam a linguagem das imagens sem se deterem em aspectos acidentais.

Recentemente ocorreu um fato de extraordinária significação. A 29 de agosto de 1953, na cidade de Siracusa, na casa número 11 da rua Orti de San Jorge, contínua à uma capela protestante, um casal de trabalhadores, Angel Iannusso e Antonietta Gusto, recebeu como presente de núpcias um quadro de relêvo em gesso, envernizado com uma camada de esmalte de di-

versas côres, ôco por dentro, representando o Coração Imaculado de Maria. Pendia dito quadro à cabeceira do tálamo matrimonial. A espôsa estava doente, e o marido era comunista militante. A 29 de agôsto, a imagem começou a chorar e a mulher sarou. Formou-se um tribunal, que recolheu mais de duzentos testemunhos. O exame médico das lágrimas demonstrou tratar-se de lágrimas de composição igual à das lágrimas humanas. Em pouco tempo registraram-se mais trezentas curas tidas como extraordinárias. Os Bispos da Sicília, em plenário, concluíram: *“Não se pode pôr em dúvida a realidade da lacrimação”*.

Na mesma cidade de Siracusa há artísticas estátuas de grande renome e de escultores célebres. Para operar maravilhas a Virgem não quis escolher nenhuma imagem sábia, nem, muito menos, abstrata. Escolheu uma imagem de série, um estuque...

19 — Tudo aquilo que não se funda na liturgia deve ser desprezado. Entre isso, em primeiro lugar, o falso pietismo que se respira nos santuários marianos.

— De forma alguma pode admitir-se êste critério. Medite-se o que disse Mons. Pierre Théas, bispo de Lourdes, prelado especialmente qualificado para tratar êste tema:

“Nenhum país tem direito de dizer: Nosso cristianismo é o verdadeiro. Guardemo-nos de pensar que nossa devoção à Virgem é a única verdadeira. E não vejamos uma degradação da piedade mariana naquilo que é simplesmente uma expressão diferente da nossa.

Há pessoas que, sendo cristãs e batizadas, habitualmente vivem à margem da vida religiosa, dela só se aproximando por motivo de alguma solenidade familiar, ou de alguma festa ou peregrinação. Estes cristãos marginais fazem, nessas circunstâncias, certos gestos religiosos —acendem velas, compram medalhas, bebem água na fonte milagrosa ou beijam com respeito a gruta das aparições —, mas ordinariamente não ajudam, com sua vida, a sua fé, nem têm uma habitual prática litúrgica e sacramental. Que deveria pensar-se dêsses gestos religiosos, dêsse recorrer a Deus no momento de uma necessidade, de uma doença, sem se haver lembrado d’Ele na vida ordinária?

Guardemo-nos dos juízos absolutos e sem matizes. Evitemos o desprezo que tudo condena e a frivolidade que tudo admira... por que condenar, em vez de procurar compreender? Nisto será mister ter em conta também o nível espiritual e a cultura religiosa, pois também neste terreno há quem muito tenha recebido e os pobres. Acaso a piedade mariana estaria reservada a um escol, aos que têm uma fé sólida e lúcida? Ou também poderá ser acessível à massa e possível para os cristãos de subúrbio?... Nessas multidões que vêm aos nossos santuários há mais confiança do que ciência. Teremos, porém, o direito, ante essas manifestações populares, de as ver como paganismo, formalismo e superstição?

Evidentemente, a Constituição conciliar sôbre a liturgia fixou regras para uma verdadeira participação na liturgia. Mas não podemos repelir nem condenar os que guardam os antigos costumes. Haverá que respeitar a piedade popular, embora não a achemos conforme aos nossos gostos e, inclusive, não resulte ela fiel às recentes orientações litúrgicas. Esses gestos, que nos surpreendem e incomodam, são expressão de verdadeiro amor. Mais do que deter-lhe o impulso não convirá procurar orientá-lo para um descobrimento mais profundo do mistério pascoal?

É necessário despertar e educar a fé desses marginais, para o quê será preciso cercá-los de respeito e afeto. Que a insuficiência e a imperfeição de suas atitudes religiosas, em vez de nos afastarem deles, nos aproximem, e nos inspirem, com relação a esses, um humilde serviço de amor”.

20 — A intimidade da fé religiosa refuge a manifestação externa. Uma das exigências da nova linha do Concílio é a eliminação de peregrinações, concentrações multitudinárias, romarias, etc.... Assim o sente Paulo VI.

— É totalmente inconsistente esta opinião. Paulo VI, pessoalmente, foi em peregrinação a Fátima e a Éfeso.

Os Santuários Marianos do mundo todo estão no seu coração. Por ocasião do Congresso Internacional de Diretores de Peregrinações a Santuários Marianos, o Santo Padre recebeu os congressistas a 25 de outubro, e, entre outras, dirigiu-lhes as seguintes palavras:

“Uma saudação paternal a vós, caros diretores de Peregrinações da França e de outros países, chegados a Roma para dedicardes várias jornadas de trabalho e de estudo ao tema “Peregrinação e Povo de Deus”. De todo coração vos animamos nos vossos esforços para vos conhecerdes melhor, e para trataresdes em comum as vossas experiências e o resultado de vossas atividades.

Todos vós, caros filhos e filhas, fazeis parte do Povo de Deus em marcha para a cidade futura de Maria, Mãe de Jesus e Mãe nossa, sinal da nossa esperança, que nos atende e nos chama.

Em nome de seu Filho, que Nos escolheu para ser seu humilde Vigário, a todos e a cada um damos uma larga e afetuosa bênção apostólica”. (“El Pilar”, 3-XII-1957).

No mesmo Congresso de Diretores de Peregrinações, celebrado em Roma, de 22 a 26 de outubro de 1967, foram adotadas as seguintes conclusões:

“1.º — Toma nota (o Congresso) de uma mentalidade que existe em certa parte do clero e em determinado escol de leigos e cristãos, empenhados numa ação apostólica sôbre as peregrinações, com excessiva freqüência consideradas como “marginais” na Igreja, e que, efetivamente, parece se situarem em contracorrente a tôda a pastoral de hoje, visto se moverem numa moldura especificamente, arrancarem os cristãos de seu ambiente vital, encontrarem sua motivação no culto da Virgem e dos santos, e tenderem a criar uma comunidade passageira e universal, fora da vida ordinária.

2.º — Atesta o lugar privilegiado, de sempre, das peregrinações na história do Povo de Deus e na tradição da Igreja, e a sua adequação com a civilização do turismo.

3.º — Considera, numa perspectiva de fé, que as peregrinações e os santuários se situam na linha carismática de uma intervenção de Deus na história humana, e de um chamamento do Espírito à piedade e à penitência, dirigida, por mediação da Virgem ou de outro santo, a todo o Povo de Deus, chamamento autenticamente reconhecido, e levado em conta pela mediação maternal e sacramental da Igreja de Cristo.

4.º — *Precisa que as peregrinações consistem essencialmente num passo comunitário e pessoal, ao mesmo tempo que de oração e de penitências, e numa união que tende a agrupar os batizados de tôdas as procedências e de todos os meios numa “comunidade em estado de graça”, sinal vivente e tangível do “Povo de Deus em peregrinação na terra e em marcha para o Reino”.*

5.º — *Considerando a grande quantidade de cristãos não comprometidos ou não praticantes que amiúde compõem as peregrinações, insiste na necessidade de uma catequese adaptada a todos, até mesmo aos mais necessitados, e de uma pastoral que se insira de modo complementar nas outras formas da pastoral de conjunto da Igreja, a qual a todos permita descobrir a importância da oração e da penitência na vida quotidiana, para o cumprimento de suas tarefas humanas e apostólicas.*

6.º — *Faz votos para que todos os sacerdotes se dêem conta da importância das peregrinações na vida da Igreja, e da oportunidade que elas lhes oferecem de exercerem plenamente o seu sacerdócio e de a difundirem, na sua dupla qualidade de peregrinos e de guias do Povo de Deus, educadores da piedade e pregadores da Palavra, instrumentos de santificação pelos Sacramentos da Penitência e da Eucaristia, assim ajudando eficazmente os peregrinos a receberem a mensagem e a graça próprias de cada santuário, e a conseguirem um autêntico ajustamento e uma inscrição total de sua vida na vida da Igreja e do mundo”.*

Jamais o homem teve tanta necessidade de concentração espiritual, e é nas peregrinações que êle encontra tempo para pensar e para rezar, para se sentir membro da Igreja e para a amar. Depois de uma visita a um santuário, esta se prolonga benêficamente nas atividades de sua vida ordinária, e a lembrança da peregrinação é como que um “sangue nôvo” para sua fé, para sua esperança e para sua caridade.

21 — Qual é o sentido da devoção à Virgem nos tempos modernos?

— Exatamente o que está revelado no capítulo III, versículo 15, do Gênese: “Inimizades porei entre ti e a mulher, e entre

a tua raça e a descendência d'Ela; Ela te esmagará a cabeça, e tu andarás espreitando-lhe o calcanhar". Pio XII rubricou, com seu magistério pontifício, esta realidade: "Nas magnas lutas espirituais destes tempos, em que os partidários de Cristo e seus negadores se acham confundidos na multidão, a devoção à Mãe de Jesus é uma pedra de toque infalível para discernir uns de outros... Esta tendência para honrar e amar a SS. Virgem... deve ser considerada como o sinal e o distintivo particular da verdadeira fé e da verdadeira doutrina".

22 — Chegada é a hora de se desprender das jóias do Pilar e de outros Santuários e igrejas. Com isso podem-se custear vivendas para operários, escolas para crianças pobres, etc., etc.

— Digno do maior elogio é o zêlo em favor das vivendas e das escolas para operários. É uma exigência social de primeira necessidade. Para isto faz-se mister buscar remédios de longo alcance e continuidade.

As jóias que há no Pilar, e em outros santuários, na realidade não são propriedade da Igreja. Foram entregues por legítimos donos, e a Igreja é a administradora e depositária de tais oferendas. À primeira vista não se vislumbra com que razão possam dedicar-se ditos óbolos a uma finalidade alheia à intenção dos doadores. A história também não é parca em demonstrar que a utilização dos bens eclesiásticos haja servido para o bem do povo. A desamortização espanhola, realizada por Mendizábal, só serviu para fomentar fortunas vultosas e capitalistas que, precisamente, não se têm distinguido nem pela justiça social nem pela prática da caridade.

A solução mais coerente parece esta: correspondendo ao maravilhoso espírito da Igreja dos pobres, de que nos falou o bom Papa João, seria um testemunho evangélico que padres e religiosos, pessoalmente, praticassem, com exigências missionária, a maior pobreza. Mais do que a venda de jóias e preciosidades dos nossos templos, que, uma vez vendidas, teriam terminado a sua rentabilidade e melindrariam sentimentos mui dignos de ser levados em conta, exemplarizará que as comunidades religiosas e sacerdotais renunciem ao fumo, a viagens em primeira classe, a

comodidades desnecessárias, a gastos inúteis. Uma só comunidade de trezentos religiosos calcula-se gaste sessenta mil pesetas anuais em fumo. A mudança de hábito de uma congregação religiosa ascendeu a doze milhões de pesetas — 4.000 pesetas por indivíduo. — E, assim, outros “minúcias”. Realmente, esta entrega mensal de donativos em favor de vivendas e escolas operárias, por parte de padres e religiosos, teria uma eficácia de incalculável valor para solucionar êsses problemas sociais, sem a violência de sofisticar a vontade daqueles que ofereceram seus ex-votos para o culto do Senhor e por amor à Virgem.

XIII — EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS

1 — É atual para os homens de hoje a prática dos Exercícios Espirituais?

— Responder-lhe-ei com palavras do Cardeal Montini, em julho de 1962: *“Não há — parece-me — na história da vida e da experiência humana, época que distraia tanto os homens como a nossa, que tanto os afaste do foco central dos seus verdadeiros interesses. Fala-se, inclusive, de alienação ... pois bem: os Exercícios Espirituais querem, num momento dado, fazer-nos viver conosco mesmos, e dar-nos o sentido da nossa consciência, do nosso destino, daquilo que verdadeiramente somos, da nossa responsabilidade; e fazem-nos descobrir êsse silencioso, mas premente, colóquio que se faz ouvir em nossa alma: Olha! Eu não me havia dado conta de que Deus dispõe isto e aquilo! de que o Senhor está aqui com sua verdade, com sua palavra, com sua graça, com suas consolações! e eis aqui todo um mundo que me escapava, e agora ... agora que estou no meio do fogo, neste cone de luz que são os Exercícios Espirituais, êste mundo se me revela, e é estupendo!”*.

2 — É atual para os homens de hoje a prática dos Exercícios?

— Certamente. À Federação Nacional Belga dos “PATROS”, a 25 de julho de 1963 dizia-lhes êle:

“Fidelidade ao vosso “estatuto espiritual”: prática da oração, da direção, da leitura espiritual, e, sobretudo, prática dos EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS anuais. Que imenso proveito para nossas almas, que edificação para vossos irmãos, nesses três dias de silêncio total, no qual muitos de vós, cada ano vão-se pôr à

escuta de Deus, refazer suas forças para mais valentes tornarem aos embates da vida! A fidelidade aos exercícios interiores é a garantia do progresso da alma, o penhor de uma atividade feliz e fecunda no serviço da Igreja e de vossos irmãos”.

3 — Os Exercícios Espirituais também servem para os operários?

— Para os operários e para toda sorte de homens. A *Mens nostra*, de Pio XI, fala definitivamente sobre esta questão. O próprio Paulo VI insistiu sobre a necessidade do apostolado de Exercícios para os operários. Pode-se ler em “*L’Osservatore Romano*” de 1-1-63:

“Fazemos nossos os sentimentos de nossos predecessores, de venerada memória, para com a Obra dos Retiros de Perseverança, manifestando a nossa complacência pelo bem que ela tem realizado e ainda realiza, e desejamos que a própria Obra encontre ampla e fiel acolhida especialmente no meio operário, ilumine com sua luz as consciências, conforte-lhes as fadigas infundindo-lhes valores espirituais, alimente-lhes e sustente-lhes os propósitos bons e generosos, abra-lhes os corações a serenitas esperanças para a vida presente e para a vida futura. A estes desejos somamos a invocação de copiosas graças para os promotores da Obra e para quantos queiram experimentar-lhe a ação benéfica, e a todos concedemos a nossa bênção apostólica”.

4 — É preciso repetir os Exercícios?

— Assim o preceitua o Direito Canônico para sacerdotes e religiosos. Paulo VI também esta conosco para a repetição dos turnos. De uma alocução sua publicada em “*L’Osservatore Romano*” de 23-IX-63 são estes parágrafos:

“E que dizer do grupo de trabalhadores da Toscana que assistiram a uns Exercícios Espirituais? Belíssima iniciativa essa, que, afortunadamente, vai-se estendendo também na classe trabalhadora. A este respeito lembramos uma palavra do nosso veneradíssimo predecessor Pio XI, de preclara memória, quando

o Papa atual teve o prazer de lhe apresentar um grupo de estudantes universitários que precisamente haviam terminado uns Exercícios Espirituais, então não tão difundidos e aceitos como o são agora. Disse Pio XI com grande elogio e consôlo: Fazei-os de novo. Isto é: estenda-se cada vez mais o providencial costume que dá ao mundo moderno a fortuna de poder, a qualquer momento, afastar-se, recolher-se, escutar-se a si mesmo e a Deus, longe do fragor da vida quotidiana, das máquinas, dos interesses da nossa existência febril, exterior, que — para empregarmos um termo ora muito em voga — nos alinha, nos despersonaliza, nos esvazia de nós mesmos. Estar com sua própria alma, estar com Deus, é um descanso e uma fortuna que o coração precisamente deseja, já que dêle tanta necessidade tem.

Portanto, o Santo Padre, ao mesmo tempo que elogia a diligência daqueles que realizam a piedosa prática dos Exercícios Espirituais, exprime o seu desejo de que ela se estenda cada vez mais, mesmo para os que já uma vez experimentaram a alegria e a fortuna de realizá-los, e que, portanto, não terão necessidade de recomendação para os repetir, e com sumo proveito”.

5 — Convém que os movimentos apostólicos pratiquem os Exercícios Espirituais de Santo Inácio com a observância estrita do silêncio?

— Responde o atual Cardeal Feltin, Arcebispo de Paris:

“Os nossos movimentos de Ação Católica desde o começo compreenderam a importância dos Exercícios Espirituais. Têm-nos organizado frequentemente para seus membros. Mas não terá sido demasiado amplo o método nos mesmos empregado? ÀS VÉZES NÃO SE TÊM CONFUNDIDO OS EXERCÍCIOS PRÓPRIAMENTE DITOS COM TEMPO OU SESSÕES DE ESTUDO? NÃO TÊM OS EXERCÍCIOS PERDIDO SUA EFICÁCIA PROFUNDA POR SE HAVER ENCURTADO DE MAIS O SILÊNCIO PROLONGADO, O ÚNICO QUE PERMITE A REFLEXÃO PESSOAL E O TRATO COM DEUS? NÃO SE TEM TIDO MÊDO DE ENFRENTAR AS ALMAS COM AS VERDADES ESSENCIAIS, RECEANDO QUE EXIGÊNCIAS UM POUCO SEVERAS AFASTEM AS BOAS VONTADES? Ora, — (homens, e entre eles uns trinta

professores e médicos, passaram, desta maneira, seis dias num silêncio completo, fazendo os Exercícios Espirituais de Santo Inácio com o fervor e uma fidelidade admirável) — êsses reconheceram que UM DOS BENEFÍCIOS QUE ÊLES MAIS HAVIAM APRECIADO TINHA SIDO ESSE SILÊNCIO COMPLETO EM QUE ESTIVERAM MERGULHADOS DURANTE SEIS DIAS, E QUE LHE PERMITIU A REFLEXÃO SÉRIA SOBRE SI MESMOS, POR SOB O OLHAR DE DEUS”.

6 — Ocupar-se da própria salvação, é isto um obstáculo à ação apostólica, à ação temporal que a Igreja reclama?

— Responde o mesmo Cardeal Feltin:

“Nossos Exercícios de Ação Católica têm acentuado legitimamente a meta do apostolado. Têm pretendido fazer conhecer melhor aos militantes a missão que lhes incumbe com respeito aos seus semelhantes. Com razão têm-no feito!

Se o velho cantar: “Tenho uma alma que não morre; tenho uma alma para salvar...” parece esquecer este aspecto apostólico, e, dêste ponto de mira, merece alguma crítica, porventura não tem havido tendência para desestimar que o pensamento que ele encerra não é de todo inexacto?

ACASO ESTA PREOCUPAÇÃO DE APOSTOLADO NÃO TEM GERADO UM ATIVISMO QUE NÃO PERMITE À ALMA, MESMO DURANTE OS EXERCÍCIOS, PREOCUPAR-SE COM SUA PRÓPRIA SALVAÇÃO? PENSA ELA NOS OUTROS, FALA DOS OUTROS, CHEGA, NISSO, A NÃO SE OLHAR A SI MESMA, A NÃO TER UMA CONSCIÊNCIA CLARA DO SEU DESTINO ETERNO, DAS SUAS MISÉRIAS E DA SUA REFORMA PESSOAL, O QUE, TUDO, DEVERIA CONSTITUIR A SUA PREOCUPAÇÃO PRIMEIRA? ACASO AS RESOLUÇÕES QUE ELE TOMA AO TERMINAR OS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS, INTEIRAMENTE ORIENTADAS PARA O APOSTOLADO, NÃO RESULTAM INSUFICIENTES PARA A SUA PRÓPRIA VIDA ESPIRITUAL, SEM A QUAL, NO ENTANTO, TÓDA ATIVIDADE APOSTÓLICA SERÁ INTEIRAMENTE VÁ?... Queremos

alertar todos contra aquilo que às vezes nos parece ser uma alteração dos Exercícios Espirituais: queremos ensinar os sacerdotes e os fiéis militantes a NÃO TEREM MÊDO NEM DO SILÊNCIO PROLONGADO DE UNS VERDADEIROS EXERCÍCIOS, NEM DO OLHAR LEAL E PROFUNDO A SI MESMO, ÀS VERDADES ETERNAS”.

- 7 — Numa publicação da Ação Católica li o seguinte: “A educação cristã exige etapas, e a primeira é aquela a que podemos chamar pré-evangélica, de preparação, de desenvolvimento da pessoa, de melhoramento das faculdades humanas”. E em outro lugar acrescentava-se: “O mundo salvar-se-á com a ação temporal...”.

— A isto respondia Pio XI, por ocasião da Semana Social de Versalhes: “*A IGREJA NÃO EVANGELIZA CIVILIZANDO, E SIM CIVILIZA EVANGELIZANDO*”.

À Ação Católica Italiana dizia Pio XII em 1951: “*O desenvolvimento da vida religiosa supõe certo número de sadias condições econômicas e sociais. Mas isto não nos permite concluir que a Igreja deva começar deixando de lado a sua missão religiosa, e procurar antes de tudo aliviar as misérias sociais. Se a Igreja sempre se esforçou por defender e promover a justiça desde os tempos apostólicos, tem cumprido a sua missão de santificação das almas e de conversão exterior, ainda mesmo frente aos mais graves abusos sociais, procurando lutar contra êsses males, persuadida de que as forças religiosas e os princípios cristãos são o melhor meio para alcançar a cura*”.

João XXIII diz, na “*Mater et Magistra*”: “*O aspecto mais sinistramente típico da época moderna consiste na absurda tentativa de querer reconstruir uma ordem temporal sólida e fecunda prescindindo de Deus, único fundamento sobre o qual ela sustenter-se*”. E acrescenta: “*Certamente a Igreja, em todos os tempos, tem ensinado, e continua ensinando, que os progressos científico-técnicos e o conseqüente bem-estar material são bens reais... Devem êles, porém, avaliar-se... como bens instrumentais... Qual aviso supremo ressoa a palavra do Mestre Divino: “Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro se perder sua alma?” Ou que poderá o homem dar em troca de sua alma?”*

8 — Parece que os Exercícios Espirituais de Santo Inácio devem ser ministrados unicamente para minorias.

— Não é este o pensamento dos Papas, e concretamente o de Paulo VI, conforme já indicamos em resposta anterior. Pio XI, o Papa da Ação Católica, diz taxativamente:

“SE A MAIORIA DOS FIÉIS CRISTÃOS EMPREGASSEM DILIGENTEMENTE ESSE INSTRUMENTO DE SANTIDADE — OS EXERCÍCIOS IGNACIANOS, — PODER-SE-IA CONFIAR EM QUE EM BREVE, SUFOCADA TÔDA COBIÇA DE INTEMPESTIVA LIBERDADE, E RESTABELECIDA A CONSCIÊNCIA E A OBSERVÂNCIA DO DEVER, A SOCIEDADE HUMANA DESFRUTARIA FINALMENTE DO APETECIDO PRESENTE DA PAZ”.

Ou seja: os Exercícios Espirituais não formam *“homens de sacristia”*, senão que são um meio providencial de forjar apóstolos, um meio de ação social verdadeira, de paz. Não basta que alguns pratiquem os Exercícios. Convém que seja o mor número. Pio XI queixava-se, um dia, do lema *“poucos e bons”*. Se, para iniciar os grandes empreendimentos, bastam *poucos e bons*, chega o momento em que a massa é necessária para atuar... Também a massa tem sua importância. Esta sempre terá necessidade de ser animada e dirigida, mas, em definitivo, só ela pode ganhar vastas e sólidas posições. O mesmo Pio XI repetia que *“o número é o multiplicador do bem”*. E também declarava: *Posto que não seja o principal, o número tem sempre sua importância e sua grande beleza... O número dos homens católicos faz de multiplicador da verdade católica”*.

Através dos Exercícios Ignacianos eles se transformarão em melhores cristãos, em mais apóstolos aptos para os trabalhos de Ação Católica, fervorosos auxiliares da Paróquia. E também operários ativíssimos da ação temporal querida pelo Papa João XXIII na *“Mater et Magistra”*:

“Quando, nas atividades e nas instituições temporais, se garante a abertura aos valores espirituais e aos fins sobrenaturais, reforça-se nêles a eficiência a respeito dos seus fins específicos e imediatos”.

Tudo isto reafirma o que redondamente afirmava Pio XII a 2 de outubro de 1948:

“OS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS DE SANTO INÁCIO SERÃO SEMPRE UM DOS MEIOS MAIS EFICAZES PARA A REGENERAÇÃO ESPIRITUAL DO MUNDO E PARA A SUA RETA ORDENAÇÃO, MAS COM A CONDIÇÃO DE CONTINUAREM A SER AUTÊNTICAMENTE IGNACIANOS”.

9 — Insiste-se muito em que o mais importante é o “humanismo cristão” e a “ação temporal”.

— Estas legítimas metas são uma pura ilusão e um ativismo, que não dá nenhum fruto verdadeiro quando se prescinde da vida interior.

Mui claramente no-lo disse João XXIII: *“Aqui está o segredo da fecundidade espiritual de toda atividade, de toda forma de apostolado, e o ponto de partida para a renovação tanto das consciências como da vida organizada, renovação que de tantas partes se invoca. Quando se presumisse conseguir essa transformação somente com os meios humanos, mesmo lícitos e bons, conseguí-la — queremos dizer — com os dotes do engenho e da palavra, com um ativismo inconsiderado, sair-se-ia do caminho. Deve a ação exterior proceder de um fundo intimamente impregnado de graça divina, da frequência dos santos sacramentos da confissão e da comunhão, da oração contínua, transmitida e realizada, depois, na caridade. Só então a ação produz seus frutos, que não são o rebento efêmero de um momento, mas sim a eficácia de uma força interior, alimentada nas próprias fontes da vida de Deus”*. E, para isso, João XXIII, o Papa da “Mater et Magistra” e do Concílio Ecumênico Vaticano II, comprazia-se em propor, para a “formação interior, cultural e apostólica”, como “condição primeira”, a prática dos Exercícios Espirituais. Este é, portanto, o pensamento da Igreja.

10 — Há pouco vieram-me às mãos umas fôlhas mimeografadas onde se falava de fracasso de umas turmas de Exercícios, e onde se substituíam os Exercícios por umas palestras entremeadas com fogos de artifício e eliminação do Ro-

sário. Dizia-se ali que a juventude de hoje não é apta para os Exercícios, por incapaz de uma reflexão séria, por sofrer de cansaço psicológico, e por falta de base humana. E por outras razões de tanto pêso como estas . . .

— Muito mau conceito fazem da juventude atual esses supostos e malogrados diretores de turmas, segundo sua própria confissão. Exatamente ao revés fala Paulo VI. Eis aqui a transcendental carta ao Cardeal Cushing, Arcebispo de Boston, datada de 25 de julho de 1966, na qual êle lhe diz:

“De todos os vários métodos recomendáveis para levar a efeito retiros para seculares, o método baseado nos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loiola, desde a sua aprovação pelo Papa Paulo III em 1548, é mais utilizado. Não obstante, os diretores de Exercícios nunca devem deixar de aprofundar a sua compreensão da riqueza doutrinal e espiritual do texto ignaciano, e de exprimir estas riquezas nos termos da teologia do Concílio Vaticano II. Não devem os Exercícios converter-se num estudo de documentos conciliares, mas o diretor deveria apresentar o discernimento dos Exercícios, ou de qualquer outro método que se utilize, num contexto teológico familiar ao secular moderno.

Sem embargo, erro sério seria diluir os Exercícios Espirituais com inovações que, embora boas em si, reduziriam a eficácia de um retiro fechado. Atividades tais como “enquêtes” religiosas e estudos de sociologia religiosa têm seu lugar na Igreja, mas êste lugar não é num retiro fechado, onde a alma, a sós com Deus, vai generosamente ao encontro d’Êle, e de modo maravilhoso fica por Êle fortalecida e iluminada.

De tais almas tem o mundo grande necessidade, como diz a Constituição Conciliar da Igreja no Mundo Moderno: “A natureza intelectual do homem aperfeiçoa-se pela sabedoria, e necessita desta perfeição. Porque a sabedoria atrai suavemente a mente humana à indagação e ao amor do que é bom e verdadeiro. Impregnado pela sabedoria, através das realidades visíveis o homem passa às invisíveis. Nossa era necessita de tal sabedoria mais do que as idades pretéritas, se os descobrimentos feitos pelos homens devem continuar humanizando-se. Porquanto o fu-

turo do mundo periga enquanto não houver homens mais sábios... Finalmente, é pelo dom do Espírito-Santo que, mediante a fé, o homem chega à contemplação e à apreciação do plano divino". ("Gaudium et Spes", n.º 15).

Além disto, que em alguns dias de convivência não se fale de Nossa Senhora nem se anuncie a recitação do Santo Rosário, isto demonstra um desconhecimento lamentável do que na realidade é a vida cristã. Com toda força repetimos a luminosa sentença de São Luís Maria de Montfort: *"Quem não tem Maria por Mãe não tem a Deus por Pai"*. E será que se ama de verdade Maria quando nem se faz menção d'Ela e nem se reza o Rosário?

11 — Os Exercícios são indicados para formar militantes operários?

— Expressamente o disse Pio XI na *"Mens nostra"*. O grande apóstolo da J. O. C., Cardeal Cardijn, com sua grande autoridade nesta matéria, diz-nos:

"Ensinou-me a experiência que os Exercícios que se afastam dos de Santo Inácio não formam os jovens de luta, quais os necessitamos. Por isto eu prefiro que os militantes da JOC pratiquem os Exercícios segundo o método ignaciano".

12 — Mas, depois do Concílio, continua a urgência e a necessidade da prática dos Exercícios?

— Exatamente. Como um dos melhores meios para viver os ensinamentos conciliares. A 29 de dezembro de 1965, encerrado o Concílio, Paulo VI pronunciou uma alocução de extraordinária importância, e apresentou os Exercícios Espirituais Ignacianos como a pregação mais eficaz. Foram as seguintes as suas palavras:

"Necessário é, especialmente na Itália, dar à pregação — não à pregação afetada, não à pregação panegirística ou de ocasião, e sim à pregação que tende a transfundir a palavra e a entranhá-la na alma — uma expressão mais forte, mais eficaz,

mais persuasiva do que ela a teve até agora. E sabemos que a pregação mais eficaz é precisamente a dos Exercícios Espirituais. Já o é, mas quanto deve ainda desenvolver-se, ou seja no conteúdo. Ai! se os Exercícios Espirituais, por terem aquêlê paradigma maravilhoso e magistral que lhes deixou Santo Inácio, viessem a parar numa repetição formalista, e — eu diria — preguiçosa, dêste esquema! Deve-se ver a profundeza de doutrina que êste esquema contém, a riqueza espiritual que dêle promana, a applicabilidade enorme que êle descobre. Portanto, é tôda uma reelaboração dos Exercícios Espirituais o que devêras desejamos que os nossos bons sacerdotes saibam realizar”.

13 — Os Exercícios Espirituais de Santo Inácio são aptos para todos?

— São-nos de tal maneira, que a prática dos mesmos deveria ser um costume do povo cristão, diz Paulo VI. Mas pode êste saborear tôda a fôrça das metas assinaladas pelo Sumo Pontífice, como sejam:

“E, além disto, uma extensão numérica. Quantos são os bons católicos que fazem Exercícios Espirituais? Aqui, infelizmente, devemos reconhecer que na Itália estamos mais atrasados do que em outros países. Se perguntássemos: categoria de estudantes: quantos são os estudantes universitários que fazem os Exercícios Espirituais? Eu poderia fornecer algumas estatísticas, porque as tenho acompanhado bastante; mas são estatísticas que, na verdade, deixam o coração um pouco desiludido. Enquanto temos outros países, tipo Espanha, onde se contam aos milhares os que fazem Exercícios Espirituais, aqui êles se contam por dezenas. Devemos difundir esta fonte de salvação e de energia espiritual, devemos possibilitá-la a tôdas as categorias: aos adolescentes, à juventude, aos operários, estudantes, estudiosos, pessoas cultas, doentes, etc., etc. Êste momento de intensidade e de reflexão sôbre temas religiosos, que é justamente o que caracteriza os Exercícios Espirituais, deve chegar a ser um costume do povo cristão, muito, muito mais difundido e muito mais fomentado do que o tem sido até agora”.

14 — Apesar de tudo, até mesmo de padres tenho, às vêzes, ouvido dizer que os Exercícios de Santo Inácio são passivos, e pouco indicados para as gerações atuais.

— Não se pode evitar que se digam coisas singulares e absurdas. Mas, esta não é nem a realidade, nem a experiência, nem o pensamento de Paulo VI. A 12 de agosto de 1966, em Castlegandolfo, Paulo VI dizia ao Revmo. P. Geral da Companhia de Jesus, numa audiência que lhe concedeu:

“Os Exercícios Espirituais de Santo Inácio devem ter-se em muita conta, pois são raiz e fonte da vossa espiritualidade e ótimo meio de apostolado. Dizem que alguns duvidam da atualidade e eficácia dos Exercícios nos tempos presentes; mais ainda, dizem que, entre os próprios membros da Companhia não falta quem os menospreze. Quão tremendamente êsses erram! Estando, como estão, arraigados no puro espírito do Evangelho, ainda agora devem êles ser tidos como utilíssimos e eficacíssimos. Oxalá êles se difundam mais e mais cada dia! O serviço prestado à Igreja, pela Companhia, com os Exercícios, dificilmente pode ser bastante louvado. É mais claro do que o sol que, como outras coisas hoje na Igreja, os Exercícios devem ser adaptados aos tempos modernos. Eu desejaria que se difundissem edições ótimas e bem editadas do livro dos Exercícios, como também de biografias de Santo Inácio e dos demais Santos da Companhia, as quais, se bem escritas e de modo moderno, manifestariam constituir um ótimo apostolado e um modo concreto de viver os Exercícios. Penso, sobretudo, nos Seminários. Nos Exercícios, e principalmente nas regras de discernimento dos espíritos, há uma regra ótima e muito necessária, mormente hoje, havendo, como há, na evolução moderna muitas coisas boas, sem que falem as más”.

XIV — PROBLEMA VOCACIONAL

1 — A que se deve a falta de vocações religiosas e sacerdotais?

— Este é um problema muito complexo. A resposta simples é: falta de espírito cristão entre os fiéis, que não apreciam a vida religiosa. Mas podemos apontar algumas causas:

a) A vocação sacerdotal e religiosa exige espírito de mortificação e de sacrifício. E hoje em dia ninguém quer saber disto.

b) Exige espírito de obediência; e hoje rende-se culto à personalidade, que se interpreta como sinônimo de independência e de voluntariedade.

c) Até mesmo entre alguns religiosos e sacerdotes estende-se a crença de que eles cativarão melhor a juventude fazendo-se como os jovens, e aparecendo mais como seculares do que como religiosos ou sacerdotes, com o quê os seculares ou leigos tiram a consequência de que não é mister mudarem de vida para serem bons cristãos e perfeitos. E é esta, talvez, a causa principal da escassez de vocações.

2 — Não é verdade que a vida religiosa já caiu em anacronismo? Hoje estamos na época do pós-concílio, época de liberdade e de madureza pessoal.

— O Concílio, e o Papa no pós-concílio, louvam sobremaneira a vida religiosa. Não pode ser anacrônica uma instituição que tem sua raiz na doutrina do Evangelho e que provém dos próprios tempos dos apóstolos. Os germes da vida religiosa já os temos no Cenáculo. A Igreja, como sociedade visível, tem as quatro famosas notas, uma das quais é a santidade. E esta

santidade precisamente se manifesta na vida religiosa. Paulo VI disse: *“Antes de tudo queremos destacar a importância máxima dos Institutos religiosos, e que o papel que eles desempenham é absolutamente necessário à Igreja nos tempos atuais”* (23 de maio de 1964).

E nem a vida religiosa se opõe à liberdade, já que é livremente escolhida. Nem vai contra a personalidade, já que a maior personalidade se manifesta em saber vencer-se e em se submeter aos outros por amor de Deus.

3 — Mas decrescem as vocações sacerdotais e religiosas?

— Os próprios Papas se lamentam desta tremenda desgraça. Falem, porém, os algarismos, que são mui dolorosos e eloquentes. No “ABC” de Madrid, de 28 de dezembro de 1963, lemos estas notícias:

“A falta de vocações sacerdotais num país de tão sólida tradição católica como a França alarma seriamente não só a Hierarquia eclesiástica como também os fiéis. Com efeito, em dez anos as cifras de ordenação de sacerdotes desceram de modo regular e inquietador. De 1.028 sacerdotes ordenados em 1951, 1963 não apresenta mais do que 530, enquanto que em 1960 foram 595 os ordenados.

Face a este fenómeno, a população apresenta um aumento progressivo tal, que a proporção fiéis-sacerdotes resulta preocupante: mais de 45 milhões de franceses para um total de 41.704 sacerdotes nas noventa e uma dioceses do país. As dioceses onde mais se acusa a falta de sacerdotes são as de Paris, Versalhes e Marselha, com um sacerdote para cada 3.056, 2.685 e 2.958 habitantes, respectivamente.

Enquanto isso, nos Seminários procede-se à formação de sacerdotes capazes de corresponderem aos tempos atuais. Agora o seminarista sai todas as semanas, para manter contato com o mundo exterior; assiste à projeção de filmes, segue ciclos de conferências científicas, e alterna os estudos de Patrística com

os de guitarra, e os de Teologia com o judô. Não obstante, a falta de vocações é cada vez maior; e, para um país de indubitável estrutura católica, mais do que paradoxal isto resulta alarmante”.

4 — Isso em outras nações, mas na Espanha não.

— Também aqui está equivocado. Desde a publicação de certas revistas e a difusão de ideologias transviadas, a Espanha segue um caminho de descensões alarmantes. O dr. Pedro Fernandez Villamarzo, num estudo de sociografia vocacional, apresentava êstes quadros:

<i>Promoções</i>	<i>Alunos ingressados</i>
1940-1952	2.521
1941-1953	2.455
1942-1954	2.142
1943-1955	2.069
1944-1956	2.069
1945-1957	2.125
1946-1958	2.344
1947-1959	2.317
1948-1960	1.923
1949-1961	1.834

Conforme observamos nesta primeira tabela, o volume geral de ingressos diminui quase constantemente a partir da primeira promoção estudada (1940-1952), que aparece com um total de 2.521 ingressos, até à última (1949-1961), que apresenta unicamente um total de 1.834 alunos menores, de nôvo ingresso.

5 — Certamente que a diminuição de ingressos deve ser compensada com a maior firmeza dos índices de perseverança.

— Infelizmente, as cifras também não abonam êste juízo otimista. Aqui estão as diversas percentagens de perseverança in-

fantil obtidas para cada uma das dez promoções seminaristas estudadas:

<i>Promoções</i>	<i>% de perseverança</i>
1940-1952	29,5
1941-1953	28,1
1942-1954	28,4
1943-1955	29,6
1944-1956	31,0
1945-1957	27,7
1946-1958	28,4
1947-1959	25,9
1948-1960	25,0
1949-1961	21,9

À vista desta tabela, temos de concluir que a consistência das vocações sacerdotais na Espanha não só diminui sensivelmente — de 29,5 por 100 que apresenta a promoção de 1940-1952, quase 22 por 100 obtidos pela de 1949-1961 —, como também, dividindo todo este amplo período em dois decênios, estes apresentam uma alarmante e mui diferente fisionomia em suas médias: uma evidentíssima segurança e constância nos anos imediatos à nossa última guerra, e uma crescente inconsistência no último decênio vocacional.

6 — E as ordenações sacerdotais têm-se ressentido?

— O contingente global de ordenações sacerdotais na Espanha, procedentes de vocação infantil — operando-se sempre sobre o total dos 47 seminários estudados — desce rapidamente nas últimas promoções, conforme podemos apreciar no seguinte quadro:

<i>Promoções</i>	<i>Ordenações</i>
1940-1952	746
1941-1953	690
1942-1954	604
1943-1955	636
1944-1956	643
1945-1957	590
1946-1958	666
1947-1959	602
1948-1960	482
1949-1961	402

7 — Eu imagino que a Catalunha, onde tanto vibrou e foi vivido o clima conciliar, será uma excepção.

— Respondemos-lhe com as exatas palavras do então Reitor do Seminário Conciliar de Barcelona, atual bispo de Astorga, Dr. Briva, em *El Correo Catalán*, a 20 de fevereiro de 1966. À pergunta: *“Como vamos de vocações?”*, assim respondeu: *“Infelizmente, mal. O ano passado, na Catalunha, experimentou-se uma baixa aproximada de 50%. Mas parece que o fenómeno foi geral em todo o país”*.

8 — Provavelmente, a nossa juventude recusa enclausurar-se na vida dos Seminários, e prefere a aventura heróica das Missões...

— Responder-lhe-á diretamente Paulo VI, em seu discurso de 13 de maio deste ano: *“Temos assistido nestes últimos anos a uma descensão regular e preocupante, no recrutamento dos Institutos missionários”*. Tivemos diante dos olhos, durante o Concílio, uma estatística comunicada por um Bispo, a qual mencionava a seguinte cifra de petições missionárias nestes últimos anos:

<i>Expedições em 1952</i>	850
<i>Expedições em 1956</i>	650
<i>Expedições em 1961</i>	330

Últimamente as estatísticas gerais da Espanha indicam a baixa, no estudantado dos Seminários, a partir de 1963. No correspondente 1961-62, os Seminários espanhóis receberam 4.405 alunos. No curso atual houve 3.771 ingressos. Por outra parte, no curso 1961-62 abandonaram os Seminários 3.117 seminaristas, sobre um total de 24.179; e, no curso 1965-66, as desistências ascenderam a 3.857, enquanto que o total de seminaristas descera a 23.135. Concretamente em Barcelona, contamos hoje 363 seminaristas, o que representa uns cem menos do que há dez anos. Em 1963: alunos ingressados em Seminários, 4.796. Em 1966: alunos ingressados em Seminários, 3.771. Crescem também os

abandonos de carreira. Em 1965 abandonaram os Seminários 1.147 alunos.

O Doutor dom Casimiro Morcillo, Arcebispo de Madrid Alcalá, disse, em recente Sínodo Episcopal celebrado em Roma: *“Onde quer que se contempla com atenção o problema das vocações, pode-se notar que estas diminuem nos Seminários que querem estar mais abertos às exigências modernas, ao passo que aumentam nos que se conservam mais austeros”*. (“Ya”, 14-10-67).

9 — É geral êste fenómeno?

— A revista *Spiritus*, 1964, n.º 20, pág. 320, subministra dados de 5 importantes congregações missionárias: a Congregação do Espírito-Santo (5.200 membros), os Padres Brancos (4.120), os Missionários do Sagrado Coração (3.215), as Missões Africanas de Lião (1.820), as Missões Estrangeiras de Paris (906). Nestes cinco Institutos houve, na França, em 1951, 146 saídas para as Missões. Em 1956, 68. Em 1961, 57. Uma baixa de quase duas tёрças partes. Na Alemanha e na Holanda, nenhuma vocação subministra as Congregações religiosas que anteriormente ofereciam 30 ou 40 vocações missionárias por ano. A isto acrescenta-se o fenómeno do número, importante inclusive entre os que estudam em Roma. E não digamos o que isto significa ante o índice de cálculos do aumento da população mundial. Em seis anos, na África e na Ásia houve uma diminuição de 3.000 Missionários, insuficientemente substituídos por um modesto aumento do clero nativo. Enquanto isso, em seis anos, e só na Ásia e na África, os cristãos aumentaram em 12 milhões, e, numas centenas de milhões, os pagãos. Só na América espanhola houve um aumento, não muito grande, de Missionários, enviados quer por Institutos Missionários, quer por Dioceses. Nos Estados- Unidos, os Seminários católicos diminuíram de três em relação ao ano anterior: atualmente são 123. Embora os sacerdotes sejam 699 mais, o número de candidatos baixou; e o mesmo sucede com os alunos dos seminários: 1959 menos do que no ano anterior.

10 — Concretamente, quais são as causas desta queda de vocações num momento em que a imprensa, os discursos e a literatura de certos setores católicos respiram grande euforia e entusiasmo?

— Paulo VI não hesita em indicar que atualmente se sofre uma apreciação unilateral das necessidades materiais dos homens, com esquecimento da missão essencial da Igreja. Disse-o com as seguintes palavras, no discurso, a que já aludimos, de maio de 1966: *“A súbita tomada de consciência, por parte da opinião pública, das imensas necessidades dos países em vias de desenvolvimento traz consigo, certamente, gestos admiráveis de generosidade, que nossos predecessores e Nós mesmo fomos os primeiros a incentivar, e até, em certa medida, a suscitar. Mas pôr o acento nas necessidades materiais de tão infelizes populações corria o risco de obscurecer alguma coisa entre alguns, o que, para a Igreja, resulta primordial: a transmissão da palavra de Deus, a comunicação da mensagem de salvação, numa palavra a evangelização”*.

11 — Não poderia concretizar essas causas em pontos acessíveis a todos os fiéis cristãos?

— O venerando Cura Pároco de Saint Étienne en Cogles, Padre Cherbonnel, dedica aos seus paroquianos umas páginas sobre este tema. Manifesta que no Seminário Menor de sua Diocese ingressaram 34 alunos, contra 80, 100, 120 dos anos passados. Esse venerando sacerdote aponta as seguintes causas como determinantes da descensão vocacional: *“1.º — O laicismo ambiente, em que se dessecam e morrem as vocações. 2.º — O rádio, a TV em família, o cinema paroquial onde os pequenos são admitidos a ver filmes reservados para adultos. 3.º — A supressão de obras de piedade na maioria das Paróquias. Em Cancale, 300 mães de família, terceiras de São Francisco em 1900, alguns anos mais tarde davam 90 sacerdotes para a diocese de Rennes. 4.º — A supressão da Cruzada Eucarística em muitas paróquias. 5.º — O laicismo prático de muitas escolas cristãs, nas quais nem se cantam cânticos religiosos, nem mais se fala*

de Deus, faltando às crianças a atmosfera sobrenatural de outros tempos. 6.º — O desaparecimento dos livros de piedade no seio das famílias, livros que, ainda não há muito, ali não faltavam, como “A vida devota”, “O combate espiritual”, “A imitação de Jesus Cristo”, Vidas de Santos, etc. 7.º — A falta de temas espirituais na imprensa católica que penetra no seio das famílias, e, às vezes a sua imoralidade. 8.º — O espírito mundano e o materialismo dos padres, que, em suas conversações, não falam diante das crianças senão de dinheiro, conforto, prazeres. 9.º — A demissão dos pais que deixam os filhos fazerem o que lhes dá na veneta, e que não os acostumam ao esforço, à luta, ao sacrifício”. E assim continua o sacerdote fixando e denunciando causas mais particulares.

12 — É intolerável que meninos ainda pequenos entrem para os Seminários. Só se deveriam admitir vocações sacerdotais de adultos.

— Questão tal significa que realmente não se entende a teologia da vocação. Quem é que chama? É Deus ou são os homens? Se é Deus quem chama, não há problema. E Ele pode chamar como quer e quando quer. Apresentemos a doutrina que nos dão os Bispos francêses, que, para alguns, têm a vantagem de não serem espanhóis, e de parecer a êstes que êles estão mais em dia. O Cardeal Feltin diz: *“Uma vocação merecida pelas súplicas de uma mãe e pela fé ardente de um pai encontra no Seminário Menor um ambiente muito mais favorável do que em qualquer outro colégio, por melhor que seja. As famílias cristãs que não se deixem arrastar por êste descrédito injustificado que se propala hoje contra os Seminários Menores”*. Monsenhor Renard, Bispo de Versalhes, afirma: *“O Seminário Menor é o meio normal querido pela Igreja para provar, estudar e cultivar a vocação para o sacerdócio. Não escolher os meios mais aptos para conseguir o fim pode chegar a ser uma falta grave de imprudência”*. Monsenhor Lallier, Arcebispo de Marselha, afirma: *“Muitos nunca chegarão a ser sacerdotes por não haverem ingressado no Seminário Menor”*. Numa “enquête” levada a efeito na França por Monsenhor de Bézélaire ficou demonstrado que 66,8% dos sacerdotes franceses haviam começado a carreira ecle-

siástica antes dos 13 anos. A melhor idade para começar a carreira eclesiástica é quando o Senhor faz sentir a vocação. Os que, eliminariam os Seminários Menores querem, consciente ou inconscientemente, despojar a Igreja de sacerdotes e religiosos, com idéias muito naturalistas sôbre a essência da vocação.

13 — Parece já ser hora de, seguindo o espírito conciliar, lançarem-se os católicos à reforma das estruturas temporais, e, portanto, de se suprimirem os conventos de vida contemplativa, e, inclusive, de se não fazer propaganda das vocações. Sigamos de verdade o Concílio.

— Vamos por partes.

Foi no *Decreto sôbre a atividade missionária da Igreja* que os Padres Conciliares tiveram a melhor lembrança e os melhores louvores para a vida religiosa de clausura. Enquadradas nêle — nesse documento palpitante de solitudes, de trabalho e de conquistas missionárias —, as palavras dêles redundam numa resposta contundente aos que alguma vez tenham ousado falar da *inatividade* dos que, silenciosamente, realizam cada dia na Igreja o mais fecundo labor na vinha do Senhor. “*Os Institutos de vida contemplativa* diz o Concílio —, *por suas orações, obras de penitência e tribulações, têm a máxima importância na conversão das almas, pois é Deus quem, movido pelas súplicas, envia operários à sua messe (cfr. Mat. 9,38), abre as almas dos não-cristãos para que escutem o Evangelho (cfr. Atos 16,14), e faz germinar em seus corações a palavra de salvação (cfr. Cor. 3,7). Mais ainda: roga-se a êsses Institutos que fundem casas em lugares de missões, como não poucos já o fizeram, para que, vivendo ali de um modo adequado às genuínas tradições dos povos, dêem, entre os não-cristãos, testemunho preclaro, da majestade e da caridade de Deus, como também da união em Cristo*”. (Decreto cit., n.º 40).

Êsses conventos, pois, não só não são inúteis, como também são necessários. Necessários em tôda parte: em terras de missão e em países cristãos. Porque “*a vida contemplativa — disse também o Concílio — pertence à plenitude da presença da Igreja*”. (Decreto n.º 18).

Sôbre isso que se diz, de não fomentar as vocações, repasse-se êste parágrafo:

“Ponham OS SACERDOTES e os educadores cristãos verdadeiro empenho em dar nôvo incremento às vocações religiosas, conveniente e cuidadosamente selecionadas, incremento que corresponda plenamente às necessidades da Igreja. MESMO NA PREGAÇÃO ORDINÁRIA trate-se com mais freqüência dos Conselhos Evangélicos e das conveniências em abraçar o estado religioso. Ao educarem seus filhos nos costumes cristãos, cultivem os pais, e defendam em seus corações, a vocação religiosa”. (Decreto Perfectae Caritatis, n.º 24).

Para terminar, recordemos a amarga e dolorosa queixa do grande Pio XII:

“Hoje quiséramos dirigir-nos tão sômente àqueles, sacerdotes ou seculares, pregadores, oradores ou escritores, que não têm nem uma palavra de aprovação ou de louvor para a virgindade consagrada a Cristo; àqueles que, desde há anos, e apesar das advertências da Igreja, e contra o pensamento desta, concedem ao matrimônio uma preferência de princípio sôbre a virgindade; e também àqueles que chegam a apresentar o matrimônio como o único meio capaz de assegurar à personalidade humana seu desenvolvimento e sua perfeição.

Os que assim falam ou escrevem estejam conscientes da sua responsabilidade perante Deus e a Igreja. É preciso incluí-los no número dos principais culpados de um fato — diminuição das vocações religiosas femininas —, fato do qual não podemos falar senão com profunda tristeza”. (Alocução às Superiores Gerais, 15-IX-1952). É isto o que diz o Concílio e o que diz a Igreja.

- 14 — Escrito por um teólogo de muita nota, li que os Seminários estão passados de moda. Que os seminaristas não devem estudar num Seminário, e sim na Universidade, e nem sequer viver num Seminário, e sim em casas de pensão particulares.

— Conheço o autor, o livro, e o periódico de Barcelona que se fez eco dêstes pontos de vista. O mais grave do caso é que

Ele isso afirmou ao mesmo tempo que Paulo VI escrevia as seguintes palavras em sua Carta ao Cardeal Tisserant (12-9-63):

"... Celebrar-se-á também a comemoração do quarto centenário do Decreto do Concílio Tridentino sobre a instituição dos Seminários, a 4 de novembro, festa de São Carlos Borromeu, e Nós mesmo estaremos presente em dita cerimônia".

Não queremos pôr em dúvida a ciência do aludido autor. O que, sim, pomos em dúvida é a bondade do seu asserto. Ele se esqueceu do que Pio XII escrevia em sua *Sacra Virginitas*, a 25-3-1954: *"Pensam alguns que os ministros sagrados não devem ser segregados do mundo, como em tempos passados, senão que devem 'estar presentes' no mundo, e, portanto, têm de afrontar o risco"...* E, a propósito destas novas opiniões, o Papa continua: *"...É fácil ver o falso e o desastroso dêsse modo de educar o clero e de prepará-lo para conseguir a santidade própria da sua missão... Com maioria de razão convinha afastar do tumulto mundano o clero jovem, para formá-lo na vida espiritual e prepará-lo para alcançar a formação sacerdotal ou religiosa antes de entrar ele no combate. Seja ele mantido nos seminários ou estudantados por longo espaço de tempo, e receba uma formação diligente... Os seminaristas e jovens religiosos devem ser tratados como plantas tenras e delicadas".*

Entre o aludido autor e Pio XII a escolha já está feita.

- 15 — É opinião de muitos que a formação dos seminaristas deve variar substancialmente. Mais humanismo e menos segregação. Mais conhecimento do mundo e menos afastamento maniqueu do mesmo. Numa palavra: modernização em tudo.

— Responde a Sacra Congregação de Seminários, a qual, numa carta maravilhosa dirigida ao Episcopado mundial por ocasião do II Centenário da morte de São Vicente de Paulo, a 27 de setembro de 1960, assim dizia:

"... Não é intenção nossa desenvolver de maneira completa este tema, mas não podemos deixar de com tristeza comprovar que 'uma onda de naturalismo' parece haver penetrado em alguns centros de formação eclesial, não raro com a cumplicidade dos que, condenando em bloco um passado que se julga insufi-

ciente para plasmar as jovens gerações sacerdotais, esforçam-se na busca afanosa de métodos de “modernização”; ou então com a passividade um pouco fatalista de outros, que, mesmo lamentando em seu coração a perigosa viagem pedagógica, aceitam-na resignados, como inevitável resultado dos tempos. Trata-se, nestes casos, de um processo depressivo que ataca um pouco todos os aspectos da pedagogia eclesiástica. O SEU DENOMINADOR COMUM PODE ENCONTRAR-SE NUMA SENSÍVEL DIMINUIÇÃO DO ELEMENTO SOBRENATURAL. As grandes realidades de uma autêntica formação eclesiástica, a oração, a íntima união com Deus, o espírito de mortificação, a humildade, a obediência, a vida oculta, a separação do mundo, vão ficando paulatinamente na penumbra, em nome de um ativismo que se disfarça de caridade. Quer-se “compreender” a nossa época e os jovens que a representam; mas, na realidade, não se faz mais do que ceder às suas deficiências. Quase se tem a impressão de que muitos educadores estão possuídos do complexo do nôvo e do desconhecido, e, longe de frearem a carreira, alentam-se com entusiasmo desconsiderado. Preocupados mais com conceder o que agrada do que com exigir o que serve, eles não têm a valentia de pedir nem renúncias nem sacrifício.

... Os resultados de semelhante orientação pedagógica já podem notar-se no Seminário. A languidez da piedade, o desamor do estudo em geral e das matérias especulativas em particular, a disciplina abalada em seus gonzos fundamentais — o silêncio, por exemplo —, e, sobretudo, a grande superficialidade que se nota em vários setores do campo educativo, certamente não são a melhor preparação para obter os autênticos apóstolos que se quer dar à Igreja.

Portanto, antes de, fundando-se em métodos de validade duvidosa, pensar em fazer os sacerdotes de hoje, ponhamos todo o nosso empenho em fazer o sacerdote de sempre”.

16 — Alguns têm-me dito que o Concílio variou totalmente essas orientações.

— Pura fantasia é esta afirmação. Basta ler o Decreto sobre a Formação Sacerdotal. Note-se bem: “Os Seminários Maiores são necessários para a formação sacerdotal... a formação espiritual tem de andar intimamente unida com a dou-

trina e com a pastoral... Amem e venerem com amor filial a Santíssima Virgem Maria, que, ao morrer Cristo Jesus na Cruz, foi entregue como Mãe ao discípulo. Cuide-se diligentemente dos exercícios de piedade recomendados pelo santo costume da Igreja... Os alunos que, segundo as leis santas e firmes do seu próprio rito, seguem a venerável tradição do celibato eclesiástico, devem ser cuidadosamente educados para este estado... Cumpra avisá-los dos perigos que lhes espreitam a castidade, mormente na sociedade dos nossos tempos... Tôda a vida do Seminário, impregnada de afã de piedade e de gosto do silêncio e de preocupação pelo auxílio mútuo, deverá ser ordenada de modo que constitua uma iniciação na vida que depois o sacerdote terá de levar... As disciplinas teológicas deverão ser ensinadas à luz da fé e sob a direção do Magistério da Igreja... Aprendam, depois, os alunos a ilustrar os mistérios da salvação quanto mais puderem, e a compreendê-los mais profundamente, e a observar as mútuas relações dêles por meio da especulação, seguindo os ensinamentos de Santo Tomás; aprendam também a reconhecê-los presentes e operantes nas ações litúrgicas e em tôda a vida da Igreja; aprendam a buscar a solução dos problemas humanos à luz da Revelação; aplicar as verdades eternas à variável condição das coisas humanas, e a comunicá-las, de modo apropriado, aos homens de seu tempo... Cuidadosamente se formem na arte de dirigir as almas, a fim de poderem conformar todos os filhos da Igreja a uma vida cristã totalmente consciente e apostólica, e o cumprimento dos deveres de seu estado; aprendam, com igual cuidado, a ajudar os religiosos e as religiosas a perseverarem na graça de sua própria vocação, e a progredirem segundo o espírito dos diversos Institutos”.

Estes são alguns dos característicos que os Seminários e seus alunos deverão possuir segundo o Concílio Vaticano II.

17 — Para a formação dos seminaristas é, de todo, necessário, a fim de estarem à altura da hora atual, que eles assistam a espetáculos públicos, e, concretamente, ao cinema. E também, sem reparo algum, devem estar em dia com rádio e T.V.

— Responder-lhe-ei com palavras do Cardeal Felici — autoridade máxima em doutrina conciliar —, o qual disse aos se-

minaristas: *“Em nossos dias, o problema do cinema, do rádio e da televisão causa preocupação não só a respeito dos jovens que, como se costuma ou se costumava dizer, vivem no mundo, como também para os jovens chamados ao sacerdócio e à vida religiosa, para os quais tantas portas se hão aberto atualmente.*

Certamente, ninguém nega os valores positivos que tais instrumentos encerram para a formação dos candidatos ao sacerdócio e para a sua preparação para o futuro ministério sacerdotal, mas ao mesmo tempo ninguém poderá negar que um uso indiscreto e imoderado dos mesmos, atendida sobretudo a decadente qualidade moral de muitas de suas produções, seja para o jovem seminarista ou religioso um perigo, não leve, não só para a sua vocação como também para a sua própria integridade moral”. (L'Osservatore Romano, 7-XI-67).

18 — Não obstante, é coisa completamente admitida que os sacerdotes assistam com tódá liberdade aos espetáculos públicos. Ademais, unicamente com a sua presença podem êles ilustrar-se e capacitar-se para a pastoral de nossos dias.

— Sôbre êste tema escreveu o Exmo. e Revmo. Sr. Dom Antonio Añoveros, Bispo de Cádiz: *“Se me dissésseis que sois humanos, que precisais distrair-vos, que o cinema pode ser um lenitivo para vossas preocupações pastorais, eu me permitiria aconselhar-vos buscardes vossas distrações e lenitivos nos puros gozos da vida sacerdotal: o bem, as almas, a intimidade com Deus, o oferecimento generoso da renúncia a si mesmo, o esparecimento que não perturbe a pujança espiritual do vosso sacerdócio. Com grande profusão tem-se esgrimido o argumento de que aos sacerdotes é muito conveniente estarem a par das novidades cinematográficas, a fim de poderem formar e ilustrar os fiéis na sua consciência de espectadores. A consciência dos espectadores adquirirá sua solidez no conhecimento e na ampliação da clara doutrina moral sôbre os espetáculos e vicissitudes humanas, mui sabida por todos os sacerdotes... Para que não tenhamos de confessar o pouco ou nada que o cinema nos tem ensinado em ordem a uma capacitação mais atualizada de formadores. Em diálogo sincero com alguns sacerdotes influenciados por esta desmedida preocupação atualizante, guiados por mui reta intenção,*

mais de uma vez tenho ouvido: É verdade, no fim de tudo, de pouco ou nada isso nos tem servido. Se tivéssemos rezado mais!... Existe para nós, sacerdotes, uma razão suprema: que, apesar de tôdas as preocupações apontadas, mesmo salvados todos os inconvenientes de desedificação para os fiéis, a afeição ao cinema ou aos espetáculos similares produziria tão sòmente um enfraquecimento dos nossos entusiasmos genuinamente sacerdotais, significaria uma clara vontade de Deus: Deveríamos abster-nos d'elles''.

XV — PRÁTICAS SACERDOTAIS DE PIEDADE

1 — É verdade que agora, com a renovação litúrgica, deve-se suprimir a oração mental, o exame diário de consciência e a leitura espiritual?

— O Concílio não suprimiu meios que a experiência e a prática dos santos ensinam como necessários para se chegar à santidade, na qual se consegue a única vida litúrgica real. O mais será ritualismo, teatro, exterioridades. Ademais, no decreto *Presbyterorum ordinis*, o Concílio diz concretamente: *“De muitas formas especiais pela recomendada oração mental e por variadas fórmulas de orações, que eles escolhem a seu gosto, os presbíteros buscam e pedem instantemente a Deus aquêle verdadeiro espírito de oração com que eles mesmos, juntamente com a plebe que lhes foi confiada, unem-se intimamente com Cristo mediador do Nôvo Testamento, e assim podem clamar como filhos de adopção: “Abba, Pater” (n.º 14). Referindo-se em concreto à meditação, Paulo VI dizia aos seminaristas, a 13 de novembro de 1965: “Acaso serão estas, amadíssimos sacerdotes e seminaristas, umas práticas superadas e antiquadas? Não, pois são agora como foram antes: a norma segura para pôr na própria pessoa e na atividade o sinal do “alter Christus”. Mais ainda, elas oferecerão um manancial puro de renovação perene, de progresso e desenvolvimento”.*

O mesmo decreto afirma: *“Os ministros da graça unem-se intimamente a Cristo, Salvador e Pastor, por meio da frutuosa recepção dos sacramentos, especialmente pelo freqüente ato sacramental da penitência, visto que, preparado com o exame diário de consciência, êle tanto favorece a necessária conversão do coração ao amor do Pai das Misericórdias” (n.º 18).*

O Decreto também fala da *“leitura divina”* para *“buscar cuidadosamente os sinais da bondade divina e os impulsos de*

sua graça nos vários acontecimentos da vida, e, com isso, fazer-se cada dia mais dócil para a sua missão recebida no Espírito Santo" (n.º 18).

— O pré-citado Decreto contradiz tão absurda afirmação: *"Para cumprir com fidelidade o seu ministério, experimentem êles cordialmente o colóquio divino com Cristo Senhor na visita e no culto pessoal da Sagrada Eucaristia"* (n.º 18). Aos seminaristas Paulo VI fala do colóquio das visitas eucarísticas (13-11-65). E gravemente afirma: *"Quantos problemas e perigos, quantas angústias se evitariam nas existências sacerdotais, se se mantivesse e se acrescentasse a vida interior!"* (id.).

Na *Mysterium Fidei*, de novo o magistério pontifício renova a recomendação das visitas ao Santíssimo, e a elas incita.

Numa homilia pronunciada na catedral de Milão, na festa de São Carlos Borromeu, o Cardeal dell'Acqua falou das dificuldades da Igreja neste período pós-conciliar. As dificuldades existem, disse êle, e só os superficiais lhes diminuem a gravidade. "Convém enfrentar estas dificuldades com sangue-frio — prosseguiu o Cardeal —. E, isto não desestimando um passado glorioso, não considerando como superada tôda aquela realidade de outrora, como, tampouco, reduzindo o Magistério da Igreja e do Papa a um simples formulismo, sem procurar impor novas teorias perigosas que acabam por abalar os próprios fundamentos da fé revelada, conduzindo a um nefasto *relativismo*; não pondo a autoridade em crise, não diminuindo a importância da oração, que hoje como ontem e como amanhã é a alma de todo apostolado autêntico; não semeando a perturbação e a incerteza na Igreja, não introduzindo modificações arbitrárias e *democratizando* a Igreja, como se o essencial de sua estrutura não estivesse na obra de seu Divino Fundador; não invocando — torcidamente — as palavras de um Papa — João XXIII — que certamente falou de um *aggiornamento* sadio, e não de uma *co-moção*".

Verdadeira injustiça seria, acrescentou o Cardeal dell'Acqua, atribuir, a um Papa cuja doutrina foi tão pura e tão ortodoxa as teorias e tendências de certas pessoas que se ignora se estão no caminho reto.

Seu magistério, que se adapta às necessidades modernas, concorda substancialmente com o de Pio XII e com o de Paulo VI.

Por outra parte, nem pode deixar de haver uma continuidade substancial no magistério dos papas.

Sob certos aspectos, conclui o Cardeal, a atual época pós-conciliar parece-se com aquela que São Carlos Borromeu conheceu após o Concílio de Trento. *Hoje como então, deve a oração ser a alma da renovação católica.* “Sim, é necessário orar intensamente. Hoje — igualmente no clero — ora-se menos do que ontem. E talvez não seja esta a última das causas e das explicações das grandes dificuldades em que atualmente nos debatemos”. Uma oração mais intensa valer-nos-ia a todos a graça de uma adesão mais íntima ao ensino do Papa, que deve aparecer tal como realmente é, de fato e de direito: Vigário de Nosso Senhor (*La Croix*, 9 de novembro de 1967).

2 — Adotam alguns o critério de que atualmente nós os sacerdotes não devemos impulsionar a Adoração Noturna, por se tratar de uma piedade individualista e anacrônica; e sim fomentar apostolados de feição comunitária e social.

— Responderemos com palavras do Exmo. Sr. Arcebispo de Oviedo, que pertence ao *Consilium* e goza de extraordinário prestígio por sua dedicação à Ação Católica:

“Isto, para mim, é gravíssimo, pelo perigo de fazer incidir num liturgismo pernicioso, num exteriorismo que lhe faria perder a sua intimidade, e que é preciso corrigir. A Adoração Noturna não perdeu a sua atualidade; agora e nestas circunstâncias, por ser um adoração qualificada diante do Santíssimo, e por trazer unido o sacrifício, a Adoração Noturna tem uma atualidade extraordinária, mais, muitíssimo mais do que antes. Porque, quando a Igreja se lança à empresa evangelizadora que o Concílio propõe, é que se necessita cobrir de maneira especial esse flanco do dispositivo apostólico que é a oração e o sacrifício. Por apostolado ela se entende como atividade e agitação, mas não como ação e sacrifício. E, sem embargo, a atividade, sem a oração, de muito pouco serve; a agitação sem o sacrifício é sempre estéril. Por isto, a Adoração Noturna não perdeu a sua atualidade, antes a tem mais”.

XVI — JÁ NÃO HÁ MAIS LIVROS PERIGOSOS?

1 — Será verdade que o Concílio disse que já se podem ler todos os livros, porque nós somos adultos na fé?

— Coisa tal não disse o Concílio, pela simples razão de não poder dizê-lo. Certamente há livros maus e livros bons. Um livro bom pode converter um pecador, como sucedeu a Santo Agostinho e a Santo Inácio, ou pode fazer perder a fé, como sucedeu a tantos que foram vítimas dêste engano, por lerem livros sectários e imorais.

2 — Mas as idéias dos livros não prejudicam, e, além disto, a inteligência não peca.

— O Cardeal Plá y Daniel, na famosa Pastoral intitulada *“Os delitos do pensamento e os falsos ídolos intellectuais”*, com as seguintes palavras atribui a responsabilidade da guerra, de 1936-1939, na Espanha, concretamente à má imprensa e aos maus livros: *“No fôro íntimo e perante Deus há erros culposos, há ‘pecados do entendimento’, há apostasias responsáveis; no fôro exterior e civil também há ‘delitos de cátedra e delitos de imprensa’, e o trabalho do intellectual, do professor e do jornalista, o qual sempre devesse ser trabalho de cultura e de moralização, em alguns casos é trabalho verdadeiramente criminoso, subversivo do Estado, corruptor da juventude e envenenador do povo. ‘Deve ter fim a idolatria do intellectual só por ser intellectual, e o fetichismo do livro, qualquer que seja o seu conteúdo. Como é tremenda, na atual tragédia da Espanha, a responsabilidade de muitos professores de Universidade que, não mais somente na*

ordem doutrinal, o que já é condenabilíssimo, como também na ordem do proselitismo político, fomentaram a revolução no seio da juventude!?”.

3 — Era intolerável a intervenção da Igreja denunciando e censurando alguns livros como se realmente fôsem nocivos...

— Responder-lhe-ei com palavras do Cardeal Ottaviani, pronunciadas a 16 de novembro de 1959: *“A Igreja é u’a mãe. Pode u’a mãe ficar impassível limitando-se a lamentar, a desviar o olhar horrorizado, quando um de seus filhos faz menção de aproximar os lábios do cálice que contém veneno? A intervenção da Igreja nas questões de doutrina constitui parte integrante do seu mandato e do seu poder fundamental, coisa que as origens mais remotas atestam, ou seja as origens mais primitivas da Igreja... É um ato de magistério d’Aquela que é Mestra em nome e em lugar de Cristo. Deixaria ela de ser Igreja se não fôsse mestra; e, se não corrigisse, não seria mestra. Ensinar implica, igualmente, corrigir, porque a verdade não é possível expô-la aos homens sem ao mesmo tempo repelir os erros”.*

4 — Tenho ouvido dizer que agora foi suprimido o Índice de livros proibidos, e que, portanto, já não peca quem lê qualquer livro.

— Saberá tôda a verdade sôbre esta questão se ler a nota de 15 de junho de 1966 baixada pela Sacra Congregação da Doutrina da Fé, e o comentário publicado a respeito por *“L’Osservatore Romano”*. Eis aqui os parágrafos essenciais dela:

“O Sumo Pontífice Paulo VI, felizmente reinante, que, ao respeito e à defesa do patrimônio doutrinal e moral do passado une sagazmente a sensibilidade pelos problemas da consciência moderna, e tendo também em conta o desejo dos Padres conciliares, no “Motu Proprio” “Integrae servandae” (7 de dezembro de 1965) reformou a estrutura e o espírito da antiga Congregação do Santo Ofício, conservando-lhe a competência acêrca da vigilância e defesa da integridade da fé e dos costumes, porém

moderando-lhe o rigor jurídico e traçando-lhe um método mais positivo e mais pastoral.

Estabeleceu o Papa que, antes de condenar um livro, a renovada Congregação ponha-se em contacto com o autor, leve em conta o ambiente onde o livro nasceu, escutando a opinião dos bispos, e, assim, considere a condenação formal como uma "extrema ratio". No Documento Pontifício "Integrae servandae" não se menciona o Índice, o qual fazia parte da estrutura do Santo Ofício; por conseguinte, é de afirmar que o Índice, como tal, deixou de existir.

Nesse ínterim, muitos bispos perguntaram à Santa Sé pela sorte do Índice: e a tais justificados pedidos responde a anterior Notificação publicada neste mesmo jornal, e assinada pelo Cardeal Pró-Prefeito da Sacra Congregação para a Doutrina da Fé, com prévia aprovação do Santo Padre.

A Notificação declara, antes de tudo, que de hoje em diante, o Índice não mais tem valor jurídico de lei eclesiástica, com as sanções anexas contra os livros proibidos e contra os que os lerem, conservarem ou difundirem; todavia, continua em pleno vigor o seu significado e o seu valor moral, no sentido de que a toda consciência cristã se pede o dever de, de acôrdo com as exigências do direito natural, evitar a leitura de livros perigosos para a fé e para os costumes. Violar deliberadamente esta obrigação é pecado, ainda quando não se incorra pena eclasiástica humana.

Por conseguinte, a Igreja insiste muito sôbre a consciência madura dos fiéis (leitores, autores, editôres, educadores); e sobretudo confia no labor vigilante dos bispos e das Conferências Episcopais, que têm o direito e o dever de tutelar a fé e a moral de seus fiéis, controlando, prevenindo e, se houver, reprovando os mais impressos".

5 — Num autor espanhol li que é mui benéfica a leitura das obras de Unamuno. Que só problematizando a fé no estilo de Unamuno é que esta se arraiga.

— São muito manuseados êstes disparates. Pode-se lembrar que duas obras de Unamuno a Igreja tem no Índice desde 23 de janeiro de 1957. Além disto, "L'Osservatore Romano" de 31 do

mesmo mês e ano assim comentava: *“Esperamos que a “advertência” incluída no Decreto do Santo Ofício induza a meditarem sèriamente todos aquêles que se hão deixado enganar pelos que, em nome de uma chamada convivência superior das diversas concepções de vida, pretendem colocar no mesmo plano os grandes luminares do pensamento católico espanhol e o herege Unamuno. Esperemos que, dêste modo, sejam os católicos preservados dos perigos que escritos dêsse gênero representam para a fé”*.

6 — Há pouco, na biblioteca de umas religiosas, vi as obras completas de Ortega y Gasset. Gostei muito de verificar a atitude dessas religiosas, tão compreensivas e atiladas. Certamente que era um Noviciado.

— Meu simples comentário é reproduzir-lhe o documento da Sacra Congregação dos Seminários e Universidades, baixado em Roma a 21 de agosto de 1961, no qual é dito: *“É sabido que as obras do escritor José Ortega y Gasset abundam em vários erros que de maneira alguma são compatíveis com a doutrina católica. Por êste motivo, esta Sacra Congregação, devida e maduramente consideradas tôdas as coisas, decretou sejam retiradas das Bibliotecas dos Seminários os escritos dêsse autor. Ao comunicá-lo a V. Excelência Revma., seguro estamos de que, no tocante ao Vosso Seminário, será solícitamente atendida esta decisão. De coração desejando todo bem a V. Exa., em suas orações pede para V. Exa. uma ótima saúde, e continua a ser de V. Exa. afeiçoatíssimo em Cristo Jesus, JOSÉ, CARDEAL PIZZARDO, PREFEITO. — DINO STAFFA, SECRETÁRIO”*.

7 — Como se explica, então, que se editem livros que contém erros e quiçá heresias, e que, não obstante, trazem a aprovação eclesiástica?

— Não se deve afirmar, sem mais nem menos, que âles contenham heresias ou erros. Tenha-se em conta que, muitas vêzes, nos chocam certas doutrinas que não são plenamente errôneas, mas que, sim, dão lugar a más interpretações. Nestes casos seria conveniente que o censor fizesse pôr alguma nota esclarecedora ou orientadora.

Pode ser, todavia, que às vêzes escapem erros ou heresias. A várias causas é isto devido: 1.º) Às vêzes o censor acha-se assoberbado de trabalho e fia-se no nome do autor, ou lê demasiado por alto o livro; e então escapam-lhe os “gatos”. 2.º) Pode dar-se o caso de serem os erros mui subtis, e seu descobrimento exigir a perspicácia de um perito. E, assim, poderíamos encontrar outras razões. Em todo caso, a responsabilidade é do censor. Não há culpar o Bispo, que se fiou nos seus peritos. Se ocorrer certa freqüência em tais descuidos, sem demora, de remover do cargo de censor os ineptos.

8 — A Santa Sé renuncia a tôda intervenção sôbre esta matéria?

— De maneira alguma, e assim explicitamente o afirma na mencionada nota:

“No caso de se publicarem doutrinas e opiniões contrárias à fé e aos costumes, e no caso de, uma vez convidados a corrigir de forma humana seus erros, os autores se negarem a fazê-lo, a Santa Sé empregará seu direito e ofício de condenar publicamente êsses escritos, com o fim de velar com firmeza pelo bem das almas. Finalmente, providenciar-se-á devidamente para que o juízo da Igreja sôbre as obras publicadas chegue ao conhecimento dos fiéis”.

9 — Resultava inadmissível e escandaloso que também livros que gozavam da censura eclesiástica dos Bispados merecessem posteriormente condenações do Santo Offício.

— Já oportunamente respondeu a esta dificuldade o Cardeal Ottaviani, com as seguintes palavras: *“Certas intervenções da Santa Sé causaram surpresa quando se tratava de livros que já ostentavam o “Imprimatur”. Demonstram essas intervenções que, por parte dos revisores e censores, mesmo dotados de competência, impõe-se uma maior perspicácia, e que o papel de Roma consiste em, quando julgar oportuno, fazer advertências que, tocando diretamente um livro determinado, se referem a teorias perigosas de pessoas às quais não se pode negar uma certa dose de boas intenções, porém nas quais se reconhece uma afeição*

extremada em favor de certas orientações. Um exemplo disto se tem em certas intervenções relativas aos livros de sexologia ou de iniciação conjugal, coisa que nestes últimos tempos parece ter chegado a constituir a preocupação principal e o fundo do ministério sacerdotal, para certas pessoas obstinadas nesta literatura”.

10 — Não se peca lendo livros ateus e imorais?

— Não se fica excomungado, mas gravemente se peca, quando a pessoa se coloca em perigo próximo de pecar gravemente; e, em geral, pode-se pecar quando se comete temeridade, imprudência ou leviandade, por exemplo lendo *sem razão suficiente e sem as devidas precauções* obras más.

Os que editam, vendem, anunciam, ajudam a difundir tais obras incidem em ocasião próxima não só de pecar gravemente, como também arruinar sua fé, que é o maior dos males.

Os que editam, vendem, anunciam, ajudam a difundir livros gravemente perigosos pecam gravemente por pecado de omissão. Tal como aquêle que, podendo, por negligência, mercê de respeito humano, ou lá pelo que seja, não afasta os doces envenenados que estão ao alcance das crianças.

Os que, podendo, não avisam, não proíbem, mesmo com penalidades, não mandam retirar os livros gravemente perigosos, estes pecam gravemente, por omissão grave.

E referimo-nos às leituras que agora se difundem com profusão, como reação diabólica ante o nosso débil Ano da Fé: “Vida de Jesus”, de Renan, “Cândido”, de Voltaire, etc., etc.

11 — Que é pior, um livro totalmente mau, conhecido como tal (p. ex., as obras de Voltaire, as obras claramente comunistas, etc.), ou os livros que, contendo coisas boas, muito boas mesmo, e que se apresentam como cristãs e mesmo piedosas, contêm erros em coisas substanciais?

— A resposta é simples mediante uma comparação: Que é pior, uma garrafa cheia de veneno e com um rótulo claro que o indica, ou um pastel muito bem apresentado e apetitoso, mas que,

muito escondidas e dissimuladas, contém pequenas partículas venenosas? — Em si é pior a garrafa de veneno, pois nela tudo é veneno. Porém o referido pastel é muito mais prejudicial. Porque o veneno que como tal se apresenta ninguém que seja razoável o tomará; em compensação, o pastel que contém “muitas coisas boas” facilmente será ingerido por causa do atrativo destas, e, com elas, sem se dar conta, engolir-se-ão as partículas venenosas.

Desta espécie de livros há agora uma verdadeira praga, e elles são uma das grandes causas do desastre religioso que estamos vivendo.

E os Pastores de almas têm a grave obrigação de descobrir o veneno que elles contém, e avisar os fiéis do grave perigo da sua leitura. E faltam gravemente ao seu dever se, podendo-o, à custa seja lá do que fôr, — prestígio, respeitos humanos, conflitos, futuro, etc., — não o fazem.

12 — Que pecado se comete se, por qualquer forma que seja, se faz desaparecer algum livro que com certeza consta ser gravemente perigoso para a fé ou para os costumes?

— Não se comete pecado nenhum; antes, pelo contrário, pratica-se uma obra grandemente meritória. Como aquêlê que faz desaparecer o pastel com partículas venenosas ou a garrafa de veneno que estão ao alcance dos que, enganados, podem ingeri-lo.

Pelo fato de, com isto, poder-se prejudicar os possuidores (vendedores, proprietários, etc.), dois casos podem ocorrer: que êsses o possuam com conhecimento de se tratar de coisa má, caso em que então há má fé. E, então, com tôda tranquillidade, pode-se dar sumiço ao livro, pois o tal possuidor paga — e muito pouco — pelo que merece. No caso de o possuidor ignorar o conteúdo do livro e o ter de boa fé, também se pode e se deve fazer desaparecer dito mau livro, ainda que seja com prejuízo, mui lamentável, do referido possuidor; é um mal que não se pretende, mas que é imprescindível para um bem muito maior, ou para se evitar um mal que absolutamente deve evitar-se. E será também um bem para êle, para êle ser mais cauteloso em outras ocasiões, e não se pôr a colaborar com um mal tão grande. Por outra parte, outra coisa se lhe não faz senão aquilo que êle mesmo teria de fazer sob pecado grave, se viesse ao conhecimento da

má mercadoria que possui: destruí-la, como o faria aquêlê que de boa-fé comprou uns alimentos para vender, acreditando serem bons, mas que resulta serem venenosos; êsse tem obrigação de os destruir, mesmo que seja com prejuízo material seu.

13 — É preciso eliminar a piedade pessimista, e particularmente êsse livro horrendo e antipático que é a Imitação de Cristo, de Kempis.

— Assim não falam nem os santos nem os Papas. Em a “Mens nostra”, Pio XI chama-lhe “Livrinho de ouro”. Era o livro predileto de João XXIII. Por que então se chama ao livro de Kempis horrendo e antipático? Porque prodigaliza louvores à cruz e à mortificação?

Se mal lhe adviesse também por esta razão, haveria que catalogar entre os pessimistas o Concílio, Paulo VI, João XXIII, todos os Santos e, inclusive, Cristo Nosso Senhor. Todos êles abraçaram a cruz. Não pretendemos citar muitos. Nem é necessário. Lembremo-nos sômente de alguns textos do Papa atual. São Palavras suas:

“Continua vigente a necessidade da penitência; não se pode minorar a penitência. As palavras de Cristo aí estão a proclamar: “Se não fizerdes penitência, todos perecereis”. E Ele o diz duas vêzes no Evangelho de S. Lucas, que de ordinário prefere registar as efusões misericordiosas de Cristo. É necessário fazer penitência.

Partindo desta curtíssima premissa, qualquer um poderá prosseguir por sua conta, e selecionar no Evangelho, em todo o Nôvo Testamento, os demais textos que o confirmam, com uma gravidade que não admite discussões nem reduções: que é preciso carregar a própria cruz” (8 de fevereiro de 1967).

E na Sexta-Feira Santa de 1966:

“Hoje em dia nós demonstramos uma minguada disposição para aceitar as grandes verdades. Bem considerada, tôda a orientação da educação moderna está plenamente dirigida para um certo hedonismo, para a vida fácil, para a supressão da cruz do

programa diário. Não se quer sofrer. E, quando chegam as contrariedades, o interior repele-as, considerando-as como um insulto à Providência e ao nosso destino. O homem chega a tocar a Cruz do Senhor, mas não quer carregá-la.

Até na interpretação do Evangelho, quantas vezes se procura suprimir as páginas da Paixão de Cristo, para só colhêr no livro divino aquilo que pode tornar a vida bela, esplêndida, poética, tranquila! Porque a página cruenta e trágica da Cruz mete medo, e não se quer lê-la nunca. Ainda hoje, depois do Concílio, com frequência se apresenta a tentação de considerar fácil o cristianismo, de aceitá-lo em seus aspectos cômodos, mas sem nenhum sacrifício, procurando conformá-lo a todos os aspectos habituais da vida mandana.

Assim não é. Assim não deve ser. Se é verdade que a nova disciplina da Igreja procura tornar viável a vida cristã, e mostrar os seus valores positivos, estejamos atentos: o cristianismo não pode desvencilhar-se da cruz. A vida cristã nem sequer pode imaginar-se sem o peso grande e forte do dever, nem sequer pode ter-se como tal sem o sofrimento, sem o mistério pascoal do sacrifício. Quem procurar tirar da vida esta realidade engana-se a si mesmo e desnatura o cristianismo; faz do cristianismo uma interpretação mole e cômoda da vida, enquanto que o divino Mestre, Nosso Senhor, a todos disse que é preciso carregar a Cruz, com suas asperezas, suas dores, sua exigência absoluta e, se necessário, também trágicas”.

Não podemos negar certo aspecto pessimista de algumas frases da “Imitação de Cristo”. Amiúde ela menospreza as honras, as riquezas da ciência...

É neste sentido que o autor da Imitação de Cristo desestima ditas honras, riquezas, prazeres.

O que a êle interessa é fazer-nos encontrar a única coisa grande, digna, perene: o Amor de Deus. E tôdas as outras coisas: riquezas, ciência, honrarias... devemos buscá-las e utilizá-las conformemente à sábia regra de Santo Inácio, na medida em que nos ajudem a amar a Deus. E devemos arredá-las na medida em que nos estorvam o amor de Deus.

Tornar-nos-famos interminável se quiséssemos justificar com textos o que vimos expondo. Valha como amostra êste bellissimo parágrafo do capítulo da “Imitação”, sôbre o maravilhoso efeito do amor divino:

“Não há nada mais doce do que o amor, nada mais forte, nada mais alto, nada mais alegre, nada mais cabal nem melhor, no céu nem na terra, porque o amor nasceu de Deus e não pode aquietar-se com todo o criado, senão somente o próprio Deus.

Quem ama vôa, corre e se alegra, é livre”.

Pode-se, em verdade, tachar de *negro pessimismo* a “Imitação de Cristo”? Esse será sempre um livro forjador de verdadeira e sólida piedade. É sempre proveitosa a sua leitura.

14 — Que livros recomendar-me-ia então?

— Paulo VI lamenta quase continuamente o relativismo dogmático e a indisciplina crescente dentro da Igreja. Não seria exagerado atribuir êstes males crescentes a tanta leitura de livros, inclusive com censura eclesiástica, que divulgam orientações mui discutíveis e perigosas. O mais seguro é ler livros sólidos. Em primeiro lugar a Bíblia Sagrada e os documentos do Magistério eclesiástico. Para a vida espiritual, os livros escritos por santos, como as obras de S. João da Cruz, de Santa Teresa de Jesus, de Santa Teresinha do Menino Jesus, de S. Luís de Montfort. Também o Kempis e *“A alma de todo apostolado”*, de Chautard, entre muitos outros.

XVII — TEILHARD DE CHARDIN

1 — Hoje em dia está muito em tela Teilhard de Chardin, e é muito discutido. Que se deve opinar sobre ele e sobre sua obra.

— Sobre ele recomendo-lhe, leitor, seja benévolo em seu juízo e não queira pensar mal dêle. Deixemos os mortos enterarem seus mortos, diria Cristo. Não julgemos as pessoas, já que Deus é o único juiz verídico.

Sobre a sua obra já é outra coisa. O confusionismo reinante — que triunfa com a mistura e com os amalgamamentos de coisas, idéias e pessoas — emprega aqui a sua tática habitual: grandes encômios da santidade, da virtude, da ciência... do protagonista, e destarte faz passar como boa mercadoria aquilo que perniciosíssimo pode ser.

De pronto, pesam sobre a obra de Teilhard de Chardin as seguintes acusações: 1) Durante sua vida nunca lhe foi permitida a publicação de seus escritos (afora artigos estritamente científicos de achados, etc.); 2) A 15-11-1957 o Santo Ofício manda que suas obras sejam retiradas das Bibliotecas; não devem ser vendidas em livrarias católicas...; 3) A 30-6-1962 o mesmo Santo Ofício emite um *Monitum* no qual é dito que os escritos dêle contêm *ambiguidades e graves erros* em matérias filosóficas e teológicas; 4) No mesmo ano, a Congregação de Seminários proíbe aos seminaristas a leitura dos livros de Teilhard que estejam nas bibliotecas dêles; 5) A 30-9-1963 o Vigário de Roma ordena aos livreiros da Cidade que retirem da venda os livros de Teilhard e os que sobre ele tratem difundindo ou favorecendo doutrinas perigosas; 6) Quando, ao morrer Teilhard de Chardin, começaram a publicar-se os seus escritos, o Padre Geral dos jesuítas advertiu que tal se fazia contra a sua vontade, e protestou contra isso, ao mesmo tempo que proibia aos jesuítas a

tradução dos mesmos escritos. A estas acusações acrescentemos que ainda não appareceu nenhum livro original de Teilhard de Chardin com approvação eclesiástica, conforme exige o Direito Canônico.

- 2 — Se assim é, como explicar que os Jesuítas tenham traduzido obras dêle, que as louvem e divulguem, que tão entusiasticamente o celebrem como a figura maior da Igreja de todos os tempos, mesmo acima de Santo Agostinho e de Santo Tomás de Aquino?**

— O próprio exagêro dêstes elogios — que certamente foram proferidos inclusive em televisão — denota a pouca fé que nos merecem os que os proferem, pois manifestam pouco equilibrio e pouca probidade científica.

Quanto aos jesuítas, melhor é recorrer aos seus Superiores para conhecer bem cada caso e, assim, poder julgá-lo com acêrto.

- 3 — Porém Teilhard de Chardin é verdadeiramente perigoso, como dizem muitos?**

— É tanto mais perigoso quanto mais disfarçado é o êrro ou mais edulcorado se apresenta. O que se torna incompreensível é que pessoas boas e de talento possam cair na ingenuidade de pensar que fazem uma boa obra para a causa do catolicismo divulgando as doutrinas teilhardianas. Pensam que a doutrina de Teilhard, com todos os seus inconvenientes, leva a desterrar do mundo o ateísmo. E, no entanto, succede inteiramente o contrario. São precisamente os *ateus* os que mais propaganda fazem de Teilhard de Chardin, porque às mil maravilhas lhes serve o poderem aduzir um autor católico, e Jesuíta, em pró de um sistema religioso que leva ao materialismo e ao ateísmo. Êles e muitos materialistas assim o vêem. E é certo que do sistema dêle se pode tirar o materialismo mais do que o espiritualismo.

- 4 — E quais são êsses erros de Teilhard de Chardin?**

-- Necessitar-se-ia um livro inteiro para os expor, pois haveria que os confrontar com textos e raciocínios. Bastar-nos-á, porém, aqui indicar alguns de caráter geral.

a) Seu sistema leva necessariamente ao *naturalismo*. Nele não há nada de *sobrenatural*, nem é possível haver. O sistema de Teilhard consiste na *evolução da Matéria* — com maiúscula. — Esta evolução leva ao ponto Ômega, que necessariamente será *natural*; do contrário, já não haveria verdadeira evolução.

b) Conduz também ao *materialismo*. Visto que a única coisa que existe é evolução da *Matéria*. Como pode um espírito propriamente dito provir da *Matéria*? Para Teilhard de Chardin, a *Matéria* primeira condensa-se, e cada vez mais vai chegando à unificação e perfeição: os primeiros elementos vitais lentamente se convertem em organismos cada vez mais perfeitos, até que aparecem o sistema nervoso e o cérebro. Com êste encontra-se, na terra, a consciência, e com isso, êle passa à noosfera — região do entendimento. — Passagens mui singelamente afirmadas, mas não provadas. E como foi que o homem se introduziu no mundo? Deus cria a alma? A alma é estritamente espiritual no sentido católico? Perguntas que não acham resposta em Teilhard de Chardin; do seu sistema muito antes se deduziria uma negação absoluta da intervenção direta de Deus na formação da alma humana, e da verdadeira espiritualidade desta.

c) Um exemplo dos seus princípios: “No princípio, havia nos dois polos do ser, Deus e a Multidão... Criar, segundo nossas aparências, é condensar, concentrar, organizar, unificar” (“Écrits du temps de la guerre”, pág. 114). Não se supõe aqui uma eternidade da *Matéria*? Esta *Matéria* existia com Deus, aos pés de Deus, era a sombra de Deus, mas não era nada; porque a sua divisão ou dispersão não lhe permitia existir... (tudo isto é terminologia teilhardiana). Como se vê, êle confunde o *ser* com a *unidade*. Mas êle entende por *unidade* uma unidade de composição, e não de simplicidade (como distinguiriam filósofos e teólogos). Perverte, assim, o conceito de criação, admitindo a terminologia, porém mudando o objeto dos termos. Tudo isso leva, pelo menos, ao confusionismo.

d) Como se explica o pecado original, ou simplesmente o pecado, em Teilhard de Chardin? Neste ponto, os próprios simpatizantes e discípulos dêle ou permanecem num mutismo absoluto, ou reconhecem que Teilhard não se exprime bem. A verdade é que êle se exprime, sim, mas propõe uma *noção de pecado*

que não é, nem de longe, a noção católica. Basta o que fica dito para nos pormos em guarda contra Teilhard e nos afastarmos dos seus escritos se quisermos “sentir com a Igreja”.

5 — Ouvi dizer que Teilhard de Chardin é autor recomendado pela maçonaria, é verdade?

— Efetivamente. No livro *“O ecumenismo visto por um franco-maçon”*, de Yves Marsaudon, pode-se ler: *“O conhecimento, as filosofias e as metafísicas aproximam-se entre si. Não se distingue nada que possa evitar que os homens se entendam, quando se compara a fórmula maçônica do Grande Arquitecto do Universo com o ponto Ômega de Teilhard de Chardin. Atualmente Teilhard de Chardin é, sem discussão, o autor mais lido, a um tempo nas lojas e nos Seminários”*.

No diário *“Le Monde”* de 12 de fevereiro de 1965, o novo grã-mestre do Grande Oriente da França, Alexandre Chévalier, lembrou as orientações filosóficas do Grande Oriente, referindo-se em particular a Teilhard de Chardin.

6 — Outros dizem que Teilhard de Chardin serve de plataforma intelectual do marxismo.

— É coisa certa que nos países comunistas grande propaganda se faz dos livros teilhardianos.

Mas, cientificamente, lembrar-lhe-ei aqui a entrevista da senhora Suzanne Cita-Malard com o Padre Philippe de la Trinité, na emissão *“Art et Foi”* da Rádio Montecarlo, a 15 de janeiro de 1965. Pergunta Suzanne Cita-Malard: *“E, no seu entender, qual seria o aspecto prático mais característico desta nova teologia, desta nova forma do modernismo? — Digo-o sem embages: no plano prático, a visão, a pseudo-síntese teilhardiana, desemboca efetivamente, de maneira explícita, no progressismo “católico-marxista”*. Escutem estes dois textos significativos: 1) Em 1952 Teilhard escreveu: *“Quanto gosto de dizer que a síntese do Deus (cristão) de Cima e do deus (marxista) Para-frente é o único Deus que desde agora podemos adorar “em espírito e em verdade”*. Parece estarmos sonhando, porque o marxismo nega

Deus. Mas não estamos sonhando: claramente o escreveu Teilhard, e não o fez para se distrair; 2) Vejam outro texto: pode ler-se em *"La foi et l'Homme"*, que data de 1947, esta afirmação relativa ao marxismo e ao catolicismo: *"Prolongadas até o final, as duas trajetórias terminarão encontrando-se"*. Marxismo e catolicismo *"terminarão encontrando-se de uma maneira ou doutra... no mesmo cume"*, é o que escreve Teilhard. Porém de que maneira se encontrarão, e de que cume se trata? Tudo isto é contraditório. É certo que o progressismo católico-marxista — pretensamente católico, na realidade — pode não proceder do teilhardismo; mas é indubitável que éste alimenta o primeiro como a seu próprio fruto. É preciso sabê-lo e fazê-lo saber. Quanto ao mais, sou otimista. O futuro dar-me-á razão. De ponto de vista da doutrina da Igreja, o teilhardismo não passa de uma estátua de bronze com pés de barro. A estátua cairá e far-se-á em pedaços. A verdade triunfará, porque sempre acaba por dizer a última palavra.

7 — Cientificamente, Teilhard de Chardin tem garantias em suas opiniões?

— Responder-lhe-ei com o biólogo francês Jean Rostand, ateu e evolucionista, o qual, em *Le Figaro littéraire* (23-9-65), falando como especialista, afirma sobre êle: *"Seu transformismo, bastante superficial e confuso, de modo nenhum entra na minúcia das organizações e estruturas germinais, onde, não obstante, reside o segredo das variações de espécies. Teilhard de Chardin ignora deliberadamente a embriologia e a genética; desinteressa-se dos cromosomas, dos genes, dos ácidos nucléicos, e, portanto, deixa de lado tôdas as questões concretas que se formulam a todo biólogo preocupado com aclarar, pelos meios da nossa época, o mecanismo dos fenômenos evolutivos. Quer se queira quer não, o problema da evolução é, em primeiro lugar, um problema de biologia celular e, mais precisamente, de bioquímica celular (...). O que, de fato, Teilhard nos propõe é um afresco lírico da evolução, fruto de um poeta ou de um romancista muito mais do que de um cientista"*.

8 — Eu gostaria de saber a opinião de algum filósofo autorizado sobre Teilhard de Chardin.

— Poderia servir-lhe, para isso, o extraordinário estudo de Étienne Gilson, que, a Revista *“Seminarium”*, editada pela Pontifícia Obra das Vocações Eclesiásticas anexa à Sacra Congregação de Seminários e Universalidades, publicou, no número de outubro-dezembro de 1965, sob o título *“O caso Teilhard de Chardin”*: *“Afastei-me de Teilhard de Chardin. Falta-me paciência para com um escritor cuja língua está carregada de neologismos que nem a necessidade nem o sentido impõem de modo evidente... Quem é esse sábio que não fala a linguagem da ciência? Quem é esse teólogo que não fala a linguagem da teologia?”*

9 — E algum teólogo importante terá dado sua opinião sobre Teilhard?

— O Cardeal suíço Charles Journet manifestou o seguinte, na Revista *“Studi Cattolici”*: *“O defeito que encontro em Teilhard é haver ele mudado — ainda que inocentemente e sem o saber — não uma filosofia, mas a doutrina da Igreja em si”*.

10 — Em definitivo, que disse a Igreja das obras de Teilhard?

— Resumimos aqui algumas das decisões sobre as obras de Teilhard de Chardin durante quatro pontificados, ou sejam os de Pio XI, Pio XII, João XXIII e Paulo VI. Ei-las:

1) Comunicado da Suprema Congregação do Santo Ofício, de 15 de novembro de 1957: ordena que as obras de Teilhard sejam retiradas das bibliotecas, inclusive das dos Institutos religiosos. Não devem ser vendidas nas livrarias católicas, e fica proibida sua tradução para outras línguas.

2) *Monitum* do Santo Ofício, de 30 de junho de 1962, que exorta os Bispos, os Superiores de Seminários e Institutos religiosos, e os Reitores das Universidades católicas, a defenderem

os espíritos, sobretudo na juventude, contra os perigos provenientes das obras de Teilhard e das de seus discípulos

3) Decreto da Sacra Congregação de Seminários e Universidades, de 1962 — segundo a revista jesuíta “Fatos e Ditos”, X-1962, páginas 741 —, o qual proíbe aos seminaristas lerem os livros de Teilhard.

4) O Vigário de Roma — diocese regida em nome do Papa Paulo VI pelo seu Cardeal-Vigário —, numa circular de 30-IX-1963, ordena aos livreiros católicos de Roma que retirem da venda os escritos do P. Teilhard de Chardin e os livros que dêle tratem favorecendo-lhe as doutrinas perigosas. Texto difundido pelo diário “L’Aurore”, de Paris, 2-X-1963, e reproduzido em “Nouvelles de Chrétienté”, número 410, 10-X-63, página 35.

5) Em 1926, os Superiores da sua Ordem proibiram ao P. Teilhard continuar no ensino. Em 1927, a Santa Sé recusa conceder-lhe o *imprimatur* para seu livro “Le milieu divin”. Em 1933, Roma ordena a Teilhard cessar dos seus encargos em Paris. Em 1939 proíbe-se a sua obra “L’énergie humaine”. O mesmo sucede, em 1944, com sua obra “Le phénomène humain”. Em setembro de 1947 era êle convidado a não mais escrever sobre temas de filosofia. Em 1946 proíbe-se-lhe aceitar uma cátedra no Colégio de França. Em 1949 é proibido o seu livro “Le groupe zoologique humain”, e em 1955, ano de sua morte repentina, proíbe-se-lhe participar do Congresso Internacional de Paleontologia.

6) Em abril de 1958, tôdas as revistas dos jesuítas na Espanha: “Razón y Fe”, “Sal Terrae”, “Estudios de Deusto”, “El Mensajero del Corazón de Jesús”, “Hechos y Dichos”, “El Siglo de las Misiones”, etc. publicam um aviso dos Padres Provinciais que declara estarem sendo editadas em castelhano as obras de Teilhard sem a aprovação da Companhia e sem censura eclesiástica, contra a expressa vontade dos Superiores S. J., que procuraram impedi-lo sem poderem consegui-lo.

11 — Tenho ouvido falar de um folheto que “Éditions Saint-Michel”, 53 Saint Cénéré (Mayenne) CCP Rennes 2074-79, editou, com textos de Teilhard de Chardin que

já havia tempo se difundiam, em exemplares não impressos, nos próprios círculos teilhardianos, mas que se havia conseguido manter em certo segredo e, assim, livres da discussão e da polêmica.

— Tem êste folheto um interesse considerável, pois sobre uma questão capital — a do amor — êle manifesta o verdadeiro pensamento do autor e mostra as fontes profundas que o alimentavam.

Um primeiro texto datado, em Pequim, de fevereiro de 1934, que rapidamente analisamos, intitula-se: “A EVOLUÇÃO DA CASTIDADE”. Tinha então o Padre Teilhard cinquenta e um anos. Dezesseis anos depois, o Padre acabou, em Paris, “O CO-RAÇÃO DA MATÉRIA”, a 30 de outubro de 1950, e redigiu o segundo texto, que mais adiante publicamos: “O FEMININO OU O UNITIVO”.

Êstes textos, que os editôres suprimiram, são como que a chave, ou, se se preferir, o pensamento oculto, do sistema teilhardino.

A extrema importância dêsses textos aparece pela sua simples leitura. No primeiro, o P. Teilhard situa-se acima das noções do bem e do mal, julgando possível traçar uma nova trilha que visa a espiritualizar a matéria em sua forma elevada: a carne.

Não insistiremos sobre êste primeiro estudo, que data de 1934 e tem 16 páginas de texto compacto ⁽¹⁾. O próprio P. Teilhard não o considerou mais do que como um esboço. Quatro meses depois, a 24 de junho de 1934, escrevia êle à sua amiga Léontine Zanta:

“... um esboço inacabado, sobre A EVOLUÇÃO DA CASTIDADE... ainda em minhas gavetas, porque (êste trabalho) corre o risco de ser mal compreendido. Contudo, é um esforço absolutamente leal e desinteressado, um ensaio para ir ao fundo de uma questão que me parece terrivelmente vital e terrivelmente obscura. Aí reuni tudo o que pude encontrar no fundo das

(1) Claude Cuenot em *Pierre Teilhard de Chardin: as grandes etapas da sua evolução* (Plon, 1953), achando-se êste estudo assinalado na Bibliografia, página XIII, sob o n.º 156, 1934, *A evolução da castidade*, D.a.i., 16 págs. Pequim, fevereiro (R).

minhas evidências, ante problemas e desafios que nada tinham de abstrato para constituir a 'defesa', e sobretudo para definir o valor ou a essência 'da castidade'. Será necessário que discutamos isto juntos. No fundo, trata-se simplesmente, e em toda a sua agudeza, do 'Problema da Matéria' — e da 'Potência espiritual da Matéria'". (Cf. "Cartas a Léontine Zanta", do P. Teilhard de Chardin, Paris, Desclée de Brouwer, 1965, págs. 124-125).

O pensamento do P. Teilhard de Chardin move-se de modo inverso ao de Pascal, que, depois de haver encontrado Jesus-Cristo, comentava:

"De todos os corpos reunidos não se poderia fazer brotar um pensamento: isto é impossível, é de outra ordem. De todos os corpos e espíritos não se poderia obter um impulso de verdadeira caridade, isto é impossível, é de outra ordem, é sobrenatural".

Para o P. Teilhard, o seu "iluminismo" condu-lo à "divinização das potências da terra": aos 37 anos, no momento de ingressar como professo na Companhia de Jesus, escreveu êle:

"Meus votos, meu sacerdócio, revesti-os (esta é a minha força e a minha felicidade) de um espírito de aceitação e de divinização das Potências da Terra".

Para nós, católicos, todo bem procede de Jesus-Cristo, nosso Redentor. O P. Teilhard vê a divinização do mundo sair progressivamente das profundezas abismais:

"... por mais elevados e frondosos que sejam, nossos ramos espirituais submergem no corporal. Estas são as reservas passionais do homem que, transfiguradas, elevam o calor e a luz de sua alma. Ali, como num germe, concentra-se inicialmente em cada um a ponta mais fina, a mola mais delicada, de todo desenvolvimento espiritual". (Ev. de la C.) (2).

E indica claramente a sua trajetória:

"No término da potência espiritual da matéria, a potência espiritual da carne e do feminino". (Ev. da C.).

(2) Os textos citados com a indicação "Ev. da C." são excertos do esboço inédito neste dia: *"A evolução da castidade"*.

Para êle, em matéria de castidade não há regras imutáveis; as até aqui seguidas pela Igreja são o resultado de um empirismo que êle quer fazer evoluir. Seu esbôço desenvolve-se em tórno dos quatro temas seguintes:

1. O empirismo cristão da castidade;
2. Uma nova concepção moral da matéria;
3. O espírito de castidade;
4. O valor da virgindade.

Sua nova moral parte da divinização da matéria; êle considera que o desabrochar do homem exige a mulher: sugere outras noções da castidade e da virgindade distintas das do "empirismo cristão". Para resolver esta questão delicada, êle nos propõe duas soluções como sejam:

"... o Homem irá, em princípio, à Mulher. Tomá-la-á por inteiro. E a chama brotada desta primeira união é que se eleva para Deus. Contato de dois elementos, no amor humano. Depois a ascensão dos dois para o maior centro divino". (Ev. da C.).

Sem embargo, êle teme que se produza uma "espécie de curto-circuito", um estalido que "absorva e neutralize uma parte da alma".

Considera então uma segunda solução: a castidade será um dom retardado:

"... o Homem e a Mulher, designados pela Vida para promoverem até ao mais alto grau possível a espiritualidade da Terra, devem abandonar, para mutuamente se entregarem, a maneira que até agora foi a única regra dos seres. Não guardando da sua atração mútua senão aquilo que os eleva aproximando-os, por que não se precipitarão um para o outro PARA FRENTE? Não contato imediato, e sim convergência no alto. O INSTANTE DO DOM TOTAL COINCIDIRÁ ENTÃO COM O ENCONTRO DIVINO" (sublinhado no texto) (3). (Ev. da C.).

(3) As duas soluções que o Padre Teilhard propõe podem ser consideradas como audaciosas tentativas de fazer passar entre os católicos (e na moral) temas

O P. Teilhard dá-se conta da dificuldade da tentativa, mas acrescenta com optimismo:

"... o que paralisa a vida é não crer, é não ousar". (Ev. da C.).

E é a seguinte a conclusão:

"Algum dia, mais além do éter, dos ventos, das marés, da gravitação, captaremos para Deus as energias do amor. Então, pela segunda vez na história do Mundo, o homem terá encontrado o Fogo". (Ev. da C.).

Verdadeiramente, é mui lamentável que os editôres não tenham publicado êstes textos tão importantes para se compreender bem o pensamento do P. Teilhard de Chardin sôbre êste problema fundamental do amor e do sexo.

Sobretudo no segundo texto, "O FEMININO OU O UNITIVO", é que o Padre nos dá seu pensamento definitivo sôbre esta questão. Êle tem 69 anos, é a idade das confidências e, para êle, de uma verdadeira confissão:

"Encaminhado, desde a infância, para o descobrimento do Coração da Matéria, inevitável era que um dia eu me encontrasse face a face com o Feminino".

...."O curioso é, unicamente, que o fato do encontro tenha esperado, para se produzir, até os meus trinta anos. Tão grande era para mim a fascinação do Impessoal, e da Generalidade"...

Êsses seus trinta anos (1911) foram para o P. Teilhard de Chardin o ano do seu sacerdócio: além de dos seus votos, foi também o de sua iniciação no "feminino", isto é, na mulher, como êle mesmo o precisa:

"Porquanto, à história da minha visão interior, tal como a referem estas páginas, faltaria um elemento (uma atmosfera)... essencial, se, ao acabar, eu não mencionasse, que, a partir do

gnósticas: a divinização do homem opera-se graças à mulher, e o sexo converte-se no centro do sistema.

Um excelente estudo, *Hoje em Quebec* (dezembro de 1986), põe em relêvo que nas obras teilhardianas se encontra todo "o fundo comum de Kábala, do esoterismo, da "metafísica" de Guénon, da gnose, da franco-maçonaria, da teosofia e do panteísmo", pág. 8.

Dizem bem, neste sentido, os textos inéditos que citámos.

momento crítico em que, desdenhando velhos moldes familiares e religiosos, comecei a despertar e formular-mo verdadeiramente a mim mesmo, nada mais se desenrolou em mim senão sob o olhar e a influência de mulher”.

E, mais adiante, êle precisa:

“Evidentemente não se esperará aqui de mim outra coisa, senão a homenagem geral, quase de adoração, a surgir do mais profundo do meu ser, para aquelas cujo calor e encanto hão passado, gôta a gôta, ao sangue das minhas idéias mais caras”...

A série dêstes textos ilumina, sem dúvida possível, o pensamento do Padre Teilhard. Homem nenhum pode prescindir do feminino...

Ocultando estas confissões do Padre Teilhard, os editôres cometeram um verdadeiro delito. Por causa desta omissão, um escol intelectual, composto de teólogos, de filósofos, de sociólogos, trabalhou sôbre um falso Teilhard de Chardin. As motivações femininas e sexuais da obra teilhardiana foram ocultadas; êles tomaram o P. Teilhard por um sábio, por um sociólogo católico, enquanto que, conforme a própria Maryse Choisy no-lo diz a propósito do texto citado, estamos em plena “alquimia”. Ela conheceu muito bem o P. Teilhard, foi sua amiga. Em 1964, escreveu ela em “TEILHARD E A ÍNDIA”:

“Como explicar que, em pleno século de nivelação sexual, no centro do patriarcado eclesiástico, haja êle descoberto o sentido do Eterno Feminino de Goethe, de Bohème, dos alquimistas, e chegasse até a lhe chamar o Unitivo?”

Maryse Choisy não se engana: estamos em plena alquimia, a alquimia em que Astarté pretende misturar-se à doutrina de Jesus Cristo.

Outra pessoa desempenha um papel de primeiro plano na difusão do pensamento teilhardiano: a senhorinha Jeanne Mortier, constituída legatária universal do “Mestre”. Não examinaremos aqui por que espécies de manobras pôde esta senhorinha converter-se na herdeira de um religioso que, por vocação, devia entregar tudo à sua Ordem Religiosa, mas repetiremos de nôvo: Por que razão se logrou o público escondendo êstes textos?

Se eles tivessem sido conhecidos, o acautelamento da Santa Sé e do próprio Papa teria sido mais bem compreendido, e a corrente envenenada não teria continuado circulando sob a etiqueta católica (4)!

ANEXO I. — “O FEMININO, OU O UNITIVO”. — Eis aqui, integralmente reproduzido, o texto da “cláusula” redigida pelo Padre Teilhard de Chardin, para ser inserta em “O Coração da Matéria”:

O mais vivo do Tangível é a Carne.

E, para o Homem, a Carne é a Mulher.

Encaminhado, desde a infância, ao descobrimento do Coração da Matéria, inevitável era que, um dia, eu me encontrasse face a face com o Feminino. — O curioso é unicamente que este acontecimento do encontro tenha esperado, para se produzir, pelos meus trinta anos. Tão grande era para mim a fascinação do Impessoal e da Generalização...

Atraso estranho, pois.

Porém atraso fecundo, visto que, penetrando-me na alma no momento preciso em que, em vésperas da guerra, Sentido Cósmico e Sentido Humano estavam em mim em transe de sair da infância, a nova energia já não corria o risco de me desviar ou dissipar as forças, senão que caía, no ponto justo, sobre um mundo de aspirações espirituais cuja enormidade, ainda um pouco fria, não esperava mais do que isto para fermentar e organizar-se até o fim.

Pois à história da minha visão interior, tal como a descrevem estas páginas, faltaria um elemento (uma atmosfera)... essencial se, ao terminá-las, eu não mencionasse que, a partir do momento crítico em que, repelindo muitos dos velhos moldes familiares e religiosos, comecei a despertar e a formular-mo verdadeiramente a mim mesmo, nada se desenrolou em mim que não fôsse sob um olhar e sob uma influência de mulher.

Evidentemente, não se esperará aqui de mim outra coisa senão a homenagem geral, quase de adoração, a surgir do mais

(4) Nas Fichas de Amiens Teilhard é ensinado no catecismo.

fundo do meu ser, para aquelas cujo calor e cujo encanto hão passado, gôta a gôta, ao sangue das minhas idéias mais caras...

Mas, se eu não saberia, em semelhante matéria, nem precisar nem descrever — em compensação, o que posso afirmar, é uma dupla convicção em mim progressivamente nascida, ao contato dos fatos, e da qual — com a plena serenidade e imparcialidade que vêm com a idade — quero testemunhar.

Em primeiro lugar, parece-me indiscutível (tanto de direito como de fato) que, no homem — mormente se está entregue ao serviço de uma Causa ou de um Deus — não lhe é possível o acesso à madureza e à plenitude espirituais fora de alguma influência "sentimental" que vem a êle para sensibilizar a inteligência e, pelo menos inicialmente, exercitar as potências de amor. Não menos do que da luz, do oxigênio e das vitaminas — nenhum homem — pode (com uma evidência que fala cada vez mais alto) prescindir do Feminino.

Em segundo lugar, se é primordial e estrutural no psiquismo humano o encontro plenitivo dos sexos, nada prova (antes pelo contrário!) que já possuamos uma idéia exata do funcionamento e das formas óptimas desta fundamental complementaridade. — Entre um matrimônio sempre polarizado, socialmente, sobre a reprodução, e uma perfeição religiosa sempre apresentada, teologicamente, em termos de separação, uma terceira via (não digo média, mas superior) falta-nos decididamente: via exigida pela transformação revolucionária ultimamente operada em nosso pensamento pela transposição da noção de "espírito". Espírito, já o vimos, não desmaterialização, mas sim síntese. Matéria matriz. Não, em absoluto, de fugida (por privação), senão por conquista (por sublimação) das insondáveis potências espirituais ainda adormecidas por sob a atração mútua dos sexos: tal é, e disto estou cada vez mais persuadido, a secreta essência e a magnífica tarefa a cumprir pela Castidade.

Eis aí a perspectiva em que uma e outra encontram sua comprovação e sua justificação.

Anteriormente insisti sobretudo na minha interpretação da Neogênese, sobre o fenômeno de super-centração individual, levando a consciência corpuscular a dobrar-se e a ricochetear sobre si mesma em forma de Pensamento. Pois, eis que, para este grande acontecimento cósmico da Reflexão, descobre-se um com-

plemento essencial, para quem sabe ver, sob forma disso a que se poderia chamar “a Passagem da amorização”. Mesmo depois do relâmpago com que o indivíduo se revela a si mesmo, o Homem elementar permaneceria inacabado se não se inflamasse pelo encontro com o outro sexo, pela atração cêntrica de pessoa a pessoa.

Acabando o aparecimento de uma mônada reflexiva na formação de uma diáda afetiva. (Sublinhado pelo autor no texto).

E, depois disto somente (isto é, a partir desta centelha primeira), tôdas as conseqüências que havemos descrito; a saber: a gradual e grandiosa elaboração de um Neo-cósmico, de um Ultra-humano e de um Pan-crístico...

Os três não somente iluminados radicalmente de inteligência, como também impregnados em sua massa inteira.

Como por um cimento unitivo,
Do Universal Feminino.

(Paris, 30 de outubro de 1950).

ANEXO II. — O PECADO ORIGINAL E O PADRE TEILHARD DE CHARDIN. — Em seu livro, extremamente notável e mui documentado, “DIÁLOGO COM O MARXISMO”⁽⁵⁾, o Padre Philippe de la Trinité, O. C. D., aborda, num apêndice, o problema “TEILHARD DE CHARDIN”, que êle examinara em seu livro “Roma e Teilhard de Chardin”⁽⁶⁾.

Queixa-se êle da maneira como vários autores, e notadamente o P. Rideau, apresentaram o “Monitum” do Santo Ofício, e escreve:

“No ponto a que chegaram as coisas, dever-se-ia julgar a cartas vistas, com a publicação integral dos inéditos, postos à disposição de todos os autores, assim como dos críticos e dos leitores. Isto confirmaria o diagnóstico que eu fiz em Roma sobre Teilhard de Chardin, e do qual estou convencido”.

A Revista “Europa”, fundada por Romain Rolland, tem como depositária em Roma a revista comunista “Rinascita”, e em seu “comité” acha-se Pierre Abraham (diretor Aragón, Emmanuel d’Astier, Magdeleine Bartelemy-Madaule, Jacques Madaule e Pierre

(5) Éditions du Cèdre, 13, rue Mazzarine, Paris-VI, 1 vol., 176 páginas.

(6) Para o texto integral desta alocução consultar *Discursos do Papa e Crônicas Romanas*, n.º 170, junho de 1966, págs. 79 a 83.

Paraf). Essa revista dedicou a Teilhard de Chardin seu número de março-abril de 1965, e Mademoiselle Mortier, legatária universal de Teilhard, confiou-lhe vários inéditos dêste; o Padre Philippe de la Trinité toma-os de nôvo em seu livro, e ei-los aqui. São muito instrutivos.

O primeiro foi extraído de "CRISTOLOGIA E EVOLUÇÃO". É M. Roger Garaudy quem o comenta, na revista "Europa", sob o título:

O P. TEILHARD, O CONCÍLIO E OS MARXISTAS.

Escreve o P. Teilhard:

"Quando, com tôda a sua alma moderna, se procura viver e pensar o cristianismo, as primeiras resistências que se toparam vêm sempre do pecado original. Isto sucede realmente, em seguida, ao investigador, para o qual a representação tradicional da queda bloqueia decididamente o caminho a todo progresso, no sentido de uma ampla perspectiva do mundo. Com efeito, é para salvar a letra da narração da Culpa que uma pessoa se encarniça defendendo a realidade concreta do primeiro par. Porém há algo ainda mais grave. Não sòmente, para o sábio cristão, a fim de aceitar Adão e Eva, deve a história estrangular-se de maneira irreal ao nível do aparecimento do homem, como também, num campo mais imediatamente vivente, o das crenças, o Pecado original, sob a figura atual, contraria a cada momento a expansão da nossa religião. Corta as asas das nossas esperanças, remete-nos cada vez mais inexoravelmente às sombras dominantes da reparação e da expiação.

"... o pecado original, imaginado sob os traços com que ainda hoje em dia é apresentado, é a veste estreita em que se sufocam, a um tempo, nossos pensamentos e nossos corações... Se o dogma do pecado original nos ata e nos enfraquece, é simplesmente porque, em sua expressão atual, representa uma sobrevivência das vias estáticas decaídas no seio do nosso pensamento tornado evolucionista. No fundo, a idéia de queda não é, com efeito, mais do que um ensaio de explicação do mal num universo estático... De fato, a despeito das distinções subteis da teologia, o cristianismo tem-se desenvolvido sob a impressão dominante de que todo o mal, em tôrno de nós, nasceu de uma falta inicial. Dogmáticamente, vivemos na atmosfera de um

Universo no qual o principal negócio é reparar, expiar... Por tôda sorte de razões científicas, morais e religiosas, a figuração clássica da Queda já não é, para nós, mais do que um jugo e uma afirmação verbal, com a qual não alimentamos nem nossos espíritos nem nossos corações”.

Depois de haver sublinhado — nota M. Garaudy — as conseqüências desta concepção do pecado original e das atitudes de expiação e de reparação que delas dimanam, o P. Teilhard acrescenta, no mesmo texto:

“Muito se nos tem falado de cordeiros. Eu preferiria ver saírem um pouco os leões. Excessiva doçura e pouca fôrça. Assim resumiria eu simbolicamente minhas impressões e minha tese ao abordar a questão de reajustamento da doutrina evangélica ao mundo moderno”.

“Citei extensamente este texto do P. Teilhard de Chardin — continua dizendo-nos M. Garaudy —, porque êle já traçou, com tôda a sua fôrça, a atualização da Igreja (*op. cit.*, págs. 191-192).

De grande interêsse é este texto de Teilhard, e compreende-se que o comunismo o haja tomado para reclamar da Igreja um *aggiornamento* sôbre o tema fundamental do pecado original e do evolucionismo.

A visão marxista do mundo não pode aliar-se à noção de Redenção, exige a rejeição da cruz de Jesus-Cristo.

Dirigindo-se ao “Simpósio sôbre o pecado original” organizado pela Universidade Gregoriana, o Papa Paulo VI lembrou que o pecado original é “*um dos mistérios fundamentais da nossa fé católica*”, e que está “*estritamente ligado ao mistério do Verbo Encarnado, salvador do gênero humano, à sua paixão, à sua morte e à sua gloriosa ressurreição, e, portanto, à mensagem de salvação confiada à Igreja Católica*”.

E o Papa acrescenta que este dogma foi reafirmado pelo Concílio Vaticano II:

“Assim, na Constituição dogmática “Lumen Gentium”, em plena conformidade com a revelação divina e com o magistério

dos precedentes Concílios de Cartago, de Orange e de Trento, são claramente ensinados os fatos da universalidade do pecado original, assim como a natureza íntima do estado de enfraquecimento da humanidade pelo pecado de Adão: “Por disposição absolutamente livre e misteriosa da sua sabedoria e da sua bondade, o Pai Eterno criou o Universo: quis elevar os homens à comunhão com a sua vida divina: tornados pecadores (os homens) em Adão, Ele os não abandonou, dando-lhes, sem cessar, os socorros salvadores, em consideração de Cristo Redentor, que é a imagem de Deus invisível, primogênito de toda criação”. (“Lumen Gentium”, 1,2).

E, para terminar, o Papa conclui:

“Evidente é, pois, que haveis de achar inconciliáveis com a sã doutrina católica as explicações que do pecado original dão certos autores modernos que, partindo de um pressuposto, nunca provado, o poligenismo, mais ou menos claramente negam que o pecado, que tantos males trouxe à humanidade, haja sido, em princípio, a desobediência de “Adão”, “primeiro homem”, figura do homem que havia de vir (cfr. “Gaudium et Spes” ns. 18 e 22), desobediência cometida no princípio da história. Por conseguinte, essas explicações estão em desacôrdo com os ensinamentos da Sagrada Escritura, da Tradição e do Magistério da Igreja, segundo os quais o pecado do primeiro homem é transmitido a todos os seus descendentes não por via de imitação, mas de propagação, “*inest unicuique proprium*”, é a morte da alma, isto é, uma privação, e não uma simples ausência, de santidade e de justiça, inclusive nos recém-nascidos.

Do mesmo modo, a teoria da evolução parecer-vos-á inaceitável se não concordar de maneira decisiva com a imediata criação, por Deus, de todas as almas humanas e de cada uma delas, e se não respeitar a importância capital da desobediência de Adão, primeiro pai universal, para a sorte da humanidade.

Não pode esta desobediência considerar-se como se não houvesse feito Adão perder a santidade e a justiça em que foi criado”.

Ante essa convivência comunismo-Teilhard, confirmada por uma recente informação de Moscou notificadora do lugar marcado a Teilhard nas universidades soviéticas, e antes de tudo face às advertências do Papa que acabamos de ler, e que, como se tal fôsse necessário, são confirmadas pelo "Monitum" do Santo-Ofício, compreende-se a legítima inquietação de numerosos padres católicos e de catequistas ante as fichas catequéticas que expõem as doutrinas teilhardianas e as *incluem nos programas de ensino religioso*.

FÉ NO MUNDO. — Eis aqui também, tirado da mesma obra do Padre Philippe de la Trinité, um texto inédito reproduzido pela revista "Europa":

"III. — Depois do despertar do sentido humano, a fé no mundo.

"(...) Que representa exatamente, na história do pensamento terrestre, o aparecimento do Sentido Humano?"

"A esta pergunta temos de responder: Nada menos do que um poderoso fenómeno de ordem religiosa.

"Por modo natural, o Sentido Humano aproxima e anima os homens na espera do Futuro, isto é, na certeza de uma Realidade em que a existência, posto que estritamente indemonstrável, todavia é admitida com uma segurança maior do que se fôra tocada e demonstrada: Isto é uma fé.

"Por modo natural também, à preparação e ao serviço desta grande Coisa pressentida o mesmo Sentido Humano subordina a totalidade das atividades que êle dirige para êste último móbil. A obra em curso no Universo, o misterioso termo no qual colaboramos é o Maior ante o qual se faz preciso que, para o conseguir, tudo ceda e tudo se sacrifique. O Sentido Humano é um chamado à renúncia.

"Fé e Renúncia: não são os dois atributos essenciais de toda adoração?"

"Em verdade os homens sofrem neste momento sob a invasão do Sentido Humano; trata-se literalmente de uma conversão profunda e consecutiva da revelação natural e da sua situação na sua vocação no Universo.

“Mas não nos enganemos, e não o confundamos com o que se passa no desabrochamento e na propagação de uma religião particular qualquer. O acontecimento atual é muito mais considerável do que o acontecimento do Budismo e do Islamismo (em nota: O Cristianismo também representa um acontecimento único; mas a título de contato vindo do alto (“Revelação”), e também a título de despertar no coração do Homem). Em nossos dias não se trata somente da aplicação especial, feita a tal ou tal divindade, das faculdades religiosas humanas. É a própria potência religiosa da Terra que irrompe em nós, ao mesmo tempo que é uma crise definitiva, a do seu próprio achado. E parece que de novo nos encontramos com as velhíssimas representações humanas, com os vestígios da idéia de que “procurar saber” é mau e proibido por Deus.

Mais tarde poderá parecer haver o Evangelho ensinado que toda luta para se engrandecer humanamente é coisa inútil. E eis chegado o momento em que a Busca nos aparece como o mais sagrado dos deveres. A necessidade humana de adorar, depois de haver explorado muitas, ribeiras, acabou por encontrar a praia que suas ondas agitadas buscavam. Explicitou, por fim, um dos atributos essenciais do Messias que ela esperava. Nós outros começamos a compreendê-lo, e isto já para sempre: a única religião de ora em diante possível para o Homem é aquela que lhe ensina, em primeiro, a reconhecer, amar e servir apaixonadamente o Universo do qual ele faz parte. (N.B.: em primeiro está sublinhado por Teilhard).

“Admirável e misterioso acôrdo da Vida consigo mesma. É o exato momento em que o Homem, perigosamente armado de uma desconfiança mui subtil, começa a pedir à Existência a razão das penas que ela lhe impõe, e neste momento preciso é que o Mundo, descoberto pelos próprios progressos da nossa crítica, entreabre aos nossos olhos as perspectivas de um porvir que nos subjuga. O despertar do Sentido Humano, conduzido pela coincidência aparentemente fortuita de passos dados independentemente uns dos outros (em Ciências Naturais, Ciências Físicas, Ciências Sociais...), produz-se em tempo oportuno para remediar a crise terrível de rebelião e de desgosto que não teria deixado de dissolver a terra pensante, se simultaneamente não tivesse, tomado consciência das exigências da sua ação e do valor do Universo.

"A Fé no Mundo acaba de nascer. Ela, e só ela, pode salvar o Mundo das mãos de uma Humanidade decidida a destruir o Universo se não puder adorá-lo".

Teilhard de Chardin, 1929.

O P. Philippe de la Trinité acrescenta:

"Nós não subscrevemos isto. Deus não é o Universo. Transcende-o infinitamente. A religião não consiste primeiro em reconhecer, amar e servir apaixonadamente o Universo, e sim... a Deus, mais Jesus-Cristo crucificado e ressuscitado. Não, jamais adoraremos o Universo".

CARTA A MAXIME GORGE. — Finalmente, para terminarmos, esta carta dirigida pelo Padre Teilhard de Chardin a Máximo Gorge, ex-dominicano, a 4 de outubro de 1950, e que éste publicou em sua obra "O Concílio e Teilhard, o Eterno e lo Humano", ed. Henri Messellier, Neuchâtel (Suíça), págs. 196-198:

"Ontem lhe mandei três pequenos ensaios, para lhe explicar minha posição atual ("O Coração do Problema" é uma memória efetivamente enviada a Roma, sem resultado, naturalmente...); nada, pois, de ilusões.

"Essencialmente, como o Sr. eu considero que a Igreja (como toda realidade viva ao cabo de certo tempo) chegou a um período de "muda" ou "reforma necessária". Ao cabo de dois mil anos, isto é inevitável. A humanidade está em transe de mudar. Como não haveria de o fazer o Cristianismo? Mas precisamente considero que a Reforma em questão (muito mais profunda do que a do século XVI) não é um simples assunto de instituições e de costumes, é uma questão de Fé. Sob certo aspecto, a nossa imagem de Deus desdobrou-se: transversalmente (se assim posso dizer) ao Deus tradicional e transcendente d'O ALTO; uma espécie de Deus PARA A FRENTE surge para nós, desde há um século, em direção a algo "ultra-humano". Para mim tudo está nisto. Trata-se, para o Homem, de repensar Deus em termos, não mais de Cosmo, e sim de Cosmogênese: um Deus que só se adora e só se alcança através do acabamento do Universo que ele ilumina e amoriza (e o irreversível) de dentro. Sim, sim, o PARA O ALTO E PARA A FRENTE sintetizam-se no DE DENTRO.

“Pois êste gesto fundamental de dar à luz uma nova Fé na Terra (fé no que está em Cima, combinada com a Fé no que está Na Frente), só ela (sic), creio (e imagino que o Sr. é da minha opinião), só o cristianismo pode fazê-lo, a partir da assombrosa realidade do seu “Cristo-Ressuscitado”: não como entidade abstrata, e sim objeto de uma ampla corrente mística, extraordinariamente adaptável e viva. Estou convencido: é uma Cristologia nova estendida a dimensões orgânicas do nosso nôvo Universo, e essa Cristologia é que se apresta para dar a Religião de amanhã”.

“Assim planejado (e é nisto que divergimos: mas a Vida procede também por boas vontades que tacteiam), assim planejado eu não vejo melhor meio de promover isto que eu antecipo, do que trabalhar na reforma (conforme defini antes) de dentro: quer dizer, uma adesão sincera “phylum” cujo desenvolvimento espera. Mui sinceramente (e sem querer criticar seu gesto!), não vejo senão no tronco romano, tomado em tôda a sua integridade, o suporte biológico bastante amplo e bastante diferenciado para operar e suportar a transformação esperada. E isto não é uma especulação. Desde há 50 anos tenho visto mui de perto e em tôrno de mim revitalizar-se o pensamento e a vida cristã — apesar de tôdas as Encíclicas —, e não se deixar de ter uma imensa confiança nas potências de reanimação do velho tronco romano. Trabalhemos cada um por nosso lado. Tudo o que se levanta converge. Mui cordialmente seu Teilhard de Ch.”

Êste texto, brilhantemente comentado por Henri Rimbaud (1), e os textos precedentes não são por acaso, suficientes para provar que o Padre Teilhard não recebia a doutrina como um depósito revelado a ilustrar para a nossa salvação comum, e sim como um depósito utilizável a seu bel-prazer para a conveniência de sua tese sôbre a Evolução? Êle visava a uma mutação do pensamento religioso.

12 — Pode esmiuçar o sentido dessa carta?

— Teilhard não aceita a proposta que lhe fazem de abandonar a Igreja Católica. *Por quê?*

(1) *A estranha fé do Padre Teilhard de Chardin*, Revista *Intelectos*, n.º 81, março de 1965, págs. 114-148.

Porque, por mais dificuldades que nela tenha agora, de antemão, êle está de acôrdo com a Igreja de amanhã. Com efeito, por uma parte, Teilhard está, seguro de que tem razão, e, por outra parte, está seguro de que a Igreja lha reconhecerá um dia.

E os motivos de sua segurança? São dois: 1) A Igreja Romana constitui o eixo da evolução. 2) A vida é mais forte do que tôdas as encíclicas. Em duas palavras: a vida impõe à Igreja uma evolução radical na sua própria fé, até a um conteúdo que será precisamente aquêle que Teilhard já professa. Até lá, êle não quer deixá-la, porque na reforma anunciada êle trabalhará melhor por dentro do que por fora...

13 — Qualificou-se de golpe baixo publicarem os anteriores textos de Teilhard. Que pensa a respeito?

— Dir-lhe-ei o que muito oportunamente escreveu o Cateadrático de Metafísica da Universidade de Barcelona, Dr. D. Francisco Canals:

“O que essencialmente se mostra em escritos como “O feminino, o unitivo” é o sentido total e último de um pensamento que, de forma a mais inequívoca, se explicita como um materialismo radicalmente antitético a uma metafísica espiritualista e teísta, e à dogmática cristã. O diálogo exige clareza. O enganoso prestígio de Teilhard como renovador da teologia foi conseguido com uma tática regulada segundo isso a que “o eminente professor brasileiro Plínio Corrêa de Oliveira chamou “princípio de gradualidade”. Os breves fragmentos ora aparecidos a pública discussão poderão fazer compreender a muitos por que razão Étienne Gilson, Jacques Maritain e o Cardeal Journet puderam qualificar a obra teilhardiana como uma gnose que se apresenta como uma opção radical defrontada com a fé no mistério cristão”. (Cristiandad”, novembro de 1967).

XVIII — P I O X I I

1 — É verdade que Pio XII era um homem de temperamento frio, orgulhoso e isolado?

— Nada disto. Tôda gente podia aproximar-se dêle para lhe confiar suas penas, e o Papa procurava aliviá-las, às vêzes mediante ajuda material, às vêzes mediante grandes graças, inclusive milagres. Por êsse motivo, os fiéis a êle recorriam em tal número que, para evitar o perigo de esmagamento nas ingentes aglomerações que se formavam, Pio XII mandou colocar as grades de madeira que ainda hoje se acham na praça de São Pedro. Numerosíssimas fotos reproduziram essas multidões.

2 — Não obstante, dizem que os trabalhadores e a questão social lhe eram indiferentes. A encíclica “Mater et Magistra” não é o primeiro documento que a Igreja publicou sôbre êste tema?

— Como se pode ver pela sua bibliografia, nas edições em que esta consta, essa encíclica não constitui o primeiro, e sim um dos últimos documentos da Igreja sôbre o tema trabalhista. Ela é um resumo da doutrina pontifícia anterior, e, antes de tudo, dos escritos de Pio XII sôbre esta matéria. Êstes foram reunidos em dois grossos volumes sob o título “*Soziale Summe*” (Suma social) pela Editôra Saint-Paul, Friburgo (Suíça).

Documento memorável sôbre o problema social é a encíclica “*Rerum novarum*”, publicada, em 1891, pelo Papa Leão XIII.

3 — Contudo, dizem que a doutrina de João XXIII é oposta à de Pio XII; é certo isto?

— Os próprios discursos de João XXIII desmentem tal coisa. No discurso que pronunciou, ainda como Patriarca de Veneza,

por ocasião da morte de Pio XII, menciona êle que muitas vêzes havia comparado o magistério dêste Papa com a fonte pública, à qual pode ir beber todo aquêle que tem sede. Na sua Mensagem de Natal de 1958, João XXIII prevê em Pio XII o Doutor da Igreja.

4 — Mas João XXIII iniciou o Concílio Ecumênico Vaticano II. E a linha conciliar não é completamente oposta ao magistério de Pio XII?

— O Papa Paulo VI afirmou muitas vêzes, mas sobretudo na sua Audiência Geral de 12 de janeiro de 1966, e na sua Carta Pontifícia dirigida ao Congresso de Teologia conciliar (*L'Osservatore Romano* de 26/27-IX-1966) celebrado em Roma, afirmou que as normas conciliares não são outra coisa senão o prolongamento e a ampliação do Magistério Pontifício, do qual o de Pio XII forma parte importantíssima.

5 — Como então tantas vêzes se afirma o contrário?

— Justamente para acabar com êste confusionismo foi que o Santo Padre convocou êsse Congresso de Teologia conciliar que mencionámos, a fim de fixar normas das quais, no dizer do próprio Santo Padre, ninguém poderá afastar-se sem se encaminhar para a heresia (*"L'Osservatore Romano"* 2-X-66).

6 — E ninguém retificou tais tergiversações?

— Entre as numerosas pessoas que, indignadas, intrêpidamente defenderam o caluniado Pontífice, foi o Padre R. F. Espósito, da Pia Sociedade de São Paulo, quem faz essa retificação, no seu excelente livro *"Proceso al Vicario"*. Esta documentadíssima publicação, que lamentamos não esteja traduzida em castelhano, rebate frase por frase as asserções do *"Vicario"*, demonstrando, ainda por cima, que o autor conhece muito bem o tema, e que de modo algum terá podido obrar por ignorância e de boa fé.

7 — Mas que motivo teve Hochuth para fazer semelhante difamação?

— Êle mesmo no-lo diz no epílogo da sua obra: desiludir os católicos, que consideravam Pio XII o Papa mais brilhante da nossa época, havendo-o venerado já em vida como a um santo. Isto êle conseguiria demonstrando-lhes que, na melhor das hipóteses, êle fôra um intelectual frio e calculista.

8 — E que finalidade colimava êle com isto?

— Responde-no-lo também êle mesmo: evitar-lhe a canonização.

9 — Mas será que se pode canonizar alguém sem mais nem menos? Não é necessária a devoção popular?

— Não é indispensável, mas é, sim, um indício de santidade; e, no caso de Pio XII, ela se manifesta, entre outras coisas, mediante as flôres que, há oito anos, dia após dia, os fiéis depositam, no túmulo dêle, e pelos milhões de pedidos de canonização enviados à Sacra Congregação dos Ritos.

10 — Mas também não eram necessários milagres para se canonizar um bem-aventurado?

— Certamente que são necessários, e, inclusive, êles são o único sinal divino da santidade. De Pio XII apontam-se vários. Tão sòmente no Arcebispado de Barcelona está depositada a documentação de dois que esperam sua confirmação oficial.

11 — Se Pio XII salvou a vida de tantos judeus, e de tantas maneiras, como é que êstes não dão testemunho disso, agora que o Papa foi tão vilmente caluniado?

— Pinchas Lápidé, judeu, residente em Israel e oficial do exército britânico durante a segunda guerra mundial, em diver-

sas oportunidade referiu-se à atuação do Papa Pio XII quando da apresentação de seu livro "Os três últimos Papas".

Numa conferência em Amsterdam, afirmou êle: "Como judeu julguei a atuação do Papa Pio XII relativamente à perseguição aos judeus. Como judeu nego-me a julgar o Papa de outro modo que como o homem que mais fêz em prol dos judeus perseguidos... O silêncio do Papa não me estranha; mas, em compensação, estranha-me, sim, o silêncio sôbre o Papa desde que apareceu a obra de Hochhuth. Não estou tão irritado com a obra de Hochhuth quanto com o silêncio daqueles que estavam ao corrente do que Pio XII fêz pelos judeus durante os anos da guerra a fim de os salvar dos nazistas".

Lápide trabalhou durante três anos em reunir material para o seu livro. Só quis usar fontes históricas judias de Jerusalém, sem nenhuma ajuda do Vaticano. ("Palabra". — Órgão da A. C. da Argentina. — N.º 12, agosto de 1967. — Buenos Aires).

Ainda em vida de Pio XII, expressaram-lhe os judeus, de várias formas, a sua gratidão, manifestações essas que se repetiram por ocasião da sua morte, e que constam em livros, inclusive, em discos. Mas não podemos esperar, por parte de todos os judeus, a mesma sinceridade de um ânimo desapaixonado, pois êles costumam também sofrer de tradicionais preconceitos, aos quais de modo algum é alheia a sua ancestral prevenção contra a fé de Cristo.

12 — Como se explica que Pio XII se haja totalmente des- preocupado da sorte dos judeus perseguidos por Hitler?

— Pio XII nunca se despreocupou da sorte dos judeus. Ao contrário, qual o bom samaritano, fêz por êles tudo o que estava a seu alcance, tanto se valendo da Igreja como agindo pessoalmente, e chegando ao extremo de os esconder em seus próprios aposentos. Êle sempre auxiliou todos os perseguidos, sem distinção de religião nem de raça; foi, em parte, graças à sua intervenção que o povo alemão não foi totalmente aniquilado depois da II Guerra Mundial.

13 — Como sucede, então, ter sido justamente um alemão quem escreveu a maior acusação contra Pio XII, a obra teatral “O Vigário”?

— Esse alemão, pela sua atual idade de pouco mais de trinta anos, na época em que deve de situar sua obra êle teria seis ou oito anos sòmente. Nada vale êle como testemunha pessoal de fatos que, até mesmo os que então eram de maior idade, amiúde desconhecem ou deturpam. O espírito “antipapista” na Alemanha já vem do tempo do Lutero, e mesmo de antes. A isto se acrescenta a ambição de criar para si um nome, e de satisfazer instintos, nada limpos, de um setor muito extenso de gente impulsionada por ideologias mui contrárias à religião católica, entre as quais não é nada alheio um nutrido setor do mundo intelectual.

14 — Porém “O Vigário” não está baseado em documentação histórica muito sólida?

— O próprio autor teve de confessar, numa entrevista com a revista alemã “*Der Spiegel*” (24-IV-63), que durante a sua permanência em Roma não tinha podido consultar nenhum arquivo secreto, nem falar com personalidade alguma de relêvo. Utilizou, isto sim, publicações sôbre Pio XII de valor histórico, porém por tôda gente conhecidas, como, por exemplo, o livro do Cardeal Tardini, mas deturpando-lhe completamente os dados.

15 — Assim sendo, como sucede que o Cardeal Tardini não tenha protestado contra tal falsificação?

— Quando foi publicado “*O Vigário*”, o Cardeal Tardini já morrera.

16 — É verdade que o Cardeal Montini, antes do Conclave que o elevou ao Sumo Pontificado, respondeu ao autor de “O Vigário” pelas páginas da revista “The Tablet”?

— Certamente, e, além disto, “*L’Osservatore Romano*” de 29 de abril de 1963, na sua página 7, reproduziu tão decisiva res-

posta. Em se tratando de documento tão importante em defesa do glorioso Pastor Angélico, comprazemo-nos em aqui reproduzi-lo:

"Senhor Diretor:

Li o artigo de sua apreciada Revista "The Tablet", de 11 de maio de 1963, intitulado "Pius XII and the Jews" (Pio XII e os Judeus), e agradou-me a defesa feita, em tal escrito, não só do Papa Pio XII, de venerada memória, e da Santa Sé, como também da verdade histórica dos fatos e da lógica, ou, melhor dizendo, do senso comum.

Não cogito de fazer o exame da questão suscitada pelo "Der Stellvertreter" (O Vigário), de Rolf Hochhuth como autor, e de Erwin Piscator como diretor artístico; isto é, se era dever do Papa Pio XII condenar, com protestos ruidosos e espetaculares a matança de judeus durante a última guerra. Muito haveria que dizer a este propósito, mesmo depois do artigo, mui claro e demonstrativo, de "L'Oss. Rom." de 5-IV-1963, porque a tese do drama, posta em evidência pelo Sr. George Steiner em "The Sunday Times" de 5 de maio de 1963: "We are accomplices to that which leaves us indifferent" (fazemo-nos cúmplices daquilo que nos deixa indiferentes), não pode aplicar-se à pessoa e à obra de um Pontífice como Pio XII. Não sei como se pode sustentar, e ainda menos como se pode tomar como tema de um drama, tal acusação contra um Papa que, de si mesmo, em voz alta e com consciência firme, podia dizer: "Não houve esforço que não tenhamos envidados, nem empenho que tenhamos descurado, para que as populações não tivessem de sofrer os horrores da deportação ou do exílio; e, quando a dura realidade veio a desenganar as nossas mais legítimas esperanças, tudo pusemos por obra para ao menos lhes atenuar o rigor". A história, e não uma manipulação artificiosa dos fatos e sua interpretação preconcebida, feitas no "Stellvertreter", reivindicará a verdade a propósito da ação de Pio XII durante a última guerra, no que se refere aos excessos criminosos do regime nazista, e demonstrará até que ponto essa ação foi vigilante, assídua, desinteressada e valente, dentro do contexto real dos fatos e das condições daqueles anos.

Afigura-se-me estar obrigado a contribuir para o claro e honesto juízo da realidade histórica, tão deformada pela pseudo-realidade apresentada no referido drama, fazendo notar que a

figura de Pio XII, tal como aparece nas cenas do "Stellvertreter" (pelo que dizem as críticas da imprensa), não traduz exatamente, antes, pelo contrário atraígoa, o seu verdadeiro aspecto moral. Posso dizer isto, por ter tido a grande ventura de lhe estar perto e de o servir todos os dias durante o seu Pontificado, começando em 1937, quando Êle ainda era Secretário de Estado, até 1954, portanto durante todo o período da guerra mundial.

Verdade é que minhas funções junto ao Pontífice não se referiam exatamente aos assuntos políticos (ou extraordinários, como lhes chama a linguagem da Cúria romana); porém a bondade do Papa Pio XII, e a própria índole do meu serviço como Substituto da Secretaria de Estado, davam-me ocasião de conhecer o pensamento, ou, melhor, o espírito daquele grande Pontífice. A figura de Pio XII, tal como é representada por Hochluth, é falsa. Por exemplo, não é verdade haja Êle sido medroso, nem pelo seu temperamento congênito, nem pela sua consciência de Homem investido de um poder e de uma missão; a êste respeito eu poderia citar muitíssimos detalhes capazes de demonstrar que Pio XII, sob o aspecto grácil e gentil que era o seu, e por sob uma linguagem sempre seleta e moderada, ocultava; ou, melhor dizendo, revelava, uma têmpera nobre e viril, capaz de assumir posições de grande energia e de risco intrépido.

Não é verdade que Êle fôsse insensível e isolado. Ao contrário, era de espírito finíssimo e sensibilíssimo. Amava a solidade, porque a riqueza de seu espírito e a sua extraordinária capacidade de pensamento e de trabalho buscavam precisamente a supressão de distrações inúteis e de diversões supérfluas; mas êle não era um alheio à vida, um indiferente para com as pessoas e os acontecimentos que o cercavam; pelo contrário, ansiava por estar sempre informado de tudo, e por participar, até ao sofrimento interior, da paixão da história, à qual se sentia incorporado. A respeito disto, ótimo testemunho deu Sua Excelência Osborne, então Ministro da Grã Bretanha junto à Santa Sé, e obrigado, por causa da ocupação alemã, a viver confinado na Cidade do Vaticano, testemunho êsse dado em o "Times" de 20 de maio: "Pius XII was the most warmly human, kindly, generous, Sympathetic — and, incidentally, saintly — character that it has been

my privilege to meet in the course of a long life" (Pio XII foi a pessoa mais cálidamente humana, amável, generosa, simpática — e, ainda por cima, santa — que tive o privilégio de conhecer no decurso de uma longa vida).

Tampouco corresponde à verdade sustentar que Pio XII fôsse movido por cálculos oportunistas de política temporal. Calúnia seria também atribuir a Ele e ao seu Pontificado qualquer móbil de utilidade econômica!

A razão, pois, de não haver Pio XII assumido uma posição violenta de conflito contra Hitler, a fim de evitar a matança nazista de milhões de judeus, não é difícil de compreender para quem não cometer o erro de Hochhuth, de medir as possibilidades de uma ação eficaz e responsável durante aquêle tremendo período de guerra e de violências nazistas, pela mesma craveira das condições normais, ou então das gratuitas e hipotéticas condições inventadas pela fantasia de um jovem comediógrafo. Uma atitude de condenação e de protesto, tal como êste censura ao Papa não a haver adotado, teria sido, mais do que inútil, daninha; isto é tudo. A tese do "Stellvertreter" indica uma insuficiente penetração psicológica, política e histórica da realidade, na busca de revesti-la de atrativo representativo.

Se, por hipótese, Pio XII houvesse feito que, com melhor avaliação histórica, política e moral, Hochhuth pudesse ter escrito outro drama, muito mais realista e interessante do que o que tão resoluta e desgraçadamente êle pôs em cena, isto é, o drama do "Stellvertreter", por exibicionismo político ou por imprudência psicológica êle teria a culpa de haver causado, sobre o mundo, já tão atormentado, uma ruína mais vasta, não tanto em prejuízo seu como de inúmeras vítimas inocentes.

Não se joga com êstes temas e com os personagens históricos que conhecemos, com a fantasia criadora de artistas de teatro, não bastante dotados de critério histórico, e, o que a Deus não praza, de honradez humana. Porque, de outro modo, no caso presente, o verdadeiro drama seria outro: o de quem tenciona descarregar sobre um Papa, extremamente cónscio do seu próprio dever e da realidade histórica, e, ainda por cima, Amigo,

*imparcial, isto sim, mas fidelíssimo, do povo germânico, os hor-
ríveis crimes do nazismo alemão.*

*Pio XII continuará, igualmente, tendo o mérito de haver
sido um “Vigário” de Cristo que procurou cumprir a sua missão
como podia, valente e integralmente; mas será que se pode con-
siderar um mérito da cultura e da arte tamanha injustiça teatral?
— Com sincero respeito, seu dedicadíssimo, G. B. Cardeal Mon-
tini, Arcebispo de Milão”.*

XIX — RESPOSTA A ALGUNS SOFISMAS

1 — Deve o católico seguir em tudo o seu critério?

— O católico tem de seguir como norma de sua conduta a vontade de Deus. Deus, a conformidade com sua natureza divina, é o que constitui a norma moral absoluta.

Ora, a natureza racional do homem é imagem da natureza divina. Por isso, a conformidade dos atos humanos com a natureza racional do homem, tomada em sua integridade e em tôdas as suas relações com os demais seres, constitui para todos os homens a norma visível, e como que intuitiva, da sua conduta moral. Por êste critério deve o católico reger-se.

Há, pois, uma “*norma moral objetiva*”, válida para todos, a qual se nos manifesta pela razão retamente formada, e nos é imposta intimamente pela nossa própria consciência. Dizer que se deve seguir em tudo o próprio critério, para assim defender o subjetivismo moral, é defender tôda sorte de imoralidade. Daí a gravíssima obrigação, que têm todos os católicos, de formarem bem, retamente e com objetividade, a sua consciência, de conformidade com a lei eterna de Deus.

Disse o Concílio: “... *Porque o homem tem uma lei escrita por Deus no seu coração, na obediência da qual consiste a dignidade humana, e pela qual êle será julgado pessoalmente...* Quanto maior é o predomínio da reta consciência, tanto maior segurança têm as pessoas e as sociedades “*para se afastarem do cego capricho*”, e para se submeterem às normas objetivas da moralidade”. (Constituição sôbre a Igreja e o mundo, n.º 16).

2 — Não é preferível que haja grande variedade de opiniões, de matizes, de divergências ideológicas entre os católicos? Não

é assim que, dentro do respeito mútuo, melhor se faz avançar a Igreja?

— O avanço da Igreja não se realiza num sentido mundano e terreno. Em seu peregrinar pela terra, a Igreja — Igreja militante — avança para a posse plena de Deus, no nôvo, total e definitivo encontro com Jesus-Cristo — Igreja triunfante.

As diversidades possíveis entre os católicos Santo Agostinho exprimiu-as com a sua célebre frase: *“Nas coisas necessárias haja unidade. Nas opináveis e duvidosas, liberdade. Em tudo, haja caridade”*. Assim, no que se refere à doutrina Católica deve haver unidade entre todos. Variedade e liberdade em tôdas as coisas que a Igreja deixou à opinião particular dos homens. Sempre, porém, deve refulgir a caridade. Caridade com todos, caridade em tudo, caridade para com o Magistério da Igreja.

3 — Que foi que o Concílio ensinou sôbre o Magistério da Igreja?

— Projetou nova luz sôbre a doutrina católica do poder de ensinar do Papa e dos Bispos.

Disse o Concílio: *“Quando ensinam em comunhão com o Romano Pontífice, devem os Bispos ser por todos respeitados como as testemunhas da verdade divina e católica; os fiéis, por sua parte, têm obrigação de aceitar, e de com religiosa submissão do espírito aderir-lhe, a opinião do seu Bispo em matéria de fé e de costumes, quando êle as expõe em nome de Cristo. Esta religiosa submissão da vontade, e, de modo particular, do entendimento, é devida ao magistério autêntico do Pontífice Romano, mesmo quando êle não fale “ex cathedra”; de tal sorte que, com reverência, se reconheça o seu magistério supremo, e com sinceridade se adira à opinião por êle expressada segundo o desejo que êle mesmo tenha manifestado, como se pode descobrir quer pela índole do documento, quer pela insistência com que êle repete uma mesma doutrina, quer também pelas fórmulas empregadas”*. (Const. sôbre a Igreja, n.º 25).

4 — Como é que o Papa exerce o seu magistério autêntico?

— Como Mestre universal, o Papa exerce de maneira extraordinária a plenitude do seu Magistério infalível quando define “*ex cathedra*”. Mas, como Pai que também é de todos, exerce de modo ordinário o seu magistério doutrinando, ilustrando, ensinando os fiéis, paternal e piedosamente, de mui diferentes maneiras, sem apelar para o seu supremo poder de magistério infalível extraordinário.

5 — Assim, pois, fora das definições “*ex cathedra*”, o mais que os Papas ensinam nas encíclicas, como outros documentos da Santa Sé, são uma opinião mais dentro da Igreja e têm então um valor meramente temporal?

— De maneira nenhuma, senão que o Concílio exige para os demais ensinamentos dos Papas submissão de vontade e de entendimento, e assim confirma o que o Papa Pio XII ensinara sobre o assentimento que o católico deve dar às encíclicas: “*Também não se deve pensar que lhe não exige assentimento aquilo que nas encíclicas se expõe, pelo fato de nelas não exercerem os pontífices o poder supremo do seu magistério; visto estas coisas se ensinarem pelo magistério ordinário, ao qual também se aplica o “quem a vós ouve a Mim me ouve”. (Lc. 10, 16); e, as mais das vezes, o que nas encíclicas se propõe e se inculca já pertence, por outros conceitos, à doutrina católica*” (“*Humani Generis*”).

6 — Comete pecado o católico que não se submete aos ensinamentos do Papa, dos Concílios ou dos Bispos?

— Há diferentes graus de assentimento, conforme os diferentes graus do Magistério da Igreja. Resumiremos os principais:

a) Pelo que se refere ao ensino doutrinal do Papa:

— Magistério extraordinário: Definições “*ex cathedra*”.

— Magistério ordinário: 1 — O Papa por si mesmo: Cartas encíclicas, Discursos e rádio-mensagens doutriniais, Cartas,

escritos, alocações de âmbito mais particular. 2 — Por meio das Sacras Congregações romanas, e especialmente por meio da “Congregação para a Defesa da Fé” (anteriormente Santo Ofício): Diretamente doutriniais, quando se propõe uma doutrina como verdadeira ou falsa; Indiretamente doutriniais, quando se propõe uma doutrina como segura ou não segura, e sem perigo para a fé e para a moral.

b) *Pelo que se refere ao ensino doutrinal dos Bispos:*

— Magistério extraordinário: Quando êles definem como verdade de fé reunidos com o Papa em Concílio ecumênico.

— Magistério ordinário: Quando, em união com o Papa, ensinam a seus fiéis mediante pastorais, instruções, sínodos diocesanos ou Concílio ecumênico.

— Magistério ordinário: Quando, reunidos os Bispos em concílios nacionais ou conferências nacionais, por documentos ou declarações coletivas exercem autoritativamente o seu Magistério sobre toda uma nação.

Suposto isto:

Peca por heresia o católico que não se submete às definições “ex cathedra” do Papa, por ex.: a Definição do dogma da Assunção de Nossa Senhora.

Peca por desobediência e temeridade contra a fé se êle não se submete aos ensinamentos doutriniais das encíclicas. Assim, p. ex., ao que Paulo VI ensinou sobre a Sagrada Eucaristia em “Mysterium Fidei”. A desobediência e temeridade contra a fé será maior ou menor conforme o conteúdo, conforme a índole do documento e sua intenção doutrinal, etc. Daí não ter a mesma exigência de assentimento o discurso do Santo Padre na ONU, no qual êle não quis ensinar nenhum ponto doutrinal da nossa fé, mas apenas manifestar perante o mundo a ânsia de paz da Igreja, e o discurso perante os Padres Conciliares, quando, como Mestre da Igreja, êle proclamou a SS. Virgem Mãe da Igreja. Esse discurso tão solene, tão cheio de ensinamentos marianos, é semelhante a uma encíclica, pela doutrina, pela intenção do Papa, pela solenidade eclesial.

Êstes pecados de desobediência e temeridade são, em si, graves.

Por desobediência e temeridade contra a fé também pecaria gravemente quem não aceitasse os decretos e documentos que emanam da Congregação para a Defesa da Fé, e que de modo *direto* propõem, em nome do Papa, uma doutrina como verdadeira ou falsa. Assim, p. ex., a condenação da heresia modernista no decreto "Lamentabili" de São Pio X. Desta espécie de decretos diz o próprio Santo Padre Pio X: "... (os que não os aceitam) não podem evitar a nota de desobediência e temeridade; e, portanto, não estão livres de culpa grave todos os que, de palavra ou por escrito, lhe impugnem as sentenças".

No que se refere aos decretos pelos quais a Igreja defende *indiretamente* a fé ou os costumes, e que propõem uma doutrina como segura ou não segura, perigosa ou sem perigo, em relação com a fé ou a moral, quem a êles não as sentisse pecaria por desobediência ao mandado, por escandalizar o povo e por obra temerária e errôneamente em assuntos tão importantes e que tão graves conseqüências podem ter ordem ao bem das almas. Tal, p. ex., o Decreto que condena a "*moral de situação*", de 2 de fevereiro de 1958, sob o Pontificado de Pio XII. Ou a advertência sôbre os perigos da doutrina de Teilhard de Chardin, de 30 de junho de 1962, sob o Pontificado de João XXIII: "*em cujas obras (as do P. Teilhard) abundam, em matérias filosóficas e teológicas, ambiguidades e erros graves que ofendem a doutrina católica*".

Se uma Congregação Romana condena uma doutrina, e a uma pessoa particular parece haver-se a mesma equivocado:

1.º) Sempre essa pessoa tem obrigação de se submeter quanto à *obediência* ao mandado, e de não escandalizar os outros por falta de submissão.

2.º) Mas, se se tratasse de um *especialista* nessa matéria (não do povo em geral), e êle visse com certeza que aquela decisão se apoia num fato falso, então êste não está obrigado, no *seu interior*, a prestar assentimento a êsse ensinamento.

Em relação com o ensino doutrinal dos bispos:

Não dar o assentimento devido aos documentos conciliares que ensinam a doutrina católica:

— se se trata de definições, é pecado de heresia;

— se se trata sòmente de ensino doutrinal sem intenção definitória, de ensinamentos de documentos pastorais... etc., é grave desobediência e temeridade contra a fé, e grave escândalo. Mesmo em se tratando de pecado grave, a culpa será maior ou menor conforme se negue assentimento a uma constituição dogmática ou a um decreto ou a uma declaração conciliar, que exigem um grau de assentimento menor.

Guardadas as devidas proporções, o mesmo deve dizer-se do magistério de cada Bispo em particular, em comunhão com o Santo Padre. Por parte de todos os diocesanos requer-se um assentimento religioso aos ensinamentos dêle. Por desobediência e falta de respeito devida a tóda autoridade hierárquica êles pecar-se-ia. A culpa maior ou menor será dada pela índole do ensinamento doutrinal do prelado, por sua intenção, ou pelo escândalo que possa produzir-se nos outros fiéis da própria diocese.

Para o magistério ordinário dos Bispos, reunidos em Concílio nacional ou conferências nacionais, e para as declarações coletivas, não se exige a presença física total dos membros, bastando apenas uma totalidade moral, como nos Concílios ecumênicos. O assentimento que se deve dar ao seu magistério há-de ser muito maior do que o devido ao próprio prelado da diocese. O contrário é pecado de desobediência, temeridade, grave escândalo e injúria contra a Igreja.

7 — Que se deve pensar da opinião pessoal de um Cardeal ou Bispo?

— Quando um Cardeal ou um Bispo *não* exercem seu magistério pastoral para com seus fiéis, a fim de lhes transmitir a fé da Igreja e exercer para com êles o seu officio de Mestre e de Pastor, a sua opinião pessoal, dentro do respeito devido à sua hierarquia por parte de seus diocesanos, pode contrastar-se com todo o ensino e tradição da Igreja, e ser seguido ou não, conforme o valor interior da sua argumentação.

8 — Que pensar da opinião pessoal de um teólogo, conferencista, escritor ou “causeur”?

— As opiniões pessoais de teólogos, escritores ou conferencistas valem conforme os argumentos de pêso que êles aduzem, e ninguém está obrigado a seguir a opinião pessoal de um teólogo ou escritor católico só pelo fato de êle ser tal. A nossa fé apoia-se em Deus revelante, e não num teólogo ou falador opinante.

9 — Haverá de esquerda ou de direita, avançados ou retrógrados, conservadores ou modernistas?

— Grave ofensa à Igreja é classificar segundo êsses moldes humanos os Vigários de Jesus-Cristo. Tôdas as coisas da Igreja, e com maior força o Papa, devem ser olhadas sobrenaturalmente. De um ponto de vista sobrenatural não tem sentido falar de Papas segundo essas classificações humanas. Classificar assim Papas e Papas, e confrontá-los entre si por critérios humanos, é arriscar-se a perder a fé sobrenatural na Igreja. O Papa não é mais do que o Vigário de Jesus-Cristo, Mestre e Pastor, Pai universal da Igreja. Isto é a única coisa que um católico deve ver na pessoa dêle, e as demais questões que não se referem à sua fé não de entrar na sua consideração de católico.

10 — Assim sendo, não pode haver esquerdas e direitas na Igreja?

— Não, porque essa linguagem não tem sentido na Igreja, como também não tem sentido falar de um Jesus-Cristo da direita ou da esquerda. Não há mais do que um só Jesus-Cristo e uma só Igreja, seu Corpo Místico. Na Igreja, só há bons católicos e maus católicos, bons membros ou maus membros do Corpo Místico de Cristo. Conforme nossas obras sejam boas ou más, segundo isto no final da vida todos seremos julgads.

No Evangelho de São Mateus o Senhor nos conta que, no Juízo Final, como Juiz supremo Êle separará todos os homens,

pondo à sua direita os que hão de se salvar, e à sua esquerda os condenados. Este é o único sentido possível de falar dos da esquerda e dos da direita. Mas, como o Senhor a ninguém revelou onde cada um estará, nunca podemos classificar os homens em vida. Devemos, pois, atender às boas obras, não admitir na Igreja classificações humanas, e deixar nas mãos de Deus o juízo definitivo dos homens.

11 — Apesar de tudo, será que não se pode dar da doutrina cristã uma interpretação mais ou menos rigorista, mais ou menos acomodada à realidade moderna, numa palavra: uma interpretação mais social e humana — de esquerda — ou mais conservadora e classista — de direita? . . .

— De maneira nenhuma, porque a Verdade de Jesus-Cristo é uma só, e devemos aceitá-la, com humildade, tal qual é, com tôdas as suas conseqüências.

Desde o momento em que intervêm as “interpretações” humanas, já se põe um limite à verdade de Jesus-Cristo e a tôdas as suas conseqüências. Por isso os homens inventaram essa linguagem falsa, de esquerdas e direitas, por não quererem que Jesus-Cristo e sua doutrina alcancem todos os homens e tôdas as conseqüências que se seguem.

Deve o católico esforçar-se por ser soldado cada vez melhor de Jesus-Cristo, tirar de sua vida todo o mal, que é o pecado, e fazer que suas boas-obras façam brilhar a santidade infinita de Jesus e da Igreja, mas nunca deve “interpretar” segundo seus gostos os ensinamentos de Jesus ou da Igreja.

12 — Mas por que então há, de fato, esquerdas e direitas na Igreja, e escritores ou conferencistas que assim o apregoam?

— Por falta de estudo, conhecimento e formação na filosofia tomista, que é a recomendada pela Igreja; por falta da teologia católica e do Magistério Tradicional da Igreja. De forma muito particular as paixões desordenadas influem no entendimento e o obnubilam. Uma ONU de santos, apesar das di-

ferenças de raça e de época, daria o espetáculo de uma maravilhosa unidade, sem bandos nem cismas. Em tôda a sua plenitude se cumpriria a máxima de Santo Agostinho: "*in necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus charitas*".

13 — A Verdade total ninguém a tem. Não é, então, uma mostra de soberba as pessoas se converterem em detentoras exclusivas da verdade, e fecharem a porta à verdade que os outros podem ter?

— A Verdade não é um mosaico que se constrói com os elementos que cada um aduz. Isso sucederá na ordem técnica, se se procura levantar um edificio entre muitos elementos. Mas a verdade religiosa não é uma conquista do homem, é um dom de Deus ao homem, como o são a vida, a saúde, a graça. A verdade é uma só, e é Jesus-Cristo: "*Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida*". Quem possui Jesus-Cristo e dêle é possuído *está* na verdade. Defender essa verdade única, reconhecer-se na posse dela, dá-la a conhecer aos outros, não é mostra de soberba, é mostra de humildade, pois quem o faz reconhece-se devedor de um dom, como a vida, gratuitamente outorgado por Jesus-Cristo. Por esta razão, esconder essa verdade única que existe e que nos possui, e não a dar a conhecer aos outros para que também elles participem igualmente dêsse dom, ainda que, em aparência, isso se faça com palavras de humildade, é cometer um ato de soberba inqualificável, pois se usurpa o que é exclusivamente de Jesus-Cristo, e humilha-se por completo Jesus-Cristo perante os homens.

14 — Não se deve ser negativo. Falar sòmente de coisas positivas. Este é o espírito do Evangelho e o de que necessitamos hoje.

— Negativo e positivo, em si, são têrmos muito relativos. Atualmente, dizer de uma pessoa, de uma pregação, de livro, que são negativos já é anatematizá-los. Como se negativo fôsse sinónimo de mau, de destrutivo, de modesto; e se como isso a

que chamam positivo já fôsse, por si, algo de bom, de agradável, de construtivo.

Cristo nos diz: *“Se alguém quiser após mim, renegue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me”*. (Mt. XVI, 24). Esta frase é reflexo da sentença divina: *“Porei inimizades entre ti e a mulher, entre tua descendência e a dela. Ela te esmagará a cabeça, enquanto tu procurarás morder-lhe o calcanhar”*. (Gênese, III, 15).

Há valores chamados negativos que são mui necessários, e sem os quais não podem sustentar-se nem as virtudes nem a própria vida social. Apagar um incêndio, atacar as doenças, combater a ignorância, dissipar os êrros, acabar com as guerras, reprimir os ladrões e criminosos, são em si tarefas negativas. Mas sem elas não podem sustentar-se a convivência, a saúde, a ciência, a paz, a verdade.

Atualmente é necessário combater os erros, as confusões e os relativismos. Quem qualifica de negativo um livro porque êle põe a descoberto os erros já participa dêsses mesmos erros, e, no fundo, é um aliado dos que trabalham contra a fé. Que atualmente há erros, di-lo um teólogo tão pouco suspeito de extremismo como Karl Rahner, no seu estudo *“Was ist Haeresie”*, que assim descreve a situação da Igreja perante o mundo moderno:

“O homem de hoje vive num espaço existencial... determinado por atitudes, doutrinas e tendências que devem ser qualificadas como heréticas, contrastando com a doutrina evangélica. Não é preciso que toda essa massa herética, da qual está influenciado o espaço existencial de todo homem, chegue necessariamente a concretizar-se em proposições teóricas. Semelhante cripto-heresia está viva na própria Igreja... Este tipo de heresia (que, para existir, não tem necessidade de ser tematicamente explícito) pode encontrar-se em todos os membros, inclusive nos próprios representantes da direção hierárquica”. Com estas palavras Rahner quer dizer que o veneno da heresia disfarçada é tão subtil, que pode infiltrar-se até nos membros da Hierarquia. E o teólogo jesuíta continua: *“O caráter implícito de heresia latente entre os membros da Igreja encontra um estranho aliado no homem de hoje”*.

O teólogo suíço, Cardeal da Santa Igreja, Charles Journet, escreve que *“a crise atual é, certamente, mais grave do que a crise que, em seu tempo, o Modernismo provocou”*. Não estaria fora da verdade quem afirmasse que a crise atual não difere essencialmente da crise modernista, pois é o mesmo relativismo modernista ainda mais atuante, aquêle que mais profundamente penetra nos espíritos de hoje. *“Um dia — afirma o mesmo Eminentíssimo Cardeal —, os fiéis acordarão e tomarão consciência de haverem sido intoxicados pelo espírito do mundo”* (apud *“Sanctifier”*, outubro de 1965, página 6).

Depois do Concílio agravou-se alarmantemente a difusão de erros, até o ponto de um intelectual francês haver escrito, com tôda razão:

“Com insistência se repete, em alguns setores, que o Concílio Vaticano II “não se reuniu para condenar”. Mas isto serve para condenar todo aquêle que não está na concepção particular que do Concílio fazem alguns setores. Em nome do Concílio e da sua “orientação”, um pseudo-concílio (ou um para-concílio, como o qualificava o diário vaticano “L’Osservatore Romano”) foi organizado na opinião pública, repelindo aquilo que a Igreja havia ensinado. Isto não é uma renovação nem uma atualização, é uma subversão sistemática”.

Na inauguração do Sínodo Episcopal, Paulo VI mais uma vez denunciou e lamentou os graves ataques que a Igreja sofre:

“Perigos enormes por causa da orientação irreligiosa da mentalidade moderna, e perigos insidiosos que do próprio interior da Igreja se insinuam por obra de mestres e escultores desejosos, sim, de dar à doutrina católica uma nova expressão, porém amiúde mais desejosos de acomodar o dogma da fé ao pensamento e à linguagem profanos, do que de se aterem à norma do magistério eclesiástico, assim dando livre curso à opinião de que, esquecidas as exigências da ortodoxia, podem-se escolher as verdades da fé que, a juízo de uma instintiva preferência pessoal, parecem admissíveis, rejeitando as demais; como se se pudessem reivindicar os direitos da consciência moral, livre e responsável por seus atos, face aos direitos da verdade, sobretudo aos da

divina revelação; ou como se se pudesse submeter a revisão o patrimônio doutrinal da Igreja, para dar ao cristianismo novas dimensões ideológicas, mui diversas das teológicas, que a genuína tradição delineou com imensa reverência para com o pensamento de Deus”.

Um prelado brasileiro, Monsenhor Castro Mayer, disse muito oportunamente: *“A experiência de nossos dias ensina-nos que a quinta coluna supera em eficácia os mais terríveis argumentos. Formado nos meios católicos o tumor revolucionário, as forças se dividem, as energias que deviam de ser inteiramente empregadas na luta contra o inimigo exterior gastam-se nas discussões entre irmãos. E, se, para evitar tais discussões, os bons cessam a oposição, maior é o triunfo do inferno, que pode, no próprio interior da cidade de Deus, implantar seu estandarte e desenvolver rápida e facilmente suas conquistas”.* (“Carta pastoral sobre problemas de apostolado moderno”).

Os que, em tom de auto-suficiência, qualificam de negativa a ação, necessária, de combater os erros, na realidade já pertencem aos que mais disfarçadamente combatem a verdade do Evangelho. Estes serão muito enérgicos para publicar notas contra os que sentem zelo pela glória de Deus e amam o depósito sagrado da fé. Estes estão de cheio naquele diagnóstico dado por Pio XII aos pregadores quaresmais de Roma em 1944: Um fato que sempre se repete na história da Igreja é o seguinte: Que, quando a fé e a moral cristã se chocam contra fortes correntes de erros ou de apetites viciados, surgem tentativas de vencer as dificuldades mediante alguma transigência cômoda, ou de se afastar delas, ou de lhes fechar os olhos”.

Enfim, a profissão da vida cristã obriga à prática das virtudes, e a combater as tentações, os erros, os pecados, os vícios. As duas coisas são obrigatoriamente compatíveis, ainda que o não entendam os neutralistas, os que querem desmentir a palavra de Cristo: *“Ninguém pode servir a dois senhores”.* (Mt. VI, 24). Isto está reservado aos que vivem esta verdade: *“Graças vos dou, Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultastes estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelastes aos pequeninos”.* (Lc. X, 21).

15 — Não lhe parece que a Igreja deve pedir perdão dos seus próprios pecados, de seus erros e fanatismos como instituição?

— Responder-lhe-ei com palavras de um exímio propagandista católico, Don Blas Piñar:

“No que lhe é próprio em matéria de fé e de costumes, a Igreja não pode errar, não pode pecar; e isto apesar dos pecados dos homens que governam. Há algo superior aos homens que lhe dirigem os destinos, e é a presença e a assistência do Espírito-Santo que a impede de errar. Quando a Igreja se pronuncia nesta matéria através do Supremo Pastor, através do Colégio Episcopal, em magistério ordinário ou extraordinário, ela é infalível, não pode equivocar-se, não pode ser arrastada pelas paixões ou pela tentação; as portas do inferno, isto é, o poder de Satans, não pode prevalecer contra Ela. A Igreja, como nos diz a teologia, não tem pecado, mas contém pecadores, e isso porque o pecado, que sufoca e destrói a vida divina no homem, não arranca êste da realidade ontológica da Igreja, e é na Igreja, instrumento de santificação, que, por obra do Espírito, o pecado se perdoa e a alma se purifica. Por isto, quando a Igreja ou o Papa pedem perdão, fazem-no pelos pecados dos homens da Igreja, pelos pecados de escândalo de nossos comportamentos, com as nossas deslealdades, com as nossas infidelidades, que apresentaram aos homens não a autêntica figura de Cristo, e sim a caricatura do Salvador; mas não pedem perdão pelos pecados que a Igreja, como tal, como espôsa de Cristo, não pode cometer”. (“Campanha pró Moralidade e Fé Íntegra”, boletim mensal, fevereiro de 1965).

16 — Todos os pontos de vista têm a sua parte de verdade, e ninguém pode arrogar-se com soberba o monopólio da verdade absoluta. Êstes dogmatismos estão fora da mentalidade da nossa época.

— Atributo essencial da Verdade é ser Una, e não múltipla. Por isso, não se pode afirmar que tôdas as posições têm algo de Verdade, ou que uma posição não monopoliza a Verdade. A Verdade não tem nada que ver com posições, pontos de vista,

ou com *opiniões* e diferentes perspectivas históricas em que nos situamos por tempo ou por idade. Dizer que se possui a Verdade não é uma soberba, antes devera ser sempre um gesto de humildade e de acatamento à Bondade de Deus, que ao nosso entendimento concedeu a Luz da Verdade. Soberba é não querer admitir que a Verdade vem de Deus, e considerá-la como resultado de um esforço humano. O dogmatismo consiste em ter a Verdade como patrimônio de homens, e não em aceitá-la como presente de Deus, que nos pede que a ela sejamos fiéis. Nossa época está farta de tantos dogmatismos humanos, mas está ansiosa por Verdade, pela Verdade que não é uma de tantas coisas humanas que hão fracassado, e sim que é de Deus.

17 — Mas cumpre reconhecer que o nosso entendimento não pode chegar a conhecer a verdade em tôda a sua plenitude. É êste o fundamento dos pontos de vista.

— É certo que nosso entendimento não abarca tôda a realidade. Se o fizesse nós seríamos como Deus. Por isso, a verdade lógica do nosso entendimento é a conformidade do nosso conhecer com a realidade, embora não com *tôda* a realidade, porque a capacidade dêle é limitada. Mas isso não significa que o nosso entendimento não alcance a verdade. Sendo o nosso entendimento finito, e não infinito como o de Deus, poderá sempre aperfeiçoar-se, mas sempre na mesma linha da Verdade, sem que um nôvo conhecimento anule o anterior ou o torne diferente. É evidente que o teorema de Pitágoras tem dimensão e profundidade mui diferentes num menino que acaba de estudá-lo na sua geometria, e num Einstein. Trata-se, no entanto, da mesma verdade, única, porém mais aprofundada, penetrada em sua maior complexidade. Não há pontos de vista quando se trata da verdade. Há sòmente que nos situarmos na linha que nos dá a própria Verdade, e, sem preconceitos deformadores, acomodarmos o entendimento à sua realidade viva.

18 — Então é errado falar de aspectos parciais da verdade?

— A Verdade, como a saúde, é um todo. Isto já o ensina a filosofia elementar. De um homem não dizemos que êle tem

boa saúde se está doente do estômago mas goza de uma fortaleza invejável em todos os demais órgãos. O erro não consiste em que seja mentira tudo o que se afirma ou se crê, e sim em que falte à verdade algo da sua integridade ou totalidade. Os maiores absurdos na ordem filosófica têm tido os seus defensores. E, certamente, não pelo que eles tinham de erros, mas sim nos seus aspectos de verdade. É por isso que a mentira, o erro, o mal, a heresia progridem. Pela sua aparência de verdade, de bem, de retidão e de ortodoxia, com que se apresentam à nossa vista. Santo Tomás nos diz que *“a própria doutrina dos demônios contém algumas verdades pelas quais consiga ser aceita”*. O nosso entendimento não é para ver aspectos parciais, é para ver a verdade pura e simples, sem mescla do veneno do erro. (Sum. Theol. II-II, q. 172, a 6).

19 — O fato de o nosso entendimento não apreender toda a realidade e verdade das coisas leva-nos à necessidade do diálogo para apreendermos o máximo de realidade entre todos.

— Já dissemos que, do fato de o nosso entendimento não apreender toda a realidade das coisas não se segue esteja ele equivocado; mas, sim, que ele não chegou à plenitude. O diálogo consiste em que quem possua mais plenitude comunique-a a outro; consiste em que quem possua a verdade ensine-a a quem não a possua, em vez de guardá-la egoistamente só para si. Este é o sentido do magistério eclesiástico, com o qual, ao longo dos séculos, se realiza o diálogo da Igreja com o mundo. Que se abracem e a ela sejam fiéis ambos os extremos, isto é, aquêle que comunica a verdade e aquêle que a recebe, porque, em última análise, a verdade não é obra de homens, é graça de Deus. Esta atitude de caridade e de humildade é que S. Paulo nos ensina quando nos diz que sejamos *“fautores da verdade na caridade”*.

20 — A que se devem tantos sentidos divergentes perante a verdade, e tão diversos esquemas mentais opostos entre

si? Os velhos pensam de uma maneira, e os jovens de outra. Há mentalidades antigas, e outras mais abertas e progressistas, sem embargo, todos dizem que buscam a verdade e a ensinam.

— Não deve chamar-nos a atenção êsse fato, tão antigo como o homem. As paixões e os preconceitos e os interesses pessoais desempenham aqui um papel de primeira plana. Operam, em muitos casos, por via inconsciente, e nós nem sequer nos damos conta disso. Seria necessária uma sinceridade mui radical para nos libertarmos dêles, e bem sabemos que isto supõe heroísmo interior; e, em geral, poucos estão dispostos a êsse heroísmo. Os esquemas diversos, as diferentes mentalidades, os velhos, os que se intitulam abertos, a juventude; numa palavra, todos coincidiriam e estariam acordes em a verdade, que é única e não depende das circunstâncias humanas. Por isto, a falta de coincidência na verdade não depende da própria verdade, e sim das vontades dos homens. O Senhor disse-nos por S. Mateus: *“A lâmpada do corpo é o olho. Se, pois, teu olho estiver bom, todo o teu corpo estará iluminado; mas, se teu olho estiver mal, todo o teu corpo estará entenebrecido. Se, pois, a luz que há em ti é escuridão, quão grande será essa escuridão?”* (Mt. VI, 22-23). Bem claramente nos dá Êle a entender, por estas palavras, que, se não há luz em nós é por nossa própria culpa, e não porque não brilhe bem a luz. E, em São João, o Senhor dá-nos a explicação da incredulidade dos judeus: *“Vim em nome de meu Pai, e vós não me recebeis; se outro vier em seu próprio nome, recebê-lo-eis. Como podeis crer recebendo, como recebeis, a glória uns dos outros, e não buscais a glória que vem do único Deus?”* (Jo. V, 43). E, noutra ocasião, pelo mesmo evangelista Êle ensina: *“Este é o juízo: que a luz veio ao mundo, e os homens preferiram as trevas à luz, porque eram más as suas obras. Porque todo aquêle que obra o mal aborrece a luz, e não vem à luz para que não sejam postas a descoberto suas obras”*. Evidente é que, se todos nós católicos seguissemos exatamente os ensinamentos do Magistério da Igreja, abandonando nossas próprias deformações, dêsse Magistério, que é a Voz de Cristo ao longo das gerações cristãs, não haveria divergência entre nós. Ao abandonarmos a fidelidade ao Magistério em sua totalidade, ou ao tomarmos sòmente aquêles aspectos que coincidem com os

nossos próprios gostos, nós nos afastamos da luz. Natural é, então, que tropeçemos ao caminhar, e que tropeçemos uns nos outros.

21 — Que é que parece mais urgente e necessário hoje para superar as discrepâncias?

— Sem dúvida alguma é o que repetidamente Paulo VI tem afirmado. Estudar, e seguir com fidelidade absoluta todo o Magistério da Igreja, o de todos os Papas e Concílios, e ter confiança filial nêle. Em muito poucos anos a desorientação dentro da Igreja teria desaparecido, e, com isso operar-se-iam maravilhas apostólicas e se salvariam muitíssimas almas.

XX — SACERDOTES, APOSTOLADO SECULAR E AÇÃO TEMPORAL

1 — É conveniente, é lícito que a Igreja — sacerdotes, movimentos de Ação Católica — incluam em seu programa apostólico a melhoria das estruturas humanas e temporais, como, por exemplo, as sócio-econômicas e as políticas?

— Recordemos a missão que Deus conferiu à sua Igreja, e o próprio sentir da Igreja.

1 — A MISSÃO DE CRISTO À SUA IGREJA — *“Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura”*. (Mc. 16, 15). *“Ensinai todas as gentes a observarem tudo o que eu vos ensinei”*. (Mt. 28, 19-20).

O reino de Deus que Cristo pregava, êsse mesmo é que Ele quis fôsse estendido até o fim dos tempos e do orbe por seus Apóstolos e pelos sucessores dêstes. Ele veio remir e salvar o mundo. E, *“assim como o Pai me enviou, assim também vos envio”*. (Jo. 20, 21).

Para outra coisa não tem missão a Igreja.

2 — O SENTIR DA IGREJA — É sabido que muitas vezes a têm acusado de se ingerir em coisas que lhe não dizem respeito: como, por exemplo, no problema econômico-social, em assuntos políticos, etc.. (Veja-se “Quadragesimo anno” e “Mater et Magistra”).

Contra êstes acusadores, a Igreja tem sempre defendido o seu direito de intervir em tudo, mesmo no temporal e profano.

Porém só *“ratione peccati”*. Não há atividade humana na qual não possa haver um comportamento moral bom ou mau. Por causa da moralidade dos atos é que a Igreja se atribui o

direito de intervir, já que ela é a mestra e guia da humanidade, para que, com a sua conduta, com a sua boa moral, os homens ganhem o céu.

Não obstante, tem a Igreja ao mesmo tempo reconhecido as limitações que lhe impõe a missão a ela cometida por seu Divino Fundador. Tem reconhecido que, salvadora dos princípios morais, ela não tem o direito de intervir nas coisas profanas. Estas são as coisas de César, que a César devem ser deixadas, consoante o ensino de Cristo.

2 — Mas a finalidade da Ação Católica não é precisamente essa mudança das estruturas humanas e temporais?

— Se se tratasse somente de formar os membros das associações apostólicas para que, individualmente, elles atuassem no temporal, nada haveria a objectar. E, efetivamente, alguns conselheiros de associações de apostolado dizem não pretenderem outra coisa: dizem que elles se limitam à atuação de um teólogo consultor, que, ante as consultas de seus associados, dita se a atuação social ou política destes é conforme ou não aos princípios morais. Sem embargo, na prática isto não é verdade. Podem esses sacerdotes deixar de ser o teólogo ou o confessor que responderia em nome da moral cristã, para se converterem no animador dos ideais sociais ou políticos dos membros do grupo. E aquilo que se dizia ação *individual* converter-se-ia, na realidade, em ação de grupo, animada, quiçá mesmo iniciada, pelo próprio sacerdote.

Efetivamente, alguns, mesmo por escrito, não têm tido reboço algum em confessá-lo francamente, e em defender como legítima esta ação temporal das associações apostólicas como tais.

O Sr. Arcebispo de Oviedo, Dr. Vicente Enrique Tarancón, disse: *“Será indispensável que esse compromisso elles o adquiram e o realizem sob sua responsabilidade pessoal, e jamais possa parecer que elles se escudam na Igreja ou numa organização eclesial. Porque, neste terreno, cabem critérios diferentes entre os católicos e condutas divergentes no seio da Igreja. A realização concreta desses compromissos temporais é sempre um problema de prudência, já que se há-de julgar sobre elementos convin-*

centes que podem focalizar-se de diferente maneira. Não se me afigura conveniente — e na maioria das vezes não será lícito — comprometer a Igreja ou uma organização eclesial em atividades temporais concretas. É necessário não perder isto de vista, para evitar inconvenientes... Ordinariamente a Hierarquia não intervirá nesses assuntos, a não ser que a tal o obrigassem razões do bem comum da Igreja. Os seculares é que devem tomar a iniciativa e promover a direção. Se, por quaisquer razões que fosse, as autoridades competentes traçassem orientações concretas neste sentido, ou marcassem um currículo determinado à ação dos católicos neste campo, não seria lícito preterir tais determinações ou sair da pauta ordenada. Ainda menos lícito seria ocultar a intenção à Hierarquia para evitar a intervenção desta, que se prevê negativa”.

3 — Mas a doutrina do Concílio Vaticano II assinala que se deve trabalhar para a inspiração cristã da ordem temporal.

— Efetivamente, em seu Decreto “*Apostolicam actuositatem*”, sobre o apostolado secular o Concílio diz: “A obra de redenção de Cristo, enquanto por si tende a salvar os homens, propõe-se também a restauração de toda a ordem temporal. Portanto, a missão da Igreja não é só anunciar a mensagem de Cristo e sua graça aos homens, é também impregnar e aperfeiçoar toda a ordem temporal com o espírito evangélico. Por conseguinte, segundo esta missão, os seculares exercem o seu apostolado tanto no mundo como na Igreja, da mesma sorte na ordem espiritual que na ordem temporal; ordens que, por mais distintas que sejam, de tal forma se compenetraram no designio único de Deus, que em Cristo o próprio Deus procura resumir, o mundo todo na nova criatura, incoativamente na terra e plenamente no último dia. O secular, que é, a um tempo, fiel e cidadão, deve comportar-se sempre, em ambas as ordens, com consciência cristã” (N.º 5).

Semelhantes a esta há muitas outras manifestações no Decreto de um Apostolado Secular, o qual bem poderíamos dizer que, do princípio ao fim, está penetrado todo da preocupação de que a Igreja e seu apostolado cheguem a todo homem e salvem toda vida, mesmo na sua dimensão temporal. Havemos reunido todas as passagens em que esse Decreto fala da ação temporal.

E, atentamente examinados, cremos poder com certeza assegurar que é a seguinte a sua doutrina:

1) O conjunto de realidades da ordem natural e temporal, em si boas, como coisas criadas por Deus, que "*vidit cuncta quae fecerat et erant valde bona*". (Gên. 1, 31), tem, pois, um valor próprio, prescindindo da sua união com a ordem sobrenatural, e conserva-o mesmo enformado por ela.

2) À Igreja não está diretamente encomendada a ordem natural.

Todavia, a redenção vem salvar o homem inteiro, tal como êle é, inclusive o temporal, tanto no indivíduo como na sociedade.

Em consequência, a ação da Igreja não tende ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das realidades temporais como tais: por exemplo, mais produção, maior cultura, tais ou quais formas políticas, etc.

Ela tende, sim, a que, na ordem das realidades temporais, SE OBSERVEM OS PRINCÍPIOS MORAIS, TANTO NATURAIS COMO SOBRENATURAIS: a justiça, a veracidade, a lealdade, a delicadeza, a caridade, o direito à suficiência dos meios de vida, etc. TUDO ISSO HÁ QUE ENCHÊ-LO DE ESPÍRITO CRISTÃO. E, ADEMAIS, BUSCAR PARA ESSA ORDEM MOTIVAÇÕES ESTRITAMENTE RELIGIOSAS.

Quer, pois, a Igreja que o apostolado secular, junto a um apostolado de cooperação com ela na difusão da mensagem e da vida cristãs, desenvolva o apostolado de enformar de espírito cristão as estruturas temporais.

3) O FIM DÊSTE APOSTOLADO DO TEMPORAL não é, segundo o Concílio, aperfeiçoá-lo em sua própria ordem. Nas muitas passagens do Documento em que se fala dêste apostolado, invariavelmente se diz que êle consiste EM PENETRAR DE ESPÍRITO CRISTÃO A VIDA TÔDA E TODOS OS ASSUNTOS. "*Que busque em tôda parte e em tudo a justiça do reino de Deus*" (N.º 7).

4) OS MEIOS CONCRETOS DE REALIZAR ESSA INSPIRAÇÃO CRISTÃ DA ORDEM TEMPORAL, diz o Concílio

serem os seguintes: a união com Cristo e com a Igreja; os auxílios espirituais comuns a todos os fiéis, sobretudo a participação na liturgia; a vida de fé, esperança e caridade; o ativamente dos dons do Espírito-Santo; as virtudes humanas; a perícia profissional; supostos os princípios morais que a Igreja traça, os seculares, conduzidos pela luz do Evangelho e da Igreja, e movidos pela caridade cristã, devem atuar de forma concreta, cooperando uns com os outros, com responsabilidade própria; a ação social dos cristãos, estendida ao âmbito de todo o temporal; o testemunho da vida e da palavra; a participação nas condições de vida dos que sofrem; a união com todos os homens de boa vontade; o amor à pátria e o fiel cumprimento dos deveres civis, que faça a opinião do cidadão pesar para que o poder civil se exerça com justiça, e as leis correspondam aos princípios morais e ao bem comum; o desempenho de cargos públicos. E diz textualmente: *“Os verdadeiros apóstolos, longe de se contentarem com esta atividade, põem todo o seu empenho em anunciar Cristo a seus próximos, inclusive por palavra”* (N.º 13).

Debalde se buscará no Decreto conciliar, nem como fim nem como meio de apostolado do temporal, as manifestações de rua, a ação política subversiva, a rebeldia contra a autoridade, tão contrária ao que Cristo, São Paulo e São Pedro, e com eles toda a doutrina cristã, sempre ensinaram.

6 — Perfeitamente claro fica, portanto, que uma ação que se denomine apostólica, seja de sacerdote ou seja de secular, mas que em realidade haja em nome de ideais humanos, como seriam a democracia, a europeização, etc. etc., de maneira nenhuma pode autorizar-se da doutrina conciliar. Não é ação apostólica, é ação política.

7 — Pior ainda seria se tal ação tivesse uma inspiração não simplesmente profana, mas francamente anti-religiosa, mesmo que inconscientemente, como é o caso do filo-comunismo, mais ou menos dissimulado, porém muito real. Os próprios comunistas declaram que se têm servido da tática de minar a fortaleza por dentro, introduzindo-se nas fileiras das organizações cívicas e de apostolado, às vèzes até no próprio elemento clerical.

4 — Que se deve pensar das manifestações sacerdotais de rua, e dos escritos sócio-políticos assinados coletivamente por eclesiásticos?

— Responder-lhe-ei com as próprias palavras do Arcebispo de Barcelona, Dr. Marcelo González Martín, na sua exortação pastoral de 5 de maio de 1967:

“Faço agora uma aplicação doloroso aos que se hão deixado levar com reta e generosa intenção. Delicada como é a atitude do sacerdote no interior do templo, igualmente o é na rua. Participar de manifestações públicas que, sobre estarem proibidas pela lei, versam sobre problemas que não são da sua competência e, além disto, dividem os espíritos, nunca éle deve fazê-lo. Para o futuro, ficai-o sabendo com tóda clareza, eu repudio e proíbo tais atuações. Que Igreja seria essa em que nos fôsse dado contemplar uns padres a se manifestarem, na rua, com estes, e outros com aquêles, fora, tanto uns como outros, da sua missão sagrada? Não ponho em dúvida o generoso impulso que a muitos move, mas com humilde segurança e firmeza ordeno, aos que são ministros de Deus, que não se movimentem na rua entre as discussões dos homens.

De vós, caros sacerdotes, penso e espero não haja nenhum que queira, explicita e formalmente, desobedecer ao seu bispo. Nem é êsse o caminho para a evangelização. Não, e mil vêzes não. Ao dizer isto, aceito a minha responsabilidade perante Deus e perante minha consciência, e também perante os homens.

E há mais. Tenho de me referir aos escritos coletivos, que às vêzes se difundem, assinados por eclesiásticos. De certo modo, isto é ainda mais grave. Constitui um abuso de autoridade no exercício da sua sagrada função de ensinar e orientar o povo, se tal não é feito em comunhão com o Bispo. Refleti em silêncio e em oração, caros padres, e compreendereis que Deus não pode guiar vossos passos se os derdes fora do caminho que Éle traça. Ademais, se sucede deizardes de obedecer ao bispo para vos submeterdes às pressões de outros, o resultado, digo-o com dor e em vossa própria defesa, é ainda mais triste”.

5 — Assim, em que consiste o apostolado segundo a mente da Igreja?

— Essencialmente, em difundir a mensagem cristã, e em encher de espírito cristão também a vida e os negócios temporais.

O mais é política: legítima, às vezes. Outras vezes, ilegítima.

Inclusive, como a inspiração cristã da ordem temporal pode ser feita segundo várias concretizações práticas, tôdas legítimas, apostolado só seria o procurar implantar alguma delas contra formas incompatíveis com a moral cristã. Mas não seria apostolado, e sim política pura ou sociologia, procurar que uma solução prática cristã prevalecesse contra outra igualmente cristã.

6 — Que, pois, se há-de dizer das atuações políticas a pretexto de apostolado?

— Nem Cristo teve tais atuações, nem para elas deu missão à sua Igreja, nem esta as quer exercer, nem confiá-las a seus sacerdotes ou a seus apóstolos seculares. Tudo fica claramente exposto.

E disso se seguem conseqüências muito importantes:

Êsses chamados apóstolos, se não fôsem enviados por Cristo e pela Igreja, não teriam para essa missão nem a bênção nem a graça de Deus.

Se triunfo, se o alcançassem, não seria o triunfo de Deus e de sua causa, e sim de causas humanas, humanas de mais talvez, e é de reear que, às vezes, diabólicas.

Êsses apóstolos falseariam e atraíam a missão que Cristo lhes confiou de pregarem o seu Evangelho, pois abusariam do seu caráter sacerdotal ou da associação eclesiástica, para defenderem seus particulares ideais humanos.

Verdadeiramente indigno e abusivo resultaria o valer-se do prestígio do sacerdócio ou da cátedra do Espírito-Santo para fazer propaganda de idéias políticas próprias, contra as da autoridade constituída. E parece ignominioso e covarde atacar uma

política e querer impor a própria, mas previamente se assegurando, com as vestes sacerdotais, de não receber as pancadas correspondentes.

7 — Em realidade, não se trata de fazer política, trata-se de combater infrações do direito natural. E é este o apostolado diretamente mandado pelo Concílio.

— A partido nenhum, e muito menos aos particulares, é reconhecido o direito de conferir patentes de catolicismo, e de tachar outros de não-católicos. Os mestres e pastores do Povo de Deus, o Papa e os Bispos, é que devem julgar se, numa doutrina ou prática política, há alguma coisa incompatível com a doutrina católica. Mas, em todo caso, a missão da Igreja, dos sacerdotes e das associações do apostolado secular não pode consistir em desencadear ações mais ou menos subversivas, mas na afirmação serena da verdade, e em atuações que sejam conformes com a caridade, a prudência, a mansidão evangélica, e com o caráter sagrado da Hierarquia. Outras fórmulas destróem a caridade e a unidade sacerdotal e cristã. Quando tanto se fala de vida comunitária e de atração dos irmãos separados, estranho labor seria o fomentar divisões, acirrar os ânimos, desprezar orgulhosamente os que lícitamente pensam de outra forma.

A Comissão permanente da Conferência Episcopal Espanhola, em sua declaração de 29 de junho dêste ano (1967), elucida claramente esta questão: *“A Igreja só teria de emitir o seu juízo moral sobre as instituições político-sociais no caso de, pela própria índole de sua estrutura ou pelo modo geral de sua atuação, manifestamente o exigirem os direitos fundamentais da pessoa e da família, ou a salvação das almas, isto é, a necessidade de salvaguardar e promover os bens da ordem sobrenatural. (Cfr. GS., 42, 76; AA., 24). Não cremos seja éste o caso da Espanha”.*

8 — E, pensando no futuro da Espanha, a Hierarquia espanhola não tem dado orientações?

— Pois na mesma declaração encontrará a resposta adequada: *“Pensando no futuro, os dois motivos de ordem moral e*

sobrenatural que acabamos de citar obrigar-nos-iam a repelir de antemão quer um sistema de arbitrariedade opressora (cfr. GS., 75), quer um sistema fundado no ateísmo ou no agnosticismo religioso, contra a profissão de fé da maioria dos espanhóis. É dever nosso admoestar todos os fiéis a que de maneira nenhuma, nem sob qualquer pretexto que seja, contribuam para fortalecer as condições que poderiam facilitar a implantação de tal sistema. Lembremo-lhes as palavras do Concílio: "Cumpre repelir a infesta doutrina que pretende edificar a sociedade prescindindo, em absoluto, da religião, e que ataca e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos" (LG., 36). Ou seja: que os católicos da Espanha devem eliminar de suas atuações políticas tôda conjunção, seja de que forma fôr, com o comunismo, e também tôda ideologia laicista.

9 — Mas ao menos queira conceder-me que a Hierarquia espanhola faltou em não orientar os católicos ante os acontecimentos mais importantes da vida política na Espanha.

— Nem à Santa Sé nem ao Episcopado Espanhol podem fazer-se tão graves imputações. Sem remontarmos à *Cum multa*, de Leão XIII, nem às "Normas" de São Pio X, nem aos documentos pastorais de eminentes prelados como o Cardeal Casañas e o Bispo Torras y Bages, em seus tempos, do Cardeal Gomá mais recentemente em nossos dias, uma abundante documentação certifica-nos inteiramente do contrário, conforme nos é lembrado na aludida Declaração: "Não deixou o Episcopado espanhol de dizer sua palavra em momentos transcendentais para a comunidade política da Espanha. Prova disto, para citarmos tão somente os documentos de caráter colegiado, são as pastorais de 20 de dezembro de 1931 e de 2 de junho de 1933, e a carta coletiva aos bispos de todo o mundo, de 1 de julho de 1937: documentos estes cujas orientações ficaram confirmadas pela encíclica "Dilectissima nobis", de Pio XI, de 3 de junho de 1933; pela "Divini Redemptoris", de 19 de março de 1937; e pela rádio-mensagem de Pio XII ao povo espanhol, de 16 de abril de 1939. E não se devem esquecer as repetidas orientações sobre questões econômicas e sociais: Declarações coletivas dos reverendíssimos Metropolitanos sobre "Os deveres de justiça e

de caridade nas presentes circunstâncias", de 3 de junho de 1951; *"Sobre o momento social da Espanha"*, de 15 de agosto de 1956; *sobre a "Atitude cristã perante os problemas morais da estabilização e do desenvolvimento econômico"*, de 15 de janeiro de 1960; *sobre "A elevação da nossa consciência social, segundo o espírito da "Mater et Magistra"*, de 13 de julho de 1962; o *Plano de Apostolado Social*, de 29 de abril de 1966; a *Declaração pastoral sobre o Plano de Apostolado Social e a ordem econômica, feita pela Comissão Episcopal de Apostolado Social em Roma, a 11 de outubro de 1965*. No momento atual, a doutrina do Concílio em sua constituição pastoral *"Gaudium et Spes"*, fornece-nos uma visão cristã do que deve ser a vida política e social, até onde pode a Igreja chegar a determiná-la".

Conhece e leu tão importantes documentos? Caso contrário, fala desta matéria sem base suficiente.

10 — Não acha que se deveria imitar o exemplo da França, que em caso nenhum, não subvenciona economicamente, a Igreja, e onde jamais qualquer símbolo patriótico ou personagem político como tal, se imiscui nos atos religiosos, e sobretudo onde jamais se reza em público pelos governantes.

— Necessário é se conheça como as coisas se passam do outro lado dos Pirineus, onde, apesar de existir pluralidade religiosa e a *separação entre a Igreja e o Estado*, subsistem entre ambos bastantes relações, com frequência silenciadas pelas revistas francesas.

Aos que nesciamente sustentam que o Governo deveria suspender a escassa cônica do clero da Espanha cumpre fazer saber que, na França, desde 1906, data da separação entre a Igreja e o Estado, as municipalidades se ocupam de sustentar integralmente as igrejas, casas reitorais e outros edifícios da Igreja, coisa que não sucede entre nós, onde tão freqüente é ver, em povoados, párocos vivendo em casas arruinadas e desconfortáveis. Alguém dirá que na França, desde aquela data, esses edifícios pertencem ao Estado, que os apropriou. Isto é certo; mas, como a corporação municipal não pode dispor, para uso algum, desses edifi-

cios, e, em compensação, deve conservá-los, resulte que, nessas condições, não creio que qualquer pessoa física ou moral vacilasse em entregar, a quem quer que fôsse, a propriedade de seus bens, reservando-se o usufruto dêles.

E é de notar que, para o pressuposto de conservação de edifícios da Igreja, a municipalidade não leva ali em conta o número de católicos da localidade, nem se perdoam impostos aos que o não são, e, assim, podemos estar seguros de que pessoas atérias ou de outras confissões religiosas também contribuem para o sustento da Igreja.

Os párocos cobram anualmente da municipalidade o equivalente a umas 6.500 pesetas, como guardiães da Igreja. Igualmente, na França, o Governo paga capelães de hospitais, de prisões e de Exércitos. Estes últimos também têm direito a desfrutar de reembolsáveis, que lhes fornece a preços reduzidos.

Na Espanha é sumamente raro ver a bandeira nacional nas igrejas, ao passo que, do outro lado dos Pirineus, vê-se a bandeira francesa continuamente colocada junto ao altar em centenas de igrejas, e algumas destas tão históricas como a catedral de Arles. E ninguém rasga as próprias vestes por isso.

E não digamos nada da profusão de bandeiras com que se adornam as igrejas nas festividades patrióticas. Poderiam êsses sacerdotes dar alguma volta por Notre-Dame de Paris, em certos dias e em determinadas cerimônias. Na catedral de Valente, como na maior parte das do país vizinho, no dia 11 de novembro adornam-se paredes e colunas do interior do templo com não poucas dúzias de bandeiras tricolores do país leigo. Nesse dia, 11 de novembro, colocam-se coroas diante dos monumentos aos mortos "Pour la France", e é de notar que êsses monumentos não estão, como na Espanha, situados no exterior dos edificios religiosos, e sim no interior dêstes e, freqüentemente, formando como que uma espécie de retábulo, com os nomes escritos sobre um altar com a estátua de Santa Joana d'Arc. E isso só porque êsses mortos deram sua vida pela pátria, e não pela causa de Deus, que era perseguida.

As cerimônias leigas do 11 de novembro comparecem também os párocos franceses com as autoridades civis. Já estamos fartos de ver como, no estrangeiro, enquanto com tanto fervor êles evocam a memória de seus mortos, procuram que nós aqui

menosprezemos a memória dos que aqui morreram em defesa da causa de Deus (Veja-se, por exemplo, a êste propósito, "La Croix", de 29 de julho de 1965, e comprovar-se-ão as malignas intenções dêsse jornal).

Nos atos oficiais, os bispos, na França, têm a mesma precedência que os prefeitos. Ainda que, na nomeação dêles, não se formem as listas tríplices, o Governo está implicado nisso mais do que à primeira vista parece. Nas cinco dioceses francesas da Alsácia e da Lorena, onde ainda vige o regime concordatário, quando vaga uma diocese o Governo francês propõe "um único candidato, ao qual a Santa Sé dará a jurisdição" (Veja-se o texto da aludida concordata). Também o Estado francês ajuda a Igreja a fim de que possa manter as colônias de férias que ela organiza para as crianças; mas ajuda-a outrossim em outras oportunidades, como o fêz quando os bispos foram a Roma para o Concílio. O mesmo sucede com casas de sacerdotes velhos, uma das quais sei que, não há muito, obteve 500.000 francos novos.

Em nossa Pátria também não falta quem resista a recitar a coleta "Et famulos". Pelo visto, êsses ignoram que o Concílio mandou orar pelos governantes (Constituição sôbre a Liturgia, cap. II, n.º 53). É de notar que, enquanto em nossa pátria as pessoas se negam a orar públicamente pelos governantes, no Estado leigo da França o manual da "Prière Universelle", editado pelo Centro de Pastoral Litúrgica, e aprovado pelo Episcopado a 5 de dezembro de 1966, tem em suas páginas súplicas como a seguinte: "Pour ceux qui ont la charge de gouverner la République, afin que Dieu les assiste du Saint-Esprit" (Pelos que têm o encargo de governar a República, a fim de que Deus os assista com o Espírito-Santo) (pág. 291); ou a fórmula seguinte: "Pour tous les citoyens de notre pays, afin qu'à l'heure des élections chacun prenne sa part de responsabilité" (Por todos os cidadãos do nosso país, a fim de que, na hora das eleições, cada um assuma a sua parcela de responsabilidade").

Também existem preces pelos mortos "pour la France" (pela França): "Pour ceux qui ont donné leur vie pour notre patrie, afin que Dieu récompense leur sacrifice" (Pelos que deram a vida por nossa pátria, a fim de que Deus recompense o seu sacrifício").

Porém a fórmula ainda mais patriótica de tôdas é a longa prece das "Festas Nacionais", que ocupa inteiras as páginas 236 e 237 do dito manual oficial, e obrigatório em tôdas as Igrejas, para as orações do Ofertório da missa.

11 — O catolicismo espanhol é quantitativo. O catolicismo francês é qualitativo. Eis aí a vantagem.

— Sejam os objetivos e falemos documentalmente:

Na França: Cinquenta milhões de habitantes. Quarenta milhões de católicos. Regime de plena liberdade religiosa, que, segundo alguns, dá lugar a um catolicismo *qualitativo*. Na atualidade: 15.000 religiosos. Vários milhões de batismo.

Na Espanha: Trinta milhões de habitantes. Católicos todos, quase em sua plena totalidade. Regime de mera tolerância religiosa, o qual, segundo alguns, dá lugar a um catolicismo *quantitativo*. Na atualidade: 39.000 religiosos. Vinte e cinco mil trabalhando na Espanha, e o resto, quatorze mil, espalhados por outras nações da Europa, Ásia, África, América e Oceania.

12 — Os Bispos devem falar, em cada momento, pondo em julgamento a atuação do Estado. E, quando o Estado se diz católico, não se lhe permitir o mais mínimo defeito.

— Responder-lhe-ei com um luminoso comentário que sobre esta matéria escreveu o publicista Manuel de Santa Cruz.

"PRIMEIRA CONTRADIÇÃO. — *Exigir do Estado uma perfeição cristã absoluta, "quando se prega" que este deve configurar suas relações com a Igreja segundo o modelo chamado de "hipótese". Qualquer pessoa que tivesse uma notícia vaga e confusa do sucedido, acreditaria tratar-se de um grupo "integrista" que, no seu entusiasmo por aperfeiçoar a atuação do Estado dentro da situação de "tese", alvoroçava-se para dar sentido católico a uns assuntos administrativos, acidentais e locais, que nem sequer estava claro que aparecessem nele. Pois, não. Não se trata de partidários da "tese", e sim de entusiastas da "hipótese". Os*

que fazem melindres e dengos são os partidários da liberdade de cultos, da ausência de subvenções à Igreja, da liberdade da imprensa para propagar heresias e imoralidades. Curiosa — e suspeita — escolha de ideais.

"SEGUNDA CONTRADIÇÃO. — Pretender, de pronto, que a Hierarquia julgue o Estado em questões de detalhe, e haverem passado anos e anos concentrando seus fogos e assestando suas críticas contra supostas ingerências políticas da mesma. Repugná-lhes ver as autoridades eclesiásticas cooperando com as autoridades civis e militares por ocasião de atos construtivos, nos quais se estabelece uma colaboração para o melhor governo da sociedade. Mas, depois, de maneira escandalosa pedem que a Hierarquia intervenha em questões da outra esfera. Isto faz suspeitar que seus atos e ditos em favor de uma absoluta assepsia em política da Igreja não têm fundamento doutrinal que os faça imutáveis. O que por longo tempo esteve dissimulado com a aparência de universalidade sòmente à perduração de umas mesmas circunstâncias.

"TERCEIRA CONTRADIÇÃO. — Dizerem-se católicos, o que é tanto como se comprometerem a servir à Igreja, e procurarem servir-se dela. Até agora os católicos que em nossa Pátria haviam-se metido em política haviam-no feito por sua conta e risco, e, quando as coisas saíam mal, eles tinham suficiente honradez para se aguentarem sem envolverem a Hierarquia. "E isso em se tratando de suportar conseqüências da defesa direta da Religião". Não como no caso que nos ocupa, em que o "primum movens" absolutamente não foi religioso".

"Debalde servimos a Deus, e à Espanha por Deus", tem sido o lema arraigado nos católicos "chapados à antiga" em suas lutas contra regimes adversos. Tanto assim tem sido que, "nos cento e trinta anos que já contam de perseguições, multas e destêrros, eles não receberam auxílios da Hierarquia, nem os procuraram, nem hão-de procurá-los". Tanto assim é, repetimos, que, quando a Santa Sé reconheceu o Glorioso Movimento Nacional, e os Bispos sobreviventes publicaram a sua famosa Declaração Coletiva qualificando de Cruzada o levante, vários meses já eram passados de perseguição generalizada e sangrenta. E ninguém disse nada, porque todos queriam servir à Igreja, e não se servirem dela.

A que vêm então as pressas dêsses senhores que, por assuntos de sòmente mui duvidosa e indireta relação com a Religião, e não precisamente para a defesa ou propagação desta, por assuntos que não chegam a ser ninharias em comparação com as precedentes da Cruzada e outros, querem tirar a Hierarquia da sua sapientíssima prudência?"

13 — Que deve fazer um fiel se ouve pregações alheias ao ensino do Catecismo e do Evangelho?

— Em se dando êste caso, a prudência e a fortaleza hão-de aconselhar reações concretas. Normalmente, o cristão deverá de ter presente esta norma que Dom Guéranger assinala no seu "Année liturgique" (volume da Septuagésima, festa de São Cirilo de Alexandria):

"Normalmente, sem dúvida alguma a doutrina nos vem dos Bispos, e o povo fiel, no tocante à fé, não deve julgar seus superiores. Mas no tesouro da Revelação há pontos essenciais dos quais todo cristão, pelo próprio fato da sua condição de cristão, tem o conhecimento e a capacidade necessária. O princípio não muda, quer se trate de matérias de fé ou de conduta, quer de matérias de moral ou de dogma. Pode suceder que, por uma causa ou por outra, os pastores guardem silêncio em certas circunstâncias em que a própria religião está comprometida. Os verdadeiros fiéis são os homens que, em virtude do seu batismo, nestas circunstâncias podem deduzir a inspiração de uma linha de conduta, e não os pusilânimes que, sob o pretexto de submissão aos poderes estabelecidos, estão esperando para embargar o passo ao inimigo e opor aos seus propósitos um programa que não é necessário, e que não há obrigação de lhe dar".

XXI — NO INTERIOR DA IGREJA

1 — Às vêzes, em algumas publicações, tenho lido que no interior da Igreja há organizações que lutam para destruir a Igreja por dentro. Sempre acreditei tratar-se, nisto, de fantasias e de coisas que ninguém pode comprovar.

— Não creia sejam uma leviandade tais afirmações. Já Pio IX, na Encíclica “Qui pluribus”, falava dessas espantosas confabulações:

“É tal a conspiração baixa contra o sagrado celibato clerical, que, lamentavelmente, ela é apoiada por algumas pessoas eclesiásticas, que, miseravelmente esquecidas da sua sagrada dignidade, permitem ser vencidas e reduzidas pelos afagos da sensualidade; é tal o ensino, mormente em matérias filosóficas, que miseravelmente engana e corrompe a incauta juventude... tal é a nefanda doutrina do comunismo..., miseráveis são as insídias tenebrosas dos que, “em pele de ovelhas, sendo lobos vorazes”, insinuando-se fraudulentamente, com aparências de piedade sincera, de virtude e de disciplina, penetram humildemente, cativam com brandura, atam delicadamente, matam às ocultas, afastam de toda religião os homens e destroçam as ovelhas do Senhor”.

2 — De Pio IX aos tempos atuais tem chovido muito. Certamente nenhum outro Papa falou dêste tema.

— Infelizmente não lhe posso dar razão. São Pio X dedicou uma solene Encíclica — a “Pascendi” — a falar dêsse tema, e, posteriormente, dedicou-lhe várias de suas alocuções de tom realmente grave. Leia-as pessoalmente, para se dar conta das afirmações do Papa Santo:

“Eles se ocultam, e isto é precisamente objeto de grandíssima ansiedade e angústia, no próprio seio e dentro do coração da Igreja. Inimigos, em verdade, tanto mais prejudiciais quanto menos declarados. Falamos de grande número de católicos seculares e, o que ainda mais deplorável é, até de padres, os quais, a pretexto de amor à Igreja, carentes em absoluto de conhecimentos sérios em filosofia e teologia, e, pelo contrário, impregnados, até à medula dos ossos, de venenosos erros bebidos nos escritos dos adversários do catolicismo, a despeito de todo sentimento de modéstia se jactam de restauradores da Igreja, e, em cerrado feixe, assaltam com audácia tudo quanto de mais sagrado há na Igreja... São, seguramente, inimigos da Igreja, e não se afastará da verdade quem disser que esta não os teve piores”.

Ainda mais explicitamente, a 1.º de setembro de 1910 — três anos depois da condenação do modernismo — o mesmo S. Pio X dizia:

“Raça mui perniciosa de homens, os modernistas, mesmo depois que a encíclica “Pascendi” lhes tirou a máscara com que se dissimulavam, não abandonaram seus desígnios de perturbar a paz da Igreja. Efetivamente, eles não cessaram de inquietar, e de agrupar numa associação secreta, novos adeptos, e de inocular nêles, nas veias da sociedade cristã, o veneno das suas opiniões”.

Apesar das graves prescrições ditadas por S. Pio X, a associação secreta *“tem crescido de dia para dia”*, segundo o próprio Papa. E, aos novos Cardeais, em sua última alocução, a 27 de maio de 1914, S. Pio X exclamava:

“Por desgraça, estamos num tempo em que com grande facilidade se acolhem e se adotam certas idéias de conciliação da fé com o espírito moderno, idéias que levam a muito mais longe do que se crê, não só ao enfraquecimento, como mesmo à perda total, da fé... Já não é coisa inaudita acharmos pessoas que exprimem dúvidas e incertezas sobre as verdades, e que, da mesma sorte, afirmam obstinadamente erros manifestos, com vêzes condenados, pessoas que, apesar disso, não os persuadem de que estão afastados da Igreja, embora algumas vêzes tenham seguido

certas práticas religiosas. Quantos nautas, quantos pilotos e, o que a Deus ofende, quantos comandantes emprestam confiança a novidades profanas e à ciência mentirosa do tempo!... Entre tantos perigos, em todos os momentos não tem faltado a minha voz para chamar os equivocados, para apontar os perigos e para traçar aos católicos o caminho que deverá ser seguido. Porém minha palavra não tem sido nem bem entendida nem bem interpretada, apesar de clara e precisa como tem sido”.

3 — Não posso crer que as seitas maçônicas tenham como programa corromper os membros da Igreja.

— Esta opinião não se ajusta à informação que existe sobre esta matéria. Conviria estudasse o livro *“Les infiltrations maçonniques dans l’Église”*, de Emmanuel Babier, com censura eclesiástica e aprovação e elogios de numerosos bispos da França, publicada em 1910. Repare unicamente numa destas instruções secretas da maçonaria: *“Deixai de lado a velhice e a idade madura. Ide à juventude e, se possível, até à infância... A juventude é que é necessário ir; ela é que nós devemos arrastar, sem que ela o suspeite, sob a bandeira das sociedades secretas. Para avançar a passos contados nesta via perigosa mas segura, duas coisas são necessárias de toda necessidade. Vós outros deveis ter um ar de simples como as pombas, mas sereis prudentes como a serpente. .. Não tenhais nunca perante a juventude uma palavra de impiedade ou de impureza: “Maxima debetur puero reverentia”... Uma vez estabelecida a vossa reputação nos Colégios, nos Institutos, nas Universidades e nos Seminários, uma vez que tenhais captado a confiança dos professores e estudantes, fazei que aqueles que entrem para a milícia clerical sintam o desejo de procurar a vossa conversação... Esta reputação dará acesso às nossas doutrinas junto ao jovem Clero, bem como ao fundo dos conventos. Dentro de alguns anos, pela força das circunstâncias, esse jovem Clero terá invadido todas as funções: governará, administrará, julgará, formará o conselho do Soberano”... “Que o Clero marche sob o vosso estandarte, sempre acreditando marchar sob a bandeira das chaves apostólicas. Estendei vossas rédes como Simão-Barjona; e estendei-as no fundo das sacristias, dos Seminários e dos conventos, melhor do que*

no fundo do das sacristias, dos Seminários e dos conventos, melhor do que no fundo do mar. E, se nada precipitardes, prometemo-vos uma pesca mais milagrosa do que a dêle... Vós outros pescareis uma Revolução com Tiara e capa, marchando em pós da Cruz e da bandeira, Revolução que só necessitará ser muito aguilhoadada para prender fogo aos quatro cantos do mundo”.

4 — Pio XII terá falado deste tema?

— Certamente; e foi numa alocução ao Sacro Colégio de Cardeais, a 2 de junho de 1948:

“Esta ação salvadora deve estender-se também àqueles não poucos desviados que, estando — ao menos enquanto êles assim o crêem — unidos aos nossos dedicados filhos no terreno da fé, dêles se separam para seguir movimentos que tendem efetivamente a secularizar e descristianizar tôda a vida, privada e pública. Ainda quando lhes servisse o “Pai, perdoai-lhes, porque êles não sabem o que fazem” (Lc., 23, 34), isso em nada mudaria, objetivamente, a perniciosidade da conduta dêles. “Êles formam para si uma dupla consciência, de modo que, enquanto pretendem continuar sendo membros da comunidade cristã, militam nas fileiras dos que negam a Deus. Agora, precisamente, essa duplicidade ou êsse desdobramento ameaça fazer dêles, mais cedo ou mais tarde, um neoplasma pernicioso no seio da cristandade”.

5 — Mas isto será em países estrangeiros. Na Espanha certamente não há sintomas destas atitudes alarmantes.

— Responder-lhe-ei apenas com três documentos.

O Sr. Bispo de Bilbao, Dr. Gúrpide, em sua exortação pastoral de 24 de setembro de 1960, dizia:

“Desde o começo do nosso pontificado nesta diocese de Bilbao, que a Santa Sé houve por bem confiar-nos para seu governo, temos tido de sofrer, com paciência e com dor, uma campanha ignóbil e injusta contra nossa pessoa e contra o nosso labor pastoral, por parte de uma imprensa que se intitula católica,

que vive no estrangeiro ao amparo de liberdades mal entendidas, sem que nela se tenham observado os mais elementares princípios do respeito e da consideração devidos a um Prelado da Igreja.

Uma bem tramada rede de laços põe no conhecimento daquelas publicações, e de maneira tendenciosa, informações até mesmo de assuntos que só foram tratados entre sacerdotes de uma maneira oficial, assim se infringindo as normas do segredo mais elementar. O Bispo, Deus o julgará, e na terra não tem êle outro superior a não ser o Papa, Vigário de Cristo. Porém a Hierarquia da Igreja merece outro tratamento por parte dos católicos e da imprensa chamada católica. Não é lícito ajuizar com tanta ousadia as atuações, e pôr no pelourinho o nome e a boa fama, dos Prelados em geral, e particularmente dos que governam as províncias vascongadas. Com isso em nada se beneficia a Igreja de Jesus-Cristo, pelo contrário, é mais uma vaza que o inimigo ganha.

Não podemos compreender a posição católica dessa imprensa, nem a dos que a dirigem e informam, nem a dos que a lêem. É isso uma cooperação manifesta com uma campanha de desprestígio da Igreja e de seus Pastores. Nem se pretenda buscar razões justificativas para isso, pois há coisas, e esta é uma delas, que não admitem justificação alguma. O escândalo que disso se segue para as almas é enorme; os danos espirituais são incalculáveis.

Não são os seculares, nem tampouco os sacerdotes, que são chamados a dar lições a seus Bispos. Eles não são mestres, senão discípulos, no pensamento de Jesus-Cristo, fundador da Igreja. A uns e outros compete escutar e receber os ensinamentos e as doutrinas de seus Pastores, os Bispos em comunhão com Roma.

Os sacerdotes serão mestres pela participação que o Bispo lhes concede em seu magistério, mas sempre às ordens dêle e em união com êle; nunca com absoluta independência, nem à margem de suas normas e orientações. Hoje corremos um grave perigo de desvio no campo católico, por causa dessa ânsia de novidades e de progressos mal entendidos, que fatalmente conduzem a uma rebeldia mais ou menos aberta, a uma auto-suficiência é hiper-crítica que sói terminar numa independência de

critérios e de ação, com escândalo das almas e desprestígio da Igreja.

Chegou-se a crer, e mesmo a afirmar, com ousadia reprovável, que os Bispos não estão à altura dos tempos, nem caminham ao ritmo acelerado dos acontecimentos atuais. É esta uma grave ofensa que se lhes assaca, e uma nota de petulante soberba, que pouco favorece aos que assim se exprimem...

Quando a virtude da humildade se retrai como virtude imprópria dos tempos presentes, enfatuados pelas conquistas da ciência e da técnica, e quando a soberba e o orgulho levantam a cabeça, sinal da nossa época, explicam-se as aberrações a que havemos chegado e o retrocesso espiritual que tudo isso forçosamente supõe".

O atual Sr. Arcebispo de Oviedo, Dr. D. Vicente Enrique Tarancón, na sua pastoral "Sucessores dos Apóstolos", claramente diagnostica outro sintoma gravíssimo. Diz assim:

"Creio que se pode julgar quase infalivelmente do clima espiritual do clero de uma diocese pela atitude que este mantém a respeito das orientações pontifícias e episcopais, e pela docilidade em praticá-las. Não posso crer na sinceridade de alguns sacerdotes que dizem aspirar à perfeição, enquanto aceitam com reservas os ensinamentos pontifícios e não põem interesse em aproveitar os meios de santificação que na diocese lhes preparam. E, se esta atitude fôr coletiva, poder-se-á assegurar ser muito baixo o nível espiritual do clero, embora ainda existam alguns padres verdadeiramente santos, e embora se multipliquem — particularmente no clero jovem — os chamados "grupos de espiritualidade"... As iniciativas dos presbíteros não serão autênticas, nem, portanto, frutíferas, se não tiverem a aprovação, e até o impulso, do prelado... É uma tentação de soberba, mais comum do que poderia parecer, pensar que os sacerdotes devem agir por sua conta para "suprir o Bispo", porque este não se interessa pelos problemas da diocese, não é apto para os resolver, ou não tem o zelo suficiente para os enfrentar decididamente. Tentação de soberba mais freqüente do que poderia parecer é desprezar os planos diocesanos de apostolado, para impor os próprios critérios, ou para copiar os que se realizam em outras dioceses. E é um subterfúgio dizer, para se justificar, que os padres se devem à diocese e não ao prelado, e que podem, e mesmo

devem, prescindir dêste quando o bem daquela o reclama. Porque isto é ou querer erigir-se em juiz dos que pelo Espírito-Santo foram postos para reger a Igreja de Deus, ou é querer converter os particulares em intérpretes do bem comum da diocese. Assim começaram não poucos transviamentos e algumas heresias. É inconcebível a Igreja particular sem o bispo... Por isto, não se pode conceber o diocesanismo independente do Bispo. Podem os sacerdotes estar seguros de que estas atitudes nunca serão abençoadas por Deus. Eles farão um dano a si mesmos, e fá-lo-ão, não pequeno aliás, à diocese, embora alguns acreditem estar procedendo com retidão de intenção”.

Recentemente, o Bureau de Imprensa da Igreja facilitou a seguinte nota, que transcrevemos de “YA” de 1.º de setembro de 1966: *“De toda a Espanha recebem-se numerosos e prementes pedidos de informação sobre uma suposta reunião de catequese de seculares e sacerdotes que se diz vai ter lugar numa casa religiosa da rua de Arturo Soria, de Madrid, no próximo dia 15 de setembro.*

Feitas as averiguações pertinentes, e após o Arcebispo de Madrid consultar especialmente o Secretariado Nacional de Catequese e o Departamento de Catequética do Instituto de Pastoral, pode este “bureau” comunicar que a reunião que se ampara sob o nome de catequese é promovida secretamente por desconhecidos, e não tem sua finalidade autorizada por nenhuma pessoa ou organismo competente da Igreja.

As pessoas que, de algum modo se encontrem implicadas em dita reunião, ou na documentação relacionada com a mesma, e sintam necessidade de mais orientações, poderão recorrer ao Prelado de sua própria Diocese”.

Êstes três documentos — entre muitos outros que pudéramos citar — são muito eloqüentes.

6 — Li na imprensa que existe na Polônia o chamado “Movimento Pax”, como de uma organização a serviço do Estado comunista. Que é o “Movimento Pax”?

— Fundado em 1945 pelo Conde Piasecki, “Pax” pretende ser um movimento ideológico, político e social, situado à vanguarda da coexistência entre o catolicismo e o comunismo. Dotado

de poderosos órgãos de imprensa e editoriais, apresenta-se como um movimento cristão, que professa a opção de uma política de esquerdas. Na realidade, "Pax" é um órgão do aparelho policial do Estado comunista polonês. É um instrumento do Bureau de Cultos, organismo encarregado dos assuntos religiosos. Aproveita, assim, subvenções, isenções de impostos e monopólios no setor da imprensa. Tem meios para operar na Polônia e no estrangeiro.

7 — É verdade que houve um conflito com um livro francês porque falava das atividades de "Pax"?

— Exatamente. Em 1962, apresentava-se ao Arcebispo de Paris, pedindo licença eclesiástica, um livro de Pierre Lenert, que dedicava um capítulo às atividades de "Pax" na França. Em sua página 75 pode ler-se o seguinte: *"Condenado à morte pelo N.K.V.D. pelo fim da guerra, o senhor Piasecki bruscamente foi libertado. Qual foi, porém, o preço disto? Ele teve não só o bem da vida, mas também os meios materiais e o favor junto às pessoas de cima, que lhe permitiam fundar o Movimento "Pax". Durante mais de 10 anos vem aquele grupo executando escrupulosamente um plano preciso, CUJO OBJETO É A INFILTRAÇÃO NOS POSTOS INFLUENTES E, FINALMENTE, A SERVIDÃO DA IGREJA"*. O censor eclesiástico na França fêz saber ao autor que *"não podiam recusar-lhe o "Imprimatur", mas, sem embargo, esperava tivesse ele a coragem (sic) de suprimir o capítulo acêrca de "Pax"*. Por que justamente êsse capítulo? Porque O Movimento "Pax" funciona na França e teme ser desmascarado. O livro de Pierre Lenert havia-se formado com artigos publicados em "La Croix". O. P. Wenger, Diretor de "La Croix", sofreu uma série de ataques. *"Eram, na maioria, de amigos de "Pax", do meio das Informações Católicas Internacionais"*, segundo o documento da Santa Sé que denuncia "Pax" e seus amigos. Ao mesmo tempo que se publicava êsse livro, José De Broucker publicou *"A Igreja no Leste: Polónia"*. Broucker é um dos redatores principais de "Informações Católicas Internacionais". Nesse livro, Broucker afirma que *"Pax" é uma escola de pensamento e de ação católica fortemente impregnada de uma doutrina"*. Que, graças a "Pax", *"o catolicismo*

pode subsistir dignamente na Polónia”, e que “o esforço de pensamento coerente e conseqüente que “Pax” desenvolve desde há 15 anos constitui a tentativa mais ousada e mais perigosa para obter, no interior e pela ação política, uma dissociação entre o ateísmo e o socialismo”. Que “Pax” se infiltra em outras nações, também consta do discurso de Piasecki, pronunciado por ocasião do 15.º aniversário de “Pax”. Dito discurso figura, em resenha, no livro de José de Broucker, exceto num parágrafo essencial, que êle não publicou, e que “La Croix” de 14 de abril de 1961 reproduziu. Foi isto o que Piasecki declarou: “Nosso movimento tem verdadeiramente o dever de ajudar, tanto teórica como praticamente, os movimentos sociais progressistas, e particularmente os movimentos cristãos na Europa Ocidental e no mundo”.

O documento da Santa Sé revela os extraordinários recursos financeiros com que “Pax” e seus agentes trabalham para suas agitações e propagandas. Eis as palavras do autorizado documento: *“Em razão do Concílio, o senhor Piasecki foi encarregado de uma missão nova. Cem milhões de lotys como crédito anual — em lugar de cinquenta (equivalentes mais ou menos a mil milhões e meio de pesetas). Cem distritos como campo de ação, em vez de trinta: tal é o preço, com pagamento antecipado, que recebe a participação ativa do senhor Piasecki para exploração do Concílio em proveito do campo socialista”.*

8 — Mas, em definitivo, que foi que a Santa Sé disse sobre “Pax”?

— Eis aqui o texto da carta enviada a todo o Episcopado francês e aos Superiores das Congregações religiosas residentes na França: *“O Cardeal Secretário de Estado encarrega-me de comunicar ao Episcopado e aos Superiores-Mores de Religiosos residentes na França a nota junta, sobre a atividade do “Movimento Pax”. A respeito, o Cardeal Wyszynski, autor do informe, assim resumiu seu pensamento: 1 — “Pax” não é uma organização com fins culturais, e, sim, tão somente um disfarçado meio de propaganda para denegrir a atividade da Igreja na Polónia mediante a difusão de informações falsas. 2 — Esse movimento recebe ordens e diretrizes do partido comunista, da*

Polícia Secreta e do Bureau para os assuntos do culto. 3 — Em recompensa da sua submissão, "Pax" beneficia-se de certas facilidades e apoios para suas publicações e empreendimentos comerciais". Acompanha esta nota, da Secretaria de Estado de Paulo VI, o acusador e objetivo informe, que termina com estas palavras tão significativas: "Não são os comunistas que nos metem medo — disse o Bispo polonês —, o que nos enche de angústia são os nossos falsos irmãos".

9 — O Papa atual tem mostrado preocupação sobre certas atitudes suspeitas no campo católico?

— Certamente. Ainda quando era Arcebispo de Milão, várias vezes falou êle em termos claríssimos. Assim, por exemplo, em 1956, falando sobre apostolado cristão, dizia êle em Veneza:

"Em lugar de afirmar suas próprias idéias perante os outros, mais facilmente o apóstolo assimila as idéias dos outros. Não converte, senão que se deixa converter. Temos aí um fenómeno que é o inverso do apostolado. Eles não conquistam, rendem-se. A rendição disfarça-se com uma linguagem apropriada.

Os velhos amigos que ficaram no bom caminho foram definidos como reacionários e traidores. Só são considerados bons católicos os que se mostram capazes de tôdas as indulgências e de todos os compromissos.

Esses mesmos apóstolos que se deixam converter, em vez de converterem facilmente acusam de ineficácia a Igreja. Não se dão conta de que as fraquezas imputadas à Igreja são precisamente as fraquezas de seus filhos, que já não crêem na sua sabedoria nem na sua autoridade, que já não a apreciam nem a defendem. Os compromissos de que êles acusam a Igreja são os seus próprios compromissos. Eles são os primeiros a consentir em compromissos.

E com quem? Com os adversários da Igreja, que êles admiram pelos elementos que tomaram, que "roubaram", do cristianismo, do seu patrimônio, o qual já não existiria hoje se a Igreja o não houvesse conservado intacto durante vinte séculos. Nossos adversários prevalecem-se daquilo que a Igreja salvou, daquilo

que ela ensina e defende: as idéias de fraternidade, de auxílio, de amor, de paz, tôdas elas são cristãs.

Sigamos nossas idéias, que são as verdadeiras, as eternas. Se lhes falta dinamismo, é porque faltam os homens capazes de desenvolver a grande virtualidade que elas contêm”.

Posteriormente, no segundo Congresso de Apostolado Secular celebrado em Roma em outubro de 1957, êle afirmava:

“Velaremos por que a nossa atitude de amor e de respeito para com os que não são católicos não degenera em indiferença, em ecletismo, em simpatia, em defecção. E isto, êstes defeitos, podem sobrevir àqueles que adotam os costumes do mundo para ficarem mais perto dêle, que levam a tolerância para com os dissidentes até ao ponto de justificar as posições dêles, que dialogam com os que estão longe e ofendem os que os rodeiam, que trocam o traje de sacerdote pela blusa de operário, que falam de abertura para sair de casa e não para convidar a nela entrarem os que dela estão afastados. Nós outros, digo, velaremos”.

Sendo Papa, na “*Ecclesiam suam*” êle nos repete que o fenómeno modernista — recordem-se a “*Pascendi*” e os discursos de S. Pio X — “*ainda aflora em diversas tentativas de expressões heterogêneas, estranhas à autêntica realidade da religião católica*”. Depois, em incontáveis alocuções, êle fez afirmações gravíssimas. Junto ao fenómeno dos que sentem alegria de ser católicos, também “*o fenómeno dos filhos da Igreja que poderíamos dizer cansados de ser católicos, e que aproveitam êste período de revisão e de ajuste da vida prática da Igreja, para tudo porém em discussão, para instaurarem uma crítica sistemática e destrutiva da disciplina eclesiástica, para buscar uma vida mais fácil para o cristianismo; um cristianismo desprovido da experiência e do desenvolvimento de sua tradição; um cristianismo conformista, conformado com o espírito das opiniões dos outros e com os costumes do mundo; um cristianismo nem comprometedor, nem dogmático, nem “clerical”, como dizem. Pode acaso derivar-se logicamente do Concílio semelhante cansaço de ser católico?*” Assim falava Sua Santidade Paulo VI a 27 de julho de 1966.

10 — Mas realmente pode ser possível esta infiltração comunista dentro da Igreja?

— Estude a fundo a “Divini Redemptoris” de Pio XI. Além disto, há uma série de documentos comunistas que exibem isso como tática e triunfos conseguidos. Diversos prelados têm denunciado o fenômeno. Mons. Carlos Lemaire, Superior Geral das Missões Estrangeiras de Paris, disse: *“A heresia moderna do comunismo quer infiltrar-se nas almas católicas. O que é ainda mais grave é que suas vítimas se fazem, dentro da própria Igreja, cúmplices do adversário. Uma parte da Imprensa católica está visivelmente envenenada por este veneno”*. Também o Cardeal Saliège, num retiro pregado aos sacerdotes em 1953, dizia as seguintes palavras: *“Tudo ocorre como se houvesse uma ação orquestrada por uma certa imprensa mais ou menos periódica, por certas reuniões mais ou menos secretas, que tendem a preparar, no seio do catolicismo, um movimento de acolhida ao comunismo. Existem os chefes instigadores que conhecem o seu objetivo, e os sequazes que são inconscientes e se limitam a marchar”*.

11 — Conhecem-se mais detalhes destas senhas e infiltrações?

— Posso lembrar-lhe que Mons. Fulton Sheen, bispo de Rochester, EE.UU., num discurso pronunciado em Roma ainda em 1936, explicava as senhas secretas para infiltração nos postos de mando da opinião pública. Foram estas as suas palavras: *“Isto era igualmente o comêço da implantação das forças comunistas no seio das comunidades religiosas, para destruí-las pelo interior. Foi lançada uma chamada de voluntários para ingressarem nas Ordens e realizarem estudos nos seminários, à custa de grandes sacrifícios”*. O mesmo Mons. Fulton Sheen declarou que um agente revolucionário tentara instalar-se no seu próprio escritório.

12 — Em geral, quais são os sintomas dessa infiltração nos meios católicos?

— A esta mesma pergunta respondia um ilustre jornalista francês, Paul Morin, na grande revista “L’homme nouveau”, fa-

zendo-o com as seguintes observações: “O relato das perseguições soviéticas, do seu remoto preparo, da concatenação dos fatos, deve servir de lição aos católicos da França. O partido comunista sabe que a Igreja Romana não se deixará domesticar. O seu caráter universal e a intransigência de sua doutrina fazem dela um irredutível adversário do materialismo ateu. Por isso, o partido stalinista jurou fazê-la desaparecer. Como se prepara este projeto na França? É fácil deduzi-lo por analogia com o que se passa nos países de experimentação. Trata-se de, por todos os meios, preparar uma eventual separação de Roma. Seleção de alguns membros do clero discreta e clandestinamente inscritos no partido e preparados no papel de condutores na hipótese de uma república popular. Dissociação das tendências complementares que mantêm tradicionalmente, na França, um equilíbrio vivo. Esta dissociação tem logrado tal importância, que já não se vê apenas em certos casos a possibilidade de uma ação comum e fraternal entre os representantes dessas diferentes correntes. É fácil capacitar-se de a quem é que servem estes antagonismos. — Difamação sistemática das formas tradicionais da piedade e da vida católica. — “Mea-culpismo”, ou mania de auto-acusação, a respeito da Igreja Católica. Conspiração do silêncio a respeito de tudo quanto procede de Roma, sobretudo quanto aos documentos que mantêm os valores tradicionais. Desafeição com referência ao dogma, e sobretudo com referência à teologia clássica. Redução do cristianismo à “caridade”, palavra que cobre todos os abandonos, todas as transigências, e que adormenta nos cristãos o instinto de defesa. Liberalismo a respeito das doutrinas condenadas pelas encíclicas dos Papas. Mística da adaptação realista que parece preparar eventualmente o acôrdo da Igreja com formas políticas pelos chamados retrógados julgadas inconciliáveis com a fé. Mística de “o social antes de tudo”.

13 — Há alguma experiência de que os comunistas tenham obtido algum triunfo infiltrando-se por entre os meios católicos, inclusive valendo-se de padres?

— Poderíamos ilustrar abundantemente esta resposta. Limitar-nos-emos, porém, a recordar o lamentável caso de Cuba, evidente mostra do “funesto engano” e do “nós não pensávamos”.

Assim o confessa a Pastoral de Monsenhor Pérez Serantes, Arcebispo de Santiago de Cuba, a 24 de setembro de 1960: *"Pela revolução deu-se nesta província do Oriente, e toda gente o sabe, o quanto se podia dar; a favor dela o povo todo mobilizou-se. Pela revolução, por Fidel, por seu mui caro líder, tudo se deu: roupas, orações, dinheiro, sacrifícios, e todos os homens que foram necessários, os quais, com o maior desinteresse, com grande fervor, como quem ia a uma cruzada, escalarão a serra, deixando tudo sem voltar a vista para trás... Pela revolução, e muito identificados com ela, trabalharam nossos capelães, os padres Sardiñas, Rivas, Lucas, Castaños, Cervero e Barrientos, os quais, com o mesmo espírito que os valentes soldados da serra, acompanharam estes e os animaram pelos caminhos da luta e da vitória... Lutando pela revolução, nunca pensaram os nossos, nunca pensou o povo cubano, que a mão férrea e sem entrancas do comunismo haveria de pender ameaçadora sobre nossas cabeças; e nem que haveriam de ser os escassos devotos de Marx e de Lenine que pretenderiam arrebatá-los o bem-conquistado laurel da vitória; que eles é que dariam a pauta da conduta que se haveria de impor aos heróicos voluntários da pátria, chegando-se até a nos ordenar que nos confinássemos em nossos templos e que, nêles, nos ativéssemos a normas ousadamente traçadas pelos que, além de descrentes, nada entendem disso. À maneira de senha de predomínio social, e até político, nitidamente comunista, certamente anticatólico, claro parece que se pretende anular totalmente a influência católica, e isto não passo a passo, e sim a grandes passadas".*

14 — Agora o comunismo mudou. Nem persegue a Igreja nem se imiscui no governo eclesiástico.

— Exatamente ao revés do que dizia Paulo VI em seu discurso de 29 de setembro de 1963:

"Devemos ser realistas, não ocultando a ferida que não poucas regiões causam a este mesmo Sínodo universal. Podemos estar cegos e não notar que muitos lugares desta Assembléia estão vazios? Onde estão nossos irmãos de nações em que a Igreja é combatida, e quais as condições em que a Religião se acha nesses territórios? Ante esta lembrança aflige-se o nosso

ânimo pelas coisas que conhecemos, e ainda mais por tudo o que Nos é dado saber, quer com referência à sagrada Hierarquia, isto é, aos religiosos ou às religiosas, quer com referência a tantos filhos nossos submetidos a temores, vexames, privações e opressões, por causa da sua fidelidade a Cristo e à sua Igreja”.

Quanto à intromissão marxista nas nomeações eclesiásticas, considere bem a notícia que “La Croix” de 26 de novembro de 1967 publicava:

“Em agosto último, pelo Comité Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia foi enviada a todos os funcionários uma Circular secreta, para lhes pedir “intensificassem a sua luta contra o desenvolvimento das atividades da Igreja Católica e o crescimento da vida religiosa no país. A circular confirma que as negociações entabuladas no mês de junho entre Monsenhor Casaroli, representante da Santa Sé, e as autoridades tchecoslovacas terminaram em fracasso “por causa da atitude pouco realista do Vaticano no que tange em matéria de pessoas”. Trata-se da eleição dos novos Bispos: o governo comunista teria desejado homens que êle pudesse estreitamente controlar, e que fôssem escolhidos entre os dirigentes mais comprometidos — e certamente os mais populares — dos Padres do Movimento “PAX”. A circular acrescenta que, depois do Concílio, a Igreja parece animada de um dinamismo nôvo no país, especialmente em relação aos jovens. Sacerdotes, e sobretudo seculares, difundem nos mais diversos ambientes as idéias religiosas, e o número das crianças inscritas nos cursos de Catecismo aumenta. Os efeitos dessa Circular já se fazem sentir por tôda parte. As relações do Estado com a Igreja vêm-se endurecendo cada vez mais”.

15 — Parece-me que agora, depois do Concílio, já se pode pertencer à Maçonaria. Li que Mons. Sérgio Mendez Arceo, Bispo de Cuernavaca (México) no Concílio, pediu se revogassem as leis eclesiásticas contra a Maçonaria.

— Uma coisa é um Padre Conciliar fazer êsse pedido, e outra é ser êle tomado em consideração. Mons. Luigi Carli, bispo de Segni, resumiu nas seguintes palavras a posição da

Igreja perante a maçonaria, depois do Concílio Vaticano II: *“Neste momento a Igreja mantém firmes não só o seu “juízo doutrinal” sobre a maçonaria, como também as medidas disciplinares. Prova recentíssima disto constitui o fato de, na Constituição Apostólica “Mirificus eventus”, de 7 de dezembro de 1965, Sua Santidade Paulo VI, por ocasião do Jubileu Extraordinário, haver outorgado aos confessores a faculdade extraordinária de “absolver das censuras e penas canônicas os que estejam inscritos em seitas maçônicas, ou associações semelhantes, que combatam a Igreja e a legítima autoridade civil, desde que esses tais se separarem definitivamente das respectivas seitas ou associações, e prometam reparar e impedir, dentro do possível, os escândalos e danos. Impor-lhes-á o confessor uma penitência salutar, proporcionada à gravidade das culpas”. Portanto, a inscrição na maçonaria ainda é tida pela Igreja como um pecado e um delito, e, como tal, é sancionada com a penalidade canônica.*

Para concluir, dir-lhe-ei que à maçonaria cabe demonstrar, com documentos oficiais que tenham relação com tôdas as seitas, e especialmente com fatos inequívocos, que as opiniões pessoais, a meu ver demasiadamente benévolas e irônicas, expostas no Concílio por Monsenhor Méndez Arceo, correspondem à verdade”.

16 — Parece inexplicável que possa haver essas infiltrações dentro da Igreja.

— Não o é. É o cumprimento de profecias claríssimas do Senhor, e ensino dos Apóstolos. Lembre-se somente disto: *“Guardai-vos dos falsos profetas que vêm a vós com vestes de ovelhas, mas por dentro são lobos vorazes”.* (Mt. 7, 15).

17 — Dizem alguns que não há perigo de heresias nesta época.

— Recentemente, no discurso de Paulo VI quando do encerramento do Congresso sobre Teologia do Concílio Vaticano II, era-nos dito: *“O Espírito-Santo ilustra e conserva a vida divina na Igreja, sobretudo mediante a obra do Sagrado Magistério;*

e, por isso, encontrá-la-eis com tanto maior facilidade quanto mais cordial fôr a vossa comunhão com êle; investigardes afastados dêle por caminhos pessoais arbitrários expor-vos-á facilmente ao perigo de ficardes sós, mestres sem fiéis, e de trahardes em vão e sem produzir frutos de vida para a comunidade; ou, ainda, vos apartardes do caminho reto, escolhendo o vosso jûzo, e não o pensamento da Igreja, como critério de verdade, seria uma escolha arbitrária, "airesis", seria o caminho para a heresia" (2 de outubro de 1966).

18 — Praticamente, para não se desviar, qual deve ser a atitude do católico?

— Responder-lhe-emos com palavras de Paulo VI, pronunciadas na audiência geral de 5 de outubro de 1966: *"A Igreja necessita obediência. Sim, filhos e filhas que amais a Igreja, obediência. E, mais do que uma obediência externa e passiva, necessita uma obediência interna e espontânea... Será que a obediência interpreta o espírito do Concílio? Acaso o Concílio não falou dos direitos da personalidade da consciência e da liberdade? Sim, falou destes temas, mas não se calou a respeito da obediência... queremos simplesmente lembrar que estas prerrogativas da alma cristã não são menoscabadas, antes ficam tuteladas e moderadas pela obediência vigente no conjunto comunitário da Igreja... Mas então — insistirão talvez os nossos comentadores — a obediência não mudou nada com o Concílio? Oh, não! Nós cremos que o espírito, que as formas de obediência, regeneraram-se com o Concílio... Há quem tenha querido descobrir nisto uma mudança radical da relação entre autoridade e obediência, como se essa relação ficasse transformada num diálogo comprometedor para a autoridade e liberador da obediência; porém, mais do que diálogo que lhe tiraria seu mérito específico, e que mais propriamente se refere à colaboração e ao conselho, podemos notar que o conceito dessa relação, sem excluir o conceito da responsabilidade e da decisão, reservado à autoridade, enriquece-se com elementos não desconhecidos nos costumes católicos, antes até mais revalorizados agora, como o respeito, a*

confiança, a união, a colaboração, a corresponsabilidade, a bondade, a amizade, a caridade... que lhe restituem o seu conteúdo evangélico e o seu estilo verdadeiramente cristão e eclesial. Quer dizer: a obediência torna-se filial, ativa e alegre. Dela tem necessidade a Igreja, para que não seja vão o fruto do Concílio, e para que ela, a Igreja, seja verdadeiramente o reino de Deus e a luz das gentes”.

XXII — ECUMENISMO E LIBERDADE RELIGIOSA

1 — Até a Igreja havia-se preocupado com a união com os irmãos separados?

— Desde o momento em que se produziram os cismas e as separações de ramos da Igreja, sempre os católicos afanosamente trabalharam pela conversão dêles, e por procurar que êles voltassem à Igreja. Mais pròpriamente, êles é que têm refugido os católicos e os têm perseguido. O Concílio diz sòmente que se propôs como fim trabalhar mais intensamente pela união dos separados, sem dizer que nada se tenha feito.

2 — Devemos confessar-nos culpados perante os irmãos separados, como se nós é que tivéssemos a culpa da sua separação?

— O Concílio diz textualmente: “Acêrca das culpas contra a unidade vale também o testemunho de São João: “Se dissermos que não pecamos, fazemos Cristo de mentiroso, e sua palavra não está em nós” (1 Jo., 1, 10). Portanto, com humilde súplica pedimos perdão a Deus e aos irmãos separados, assim como nós também perdoamos aos nossos devedores” (Ecum. 7). Nós, os particulares, se em nada havemos ofendido os Protestantes, de nada temos de lhes pedir perdão. Num rasgo de humildade muito belo, por bôca do Papa a Igreja pediu perdão das ofensas que, quiçá subjetivamente, tenham molestado êsses separados. Quando um pai castiga o filho, muitas vêzes êste se enfada e não quer voltar à casa paterna. O pai, bondoso, vai buscá-lo e se adianta: “Se te ofendi, ou se me deixei levar pelo temperamento... perdoa-me”. Isto não quer dizer que o filho não tenha sido o verdadeiro culpado, nem que o pai o tenha ofendido objetivamente.

3 — Como ficam os cânones 1258, 2316, etc., sôbre a não-comunicação com os hereges?

— Dentro em pouco responderemos a isto, quando tratarmos mais concretamente da liberdade religiosa. Aqui, baste dizermos que êsses cânones estão de pé. Uma coisa é perdoar, não molestar... e outra é tratar e tornar freqüente o trato indistintamente.

4 — Pode-se chamar hereges aos cristãos de igrejas e seitas protestantes?

— Ouçamos de nôvo o Concílio: “Cumpre esforçar-se para eliminar aquelas palavras, juízos e obras que, segundo a verdade e a equidade, não estão conformes com a condição dos irmãos separados” (Ecum. 4). Portanto, não há dificuldade em lhes chamar hereges, visto que em verdade êles o são. Todavia, melhor será evitar êste qualificativo. De todo modo, parece bastante ridículo não querer chamar-lhes Protestantes, e dar-lhes o apelativo de “irmãos separados”, pois nunca êles assim se denominam, e sim simplesmente Protestantes ou Metodistas ou do nome de sua seita.

5 — É preciso ter amistosa e pública relação com os Protestantes, para que os outros digam: “Olhem como êles se amam”?

— Não exorbitemos das questões. Cristo recomendou-nos a caridade e o amor dos seus entre si. Êstes “seus” são unicamente os católicos. Os “outros” separaram-se dos “seus”. Não quer isto dizer que não os amemos como devemos amar toda criatura, que está feita à imagem e semelhança de Deus e foi remida por Cristo; e, de modo especial, porque êles crêem em Cristo. O que nos incumbe, pois, é não os odiarmos, não os perseguirmos, pelo fato de serem Protestantes, não lhes negarmos a palavra, etc. Daqui a extremarmos o trato, para que pareça sermos uma mesma coisa — isto quer dizer amar-se —, vai grande distância. Precisamente *deve fazer-se notar que não somos unos*, para que ninguém se deixe levar ao engano.

- 6 — Como é, então, que o Papa e Atenágoras se deram públicamente um abraço e mutuamente se absolveram das suas excomunhões? Será que o Papa reconheceu a excomunhão? E por que foi que êle absolveu, se as circunstâncias substanciais em nada mudaram?

— O gesto do Papa foi o de um pai que deseja a reconciliação com o filho, e então, por sua parte, começa por lhe perdoar de coração. A animosidade de Atenágoras contra Roma não é, certamente, a de Miguel Cerulário. Por isto, o Papa aceitou o gesto de Atenágoras, não por se reconhecer culpado e merecedor de uma excomunhão, mas sim para, de sua parte, não opor obstáculo nenhum à reunião.

O Papa pôde absolver Atenágoras da excomunhão. E pôde permitir que Atenágoras fizesse o gesto de absolvê-lo, embora êle estivesse consciente de que nenhuma excomunhão o atingira.

- 7 — Agora está havendo tudo aquilo que Lutero queria: missa em língua vulgar, altar de frente para o povo, comunhão sob as duas espécies... Será que êle tinha razão e nós agora lha reconhecemos, e êle foi condenado injustamente?

— As circunstâncias mudaram, e também as causas. Lutero pedia tudo isso induzido por *princípios errôneos*; por supor que a Igreja Católica se havia desviado do autêntico cristianismo. Agora se concede o que se lhe negou, porque isso é feito com *finis pastorais*, reconhecendo-se que dá no mesmo o altar de frente para o povo ou de frente para o retábulo; a Missa vale a mesma coisa em latim como em língua vulgar, etc. Além disto, Lutero não foi condenado por estas bagatelas, assim lhes chamemos, e sim pelos seus graves erros dogmáticos. Basta ler os decretos de Leão X e as proposições condenadas.

- 8 — Que é o "diálogo" ecumênico?

— Poucas palavras têm sido tão mal empregadas como esta do diálogo. Muito bem a explicou Paulo VI na sua primeira

Encíclica, "*Ecclesiam suam*", na qual lhe dedica uma parte muito importante. Diz êle que o diálogo deve ter as seguintes qualidades: clareza, afabilidade, confiança, prudência. E o Concílio recomenda encarecidamente que êsse diálogo só seja feito com permissão e sob a vigilância dos Bispos, por pessoas peritas, e com garantias de êxito.

9 — Em nome do diálogo é lícito cedermos um pouco em nossas doutrinas?

— Jamais. Isto se entende das doutrinas certas; porque, em se tratando de questões discutidas entre teólogos, mais propriamente é de fazer caso omisso delas no diálogo com os Protestantes. Categòricamente o afirmam tanto o Concílio como o Papa: "Porém resta um perigo. É arriscada a rate do apostolado. A solicitude por se aproximar dos irmãos não deve trazer-se numa atenuação ou diminuição da verdade. O nosso diálogo não pode ser uma fraqueza a respeito do compromisso com a nossa fé" (*Ecclesiam suam*). E acrescenta: "Só aquêle que é totalmente fiel à doutrina de Cristo pode ser eficazmente apóstolo".

10 — Que significado tem a palavra "retôrno" na atualidade?

— O significado de sempre. Esta palavra, isto é, a idéia que ela em si encerra, pertence ao dogma que diz não haver mais do que uma só Igreja verdadeira, e que esta é a Católica. Portanto, "retornar" é voltar de nôvo. Os Protestantes e os Cismáticos devem reincorporar-se à Igreja Católica, que êles deixaram, e isto quer dizer que êles têm de aceitar as doutrinas *tôdas* que a Igreja Católica sustenta, até mesmo aquelas que não eram de fé no mento da separação, mas que o foram depois: doutrinas definidas em Trento; no Vaticano I: dogma da Imaculada Conceição, da Assunção, do Primado de São Pedro, da infalibilidade pontifícia, etc.

Isso que, com boa vontade, alguns dizem: "Não hão-de voltar, hão-de *continuar* na Igreja de Cristo", ou é uma falácia de dicção, ou simplesmente um êrro dogmático.

11 — Quando e como se terá o diálogo ecumênico?

— Diz-no-lo o Concílio: “Para conseguir isto — o conhecimento mútuo — muito ajudam, de uma e de outra parte, as reuniões para o trato de questões principalmente teológicas, nas quais cada um trate com o outro como de igual para igual, contanto que os que nelas intervêm sob a vigilância dos Prelados sejam verdadeiramente peritos. De tal diálogo aparecerá também mais claramente qual é a verdadeira condição da Igreja Católica” (Ecum. 9). E, no n.º 11, êle afirma o que o Papa dissera: “Convém absolutamente que se exponha com clareza tôda a doutrina. Não há coisa mais alheia ao Ecumenismo do que aquêlê falso irenismo com o qual padece minguar a pureza da doutrina católica e se lhe obscurece o sentido genuíno e certo”. Não se podem, pois, celebrar colóquios públicos com protestantes, sem permissão do Bispo. E os colóquios ou conversações, discussões, etc. privados devem ser evitados se não se tiver muita segurança de possuir a doutrina de forma que se saiba repelir o errôneo. Por isto o Concílio recomenda que se conheça a doutrina dos separados, para melhor poder dialogar com êles. Mas antes convém saibamos bem *a nossa doutrina*.

12 — Entender-nos-emos melhor se falarmos daquilo que nos une do que daquilo que nos separa. Tudo o mais são motivos de desunião.

— Nem era esta a doutrina de Cristo, nem é esta a doutrina do Concílio e do Papa, conforme vimos. Não se trata de *nos entendermos* com os separados, tratar-se de *os convertermos*. E não os converteremos se só lhes falarmos daquilo que êles já admitem. Acaso acreditamo-los tão ingênuos que êles se deixem enganar? E seremos tão falazes que queiramos enganá-los, fazendo-lhes ver que êles e nós somos uma mesma coisa, mas, quando êles entrarem no seio da Igreja Católica, verifiquem ter de aceitar um conjunto de verdades que ignoravam? Isto seria má vontade. Ilusão provocada pela frase que, no fundo, quer dizer só isto: vejamos primeiro em que é que coincidimos, dado

que cada protestante tem seu credo especial, e depois veremos até que ponto podemos andar de braços dados, sempre suspirando para que se suprima também aquilo que nos separa.

13 — Buscando o Ecumenismo a união, por que então parece que se tenciona fender a unidade religiosa da Espanha?

— Porque nem tudo o que reluz é ouro. Desgraçadamente, com o falso nome de Ecumenismo, muitos não procuram senão fazer o jôgo dos heterodoxos e do comunismo, que triunfa no campo não-católico.

14 — Que diferença há entre o Ecumenismo e o Irenismo?

— Etimològicamente têm semelhança, como se quisessem dizer a mesma coisa: Ecumenismo procura que a universalidade seja uma só coisa. O Irenismo procura a paz de todos entre todos. Ambas essas palavras podem ter sentido mau e bom. A Igreja aceitou a palavra Ecumenismo, que ela entendeu bem: fomentar a unidade de todos os cristãos. Repeliu o Irenismo, porque desde o princípio êste pretendeu fomentar a união sem uma conversão. O Irenismo quer *união sem unidade*; uma espécie de Igrejas federadas, na qual cada uma conserve a sua própria fisionomia e natureza, mas convenham em não se discutir, etc.; tal como fazem entre si as diversíssimas seitas Protestantes. O Ecumenismo quer *união como fruto da unidade*: uma só doutrina, um só Cristo, um só Papa, uns sós Sacramentos, um só culto, etc. Paulo VI diz na "Ecclesiam suam": "O irenismo e o sincretismo são, no fundo, uma forma de cepticismo quanto à fôrça e ao conteúdo da palavra de Deus que queremos pregar".

15 — Liberdade religiosa quer dizer que agora cada um pode seguir a religião que mais lhe apraza?

— De maneira nenhuma. Diz o Concílio: "Em primeiro lugar, o Sagrado Concílio professa que Deus manifestou ao gênero humano o caminho pelo qual, servindo a Ele, os homens

podem salvar-se e chegar a ser felizes em Cristo. Cremos que esta única religião verdadeira se encontra na Igreja Católica e Apostólica, à qual o Senhor Jesus confiou a obrigação de difundir-la a todos os homens... Por sua parte, *todos os homens estão obrigados* a buscar a verdade sobretudo no que se refere a Deus e à sua Igreja, e, uma vez conhecida a mesma, a abraçá-la e praticá-la. Confessa igualmente que estes deveres envolvem e *ligam* a consciência dos homens, e que a verdade não se impõe de outra maneira a não ser pela força da própria verdade (D. Liberdade 1).

16 — Que foi então que o Concílio declarou sobre a liberdade religiosa?

— Di-lo no n.º 2 da sua declaração: “Este Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. *Esta liberdade consiste em que todos os homens devem estar imunes de coação*, tanto por parte de pessoas particulares como de grupos sociais; e isto de tal maneira que, em matéria religiosa, nem se obrigue quem quer que seja a agir contra sua consciência, nem se seja impedido de agir conformemente a ela, em particular ou em público, sozinho ou associado com outros, dentro dos limites devidos” (n.º 2). E antes ele havia dito: “Ademais, como a liberdade religiosa que os homens exigem no cumprimento do dever de prestarem culto a Deus se refere à *imunidade de coação* na sociedade civil, *deixa ela íntegra a tradicional doutrina católica sobre a obrigação* dos homens e das sociedades para com a verdadeira religião e única Igreja de Cristo” (n.º 1). Bem claro está, portanto: o Concílio reconhece que “a única verdadeira Igreja de Cristo é a Católica”, e o que ele exige é que se respeite a liberdade do homem, não o obrigando ou coagindo a abraçar uma religião determinada.

17 — Mas como se coadunam estas duas coisas: obrigação e liberdade?

— Coadunam-se como se coadunaram sempre: por uma parte, Deus nos diz que, se queremos salvar-nos, não temos senão um

caminho normal e ordinário: a Igreja Católica. Por outra parte, êle insiste nesse “se”, nesta condicional; quer dizer: não nos coage fisicamente, mas, sim, quer que O sirvamos com coração e vontade, com espontaneidade, ainda que esta vontade provenha do temor do inferno. Nem por isto deixa ela de ser voluntária.

Por outra parte, tenha-se em conta que, se há algo que atente contra a *verdadeira* liberdade é o proselitismo *ideológico*. A *coação física* não atenta diretamente contra a liberdade religiosa ou de consciência. Se me obrigam a assistir à Missa e eu ali, dentro da Igreja, diante do altar, não quero ouvi-la interiormente, perante Deus não pratico um ato de religião católica. Pelo contrário, se me encerram num cárcere para que eu não vá à Missa, eu dali posso ouvi-la em espírito e praticar o ato religioso. — Por conseguinte, a única coação só pode consistir em propor de tal maneira uma doutrina, que *necessariamente o meu entendimento* a ela adira. Isto sucede com as crianças, que não têm outro critério de verdade a não ser a autoridade dos maiores. Os adultos podem ser, em maior ou menor grau, crianças em matéria religiosas.

18 — É verdade que o Concílio proibiu o ensino da religião nas escolas católicas?

— Não poderia proibi-lo sem trair a doutrina de Cristo. O Concílio mandou que se ministre a educação religiosa católica conveniente aos católicos (*Educação da Juventude*. — Pode-se dizer que em todo o decreto). Alguns entenderam mal o que êle diz sôbre não coagir nenhum católico obrigando-o a estudar o catolicismo em escolas católicas. Igualmente reconhece aos pais católicos a liberdade de enviarem seus filhos àquelas escolas em que se lhes ensine a religião que êles creiam verdadeira, ainda que o não seja. O Concílio move-se neste plano da não-coação.

19 — Não se pode impedir que os Protestantes exerçam o proselitismo, já que o Concílio o permite.

— Já transcrevemos o que o Concílio disse. Acrescentamos mais em particular: “As comunidades religiosas também têm o

direito de não ser impedidas no ensino e na profissão pública, de palavra e por escrito, da sua fé. Mas, na divulgação da fé religiosa e na introdução de costumes, cumpre sempre abster-se de qualquer espécie de atos que possam tresandar a coação ou a persuasão desonesta ou menos reta, mormente em se tratando de pessoas rudes ou necessitadas" (D. Liberdade, n.º 4). Daí que, segundo o referido documento conciliar, não se pode impedir que os protestantes exerçam o proselitismo ou propaganda, desde que empreguem meios honestos, se abstenham de coações, e não violem direitos dos outros. Entre êstes direitos vigem, em primeiro lugar, os direitos de Deus, de ser honrado como Êle prescreveu. Por conseguinte, quem sabe que se achar investido de uma autêntica missão para velar pela honra de Deus não pode autorizar a propaganda de outras ideologias senão em virtude de uma diplomática tolerância. Também vigoram os direitos dos católicos de não serem perturbados na sua boa e legítima fé. Compete à autoridade defender êstes direitos das falácias, erros e ambiguidades, inclusive dos que as propagam acreditando fazer obséquio a Deus.

20 — Não há razão para converter os Protestantes. Êles são melhores do que nós. Um padre nos disse, numa reunião, que nós temos a culpa da separação dêles. Na minha Paróquia far-se-á um "ato público de culpabilidade" (sic).

— Sobre esta suposta culpabilidade já falámos anteriormente. Só há que acrescentar que *nós não temos de nos declarar culpados de havermos sido obedientes à Igreja, ao Papa, ao Direito Canônico e à própria Sagrada Escritura. Era-nos dito — era-nos mandado* — que não entrássemos nas capelas protestantes, que evitássemos o trato com êstes, que não permitíssemos o proselitismo dêles, etc. Mas não temos de nos arrepender de havermos sido obedientes. Êsse ato de "culpabilidade" considero-o uma verdadeira aberração, e uma injúria feita à Igreja, que nos mandava evitarmos o trato dos Protestantes. Os que se ocupam das relações com os irmãos separados comprovam que êstes se aproximam dos católicos com muita euforia, pensando que êstes não conhecem a Bíblia. Mas, quando, à volta de uma conversação, ou duas no máximo, verificam que a Bíblia demonstra a sua errônea posição,

êles não mais querem saber de diálogos, nem costumam acudir às citações previamente combinadas.

Quanto à santidade dêles, ninguém deve julgar quem é melhor. As aparências enganam em todos os sentidos: há quem pareça bom e é mau, e quem pareça mau e é bom. Só Deus pode julgar. Quando falamos da *conversão*, não tratamos da *santidade* subjetiva, e sim da religião verdadeira objetiva. Pode um Protestante estar de muito boa fé, e ser muito bom, e viver em graça de Deus, e, portanto, ser santo. E, não obstante isto, êle ainda terá de *se converter*. Porque, além da ordem subjetiva, existe a vontade objetiva de Deus, que quer que todos nós tenhamos aderido à verdadeira religião, que é *unicamente a católica*. E nós os católicos temos o mandato de Cristo de evangelizarmos tôdas as nações, e de não pararmos enquanto não se formar um só rebanho e um só Pastor. Se êles apenas se *unirem* a nós, mas não se *converterem*, então formaremos um *conglomerado de muitos rebanhos juntos, que conviveremos com muitos pastores sem lutarmos uns com os outros, mas não seremos o único sob o único Pastor*. Não há, pois, *verdadeira unidade sem conversão interior*.

21 — Pode dizer-me em concreto quais são os direitos e os não-direitos de quem errar religiosamente?

— Em nossa resposta seguiremos as diretrizes da Carta Pastoral “Ecumenismo e Liberdade religiosa”, do Sr. Bispo de Bilbao, Dr. D. Pablo Gúrpide, publicada em dezembro de 1964.

Quem erra tem direito a que o não forcem à aceitação da fé, e a que não o coajam obrigando-o a fazer algo contra sua consciência. Conserve-se-lhe estima e respeito, e não se lhe faça ofensa, enquanto êle permanecer de boa fé.

Mas êle não tem direito a escolher a religião que lhe dê na telha, que não lhe apresente a verdade plena, nem se lhe pode permitir que êle invada os direitos dos outros ou prejudique o bem comum.

Não há liberdade para o erro, nem para o que não é moral, nem para equiparar tôdas as religiões. Nem se pode dizer que a igualdade de tôdas as confissões religiosas seja como que a

expressão do ideal divino. Nem, tampouco, que a igualdade jurídica de tôdas as confissões religiosas seja uma exigência da própria natureza das coisas.

22 — Como coordenar a unidade da fé católica com o respeito à pessoa humana, se não se permite a propaganda pública de qualquer confissão religiosa?

— Aceitamos as palavras do Sr. Bispo de Bilbao: “Reconhecemos os direitos à pessoa humana, mas não ao erro. O direito de propagá-lo não o concedemos à pessoa equivocada, numa nação de unidade de fé católica, porque êsse exercício se choca com os direitos dos indivíduos que vivem em pacífica posse da verdade, com os direitos da sociedade, que tem de velar pelo bem comum, um de cujos elementos, e não o último, é a verdade e a paz; e, enfim, com os direitos da Igreja, que na Espanha ostenta a sua unidade religiosa desde séculos e em tranqüila posse, título êste mais do que suficiente para que ela seja respeitada e admirada pelas demais nações”.

23 — Em tôdas as nações deve-se seguir o mesmo critério?

— Acrescenta o sr. Bispo de Bilbao: “É preciso distinguir nações com unidade religiosa e nações pluralistas quanto à religião. Nestas, umas e outras religiões convivem sob uma mesma legislação civil, e conformemente a esta desenvolvem suas atividades. Nas nações de unidade religiosa o panorama muda completamente, porque os dissidentes, quando muito, costumam ser uma minoria insignificante, e, por isto mesmo, a legislação há-de representar a maioria em tôdas as leis e instituições, sem quebra nem violação dos direitos da minoria.

“Por isso, é claro que, nos países de pluralismo religioso, a prudência governativa deve ditar meios práticos, diversos dos que vigem naqueles países em que reina a unidade na profissão da religião verdadeira. Nestes, a não ser por motivos circunstanciais, ou para salvar um bem comum mais universal, não seria prudente a liberdade religiosa no sentido de que todos possam gozar, inclusive, de liberdade de proselitismo”.

24 — Numa revista católica li que é contra a liberdade das crianças batizá-las desde pequeninas. Que o batismo deveria ministrar-se aos já adultos, pois assim se respeitaria de verdade a liberdade da consciência e do ato de fé.

— Quem assim fala ignora a importância que têm o dom da fé, e a privação da graça santificante que o pecado original supõe.

É melhor existir do que não existir. Para darem a vida a seus filhos, os pais não pedem *antes* o consentimento destes. Portanto, se para a vida humana não se pede o consentimento, os pais cristãos também não têm de pedir permissão para ministrar o batismo, que é o maior bem que podem oferecer-lhes: A prevalecer esse critério de esperar pela idade adulta, então os pais também não poderiam levar seus filhos aos colégios, nem os professores dar lições de gramática, de geografia, de história, porque talvez, quando adulto, aquêlê menino preferisse ficar analfabeto, ou viesse a ter opiniões diferentes sobre tais matérias.

Além disso, tal opinião não se pode nem escrever nem sustentar numa revista católica, nem pode professá-la nenhum católico. É doutrina definida no Concílio de Trento o que consta dos seguintes cânones da sessão VII, ao falar sobre o Sacramento do Batismo: “Cân. 12. Se alguém disser que ninguém deve batizar-se senão na idade em que Cristo se batizou, ou só em artigo de morte, seja anátema. — Cân. 13. Se alguém disser que os pequeninos, pelo fato de não terem o ato de crer, não devem ser contados entre os fiéis depois de receberem o batismo, devendo, portanto, ser rebatizados quando chegarem à idade de discrição; ou que mais vale omitir-lhes o batismo do que batizá-los só na Fé da Igreja, sem êles crerem por ato próprio, seja anátema. — Cân. 14. Se alguém disser que tais párvulos batizados devem, quando houverem crescido, ser interrogados, sobre se querem ratificar o que, ao serem batizados, prometeram por boca de seus padrinhos; e, se êles responderem que não querem, devem ser deixados ao seu arbítrio; e que, entrementes, não se deve obrigá-los à vida cristã, por nenhuma outra pena a não ser o serem afastados da recepção da Eucaristia e dos outros sacramentos até que se arrependam, seja anátema”.

Visto que todo homem vem a este mundo com a alma manchada do pecado original (Rom. 5, 12; 1 Cor. 15, 22), e como nada manchado pode entrar no Reino dos céus (Isaías 25, 8; Apoc. 21, 27), e visto que só o Batismo limpa a alma do pecado original (Jo., 3, 5), a Igreja sempre insistiu em que se batizem as crianças tão cedo quanto possível depois do seu nascimento.

Embora no Novo Testamento não se faça menção expressa do batismo das crianças, certamente que Jesus-Cristo o supõe quando diz: "Deixai virem a mim as criancinhas, e não o impeçais, porque delas é o Reino dos céus" (Lc., 18, 16). Pela solene declaração que Jesus-Cristo fez da necessidade deste sacramento (Jo. 3, 5) nós concluímos que não só se *pode*, mas que se *deve*, batizar as crianças. Também S. Paulo nos diz haver batizado famílias inteiras (Atos, 16, 15; 1 Cor. 16), e provavelmente haveria crianças entre elas. Os primitivos padres da Igreja falam unânimemente do batismo das crianças. Citaremos tão somente Santo Irineu de Lião (140-205), discípulo de S. João Evangelista: "Jesus-Cristo veio salvar todos os que, por meio d'Ele, renasceram para Deus; infantes, jovens, velhos" (Adv. Hear., 2, c. 22).

Que revista católica e que católico pode sustentar tais sofismas contra a doutrina solenemente definida pela Igreja?

25 — Que livro me recomendaria para eu conhecer teologicamente o traçado teológico do ecumenismo?

— O livro, mui perspicaz e profundo, "Eu torno al diálogo católico-protestante", do Dr. Francisco Canals, Catedrático de Metafísica da Universidade de Barcelona, publicado pela Editorial Herder.

XXIII — MÉTODOS DO PROSELITISMO COMUNISTA

1 — Poderia indicar-me, em linhas gerais, quais são as táticas do proselitismo comunista?

— A inquietação proselitista constitui para o comunista verdadeira obsessão.

— Êles agem de maneira subtil e sabotadora, de forma que, na imensa maioria dos casos, sua falha passa inadvertida para o próprio interessado.

— Êles dedicam atenção preferencial:

— aos estudantes de fora, que se acham sòzinhos ao chegarem;

— aos filhos de personalidades da direita;

— aos membros de obras apostólicas universitárias;

— aos padres e religiosos “inquiectos”.

— Têm verdadeira obsessão por descobrir as pessoas que possuem qualidades naturais de Chefe e exercem influência sôbre os outros.

— Têm habilidade especial (ou, melhor, boa técnica) para descobri-las submetendo-as à observação psicológica em equipe, a fim de lhes descobrir as qualidades e os pontos fracos.

— Procuram cativar os jovens — e até mesmo os padres — com raparigas, e ao revés.

— Fomentam os contactos pessoais, simples e humanos, aproveitando ou provocando as ocasiões propícias.

— Nos primeiros contactos êles sondam o modo de pensar do interessado, especialmente nos aspectos político, social, moral e religioso, fazendo-lhes perguntas sôbre temas actuais, que obrigam a pessoa a “definir-se”.

— De acôrdo com a ideologia descoberta, o ativista apresenta-se como “católico inquieto”, “católico de esquerda”, “social-democrata”, “socialista, etc., mas nunca abertamente como marxista-leninista.

— Pouco a pouco vai o ativista pondo o candidato em contacto com os membros da sua célula — quatro ou cinco rapazes ou raparigas universitários, — e isola-o de outras influências.

— Oferecem amizade franca e intensa enquanto acreditam poder ganhá-lo. Se perdem a esperança, ou êle deixa de lhes interessar, a attitude muda radicalmente.

— Mostram-se como rapazes e raparigas generosos e abnegados que não suportam os egoísmos de uma sociedade podre, e que cada dia jogam com a vida alegremente, capazes de suportar qualquer tortura desde que libertem da opressão seus irmãos, e arrassem o que está velho e decadente, para construir um mundo nôvo.

— Relatam detalhadamente as façanhas dos ativistas comunistas, apresentando-os como rapazes e raparigas “maravilhosos” e “formidáveis”.

— Mostram um interêsse vivo e operante pela pessoa que desejam captar, colaboram, com entusiasmo, com ela na superação de si mesma, animando-a a se responsabilizar por uma missão maravilhosa e revolucionária.

— Empregam a arma da adulação. “Desde que o conheci, dei-me conta de que você era um tipo formidável. Se você quiser, será algo grande”.

— Afirmam que, para isto, é necessário — “do contrário você não fará nada na vida” — “dar o passo e quebrar as amarras” — família, Igreja, autoridades, — “abrir os olhos e ver um mundo nôvo”.

— Inculcam-se como exemplo de homem liberto e superior: “Eu também era como você; mas me ajudaram, e agora você está vendo”.

— Facilitam colocações remuneradas, viagens, etc.

— Proporcionam diversões e relações imorais.

— Fomentam e aproveitam as quedas, para terem colhidas as pessoas.

— Ajudam os detidos, mesmo que sejam de idéias contrárias, para os atraírem, e para, ao mesmo tempo, lhes fomentarem a rebeldia e a politização.

— Acolhem benèvolmente os que são vítimas de acusações, às vèzes por êles mesmos provocadas com êsse fim.

— Os que mais valem, êles vão fazendo-os descobrir os problemas locais, vão-nos responsabilizando perante êles — “um católico não pode consentir nisto”, — situam-nos estrategicamente, e pouco a pouco os lançam à ação, hàbilmente dirigindo-os por detrás.

— Quando lhes convém, êles os colocam na primeira linha (distribuição de panfletos, manifestações, ações de boicotes...), para assim os fazerem pegar ou deter pela força pública, e assim fomentar-lhes a rebeldia ou poderem ameaçá-los com uma denúncia.

— Em resumo: os comunistas colocam-se no meio das comunidades naturais de estudo, residência, diversões... Vão estabelecendo contactos, e pouco a pouco formando a sua célula.

— Para isso, seguem ao pé da letra as instruções do Partido, cuidadosamente adaptadas, à situação concreta, pelos dirigentes. Esta uniformidade e fidelidade no cumprimento das senhas tornam-nos fàcilmente visíveis aos que as conhecem bem, e que observam atentamente como êles agem.

2 — Mas o especificamente marxista é a inquietação social. Como é que êles se movimentam neste terreno?

— Despertam uma grande inquietação social, de modo experimental: pondo os seus influenciados em contactos direto com realidades sangrentas, ou apresentando-lhes dados estatísticos bem seleccionados e parciais, e generalizando depois, dando a entender que “tudo é a mesma coisa”.

— Fomentam o mais negro pessimismo na apreciação dos problemas sociais e na avaliação dos esforços realizados para os solucionar nas nações “capitalistas”, destacando sòmente o mal que nelas ocorre.

— Em contraposição, apresentam os princípios da doutrina social católica em tóda a sua pureza ideal, sem matizações relativamente à possibilidade concreta de os levar à prática em cada circunstância particular de lugar, etc.

— Dêste contraste assim extremado surge, nos mais generosos, uma grande rebeldia, que eles procuram fomentar e explorar para seus fins.

— Repetem, uma e mil vêzes, que, ante tal situação, “há que fazer alguma coisa”; cruzar os braços seria a maior das injustiças.

— Fazem ver que “há uns senhores que se movimentam e fazem coisas”, e é preciso ajudá-los, embora êles não pensem como nós. “Não importa a ideologia; o que importa é a eficácia”.

— Mostram-se de acôrdo em que o comunismo que Pio XI condenou era mau, porém afirmam que êle já evoluiu muito, e agora é muito diferente, e é a única solução eficaz para os problemas sociais.

— Afirmam que, na prática, há um comunismo perfeitamente compatível com a doutrina católica, como o da Polônia, por exemplo.

— Procuram despertar uma grande admiração pelos países de detrás da “cortina de ferro”; afirmam que neles há um grande progresso social e econômico, e absoluta liberdade.

— Estabelecem comparação entre outros países antes e depois da sua “libertação”, para fazerem ver a incapacidade de outros regimes e da Igreja para resolver os problemas sociais, econômicos e políticos.

— Em consequência, na Espanha católicos e comunistas devem unir-se para “fazer alguma coisa”, devem lutar juntos, e acabar com esta situação de atraso e de injustiça.

— No dizer dêles, esta colaboração não está condenada pela Igreja, porque a união de esforços não se faz em prol do comunismo ateu, e sim para lutar pela justiça, no terreno meramente temporal e prático, sem comprometer em coisa alguma as respectivas ideologias.

— Em consciência, um católico não pode negar-se a esta colaboração, porque, em “se fechando”, contrairia uma gravíssima responsabilidade: o problema social ficaria sem solução, ou resolvê-lo-ia o comunismo ateu, de forma materialista e atéia.

— Esta união de esforços em nada prejudica a Igreja Católica, antes, pelo contrário, enriquece-a com o aporte de valores novos procedentes do marxismo, mas que nem por isto deixam de ser autênticos e eficazes, e, por isto, devem incorporar-se ao cristianismo.

— Em concreto, deve a Igreja aceitar como verdade incontroversível que o fator econômico é o fator decisivo na marcha da História, tanto no terreno individual como no coletivo.

— Para eliminar todo receio possível, aduzem êles textos evangélicos e pontifícios, mutilando-os conforme lhes convém, e interpretando-os a seu modo.

— Procuram desprestigiar, aberta ou dissimuladamente, a Hierarquia espanhola, acusando-a de aliada de um regime de opressão e miséria.

— Atacam violentamente “êsses que vão à missa e deixam as pessoas morrerem de fome”, enquanto que os que não vão à missa são os únicos que lutam pela justiça.

— Em compensação, louvam os padres — muito poucos, no dizer dêles — que querem a justiça, venha de onde vier. Queixam-se de que os outros “perseguem êsses padres como animais daninhos”.

— Procuram aparecer o mais possível junto a êsses padres, para infundir confiança aos católicos que êles querem cativar.

3 — Se o comunismo é ateu, como é que êles conseguem a perda da fé e da moral em seus novos prosélitos?

— Mediante conversações e perguntas sôbre temas de atualidade, êles descobrem a ideologia, em matéria religiosa, da pessoa que êles procuram atrair.

— Vêem o que ela considera inamovível — fé em Deus, fidelidade ao Magistério... — e nunca atacam isso diretamente.

— Vão insinuando, ou afirmam, que a autoridade do Papa e sua infalibilidade limita-se, unicamente, às definições “*ex-cathedra*” sôbre fé e moral.

— Afirmam que se podem sustentar pontos de vista diferentes dos do Papa sôbre questões econômicas, sociais e políticas, sem se deixar, por isto, de ser bom católico.

— Insistem muitíssimo em que o magistério da Igreja se limita ao terreno puramente espiritual, sem lhe competirem as questões temporais; estas Deus as deixou à livre discussão dos homens.

— Aconselham e proporcionam leituras de autores ateus ou anti-cristãos, afirmando que “se deve ler de tudo”, sem medo de

perder a fé; porquanto, para que a fé infantil se converta em fé adulta, é preciso passar por uma crise, cuja superação produz a fé robusta.

— Procuram ir graduando estas leituras de autores cada vez mais “avançados”, até terminar em autores abertamente marxistas e ateus, produzindo gradual o arrefecimento religioso e a perda da fé.

— Afirmam que é preciso desfazer-se, de qualquer maneira, da “moral burguesa”, que é pura hipocrisia com aparência de honestidade, e da moral caduca dos colégios, com suas funestas inibições sexuais que consomem as energias da juventude numa luta sem sentido, quando estas deveriam empregar-se na luta contra as injustiças sociais, que é a principal tarefa do cristianismo.

— Por isso, a moral dos comunistas é mais lógica e melhor do que a moral católica, e os católicos que se fazem comunistas sentem-se muito melhores.

— Os rapazes e as raparigas devem ter entre si um trato livre de preconceitos, sem outra regra moral a não ser a do serviço do próximo.

— Os rapazes e as raparigas que não praticam êste trato mútuo sem peias não passam de uns invertidos que fazem passar-se por puros e castos.

4 — Não obstante, teórica e praticamente, o comunismo é de todo vulnerável. Como reagem os comunistas quando se lhes apresentam objeções?

— Em abono de suas afirmações êles facilitam uma bibliografia “científica” que expõe uma moral atéia.

— Os comunistas falam com tal ar de suficiência e num estilo tão radical, que de antemão fecham o caminho a tôda qualquer possível discussão.

— Dão a impressão de ter a cabeça cheia de idéias pré-fabricadas pelo partido, e de que ali já não cabe mais nada.

— Se se lhes fala de um artista, filósofo, etc., que não seja comunista, êles fazem uma careta de estranheza ou de desprezo para com o interlocutor, que assim se permite crer que fora do Partido pode haver algo bom.

— Quando se lhes refuta com razões evidentes, então êles apenas escutam. Por tôda resposta deitam um olhar de profundo desprêzo ou uma frase irônica, ou então, com verdadeira sanha, procuram ridicularizar o contendor.

— Quando se vêem encurralados, fogem à conversação e raspam-se sob algum pretexto.

5 — Qual é a forma de ataque dêles ante as pessoas que se lhes opõem?

— Fazem correr o rumor de que elas pertencem a grupos políticos ou religiosos desacreditados.

— Pespegam-lhes adjetivações tais como carlista, integrista, fascista, reacionário de extrema direita, burguês, polícia, otário, etc.

— Apontam-nos com o dedo aos outros companheiros, de forma descarada e ofensiva.

— Criam neles o complexo de que êles se negam ao diálogo e à convivência por causa da sua estreiteza mental e do seu egoísmo.

— Diligenciam por que os outros também façam dêle esta mesma idéia.

— Pelo telefone ameaçam-nos diretamente, ou fazem-no através de familiares, para os assustarem.

— Criam suspeitas no seio das famílias mediante chamadas telefônicas de pessoas do outro sexo.

— Providenciam a fim de que a polícia lhes contrôle o telefone, dando falsas “chivatazos”.

— Criam-lhes fama de pessoas que procuram enganar e corromper os outros.

— Em alguns casos, provocam-nos dentro da Faculdade, para que haja briga, e assim êles venham a ser expulsos da Faculdade.

— Aos que têm cargos, êles procuram “marcá-los”, para lhes surpreender planos ou torpedeá-los.

— Como último recurso, oferecem-lhes lugares de “vice”, para neutralizá-los e, inclusive, conquistá-los.

XXIV — ALGUMAS QUESTÕES HISTÓRICAS

1 — Constantino torna-se para mim grandemente antipático. É verdade que a Igreja nunca elogiou a ação dêle?

— Sem chegar até às ponderações de Monsenhor Freppel quando afirma que *“o melhor missionário não foi S. Paulo, nem S. Francisco Xavier, mas sim Constantino Magno”*, apraz-me lembrar-lhe testemunhos de grande autoridade a respeito dêle, Pio XII, no discurso ao X Congresso Internacional de Ciências Históricas, a 7 de setembro de 1955, disse solenemente: *“Constantino, intrépido chefe de exércitos e prudente governante de povos, não menos do que fundador de paz, dobrou e venceu, após rude batalha, as forças do paganismo”*.

Paulo VI, a 30 de junho de 1963, dizia a um grupo de milaneses: *“Acaso não se celebrou há muitos séculos, em Milão, a Concórdia entre o Império e a Igreja, ficando como paradigma da paz que ela haveria de ser sempre custódia de todos os valores espirituais e materiais de uma autêntica civilização?”*. Mais explicitamente Paulo VI falou de Constantino com as seguintes palavras, numa audiência geral de 17 de novembro de 1965:

“Vossa visita de hoje e esta Basílica coincide com a vigília da festa que comemora a sua dedicação, ou seja a sua consagração. Sabeis que o costume de celebrar com solenidade a consagração de um templo figura entre os mais antigos da história do culto católico; mal a existência legal, e com ela a liberdade, foi reconhecida à Igreja por Constantino — aquêle Imperador hoje tão combatido por êsses mesmos que patrocina a liberdade religiosa por êle inaugurada, — imediatamente começou êle a construção de edifícios públicos para o culto sagrado; e não mais segundo o tipo do santuário pagão, o “janum”, o tabernáculo em honra de uma divindade, inapto para conter uma multidão orante que

ficava do lado de fora (lembrai-vos de Horácio: "*Odi pro-fanum vulgus et arceo...*"), e sim segundo o tipo cristão, a "*domus ecclesiae*", a casa para a assembléia dos fiéis. Também esta Basílica foi uma das primeiras a surgirem à luz do sol, e sempre por mérito de Constantino: "*Augustus Constantinus fecit Basilicam beato Petro*", lê-se no famoso "*Liber Pontificalis*" no tempo do Papa Silvestre".

2 — O Concílio confessou que a Igreja se equivocou ao condenar Galileu?

— O Concílio não falou do caso Galileu. Alguma vez se ouviu na aula conciliar qualquer alusão a êsse caso. A Igreja não tem por que se retratar da condenação de Galileu, já que a Igreja não condenou sistemas científicos ou astronômicos, e sim a atitude do sábio, que dêles queria deduzir conseqüências dogmáticas. Todavia, admitindo a inerrância da Bíblia, a Igreja afirma que a revelação — contida na Bíblia — não pretende dar lições de ciências, e, portanto, quando se refere à ciência, fala uma linguagem vulgar, como quando os astrônomos de hoje dizem: o sol sai às 4,18 (da manhã) e se põe às 7,29 (da tarde).

3 — Mas não acha que o caso Galileu é uma vergonha histórica para a Igreja Católica?

— Não se pode falar com esta falta de ponderação. O que centenas de vêzes se tem repetido nas controvérsias sobre Galileu pode ler-se num escrito publicado pelo jornal judeu "*Aufbau*" de 2 de janeiro de 1948, no qual, sob o título "*O mito de Galileu*", é dito:

"Em seu número de 19 de dezembro escreviam os srs. a propósito de Galileu: "Este Galileu que (pouco tempo depois que Giordano Bruno, pelo seu excesso de ciência astronômica, havia queimado os dedos e ia ser queimado ele mesmo) fizera o descobrimento estrondoso de que a terra se movia ao redor do sol, desmentiu a sua convicção, evidentemente por medo da tortura". Que pecado cometeram os srs., que, havendo lutado com

fero ímpeto contra o mito de Hitler, o mito de Mussolini, o mito de Stalin, não perdem oportunidade de acariciar e de afagar no rosto a outra meia-dúzia de mitos, por exemplo ao mito de Galileu? Posso permitir-me, como velho amigo, demonstrar-lhes isto?

1) O descobrimento do movimento da terra ao redor do sol foi feito por Copérnico, e não por Galileu. Copérnico publicou sua obra (*"De revolutionibus orbium coelestium"*) no ano de 1543, e justamente por expresso desejo do Cardeal Schoemberg e do Bispo de Kulm, Tiendemann Giese. Como o sr. mesmo pode comprovar, a biblioteca da rua 42 estava dedicada justamente a um Papa, Paulo III.

2) Sob os nove papados que governaram no período de 1543 a 1615, nem um só tropêço teve a doutrina copérnica. Os únicos que a atacaram foram Lutero e Melanchton. O grande Kepler, que defendeu a doutrina copérnica, por isto teve de fugir da Universidade de Tubinga, que era nitidamente protestante. E lá se foi — como o sr. pode ler em qualquer livro sobre Kepler — aos jesuítas de Gratz e Ingolstadt.

3) Galileu não foi condenado por haver ensinado uma revolucionária teoria científica, e sim porque, com essa teoria, se dedicou ao charlatanismo. Ao menos foi esta a opinião de homens como Ticho Brahe, lord Bacon, Milton. Esta é também a opinião do protestante Werner Heisenberg, que deve ser reconhecido como um dos três grandes físicos que no dia de hoje ainda vivem. Escreve êle, na sua obra *"Wandlungen in der Grundlagen der Natur Wissenschaft"* (1936), que êle mesmo se teria visto obrigado a condenar Galileu se o houvessem convocado perante o Colégio Cardinalício.

4) Galileu nunca foi ameaçado com a tortura. A própria pena que se lhe impôs foi muito benigna. Êle teve um "arresto de habitação", quer dizer, condenaram-no a não sair, durante certo tempo, da vivenda em que morava, e, por penitência, tinha de rezar semanalmente um par de salmos, e isto durante três anos. Galileu — embora fôsse, como Copérnico e como Newton, muito devoto — tomou tudo isso demasiadamente pelo lado trágico, e praticou-o muito rigorosamente. Mas que seus próprios juízes não haviam tomado o caso tão rigorosamente demonstra-o o fato

de, “depois” da sua condenação, haver-lhe o Papa concedido uma renda vitalícia, que lhe foi paga até os seus últimos dias. Galileu recebeu, em seu leito de morte, a bênção papal. O Papa não estava obrigado nem a uma coisa nem à outra; sobretudo não estava obrigado a conceder-lhe a renda. Galileu era cidadão de Florença, e não de Roma; quer dizer: pertencia a outro Estado.

Não acredita o Sr. ser tempo de revisarmos os nossos próprios livros de texto antes de propormos a outros 62 países projetos de educação? Não ficaria bem corrigir o que é injusto, andar ao passo da investigação, desfazer os erros grosseiros? Deixaria o Sr., sem reagir, que se continuasse pondo sôbre a mesa a história dos “Sábios de Sião”? Esta história é uma falsidade, diga-se desde logo. Mas a história de Galileu também é uma falsidade, e tão má quanto aquela. Não pode haver dúvida de que a condenação dêle não foi inteligente, e, provavelmente, até se terá faltado nela. Porém o assunto todo resulta uma bagatela comparado com a queimação de Servet, que também era um cientista (foi êle quem pela vez primeira descobriu a circulação pulmonar sanguínea), e a essa morte êle não foi condenado pelas autoridades de Roma, e sim pelo “libertador do jugo de Roma”, Calvino. Não será, porventura, que não a Igreja Católica, e sim “a época”, é que às vêzes era curta de vista e até infame?

E, suposto que, com efeito, a sentença sôbre Galileu fôsse torpe (de modo algum pode dizer-se infame), pode-se oferecer algum sintoma de que essa curteza de vista no campo da astronomia tenha sido querida ou favorecida pela Igreja?

A única coisa que eu sei é que a célebre Giralda, de Sevilha, que ainda hoje se pode admirar, foi o primeiro observatório astronômico do Ocidente, e foi edificada no ano de 1196 por Gerberto, mais tarde Papa com o nome de Silvestre II. Foi Alberio Magno quem defendeu a forma esférica da Terra. Foram monges que traduziram as tabelas astronômicas e os livros dos árabes. Foi o Papa Clemente VI quem, no ano de 1342, recomendou o uso de um instrumento sem o qual até mesmo hoje é impossível achar a altura de uma estrêla: o sextante. Foi em Nápoles que, no ano de 1560, se fundou a primeira academia de ciências: a “Aca-

demia Secretorum Naturae”, ou Academia dos Segredos da Natureza. A ela se seguiu Roma em 1603. Londres só em 1645 se seguiu, com a sua “Royal Society”, e Paris em 1666.

Não será de mister acabar com mitos desta ordem ao cabo de trezentos anos de ciência?”.

4 — A Igreja arrependeu-se da sua intervenção em favor das guerras religiosas de outros tempos. Assim, por exemplo, a devolução da bandeira turca significa uma condenação da batalha de Lepanto.

— De forma alguma se pode admitir esta interpretação. O próprio jornal vaticano “L’Osservatore Romano”, de 6 de março de 1965, inseria um comentário que desmente totalmente este modo sectário de apreciar ao justo um fato alheio totalmente a estas intenções. Leia este comentário claramente explícito:

“O Breve Apostólico que acompanha o gesto levado a efeito por Paulo VI para com a República turca esclarece o significado do mesmo, e deveria fazer justiça sumária aos comentários que, a seu tempo, recolheram as “primeiras indiscrições das agências” sobre a entrega da bandeira de Lepanto, conservada até ontem na basílica de Santa Maria Maior.

Não podemos deixar de mencionar, a este respeito, as palavras que, em 1961 — por ocasião do primeiro centenário da Unidade, — João XXIII dirige-se ao presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, que tinha ido cumprimentá-lo. Repassando, com a delicadeza que o caracterizava, a comemoração centenária, o Papa referiu-se à “história, que tudo vela e tudo descenda”. “Olhando para o passado, ninguém procura deformar a realidade; ao contrário, nas perspectivas dos séculos o particular contribui para formar um panorama geral no qual a Mão que rege a sorte da Humanidade se manifesta de forma mais visível. Restituir um troféu capturado na batalha não obscurece a glória e o significado de uma antiga vitória, e ainda menos desconhece a generosidade dos que, há quatro séculos, ofereceram sua vida à sombra do grande estandarte no qual dominava a

figura de Cristo crucificado". Significa sòmente vontade sincera de paz, fé na boa vontade, esperança de que, um dia, aquilo que nestas bases se funda, no mútuo e leal respeito, possa reavivar em todos a consciência dos valores supremos.

"Com êste espírito e com esta intenção, com a persuasão de que só é uma a verdadeira religião, a cristã, na sua primeira encíclica, Paulo VI oferece o diálogo aos que crêem em Deus".

XXV — O ÚNICO NECESSÁRIO

1 — De todos os ensinamentos do Evangelho e do Concílio Vaticano II, qual o mais fundamental?

— Responder-lhe-ei com dois parágrafos da Constituição Conciliar sobre a Igreja. Atente bem: *“Todos na Igreja, quer pertençam à Hierarquia, quer pertençam à grei, são chamados à santidade”*. Mas esta vocação à santidade é universal. Mui claramente no-lo ensina e proclama a referida Constituição: *“Nosso Senhor Jesus-Cristo pregou a santidade de vida, da qual Ele é Mestre e Modelo, a todos e a cada um de seus discípulos, de qualquer condição que sejam. Sêde, pois, perfeitos como vosso Pai celestial é perfeito (Mt., 5, 48). A todos enviou Ele o Espírito-Santo, que os movesse interiormente, para que amem a Deus com toda a alma, e uns aos outros como Cristo nos amou”* (cf. Jo. 13, 34).

2 — Teòricamente, todos os cristãos sabem que deveriam ser santos, mas, pràticamente, nós pensamos que, desde que nos salvemos, isto já basta... Como se explica êste fenómeno?

— Teórica e pràticamente, todo cristão de verdade deve aspirar à santidade. Deus não pode pedir coisas impossíveis nem metas inacessíveis. Se muitos cristãos não chegam à santidade, alguma coisa deve estar falhando. Dir-lho-ei muito em concreto. Não se chega à santidade porque não se tem uma devoção radical e absoluta à Virgem Santíssima. Toda a existência da Igreja, a liturgia, os sacramentos, o direito canônico estão em função de atingir o fim da Igreja: a santidade, a plena identificação com Cristo. Porém esta não se logra senão por meio de Maria Mãe.

Este é o grande ensinamento que Paulo VI nos deu por ocasião do encerramento da II Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, a 21 de novembro de 1964, quando solenemente declarou: *“A realidade da Igreja não se esgota na sua estrutura hierárquica, na sua liturgia, nos seus sacramentos, nem nas suas ordenações políticas. A sua essência íntima, a principal fonte de sua eficácia santificadora, deve buscar-se na sua íntima união com Cristo; união que não podemos pensar separada d'Aquela que é a Mãe do Verbo encarnado, e que o próprio Cristo quis tão intimamente unida a si para nossa salvação”*.

3 — Tudo isto tem ligação com a doutrina de S. Luís Maria de Montfort?

— Acertou. Com extraordinária força e divino realismo, S. Luís Maria de Montfort profetizou, esta era de Maria. Disse o grande apóstolo: *“Jesus-Cristo veio ao mundo por meio da Santíssima Virgem, e por Ela deve também reinar no mundo”*. E suspira ardentemente: *“Quando virá esse século de Maria... esse tempo venturoso em que Maria seja reconhecida Senhora e Soberana...? Quando será que as almas respirarão Maria tanto como os corpos respiram o ar? Então ver-se-ão coisas maravilhosas neste lugar de miséria, onde o Espírito-Santo chegará àquelas almas com abundância de seus dons, para operar maravilhas da graça”*. E descobre a grande epifania de Maria: *“A Ela estão reservadas a formação e a educação dos grandes Santos, que virão a lume, até o fim do mundo... Eles verão claramente, na medida em que o permitir a fé, esta bela estrela do mar... conhecerão as grandezas desta Soberana... experimentarão as suas doçuras... saberão que Ela é o meio mais seguro, o mais fácil, o mais curto, para ir a Jesus-Cristo... Eles serão ricos da graça de Deus, que Maria lhes distribuirá abundantemente... E serão flechas aguçadas na mão dessa Virgem poderosa, para atravessar seus inimigos”*.

4 — Não acredita que falar de santidade não sôa bem aos ouvidos de hoje, e que o “aggiornamento” conciliar significa pri-

mordialmente uma reforma das estruturas humanas para conseguir a paz e a justiça social?

— Responde-lhe Paulo VI numa exortação proferida a 18 de julho de 1965, cujas idéias mais salientes aqui transcrevemos: *“... Eis aí por que o Papa, com todos os bons mestres da espiritualidade, vos repete: “Sêde santos” ... A exortação que vos fazemos não é hiperbólica nem anacrônica em relação ao estilo de vida que o mundo moderno a todos impõe... Os motivos que sugerem o nosso chamamento à santidade são claros. A todos é evidente que hoje se vive numa época de fundas transformações no campo do pensamento e dos costumes. Por isto, é explicável que freqüentemente se ponham sôbre o tapete certas normas tradicionais que faziam boa, ordenada e santa a conduta dos que as praticavam. É explicável, mas não é louvável nem digno de aprovação senão depois de um longo e detido estudo, feito sob a direção de quem tem ciência e autoridade para ditar leis de vida cristã. Desgraçadamente hoje se assiste a um relaxamento na observância de preceitos que até agora a Igreja estabelecera para a santificação e dignidade moral de seus filhos. Um espírito de crítica e, inclusive, de indocilidade e rebeldia põe em tela de juízo normas sacrosantas da vida cristã. Fala-se de libertação, faz-se do homem o centro de todo culto, adotam-se critérios naturalistas, priva-se a consciência da luz dos preceitos morais, altera-se a noção de pecado, impugna-se a obediência e discute-se a sua importância essencial para a boa ordem da comunidade eclesial, aceitam-se formas de ação, de pensamento e de diversões que fazem do cristão, não o austero discípulo de Jesus-Cristo, mas sim o escravo da mentalidade e da moda em curso, o amigo do mundo, mundo que, em vez de ser atraído à concepção cristã da vida, conseguiu dobrar o cristão à fascinação e ao jugo do seu tirânico e volúvel pensamento. Certamente que, assim, não devemos entender o “aggiornamento”, que a Igreja propugna, como um enfraquecimento da sua têmpera moral, senão inteiramente o contrário; como um apêlo que ela lhe faz a um cumprimento mais consciente dos deveres que lhe impõe uma concepção genuína da vida, avalizada pelo magistério da Igreja”.*

5 — O mais importante será estudar muito a fundo e formar-se intelectualmente para conhecer a problemática moderna e resolver as tensões do momento atual.

— É mui salutar não complicar as coisas simples e claras. Pessoa tão conhecedora das orientações conciliares como Mons. Péricles Felici, Secretário do Concílio, di-lo com palavras límpidas e cristalinas. Medite bem: *“Estou convencido de que, depois do Concílio, a Igreja tem mais necessidade de santos do que de estudiosos. A rigor, os santos — e demonstra-o a história do Concílio de Trento — unidos como estão a Deus, e, mais do que ninguém, abertos às exigências espirituais dos homens, os santos é que têm o segredo de lhes transmitir o fermento sobrenatural suscitado pelo Vaticano II... Eu quisera que voltassem amiúde a tais considerações aqueles que, falando do “aggiornamento” da Igreja, caem numa fácil demagogia, e propagam idéias tão alheias às santas intenções de quem, com paternal e sobrenatural sabedoria, foi o primeiro a usar tal expressão, assinalando-lhe as metas. Os estudiosos a que eu me referia podem indicar-nos quanta riqueza se esconde nos documentos conciliares, certamente maior do que pode aparecer à uma consideração superficial, e demonstrar-nos que neles tal riqueza se acha perenemente viva e palpitante, e que com o enriquecimento de um processo vital é possível aplicar a todos os decretos conciliares o que Paulo VI afirmava a 21 de novembro de 1964 acêrca da Constituição Dogmática sôbre a Igreja. Esta promulgação não muda coisa alguma, verdadeiramente, da doutrina católica tradicional. O que Cristo quis nós o queremos também. O que era continua sendo. O que a Igreja ensinou durante séculos nós o ensinamos igualmente”* (“Acción Católica”, junho-julho de 1966).

6 — No momento atual, como resumiria as esperanças da Igreja?

— Na promessa divina de assistência indefectível do Espírito-Santo. Concretamente, na radiosa promessa infalível da Virgem em Fátima: *“Meu Coração Imaculado triunfará”*. Por isto João XXIII não pôde deixar de dizer que *“Fátima é o centro das esperanças do mundo cristão”*.

Resumindo, subscrevemos o que, numa página realmente inspirada, nos diz o P. Danielou: *“A crescente intervenção de Maria entre nós mostra-se por suas repetidas e esplendorosas aparições desde há um século. Como poderíamos deixar de notá-la, com as pegadas que ela deixou após si em meados do século XIX, quando a altaneira dos homens, bascando-se nos progressos da ciência, manifestava-se altiva em face do próprio Deus, e quando o febril trabalhar dos homens os mantinha em perpétua inquietação?”*

Contudo, afastada das cidades, na soledade e na paz dos montes, aparece a Virgem aos meninos. É como que um novo apelo da paz divina que não é possível seja conseguido por esse afanar-se dos homens.

S. Luís Maria Grignon de Montfort prognosticara que, os últimos tempos se veriam cheios da presença de Maria. Essas aparições são como o sinal daquela sempre presente iminência da volta de Cristo, com seu constante aviso de penitência, que é a sua única mensagem.

A Virgem é também, e de modo misterioso, aquela a quem a Igreja chama “Espôsa do Espírito-Santo”, isto é: aquela que, juntamente com o Espírito-Santo, realiza a construção da celestial Jerusalém.

S. Luís Maria escreve que, se o Espírito-Santo não vive ainda mais na Igreja do presente, é pela insuficiência, nela, da presença de Maria. Quando o Espírito-Santo se repartiu na mais alta medida na Sala do Cenáculo, isso sucedeu por causa da presença de Maria ali. Em todos os tempos em que a Virgem está presente desfruta-se do Espírito-Santo em medida mais abundante, e realizam-se as maiores obras de Deus. Por isto é que nós temos tão grande esperança de que, na medida em que nosso século fôr um século mariano e nós nos volvermos para os grandes mistérios da Assunção corporal da Santíssima Virgem aos céus, e da sua mediação universal, assim também Deus prepara na Igreja, de modo totalmente misterioso, uma nova difusão do Espírito-Santo, um novo Pentecostes.

Destarte, resulta também que a presença de Maria é uma prova e uma promessa da próxima vinda do Espírito-Santo, isto é, da conversão dos incrédulos e, segundo nossa profunda convicção, da união entre todos os cristãos”.

A leitura dêste livro deveria terminar-se de joelhos. Aos pés de Maria, Mãe da Igreja, para lhe pedir o espírito evangélico e a mais plena disponibilidade ao serviço de Cristo... Muitos Prelados aprovaram a indulgenciaram a seguinte Consagração à Maternidade espiritual do Coração Imaculado de Maria:

CONSAGRAÇÃO À MATERNIDADE ESPIRITUAL DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA

“MÃE: Filialmente apoiados em tua humildade, ousamos pedir-te a graça de nos consagrarmos a Ti.

Reconhecemo-nos indignos dêste favor. Mas Deus te fez nossa Mãe. E, a título de filhos vimos ao teu Coração Materno, para te pedir e te prometer, contando com a sua Mediação universal de tôdas as graças.

Em meio a um mundo enodado por tantos erros e vícios, dá-nos uma inteligência limpa e um coração puro. Que nós apreciemos o dom da fé mais do que qualquer falsa ciência mundana. Que amemos a Graça santificante mais do que a nossa própria vida humana.

Ensina-nos a amarmos mais e mais a única Verdade, ~~e~~ vivermos atados à mesma. Que fuçamos das falsas teorias que, qual terra movediça, se levantam nos desvários da razão humana divorciada da fé.

Faze-nos convencidos de “quintessências”, e não de frivolidades mundanas, ainda que estas se disfarcem de intelectuais. Que nos nutramos do Evangelho, do Kempis, dos livros escritos por santos. Particularmente do magistério pontifício. Que amemos a filosofia de Santo Tomás. Que aborreçamos autores e leituras suspeitas em matérias de fé.

Concede-nos que nos formemos e nos deixemos formar. Que encontremos diretores espirituais do estilo do Bem-aventurado Cláudio de la Colombière, de São Luís Maria de Montfort e de Santo Antônio Maria Claret.

Dá-nos uma piedade sólida e verdadeira. O amor à Sagrada Liturgia que tinham Santo Inácio de Loyola, Santa Teresa de Jesus, São Pio X e demais Pontífices. Um grande apreço da prática da piedade tradicional, como ensinam os Papas e, em todos os tempos, os santos.

Faze-nos apóstolos do Reinado do Divino Coração de Jesus, da Grande Promessa das Nove Primeiras Sextas-Feiras do mês e dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio.

Prometemos-Te, ó Mãe, ser fiéis e propagandistas incansáveis das Três Ave-Marias, do Santo Rosário, do Escapulário do Carmo, das práticas marianas. Amar e venerar as imagens, as relíquias, as medalhas, os santuários, as devoções populares.

Faze que tenhamos verdadeiro amor à vocação sacerdotal e religiosa. Que defendamos a primazia da total consagração a Deus e da virgindade. Que sintamos o sacramento do matrimônio, e seus fins, segundo a doutrina da Igreja.

Que não nos deixemos manchar pelas sacrílegas mentiras do laicismo, do Estado sem religião, da liberdade de cultos, da sociologia que prescinde da reforma de costumes e da pobreza evangélica. Que busquemos a justiça social com a doutrina e com atuações realmente católicas.

Que sejamos apóstolos de métodos eminentemente sobrenaturais, esperando como o melhor galardão o sermos dignos de padecer perseguição por amor de Cristo. Não nos intimide que nos qualifiquem e nos caluniem como atrasados e faltos de caridade, por sermos fiéis ao teu Evangelho e à tua Igreja, e que jamais demos motivos verdadeiros para que assim nos maltratem. De coração, já desde agora perdoamos aos nossos perseguidores.

Enfim, Mãe nossa, enquanto balbuciamos êstes pedidos, prometemos-te defender com tôdas as nossas fôrças a tua Mediação e a tua Co-Redenção. E por Ti, Senhora, esperamos a união, à verdadeira Igreja de Cristo, dos que dela estão separados, dessa Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica.

Tudo isto, Mãe da Igreja, para lutarmos e edificarmos o Reino de Jesus. Para darmos glória à Trindade Beatíssima, com a mais plena integridade de doutrina, com a mais incendida caridade sobrenatural, e com a santidade de vida. Enfim, tudo quanto somos e temos resumimo-lo em duas palavras, para que, por todo o tempo e pela eternidade, nos alcances tudo quanto desejamos e não acertamos a pedir. Com tôda a nossa alma dizemos-te agora e sempre: MARIA, MÃE!"

A.M.D.G. et B.M.V.



*Este livro foi confeccionado
nas oficinas da*

INDUSTRIA GRAFICA SARAIVA S. A.,

*à Rua Sampson, 265, São Paulo,
em março de 1969*

